



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



ALINE DA SILVA SANTOS

A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO FUTURO DO PRETÉRITO NO
PORTUGUÊS FALADO EM FEIRA DE SANTANA E SALVADOR-
BAHIA

Feira de Santana-BA
2024

ALINE DA SILVA SANTOS

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO FUTURO DO PRETÉRITO NO
PORTUGUÊS FALADO EM FEIRA DE SANTANA E SALVADOR-
BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de
Feira de Santana para a obtenção do título de Doutora
em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de
Almeida

Feira de Santana-BA
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

S233e

Santos, Aline da Silva

A expressão variável do futuro do pretérito no português falado em Feira de Santana e Salvador - Bahia / Aline da Silva Santos – 2024.

195 f.: il.

Orientadora: Norma Lúcia Fernandes de Almeida

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Feira de Santana, 2024.

1. Linguística. 2. Português falado. 3. Formas verbais. 4. Futuro do pretérito. 5. Pretérito imperfeito. 6. Terminologia linguística. I. Almeida, Norma Lúcia Fernandes de, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 801.25(814.2)

Daniela Machado Sampaio Costa - Bibliotecária - CRB-5/2077

TERMO DE APROVAÇÃO

A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO FUTURO DO PRETÉRITO NO PORTUGUÊS FALADO EM FEIRA DE SANTANA E SALVADOR-BAHIA

ALINE DA SILVA SANTOS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 12 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Orientadora



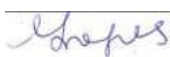
Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Examinadora Interna



Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Examinadora Interna



Profa. Dra. Leila Maria Tesch
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Examinadora Externa



Profa. Dra. Norma da Silva Lopes
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Examinadora Externa

Dedico aos que representam meu alento diário:
minha filha Ayla e meu esposo Josué.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro encontro com a pesquisa sociolinguística aconteceu ainda na graduação, mais precisamente no ano de 2008, e desde então me sinto atraída pelas descobertas e aprendizagens que essa área da Linguística proporciona. Com a escrita desta tese, concluo mais uma importante etapa da minha vida acadêmica e, sem reter as lágrimas que inevitavelmente me escapam agora com a sensação do dever cumprido, posso afirmar que esse novo encontro me deixou ainda mais fascinada por essa área do conhecimento.

Os últimos quatro anos e oito meses foram intensos e muitas vezes árduos. Certamente a minha chegada até aqui não seria possível sem o apoio que tive nesse trajeto e até mesmo antes dele. Por isso, agradeço:

A Deus, pela coragem que me motiva e me impulsiona a cada passo do meu percurso e por me ajudar a olhar a vida com mais leveza.

Ao meu avó Joaquim (*in memoriam*) por ter me incentivado a estudar, pelas palavras sobre a importância do conhecimento, que ecoam desde a minha infância. Aos meus pais, Luiz e Almerinda, por todo amor, dedicação e por serem exemplos de perseverança. À minha filha Ayla, meu grande amor, que, mesmo criança, compreendeu minhas ausências para me dedicar à escrita da tese. Ao meu esposo Josué, pelo incentivo e suporte constantes. À minha irmã Aleide, companheira de toda minha vida, pelos muitos momentos de apoio. Ao meu irmão Luciano e à minha irmã do coração, Edenilza, pelo afeto de sempre. Às minhas primas Alda e Cleide, pela amizade e carinho. Às minhas tias Clarice, Idália e Judite, pela rede de apoio, que se faz presente em minha vida desde a minha chegada a Feira de Santana em 2005.

À minha orientadora, Profa. Dra. Norma Lucia de Almeida – que se destaca por sua sabedoria, força e generosidade –, minha gratidão por ter caminhado comigo desde a minha graduação na UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), orientando-me na Iniciação Científica, no Mestrado e agora no Doutorado. Agradeço, ainda, pela oportunidade de enveredar pela Sociolinguística, pela confiança em mim e pela liberdade na escolha do tema de pesquisa.

À Profa. Dra. Josane Oliveira, por quem tenho grande admiração, agradeço pela presença marcante em minha vida acadêmica, também desde a minha graduação. Muito obrigada por cada aprendizado, orientação, pelo valioso conhecimento metodológico da pesquisa sociolinguística e por me ajudar a compreender as sutilezas do futuro verbal.

À Profa. Dra. Mariana Fagundes Lacerda, pessoa e profissional admirável, agradeço pelo aprendizado e pela presença contínua ao longo do meu percurso na UEFS. Muito obrigada pela oportunidade de aprender mais uma vez com a senhora durante o Estágio docente e pela confiança a mim depositada em cada oportunidade acadêmica em que estivemos juntas.

À Profa. Dra. Leila Tesch, por suas pesquisas que me inspiraram a também estudar a expressão variável do futuro do pretérito. Agradeço, ainda, por ter aceitado compor a banca examinadora deste trabalho, o que me deixou muito honrada, e pelas valiosas orientações concedidas na ocasião do exame de qualificação desta tese.

À Profa. Dra. Norma Lopes, por sua gentileza em autorizar o uso do *corpus* do PEPP (Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador). Muito obrigada também pela produção do conhecimento que inspira outros pesquisadores e por ter aceitado contribuir com minha pesquisa, fazendo parte da banca avaliadora desta tese.

À Profa. Dra. Jacyra Motta por ter, atenciosamente, me autorizado a usar as entrevistas da segunda fase do projeto NURC (Norma Urbana Oral Culta) de Salvador.

À Profa. Dra. Raquel Freitag, agradeço pelas sugestões e pela contribuição expressiva quando comecei a pesquisar sobre a expressão variável do futuro do pretérito.

Ao meu amigo Jan, pela amizade que começou por meio da pesquisa sociolinguística, no NELP (Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa), há 16 anos, mas que hoje extrapola os limites da universidade, e a quem sou muito grata pelas constantes trocas e pela parceria.

Às minhas amigas, Adna, Edna e Luziane, com as quais sei que posso contar, agradeço pela energia positiva e pelo afeto que nos une.

Às minhas amigas e colegas de trabalho, Silvane, Sandra Cristina, Miriam, Sandra Damasceno, Jeanne, Lirane e Renata, pelo carinho e estímulo.

Ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia por ter me concedido licença para estudo, junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, durante os três primeiros anos do curso de Doutorado em Estudos Linguísticos.

“Não **existiria** som
Se não houvesse o silêncio
Não **haveria** luz
Se não fosse a escuridão
A vida é mesmo assim
Dia e noite, não e sim”.

(Lulu Santos/Nelson Motta. *Certas coisas*)

RESUMO

Neste estudo, analisa-se a expressão variável do futuro do pretérito no português falado em Feira de Santana e Salvador-BA. O futuro do pretérito possui características temporais e modais, expressa diferentes noções semânticas, como o valor de hipótese, de incerteza, de possibilidade, e alterna seu uso, principalmente na variedade informal, com o pretérito imperfeito. Assim, há variações entre o futuro do pretérito (FP) e o pretérito imperfeito (PI), em contextos de verbos não modais como, por exemplo, “se eu pudesse, *estudaria* mais” ou “se eu pudesse, *estudava* mais” e ainda com as formas perifrásticas *iria estudar* e *ia estudar*, respectivamente; além de ocorrer também em verbos auxiliares modais, por exemplo: *deveria estudar/devia estudar*. Defendendo que a alternância entre FP e PI acontece de forma suprarregional e seguindo os fundamentos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), foram analisados nesta pesquisa dados de 70 entrevistas, do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador), da fala urbana de Feira de Santana e de Salvador. As 36 entrevistas de Feira de Santana fazem parte do banco de dados do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*, coordenado pelas professoras Norma Lucia F. de Almeida e Zenaide de O. Novais Carneiro; as amostras de Salvador são compostas de 24 entrevistas do *Programa de Estudos do Português Falado de Salvador* (PEPP), coordenado pela professora Norma Lopes, e 10 que pertencem ao projeto *Norma Urbana Culta no Brasil* (NURC), coordenado pela professora Jacyra Andrade Mota. Com o intuito de verificar os contextos linguísticos e sociais que motivam essa variação, as ocorrências do fenômeno linguístico foram submetidas ao programa GoldVarb X, o qual revelou que PI, variante usada como regra de aplicação, é mais frequente (56%). Na análise principal dos dados, o programa também selecionou como significativos os seguintes grupos de fatores linguísticos: ‘tipo de texto’, ‘valor temporal vs. valor modal’, ‘ambiente sintático-semântico’, ‘saliência fônica’ e ‘referência temporal’. Respectivamente, os fatores de cada grupo que favorecem o uso de PI em contextos de FP são sequência narrativa (0,70), valor temporal (0,79), período hipotético em ordem canônica: prótase + apódase (0,69) e oração encaixada com prótase coocorrente (0,90), verbos de 2ª e 3ª conjugações (0,67), referência temporal no passado (0,65). Quanto aos fatores sociais, foram selecionados a ‘escolaridade do informante’, sendo o PI favorecido pelos informantes do ensino fundamental (0,65) e ensino médio (0,64), e a ‘faixa etária do informante’, cujo fator que favorece PI é a faixa etária III (0,68), com informantes a partir de 65 anos. Ainda que PI tenha sido favorecido nesses contextos, FP se destaca em outros fatores que compõem cada variável, portanto, verificou-se que a alternância entre as variantes é equilibrada e aponta para uma variação estável.

Palavras-chave: variação e mudança; português falado; futuro do pretérito; pretérito imperfeito; Feira de Santana e Salvador-BA.

ABSTRACT

In this study, we analyze the variable expression of the conditional future tense in the Portuguese spoken in Feira de Santana and Salvador-BA. The future tense has temporal and modal characteristics, expresses different semantic notions, such as the value of hypothesis, uncertainty, possibility, and alternates its use, especially in the informal variety, with the imperfect past tense. Thus, there are variations between the future tense (FP) and the imperfect tense (IP), in contexts such as, for example, "if I could, I would study more" or "if I could, I would study more" and even with the periphrastic forms I would study and I would study, respectively; in addition to also occurring in modal auxiliary verbs, for example: should study/should study. Arguing that the alternation between FP and IP happens in a supra-regional and following the foundations of the Theory of Linguistic Variation and Change (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), data from 70 DID (Dialogue between Informant and Documenter) interviews of urban speech in Feira de Santana and Salvador were analyzed in this research. The 36 interviews from Feira de Santana are part of the database of the project The Portuguese Language in the Semi-arid Region of Bahia, coordinated by professors Norma Lucia F. de Almeida and Zenaide de O. Novais Carneiro; the Salvador samples are composed of 24 interviews from the Salvador Spoken Portuguese Studies Program (PEPP), coordinated by Professor Norma Lopes, and 10 that belong to the Cultured Urban Norm in Brazil (NURC) project, coordinated by Professor Jacyra Andrade Mota. In order to verify the linguistic and social contexts that motivate this variation, the occurrences of the linguistic phenomenon were submitted to the GoldVarb X program, which revealed that PI, the variant used as an application rule, is more frequent (56%). In the main analysis of the data, the program also selected the following groups of linguistic factors as significant: 'type of text', 'temporal value vs. modal value', 'syntactic-semantic environment', 'phonic salience' and 'temporal reference'. Respectively, the factors in each group that favor the use of IP in PF contexts are narrative sequence (0.70), temporal value (0.79), hypothetical period in canonical order: protasis + apodase (0.69) and embedded clause with cooccurring protasis (0.90), verbs of 2nd and 3rd conjugations (0.67), temporal reference in the past tense (0.65). Regarding the social factors, the 'informant's education' was selected, with the IP favored by the informants of elementary school (0.65) and high school (0.64), and the 'informant's age group', whose factor favoring the IP is age group III (0.68), with informants from 65 years old. Although PI has been favored in these contexts, PF stands out in other factors that make up each variable, therefore, it was found that the alternation between the variants is balanced and points to a stable variation.

Keywords: variation and change; portuguese spoken; conditional future tense; imperfect past tense; Feira de Santana and Salvador-BA.

RESUMEN

En este estudio, analizamos la expresión variable del tiempo futuro en el portugués hablado en Feira de Santana y Salvador-BA. El tiempo futuro tiene características temporales y modales, expresa diferentes nociones semánticas, como el valor de la hipótesis, la incertidumbre, la posibilidad, y alterna su uso, especialmente en la variedad informal, con el tiempo pasado imperfecto. Así, existen variaciones entre el tiempo futuro (FP) y el tiempo imperfecto (IP), en contextos como, por ejemplo, "si pudiera, estudiaría más" o "si pudiera, estudiaría más" e incluso con las formas perifrásticas estudiaría y estudiaría, respectivamente; además de aparecer también en verbos auxiliares modales, por ejemplo: debería estudiar/debería estudiar. Argumentando que la alternancia entre PF y PI se produce en un contexto suprarregional y siguiendo los fundamentos de la Teoría de la Variación y el Cambio Lingüístico (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), en esta investigación se analizaron los datos de 70 entrevistas DID (Diálogo entre Informante y Documentador) sobre el habla urbana en Feira de Santana y Salvador. Las 36 entrevistas de Feira de Santana forman parte de la base de datos del proyecto La Lengua Portuguesa en la Región Semiárida de Bahía, coordinado por las profesoras Norma Lucia F. de Almeida y Zenaide de O. Novais Carneiro; las muestras de Salvador están compuestas por 24 entrevistas del Programa de Estudios de Portugués Hablado de Salvador (PEPP), coordinado por la profesora Norma Lopes, y 10 que pertenecen al proyecto Norma Urbana Culta no Brasil (NURC), coordinado por la profesora Jacyra Andrade Mota. Con el fin de verificar los contextos lingüísticos y sociales que motivan esta variación, las ocurrencias del fenómeno lingüístico se sometieron al programa GoldVarb X, lo que reveló que la PI, la variante utilizada como regla de aplicación, es más frecuente (56%). En el análisis principal de los datos, el programa también seleccionó los siguientes grupos de factores lingüísticos como significativos: 'tipo de texto', 'valor temporal vs. valor modal', 'entorno sintáctico-semántico', 'prominencia fónica' y 'referencia temporal'. Respectivamente, los factores en cada grupo que favorecen el uso de la PI en contextos de PF son la secuencia narrativa (0,70), el valor temporal (0,79), el período hipotético en orden canónico: prótasis + apodasa (0,69) y la cláusula incrustada con prótasis coocurrente (0,90), verbos de 2ª y 3ª conjugaciones (0,67), referencia temporal en tiempo pasado (0,65). En cuanto a los factores sociales, se seleccionó la 'escolaridad del informante', con la IP favorecida por los informantes de primaria (0,65) y secundaria (0,64), y el 'grupo de edad del informante', cuyo factor favorable a la PI es el grupo de edad III (0,68), con informantes a partir de los 65 años. Si bien el IP ha sido favorecido en estos contextos, el PF se destaca en otros factores que componen cada variable, por lo tanto, se encontró que la alternancia entre las variantes es equilibrada y apunta a una variación estable.

Palabras clave: variación y cambio; se habla português; futuro del tiempo passado; tiempo imperfecto; Feira de Santana y Salvador-BA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A variação entre FP e PI em diferentes regiões do Brasil	78
Figura 2: Feira de Santana e Salvador: localização no mapa da Bahia	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição geral das variantes FP e PI, nas formas sintéticas e perifrásticas dos verbos não modais e em verbos auxiliares modais, nas amostras de Feira de Santana e Salvador	124
Gráfico 2: Distribuição das variantes em verbos modais de acordo com a <i>escolaridade do informante</i>	153
Gráfico 3: Distribuição das variantes em verbos não modais de acordo com a <i>Procedência Geográfica do informante</i>	155
Gráfico 4: Distribuição das variantes de acordo com a <i>Faixa etária</i> em verbos não Modais.....	157
Gráfico 5: Distribuição das variantes de acordo com a <i>Faixa etária</i> em verbos auxiliares modais	171
Gráfico 6: Distribuição das variantes de acordo com a <i>Escolaridade do informante</i> em verbos auxiliares modais.....	174
Gráfico 7: Distribuição das variantes de acordo com a <i>Procedência geográfica do informante</i> em verbos auxiliares modais	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Contextos sintático-semânticos considerados na variação entre o FP e PI.....	27
Quadro 2: Síntese da análise das gramáticas normativas	48
Quadro 3: Estratificação do <i>corpus</i> de Feira de Santana-BA.....	109
Quadro 4: Estratificação dos <i>corpora</i> de Salvador-BA em verbos não modais.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição das ocorrências das variantes FP e PI em verbos não modais e em auxiliares modais	125
Tabela 2: Distribuição das variantes em verbos não modais nas formas sintéticas e perifrásticas.....	126
Tabela 3: Distribuição das variantes por localidade em verbos não modais	127
Tabela 4: Efeito da variável <i>Tipo de texto</i> na escolha de PI em verbos não modais	132
Tabela 5: Cruzamento das variáveis <i>Tipo de texto</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos não modais na escolha de PI	134
Tabela 6: Efeito da variável <i>valor temporal</i> vs. <i>valor modal</i> na escolha de PI em verbos não modais na escolha de PI.....	137
Tabela 7: Efeito da variável <i>Modalidade</i> na escolha de PI em verbos não modais.....	138
Tabela 8: Cruzamento das variáveis <i>Valor temporal</i> vs. <i>valor modal</i> e <i>Modalidade</i> em verbos não modais na escolha de PI.....	139
Tabela 9: Efeito da variável <i>Ambiente sintático-semântico</i> na escolha de PI em verbos não modais.....	144
Tabela 10: Efeito da variável <i>Saliência fônica</i> na escolha de PI em verbos não modais.....	148
Tabela 11: Efeito da variável <i>Referência temporal</i> na escolha de PI em verbos não modais.....	151
Tabela 12: Efeito da variável <i>Escolaridade do informante</i> na escolha de PI em verbos não modais	154
Tabela 13: Cruzamento das variáveis <i>Escolaridade</i> e <i>Procedência geográfica do informante</i> em verbos não modais na escolha de PI.....	156
Tabela 14: Efeito da variável <i>Faixa etária</i> na escolha de PI em verbos não modais.....	158
Tabela 15: Cruzamento das variáveis <i>Faixa etária</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos não modais na escolha de PI.	159
Tabela 16: Efeito da variável <i>Sexo</i> na escolha de PI em verbos não modais	160
Tabela 17: Cruzamento das variáveis <i>Faixa etária</i> e <i>Sexo do informante</i> em verbos não modais na escolha de PI	161
Tabela 18: Distribuição das variantes por item lexical em verbos auxiliares modais ..	163
Tabela 19: Efeito da variável <i>Tipo de texto</i> na escolha de PI em verbos auxiliares	

modais.....	165
Tabela 20: Cruzamento das variáveis <i>Tipo de texto</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos modais na escolha de PI.....	166
Tabela 21: Efeito da variável <i>Saliência fônica</i> na escolha de PI em verbos auxiliares modais.....	167
Tabela 22: Efeito da variável <i>Modalidade</i> na escolha de PI em verbos auxiliares modais.....	168
Tabela 23: Efeito da variável <i>Referência temporal</i> na escolha de PI em verbos auxiliares modais	169
Tabela 24: Cruzamento das variáveis <i>Modalidade</i> e <i>Referência temporal</i> em verbos auxiliares modais na escolha de PI.....	169
Tabela 25: Efeito da variável <i>Faixa etária</i> na escolha de PI em verbos auxiliares modais na escolha de PI.....	171
Tabela 26: Cruzamento das variáveis <i>Faixa etária</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos auxiliares modais na escolha de PI	172
Tabela 27: Efeito da variável <i>Escolaridade do informante</i> na escolha de PI em verbos auxiliares modais	175
Tabela 28: Cruzamento das variáveis <i>Procedência geográfica</i> e <i>Faixa etária do informante</i> em verbos auxiliares modais na escolha de PI.....	176
Tabela 29: Cruzamento das variáveis <i>Procedência geográfica</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos auxiliares modais na escolha de PI.....	177
Tabela 30: Cruzamento das variáveis <i>Procedência geográfica do informante</i> e <i>Referência temporal</i> em verbos auxiliares modais na escolha de PI.....	178
Tabela 31: Cruzamento das variáveis <i>Procedência geográfica do informante</i> e <i>Saliência fônica</i> em verbos auxiliares modais na escolha de PI.....	178

LISTA DE SIGLAS

CIS	Centro Industrial Subaé
DID	Diálogo entre informante e documentador
FP	Futuro do pretérito
H	Homem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LPSB	A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano
M	Mulher
NURC	Norma Urbana Culta
PEPP	Programa de Estudos do Português Falado de Salvador
PEUL	Programa de Estudos sobre o Uso da Língua
PORCUFORT	Português Oral Culto de Fortaleza
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
PI	Pretérito imperfeito
V	Verbo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 O OBJETO DE ESTUDO	23
2.1 AS DESIGNAÇÕES <i>FUTURO DO PRETÉRITO</i> E <i>CONDICIONAL</i>	23
2.2 A EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRETÉRITO E OS CONTEXTOS DE VARIAÇÃO COM O PRETÉRITO IMPERFEITO	25
2.3 A DIACRONIA DO FUTURO DO PRETÉRITO NO SISTEMA VERBAL	29
2.4 AS CATEGORIAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE NA EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRETÉRITO	32
3 VISÃO NORMATIVA VERSUS LÍNGUA EM USO	42
3.1 EMPREGOS DO FUTURO DO PRETÉRITO E DO PRETÉRITO IMPERFEITO SEGUNDO A TRADIÇÃO GRAMATICAL	42
3.2 ESTUDOS VARIACIONISTAS SOBRE O FENÔMENO	49
3.2.1 Costa (1997; 2003)	49
3.2.2 Silva (1998)	52
3.2.3 Tesch (2007)	54
3.2.4 Dias (2007; 2012)	57
3.2.5 F. Oliveira (2010)	63
3.2.6 Freitag e Araújo (2011)	64
3.2.7 Santos (2014)	65
3.2.8 Brito (2014; 2018)	69
3.2.9 Barros (2019)	74
3.2.10 Convergências e divergências entre as pesquisas sobre FP e PI baseadas em dados orais	77
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	82
4.1 TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA	82
4.2 MUDANÇA LINGUÍSTICA EM TEMPO APARENTE	87
4.3 O ESTUDO DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA EM FENÔMENOS MORFOSSINTÁTICOS	88

4.4 O PAPEL DAS VARIÁVEIS SOCIAIS NA IDENTIFICAÇÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA	90
4.4.1 A variável <i>sexo</i>	90
4.4.2 A variável <i>escolaridade</i>	92
4.4.3 A variável <i>faixa etária</i>	94
4.4.4 A variável <i>procedência geográfica</i>	95
4.1.5 A variável <i>estilo de fala</i>	97
4.5 NORMAS LINGUÍSTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	98
 5 METODOLOGIA	 101
5.1 A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA E O TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS	101
5.2 AS COMUNIDADES: FEIRA DE SANTANA E SALVADOR-BA	103
5.2.1 Feira de Santana-BA	104
5.2.2 Salvador-BA	106
5.3 OS CORPORA	107
5.4 A VARIÁVEL DEPENDENTE E OS FATORES ANALISADOS	110
5.4.1 Ambiente sintático-semântico	112
5.4.2 Saliência fônica	113
5.4.3 Tipo de texto	115
5.4.4 Referência temporal	116
5.4.5 Valor temporal vs. valor modal	117
5.4.6 Modalidade	118
5.4.7 Sexo do informante	119
5.4.8 Faixa etária do informante	120
5.4.9 Escolaridade do informante	120
5.4.10 Procedência geográfica do informante	121
5.5 DADOS NÃO CONSIDERADOS	121
 6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	 124
6.1 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVAS EM VERBOS MODAIS	126
6.1.1 Tipo de texto	129

6.1.1.1 Cruzamento das variáveis <i>Tipo de texto</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos não modais	133
6.1.2 Valor temporal vs. valor modal	135
6.1.2.1 Cruzamento das variáveis <i>Valor temporal vs. valor modal</i> e <i>Modalidade</i>	138
6.1.3 Ambiente sintático-semântico	141
6.1.4 Saliência fônica	146
6.1.5 Referência temporal	149
6.1.6 Escolaridade do informante	152
6.1.6.1 Cruzamento das variáveis <i>Escolaridade</i> e <i>Procedência geográfica do Informante</i>	155
6.1.7 Faixa etária do informante	157
6.1.7.1 Cruzamento das variáveis <i>Faixa etária</i> e <i>Escolaridade do informante</i>	159
6.1.7.2 Cruzamento das variáveis <i>Faixa etária</i> e <i>Sexo do informante</i>	160
6.2 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVAS EM VERBOS AUXILIARES MODAIS	161
6.2.1 Tipo de texto	164
6.2.1.1 Cruzamento das variáveis <i>Tipo de texto</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos auxiliares modais	165
6.2.2 Saliência fônica	166
6.2.3 Modalidade	167
6.2.3.1 Cruzamento das variáveis <i>Modalidade</i> e <i>Referência temporal</i> em verbos auxiliares modais	168
6.2.4 Faixa etária do informante	171
6.2.4.1 Cruzamento das variáveis <i>Faixa etária</i> e <i>Escolaridade do informante</i> em verbos auxiliares modais	173
6.2.5 Escolaridade do informante	174
6.2.6 A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito em Feira de Santana e Salvador-BA em verbos auxiliares modais	175
6.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS	179
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 181
 REFERÊNCIAS	 186

1 INTRODUÇÃO

O futuro do pretérito, também chamado de futuro condicional, expressa diferentes noções semânticas — como, entre outros, o valor de hipótese, de incerteza, de possibilidade, de desejo —, e possui características tanto temporais como modais. De acordo com Corôa (2005, p. 56), o futuro do pretérito exprime sempre uma ideia “que parte do possível para a certeza”, assim, as “interpretações antecipadas sobre este movimento fornecem os empregos modais; interpretações posteriores fornecem os empregos temporais”.

Pesquisas sociolinguísticas e funcionalistas já atestaram que o futuro do pretérito passa por variação, visto que é substituído em diferentes contextos pelo pretérito imperfeito como também por formas perifrásticas: *Iria* + verbo no infinitivo e *Ia* + verbo no infinitivo. Estima-se que a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito acontece já há algum tempo no português brasileiro, há registros desde o século XVIII (Costa, 2003), porém o uso das formas simples e perifrástica do pretérito imperfeito em contextos comuns ao futuro do pretérito é visto como inovador e coloquial.

Analisa-se, nesta tese, a variação na expressão do futuro do pretérito em diferentes ambientes sintático-semânticos que veiculam a noção de *irrealis*, ou seja, contextos em que a tradição gramatical atribui ao futuro do pretérito. Na identificação desses contextos, baseia-se na proposta de Costa (1997), que sistematiza duas acepções presentes no escopo *irrealis*: não-factuality (proposições supostamente irrealis) e contrafactuality (proposições absolutamente irrealis).

A alternância das formas variantes será analisada tanto no uso de verbos não modais, formados por estrutura sintética (ex.: Se fosse possível, **leria** mais/ Se fosse possível, **lia** mais) e perifrástica (ex.: **iria ler** e **ia ler**), mas também no uso de verbos modais, formados por verbos auxiliares e principais, como *poder*, *dever*, *precisar*, *querer*, *ter de/ter que* + infinitivo (ex.: **deveria ler/devia ler**).

O objetivo desta pesquisa, que está vinculada aos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP/UEFS), é estudar a expressão variável do futuro do pretérito a partir de dados orais das duas principais cidades do estado da Bahia, Salvador e Feira de Santana, a fim de observar se os índices desse fenômeno em Salvador apontam para uma variação estável, como acontece em Feira de Santana. Defende-se nesta pesquisa que a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito acontece no Brasil independentemente da localidade, assim, a expectativa é produzir mais informações que deem conta de mostrar a suprarregionalidade do fenômeno.

As cidades de Feira de Santana, maior cidade do interior do estado da Bahia, e Salvador, capital do estado, são relativamente próximas, mas pesquisas variacionistas já apontaram algumas diferenças linguísticas entre elas, como, por exemplo, o uso do pronome de tratamento *Tu*, que é mais comum na fala dos feirenses do que na dos soteropolitanos (Nogueira, 2013). Visto que os grandes centros urbanos se caracterizarem como um local de reprodução e difusão das variantes de prestígio (Lucchesi, 2006), especula-se que os falantes de Salvador, em virtude da importância da cidade, no que diz respeito ao fato de ser a capital do estado, favoreceriam mais o uso de normas socialmente prestigiadas do que os falantes das cidades do interior do estado. Já a respeito de Feira de Santana, Almeida (2012) sugere que, apesar de a cidade ser de médio porte, há nela uma grande integração com o campo, ocasionada pela migração, o que se reflete na presença de traços rurais na fala urbana.

Tendo em vista que Feira de Santana e Salvador apresentam contextos social e histórico distintos que certamente implicam em diferenças linguísticas, se o estudo da expressão variável do futuro do pretérito apontar semelhanças entre as duas cidades no uso das variantes, reforçará o argumento de que, no português do Brasil, esse fenômeno acontece independentemente da procedência geográfica do falante. Além disso, como há indícios de que o uso de pretérito imperfeito em contextos do futuro do pretérito não é estigmatizado, uma vez que se apresenta também, ainda que em menor escala, na fala de informantes universitários (Costa, 1997; Tesch, 2007; Santos, 2014), não se espera encontrar diferenças significativas entre as duas localidades, mesmo se tratando de uma cidade do interior e a capital do estado.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica pela possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que confrontam dados de fala de Feira de Santana e Salvador, além de fornecer mais informações a respeito do fenômeno em estudo, comparando os resultados encontrados com os de outras pesquisas desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, a fim de contribuir também para a descrição do português brasileiro.

Ademais, este trabalho também se justifica pela necessidade de ampliação de algumas discussões iniciadas na dissertação de mestrado (Santos, 2014) e de outras que foram implementadas. Naquela ocasião, foram analisadas algumas gramáticas e se percebeu que o fenômeno da variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito já é previsto em certos contextos de uso, por isso se defendeu que possivelmente as pessoas de ensino universitário optam pelo uso do futuro do pretérito não necessariamente devido à difusão realizada pela escola, mas sim em virtude do *status* da escolarização, ou seja, falantes com

maior nível de instrução poderiam se policiar mais com relação ao uso de FP devido, por exemplo, aos ambientes que frequentam. Busca-se avançar agora nessa análise observando também o fato de as gramáticas, geralmente, não tratarem do uso das formas perifrásticas.

Outro ponto que mereceu ser expandido nesta tese foi a hipótese de que o uso mais frequente do futuro do pretérito em sequências argumentativas e o uso do pretérito imperfeito em sequências narrativas perpassam pelo estilo de fala, ou seja, o falante adequa o emprego de uma e de outra variante a depender da sequência discursiva. Com vistas a ampliar essa discussão, a variável ‘tipo de texto’ foi correlacionada à ‘escolaridade do informante’.

A respeito das discussões que foram implementadas, incluiu-se a análise da variável ‘valor temporal vs. valor modal’, a qual se mostrou como uma das mais relevantes para a compreensão da expressão variável do futuro do pretérito na fala de feirenses e soteropolitanos.

Adotando os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, analisam-se entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Documentador e Informante), gravadas no período entre 1993 e 2012. Os *corpora* da pesquisa são constituídos de 36 entrevistas de Feira de Santana e 34 de Salvador. As entrevistas de Feira de Santana fazem parte do banco de dados do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*, coordenado pelas professoras Norma Lucia F. de Almeida e Zenaide de O. Novais Carneiro; as amostras de Salvador são compostas de 24 entrevistas do *Programa de Estudos do Português Falado de Salvador* (PEPP), coordenado pela professora Norma Lopes, e 10 que pertencem ao projeto *Norma Urbana Culta no Brasil* (NURC), coordenado pela professora Jacyra Andrade Mota.

A tese está dividida em sete seções. Na primeira, realiza-se esta introdução do trabalho. Na segunda, são apresentados os contextos sintático-semânticos nos quais ocorre a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito, em suas formas sintéticas e perifrásticas; traça-se um breve histórico da formação do futuro do pretérito no sistema verbal da língua portuguesa e se discute, ainda, sobre características do futuro do pretérito que estão ligadas às categorias de tempo, aspecto e modalidade.

Na terceira seção, confronta-se a visão normativa com estudos da língua em uso. Mostra-se, portanto, como o fenômeno em estudo é tratado na tradição gramatical e são apresentadas pesquisas que já foram desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil sobre o tema.

Na quarta seção, aborda-se a teoria que norteia a pesquisa, que é a Teoria da Variação e da Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1966]), ocupa-se em tratar da

importância das variáveis sociais na identificação da mudança, além de se discutir a respeito das normas linguísticas do português brasileiro.

Na quinta seção, os métodos usados na pesquisa sociolinguística são abordados; as duas comunidades são apresentadas com o propósito de se compreender suas características sociolinguísticas; informa-se como foram constituídos os *corpora*, como as amostras estão estratificadas e descrevem-se os grupos de fatores que foram testados, evidenciando, também, as hipóteses aventadas.

Na sexta seção, os dados são descritos e analisados quantitativa e qualitativamente. Discutem-se as hipóteses confirmadas e os resultados inesperados; além disso, correlaciona-se o estudo com outras pesquisas, observando se os resultados encontrados corroboram as informações encontradas em diferentes pesquisas. Por fim, na sétima seção, são realizadas as considerações finais.

2 O OBJETO DE ESTUDO

Nesta seção, são debatidas as designações *futuro do pretérito* e *condicional*, as diferenças entre elas e os motivos pelos quais a expressão *futuro do pretérito* foi adotada nesta pesquisa. Em seguida, são abordadas algumas características do futuro do pretérito e os contextos de variação com o pretérito imperfeito. Na sequência, ocupa-se da diacronia do futuro do pretérito no sistema verbal e, ao final, das categorias de tempo, aspecto e modalidade e suas relações com a expressão do futuro do pretérito.

2.1 AS DESIGNAÇÕES *FUTURO DO PRETÉRITO* E *CONDICIONAL*

O futuro do pretérito, também denominado condicional, integra o conjunto dos tempos verbais que compõem o modo indicativo. Contudo, o futuro do pretérito apresenta particularidades em virtude da sua característica *irrealis*, que, dentre outras possibilidades, expressa hipótese, desejo, condicionalidade, como pode ser verificado nestes versos: “Se pudéssemos plantar palavras/ como se planta uma árvore,/ [...] as sementes **seriam** aladas/ e o vento **varreria** o jardim,/ então, pouco a pouco,/ atravessando montanhas,/ mares, cidades,/ a paz **cobriria** o mundo” (Roseana Murray. *Árvores*. Grifo nosso).

A designação *futuro do pretérito* é adotada pela maioria das gramáticas do português brasileiro, porém é registrada também como *condicional*, expressão adotada inicialmente pela escola gramatical francesa e que também é usada atualmente por boa parte dos linguistas portugueses. Uma e outra nomenclatura são adotadas a partir da perspectiva multifuncional da forma verbal em *-ria*, pois o futuro do pretérito (como preferimos chamar) possui seu valor temporal, que diz respeito a um fato posterior a uma situação passada, o que justifica a denominação *futuro do pretérito*, mas aparece em muitos casos para indicar uma situação que ocorreria a depender de outra, daí advém o emprego do termo *condicional*.

Câmara Jr. (1967) questiona o uso do termo *condicional* em virtude de não ser a construção condicional ou hipotética o único ambiente onde se empregam as formas em *-ria*, contudo o termo *futuro do pretérito* afastaria a função condicional que as formas em *-ria* podem desempenhar, limitando-se a demonstrar a semântica do 'futuro de um tempo pretérito', como em: "Disse que viria sem falta" (p. 8). Mesmo tendo admitido a possibilidade do uso de dois termos para as formas em *-ria*, Câmara Jr. (1967) contrapõe a hipótese de serem

mantidos os dois nomes, cada um para a situação que expressa, defendendo, portanto, sua preferência por um nome único.

Dessa forma, a divergência na nomenclatura é gerada pelo questionamento a respeito da classificação do futuro do pretérito/condicional como tempo ou modo. Oliveira (2013), pesquisadora portuguesa, afirma que a classificação do condicional como um tempo verbal sempre foi polêmica, visto que os autores costumam se dividir entre os que o classificam como um tempo e os que o consideram um modo. Ainda de acordo com Oliveira (2013), atualmente, em Portugal, predomina a leitura de que o condicional seja um modo verbal, o que já está fixado na terminologia linguística para o ensino básico e secundário. A oscilação entre tempo e modo acontece em virtude da variedade de empregos que as formas em *-ria* permite, “que vão de um uso temporal (o chamado futuro do pretérito) às ocorrências como marcador de possibilidade condicionada, de incerteza, etc” Oliveira, 2013, p. 62).

Os estudos de Dendale (1993; 2010) sobre o condicional na língua francesa apresentam uma classificação tripartida a qual aponta os valores temporais, modais e evidenciais que o condicional pode assumir. A pesquisadora portuguesa Oliveira (2013, p.69) observa que essa classificação, mesmo tendo sido elaborada com base na língua francesa, é facilmente transponível para o português devido às semelhanças do condicional nas duas línguas. Rodrigues (2001), baseando-se nos estudos de Dendale (1993), diferencia o condicional temporal, o condicional epistêmico e o condicional hipotético. O primeiro diz respeito ao uso temporal (futuro do pretérito); o segundo se refere ao condicional jornalístico, além dos condicionais de atenuação, surpresa ou suposição; já o terceiro se relaciona ao uso em construções condicionais (do tipo *se p, então q*). Assim, para essas três formas de condicional, temos em língua portuguesa, por exemplo:

I. Condicional temporal

“Ele afirmou que só **falaria** com este colunista na terça [...]”. Perrone (2023) - Colunista do UOL.

II. Condicional jornalístico

“Criminosos **teriam** arrombado cofre e levado quantia em dinheiro”. g1 Campinas e Região (2023).

III. Condicional hipotético

“Se a Ditadura não tivesse acontecido, as Forças Armadas **teriam** uma história diferente – e a polícia também”. Fábio Marton (2020) – Super Interessante.

Observando esses exemplos, é notável que a ideia de condição só aparece de forma explícita no último caso (condicional hipotético), o que retoma a defesa de Câmara Jr. (1967), apresentada anteriormente, de que a designação *condicional* não consegue abarcar a diversidade semântica das formas em *-ria*. Ademais, as apódoses das construções condicionais usam outras formas verbais além dessas, a exemplo de formas no presente e no futuro do presente: ‘Se eu vi, não me **lembro**’/ ‘Se ela for, eu **serei** avisada’.

Sabe-se que a designação *futuro do pretérito* também não consegue envolver, como já visto, todos os valores semânticos desse tempo/modo verbal, contudo opta-se neste trabalho por esta designação por se entender que, mesmo numa estrutura condicional, a ideia de futuro posterior a uma situação passada pode ocorrer, como acontece no exemplo *III* de condicional hipotético. Assim, o futuro do pretérito será analisado nesta pesquisa em diferentes contextos sintático-semânticos, destacando-se tanto o valor modal quanto temporal.

2.2 A EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRETÉRITO E OS CONTEXTOS DE VARIAÇÃO COM O PRETÉRITO IMPERFEITO

Mercer (2011) menciona que é antigo o reconhecimento de que as formas verbais que expressam o presente e o pretérito são mais estáveis em relação às que exprimem futuro – diferença ligada, provavelmente, ao semantismo do presente e do pretérito que “repousa sobre uma factualidade, mas não o do futuro, que remete ao provável ou ao que se toma como certo, mas jamais a fato”, por isso o significado das formas de futuro “tende a espriar-se, da certeza ao simples desejo, intenção ou compromisso” (Mercer, 2011, p. 390).

Em vista disso, além do seu valor temporal de futuro em relação a um passado, o futuro do pretérito expressa valores modais como: “o valor de atenuação, em pedidos ou solicitações; o valor epistêmico de ‘incerteza’ [...]; o valor evidencial, presente no discurso jornalístico; o valor de hipótese ou de contrafactualidade, em orações condicionais” (Afonso, 2018, p. 33). Ainda de acordo com Afonso (2018), o motivo de o futuro do pretérito¹ expressar diferentes valores tem relação com sua história e evolução, visto que a perífrase

¹ A autora adota a denominação futuro condicional.

latina da qual se originou possuía um significado de predestinação e, só mais tarde, passou a veicular valores de tempo e modo que transferiu às línguas românicas.

Outra particularidade do futuro do pretérito é a sua substituição pelo pretérito imperfeito em variados contextos. O pretérito imperfeito é um tempo passado inconcluso, geralmente utilizado para expressar um fato interrompido por outro episódio concomitante ou para exprimir hábito, que se realizava com frequência no passado. Travaglia (1987) afirma que o falante da língua portuguesa usa o pretérito imperfeito “sempre que precisa se afastar (fugir, escapar, ausentar-se) da realidade ou vê ou quer apresentar um fato como fora da realidade, afastando-se de qualquer responsabilidade ou comprometimento pelo que diz, ante o ouvinte” (p. 70). Para exemplificar, Travaglia faz referência à música *João e Maria*, de Chico Buarque e Sivuca: “Agora eu era o herói/ E o meu cavalo só falava inglês”.

Justificando a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito, Givón (1995) sugere que há uma relação entre a noção de *irrealis* e tempo passado, mais precisamente o passado habitual. Para o autor, a ideia vaga e imprecisa veiculada pelo pretérito imperfeito é que permite seu uso em contextos *irrealis*, isto é, em ambientes sintático-semânticos que, tradicionalmente, são assumidos pelo futuro do pretérito. Williams (1986), por sua vez, assegura que o futuro do pretérito é praticamente desconhecido na linguagem popular e ainda afirma que “o imperfeito do indicativo é usado em seu lugar mesmo na linguagem literária” (p. 212).

Há registros de que a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito acontece já faz algum tempo. Em pesquisa diacrônica (tempo real de longa duração), Costa (2003) observou, através de peças teatrais, que desde o século XVIII já ocorria essa variação, a qual permanece estável até o final do século XX.

De acordo com Afonso (2018), o futuro do presente e o futuro do pretérito cada vez mais têm sido substituídos por outras formas do indicativo. No caso do futuro do pretérito, a substituição ocorre com o pretérito imperfeito, em contextos temporais como também nos modais, e ela esclarece, respectivamente, com os seguintes exemplos:

- a) “O João disse que **chegaria** tarde/ O João disse que **chegava** tarde.
- b) “Se ele chegasse cedo, **veria** o filme do início/ Se ele chegasse cedo, **via** o filme do início” (Afonso, 2018, p. 30, grifo nosso).

Assim, nos exemplos de *a)*, vemos a variação entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito em um contexto que veicula uma noção de posterioridade, ou seja, temporal. Já em *b)*, a oração condicional exprime valor modal epistêmico, uma vez que o enunciado traz uma ideia provável, incerta.

Ademais, a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito acontece também com uso de formas perifrásticas (*iria/ia* + verbo no infinitivo), sendo a forma de *ia*+verbo no infinitivo mais recorrente que a de *iria*+verbo no infinitivo, conforme apontam diferentes pesquisas já realizadas no Brasil, a exemplo dos estudos de Costa (1997; 2003), de Tesch (2007), entre outros. A variação ainda acontece com os auxiliares modais como ‘poder’, ‘dever’, ‘precisar’, ‘querer’, ‘ter de/ter que’ + infinitivo.

Analisa-se, neste estudo, a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito – que serão chamados, respectivamente, de FP e PI, quando houver referência às variantes – em diferentes ambientes sintático-semânticos que expressam a noção de *irrealis*, isto é, contextos em que a tradição gramatical atribui ao futuro do pretérito. Na sequência, apresenta-se um quadro para exemplificar esses contextos.

Quadro 1: Contextos sintático-semânticos considerados na variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito²

I. Período hipotético:

- (1) Se eu pudesse, eu **andava** muitíssimo arrumada, o tempo todo arrumada. (LPSB³–M2U⁴)
- (2) “Então, e falando sobre o trote... Como ritual, como ritual, como tradição, eu **seria**... Eu **estaria** negando minha formação, se eu falasse que eu era contra”. (LPSB–H1U)

II. Orações independentes:

- (3) Não. Ali ele... ele tinha tido um “treco” na escola, porque aí... **iria haver** uma reversão grande, não é? E ele sabia que não podia fazer isso. (NURC–H3U)
- (4) [...] uma maneira que ele se interessasse mais por alguma matéria, por algum estudo mais específico, por alguma área até, né, **ia tentar** de tudo. (PEPP–M1M)

² Para se definir os contextos, baseou-se em Costa (1997; 2003).

³ Dados do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*.

⁴ Os exemplos dos *corpora* estão referenciados com as siglas dos projetos seguidas do código da estratificação social na seguinte ordem: Sexo - Mulher (M), Homem (H); Faixa etária – (1: de 25 a 35 anos, 2: de 45 a 55 anos e 3: acima de 65 anos) e Escolaridade – Ensino Fundamental (F), Ensino Médio (M) e Ensino Universitário (U).

III. Orações encaixadas:

- (5) Eu penso assim, que a gente **deveria ler** coisas... Coisas agradáveis, né, se o lazer é uma coisa agradável, então você tem que ler matérias assim que lhe instrui. (PEPP-H1M)
- (6) “Eu acho que **devia haver** uma redistribuição pra não haver excesso em alguns lugares e escassez em outros de guarda, isso trânsito”. (NURC-M3U)

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro ambiente sintático-semântico presente no quadro acima se refere ao período hipotético, formado por uma oração subordinada condicional (prótase) e uma oração principal (apódase), conforme o exemplo (1). Porém essa ordem pode se inverter (apódase + prótase), como na sentença (2). Conforme esclarece Costa (2003), há três classificações para o período hipotético: real (*realis*) ou factual, potencial (*potentialis*) e irreal (*irrealis*) ou contrafactual. Nesta pesquisa, apenas o período hipotético irreal é considerado, visto que será analisada a expressão do futuro do pretérito.

A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito será considerada ainda em orações independentes, fora do escopo da hipótese por meio de prótase + apódase (ou *vice-versa*). Nos exemplos (3) e (4), temos sentenças no âmbito do *irrealis* nas quais os falantes expressam, respectivamente, opinião e planos. Costa (1997), ao analisar os contextos de orações independentes, observa que “o locutor se refere a planos, sugestões, conselhos ou qualquer outro assunto fora dos limites da factualidade” (p. 21).

Orações encaixadas (subordinadas substantivas e adjetivas) também serão consideradas na nossa análise, conforme verificamos nos exemplos (5) e (6). Geralmente, são sentenças em que o verbo da primeira oração exprime opinião e a ideia é complementada na oração encaixada, que, por sua vez, apresenta as variantes estudadas.

Procurou-se contemplar, no Quadro 1, as diferentes formas de variação entre FP e PI, no que diz respeito à estrutura verbal. Nos exemplos (1) e (2), acontece a variação entre formas sintéticas; nos exemplos (3) e (4) as variantes são constituídas por estrutura perifrástica; e nos exemplos (5) e (6), temos a variação com auxiliares modais, cuja análise será realizada de maneira separada, visto que, conforme Tesch (2007), os auxiliares modais não costumam veicular formas perifrásticas com verbo *ir*.

2.3 DIACRONIA DO FUTURO DO PRETÉRITO NO SISTEMA VERBAL

As formas verbais na língua latina eram, principalmente, sintéticas e se reuniam em quatro conjugações de infinitivo, sendo a primeira formada pela desinência -āre; a segunda por -ēre; a terceira por -ere e a quarta por -īre. Conforme Coutinho (1976), a segunda e a terceira conjugações se uniram, resultando nas três que permanecem na língua portuguesa.

Embora a maior parte dos tempos da conjugação latina tenha sido conservada na língua portuguesa, como, por exemplo, o presente, o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito do indicativo e o presente do subjuntivo, alguns passaram a ter novas funções e outros caíram em desuso, o que ocasionou a criação de novos tempos para substituí-los. Dessa forma, tiveram empregos novos o imperfeito do subjuntivo, que provavelmente tenha se tornado o infinitivo pessoal em português; o mais-que-perfeito do subjuntivo, o qual passou a ser usado como imperfeito do mesmo modo; o futuro perfeito do indicativo, que se fundiu com o perfeito do subjuntivo e formou o futuro do subjuntivo; e o presente do subjuntivo que passou a constituir as 3^{as} pessoas do imperativo afirmativo e todas do negativo (Coutinho, 1976, p. 275).

No que diz respeito às criações de novos tempos para preencher as lacunas ocasionadas pelo desaparecimento de outros, surgiram o futuro do presente, o futuro do pretérito, as formas analíticas do presente e imperfeito da voz passiva e os tempos compostos. A respeito do futuro do pretérito, Coutinho (1976, p. 277) afirma que surgiu no latim vulgar a forma perifrástica formada pelo infinitivo do verbo principal + imperfeito do indicativo do verbo *habere*, porém, devido a uma dissimilação, as formas *habebam*, *habebas*, por exemplo, sofreram redução, ficando *abéam*, *abeas*, “cujo grupo átono *ab-* caiu do mesmo modo que no futuro. Ficou destarte o imperfeito reduzido -éam, -éas, -éat, -éamus, -éatis, - éant” (*amare éam*), que depois foram transformados em: “-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam”.

Câmara Jr. (1975) explica que, com a combinação do infinitivo imperfeito e o presente do verbo *habēre* (haver), formou-se, em boa parte das línguas românicas, uma locução volitiva, que focalizava, do presente, a vontade de que um fato acontecesse (como, por exemplo, *cantare habeo*), que deu origem ao futuro do presente. No mesmo período, surgiu uma locução paralela, com referência no passado, constituída de infinitivo com o pretérito imperfeito de *habēre* (*cantare habebam*), gênese do futuro do pretérito.

Mattos e Silva (2001) ressalta que as diferenças que marcam o sistema verbal no período arcaico em relação ao português atual procedem principalmente do nível da

morfologia. A oposição aspectual, por exemplo, deixou de ser marcada morfologicamente e passa a ser expressa por meio de sequências ou locuções verbais, com exceção do pretérito perfeito e imperfeito. A autora também destaca que, no novo sistema,

perdidos os futuros perfectivo e imperfectivo do latim, formou-se, no romance, uma locução verbal para a expressão da futuridade. Foi construída do infinitivo de qualquer verbo seguido de *habēre*, no indicativo presente ou no pretérito imperfeito (do tipo: *amare* + *habeo/amare* + *habebam*) que, por processos fonológicos regulares, resultaram nas formas gramaticalizadas do futuro do presente/futuro do pretérito (*amarei/amaria*). (Mattos e Silva, 2001, p. 38).

Brocardo (2016, p. 2) observa que é comum a defesa de que o futuro do pretérito teria resultado “da evolução de perífrases com o verbo latino *habere* (‘ter, possuir’) com base no modelo que originou o futuro (do presente)”. Dessa forma, partindo da composição “*amare habet* [*amar_INF haver_PRES*] > *amará*, a correspondente perífrase, no passado, *cantare habebat* [*amar_INF haver_IMPERF*] passou a ser usada como um futuro do passado no discurso indireto (*amaria*)”.

A origem em comum do futuro do presente e do futuro do pretérito, contudo, é alvo de discussões. Ainda de acordo com Brocardo (2016), três hipóteses são consideradas no que diz respeito à formação dos dois tempos do futuro do indicativo: “FUT e COND⁵ emergiram independentemente; o FUT serviu de modelo ao COND (que corresponde à alternativa que mais comumente se encontra na bibliografia geral de linguística românica); o COND serviu de modelo ao FUT” (p. 2).

Oliveira (2003/2004) argumenta que o futuro e o condicional derivam do mesmo processo de gramaticalização, porém um não serve de modelo para o outro, o que significa dizer que as formas *amarei* e *amaria*, por exemplo, são o resultado da reanálise de uma perífrase verbal, na qual um dos verbos torna-se auxiliar, mas a base de auxiliabilidade não teria sido a mesma para formar os dois tempos verbais, isso porque o marcador de futuro seria o verbo *haver* no presente, enquanto o futuro do pretérito seria formado pelo imperfeito do verbo *ir*. Contudo, de acordo com a autora, essa hipótese não elimina as demais, pois é possível, inclusive, que o verbo *haver* no imperfectivo tenha competido com o verbo *ir* para constituir a ideia condicional.

Massini-Cagliari (2006, p. 100-101), por sua vez, defende que, no português arcaico, o futuro e o futuro do pretérito são tempos compostos, argumento que se baseia na variação de

⁵ FUT: futuro do presente; COND: condicional ou futuro do pretérito.

formas como “*viverey e ey a viver, viveria e ia a viver*” e na possibilidade de uso da mesóclise que acontece apenas nos dois tempos. Por conseguinte, o futuro e o futuro do pretérito se distinguem das demais formas verbais devido à “existência de fronteiras entre as bases que, por um lado, desencadeiam a aplicação de acento lexical reiteradamente a cada base e, por outro lado, facultam a inserção de clíticos entre essas fronteiras [...]”.

Dias (2012, p. 38), baseando-se em Câmara Jr. (1967), lembra que, no português arcaico, os elementos desinenciais “**-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam** eram usadas como formas compostas do verbo principal que se encontrava no infinitivo: **estudar-ia, chamar-ia, vender-ia** para a ideia de futuro no passado”. Mais tarde, a tonicidade incide na última parte, no auxiliar *ia*, provocando uma mudança morfológica, pois o vocábulo composto passou por uma aglutinação que o tornou simples, além de ocorrer uma mudança fonológica, com a transposição da tonicidade para a partícula – *ria*.

Destarte, se na passagem do latim para as línguas românicas aconteceu um processo de perda de auxiliaridade para a formação de verbos sintéticos no futuro, no português atual acontece o contrário. As gramáticas tradicionais, geralmente, apresentam apenas quatro verbos auxiliares (*ser, estar, ter e haver*), porém, na construção perifrástica *ir + infinitivo* dos tempos do futuro, o verbo *ir* funciona como auxiliar e termina por exprimir com mais precisão o momento da ação verbal.

Oliveira (2006) defende, ao pesquisar o percurso do futuro perifrástico na língua portuguesa, que o processo ocorrido no latim (forma analítica > forma sintética) está acontecendo de forma invertida no português atual (forma sintética > forma analítica), o que é possível a partir da gramaticalização do verbo *ir*. A nossa hipótese é a de que um processo semelhante acontece com o futuro do pretérito, que comumente é substituído pelo verbo *ir* (principalmente no pretérito imperfeito) + uma forma de infinitivo.

Freitag, Oliveira e Coan (2018, p. 212) lembram que, no século XVI, a partir de um processo de gramaticalização, o verbo *ir* começa a ser usado como indicador de futuridade e, ao menos na fala, o uso do futuro perifrástico chega a ultrapassar o do futuro simples no final do século XX. A respeito da expressão do futuro do pretérito, Costa (2003) conclui que, no século XVIII, ocorria uma disputa entre as formas perifrástica com ‘*ir*’ e ‘*haver de*’, sendo que o uso de “*havia de + infinitivo*” desaparece a partir da segunda metade do século XX e, nesse mesmo período, a perífrase “*Ia + infinitivo*” começa a se destacar e tem seu percentual dobrado a cada vinte anos, a partir da década de quarenta.

Costa (2006, p. 98) reitera que o *ir* vem perdendo propriedades lexicais, passando a funcionar como um verbo auxiliar, apesar de manter a existência da função paralela do *ir* de movimento. Dessa forma, como verbo auxiliar, o *ir* deixa de ser principal, perde o valor de item lexical, ou seja, a semântica que indica movimento, e passa a indicar predição/futuridade.

O processo que ocorre com as formas de futuro, marcado pela retomada de formas perifrásticas em detrimento das formas sintéticas, também é discutido por Abraçado (2020, p. 104), que lembra a decadência pela qual o futuro sintético vem passando e afirma: “Tal fenômeno é denominado Ciclo do Futuro (Coseriu, 1977; Fleischman, 1982; Araújo, 2003)”.

Para Mercer (2011), é possível que a substituição de uma forma analítica por uma forma sintética seja explicada apenas a partir de considerações formais (morfofonológicas). Porém, quando se trata de compreender as mudanças da forma sintática para a analítica, é necessário buscar explicações de base semântica, pois uma estrutura sintética por si só não conduz ao desenvolvimento de formas analíticas.

De acordo com Freitag, Oliveira e Coan (2018, p.238), essa retomada da língua às formas analíticas pode ser analisada pelo *princípio do uniformitarismo* (Labov, 1994). De acordo com essa premissa, os processos que operaram no passado podem ser percebidos por meio da observação de processos que estão em andamento na língua, assim, o presente é usado para explicar o passado.

A partir do estudo do surgimento e do percurso de mudanças ocorridas na forma de futuro do pretérito desde o latim, percebe-se que, desde a sua criação, o futuro do pretérito estabelece relação com o pretérito imperfeito, tendo em vista que a sua constituição aconteceu a partir da formação de uma perífrase de infinitivo com o pretérito imperfeito. As causas dessa variação perpassam, portanto, pela história e pelo desenvolvimento da língua e o intuito deste trabalho é investigar quais são os motivos atuais, de cunho linguístico e social, que promovem esse fenômeno na língua portuguesa.

2.4 AS CATEGORIAS DE TEMPO, ASPECTO E MODALIDADE NA EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRETÉRITO

As categorias de tempo, aspecto e modalidade estabelecem relação entre si, compondo um complexo domínio funcional nas línguas. O tempo envolve a sistematização da relação entre dois pontos sequenciais: o tempo de referência e o momento do evento; o aspecto diz

respeito à duração temporal e à modalidade, às noções de *realis* e *irrealis*, ou seja, certeza ou não-certeza, respectivamente (Givón, 1995).

Corôa (2005) comenta que, antes de existir uma preocupação com a língua e sua relação com a ideia de tempo, os lógicos e filósofos antigos e medievais já se detinham em questões referentes ao tempo, principalmente porque as reflexões lógicas incidem sobre as definições de tempo, bem como os conceitos do que é verdadeiro e falso. Além disso, segundo a autora, Aristóteles considerava fundamental o verbo possuir referência temporal.

Reichenbach (1948) foi o primeiro lógico a sistematizar uma compreensão temporal referente às línguas naturais. A partir do estudo de Reichenbach, Corôa (2005) apresenta os seguintes momentos que são significativos para distinguir os *tempora* de uma língua natural:

MOMENTO DO EVENTO (ME): é o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.

MOMENTO DA FALA (MF): é o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.

MOMENTO DA REFERÊNCIA (MR): é o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME. (Corôa, 2005, p. 41)

Os *tempora* do pretérito refletem o mundo de forma mais objetiva devido ao caráter de relatar eventos, estados ou processos já ocorridos. Consequentemente, estabelecem estreita relação com o ME, visto que é “nos *tempora* do pretérito que o ME está mais bem delimitado e localizado: ocorre sempre antes do MF” (Corôa, 2005, p. 48-49). Ainda segundo a autora, o pretérito imperfeito é um tempo em que o ME é concomitante ao MR, e estes, por sua vez, são anteriores ao MF. Ademais, o falante passa ao ouvinte, através do uso do imperfeito, um olhar do evento a partir do próprio momento em que o evento acontece, e não a partir do seu fim.

Quanto ao futuro do pretérito, é caracterizado por ser um tempo no qual o MR é anterior ao MF, e este é anterior ao ME. Em virtude da expressão irreal ou suposta dos *tempora* do futuro, Corôa (2005) também observa que “não sabemos tanto do futuro como sabemos do passado”, dado que não é possível “negar algo tão categoricamente como se pode no passado, pois o próprio futuro é apenas uma possibilidade” (p. 54-55). Assim:

Pode-se, então, formular a hipótese de que o futuro, qualquer que seja sua ligação por natureza com o possível, o virtual ou incerto, expressa sempre um pensamento

que parte do possível para a certeza: interpretações antecipadas sobre este movimento fornecem os empregos modais; interpretações posteriores fornecem os empregos temporais. (Corôa, 2005, p. 56)

Ainda que o futuro do pretérito expresse valor temporal, seus empregos modais se destacam, pois, de acordo com Corôa (2005), “parte de uma base temporal, mais possível de ser, para um mundo altamente hipotético” (p. 57). Dessa forma, quando o falante usa o pretérito imperfeito em contextos do futuro do pretérito, possivelmente busca empregar um valor de certeza e objetividade sobre o que diz, mesmo a partir de um contexto hipotético.

Para Afonso (2018), as categorias verbais funcionam como indicadores, e não como conjuntos fechados, por isso não é razoável considerar que determinada forma somente veicule valores temporais ou modais. De acordo com a autora, o futuro do presente e o futuro do pretérito expressam tanto leitura temporal como modal, visto que ambos expressam valor de posterioridade e também podem veicular valor epistêmico. Também a respeito do futuro do pretérito, diz que, além de se delimitar o significado de determinada forma ou construção linguística, “o que de facto importa é a exploração dessa forma ou construção em contexto”, assim, devido à sua complexidade, o FP “pode e deve servir como prova viva de que é extremamente difícil manter a ideia de ‘uma forma – um significado’” (p. 47).

O ponto de referência, que também constitui a significação dos tempos verbais, é outro tema considerado na discussão sobre a expressão variável do futuro do pretérito. A referência identifica se a situação retratada pelo falante é anterior (passada), posterior (futuro) ou simultânea (presente) ao tempo da fala. Santos (2014) constatou a relevância do ponto de referência na variação entre FP e PI. Quando a referência está no passado, em relação ao momento da fala, há mais possibilidade de o falante usar PI; mas, se a referência estiver no presente ou no futuro, o falante opta pelo uso de FP⁶.

A respeito da categoria de aspecto verbal, Castilho (1968) diz que, inicialmente, essa categoria era considerada uma “qualidade do tempo”. Depois, com o desenvolvimento das pesquisas, observou-se que, mesmo relacionado à ideia de tempo, o aspecto se afasta dela em razão de representar “uma *atualização espacial, qualitativa do processo verbal*, enquanto que o tempo se empenha sobretudo em sua vinculação com um dado momento” (p. 39). Castilho também menciona que o aspecto possui natureza léxico-semântica devido a suas diferentes representações, que podem se dar pelo sentido do verbo, pela flexão de tempo, pelos adjuntos adverbiais e pelos tipos oracionais.

⁶ Esse tema será detalhado na apresentação das variáveis linguísticas consideradas nesta pesquisa, assim como na análise dos resultados.

Ainda conforme Castilho (1968), quando uma ação verbal indica duração, o aspecto é imperfeito; quando uma ação é já cumprida, contrária à ideia de duração, o aspecto é perfectivo; quando uma ação é repetida, o aspecto é iterativo; quando não indica nada disso, sendo o verbo marcado por uma característica virtual, indiferente a qualquer categoria, o aspecto é indeterminado.

De acordo com Travaglia (2006), o aspecto é uma categoria verbal vinculada ao TEMPO⁷, visto que indica o espaço temporal gasto no desenvolvimento de determinada situação, marcando, portanto, a duração da situação realizada. Ele também afirma que o aspecto é uma categoria de TEMPO, não dêitica, que demarca a duração da situação a partir do ponto de vista do desenvolvimento, do complemento ou da realização do fato.

Para distinguir as categorias de tempo e aspecto, Travaglia (2006) explica que tempo estabelece o momento de ocorrência da situação em relação ao momento da fala, situando o fato como anterior (passado), simultâneo (presente) ou posterior (futuro) ao momento da enunciação, por isso tempo é uma categoria dêitica. Quanto à categoria de aspecto, é não dêitica, porque expressa a situação em si. Apoiando-se em Comrie (1976), Travaglia (2006) ainda esclarece que “aspecto são as diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna da situação, sua duração”, dessa forma, para distinguir as duas categorias, “podemos dizer que o tempo é ‘um TEMPO externo à situação’ e o aspecto é ‘um TEMPO interno à situação’” (Travaglia, 2006, p. 39).

Ao tratar do aspecto nos diferentes tempos verbais, Travaglia (2006) assegura que o futuro do presente e o futuro do pretérito em si não marcam aspecto, o que pode ser explicado por duas razões:

- a) Em primeiro lugar, eles marcam o tempo futuro que atribui à situação uma realização virtual, até certo ponto abstrata, que enfraquece as noções aspectuais que estão sendo atualizadas, dificultando a percepção das mesmas, ou as anula;
- b) em segundo lugar, estes tempos têm um valor modal, proveniente de seu valor de futuro, que restringe a expressão do aspecto. (Travaglia, 2006, p. 138)

⁷ Noção abstrata de tempo, que desconsidera o verbo ou qualquer outro elemento da frase. Travaglia (2006) utiliza três sentidos para tempo: “1) Tempo 1: categoria verbal (correspondente às épocas: passado, presente, futuro). Falaremos então em **tempo**; 2) Tempo 2: flexão temporal. Estaremos nos referindo então aos agrupamentos de flexões da conjugação verbal: presente do indicativo, futuro do presente, futuro do subjuntivo, etc. Falaremos então em **tempos flexionais**; 3) Tempo 3: a ideia geral e abstrata de tempo de sua indicação pelo verbo ou qualquer outro elemento da frase. “Falaremos então de TEMPO (com letras maiúsculas)”. (p.38-39).

Em seguida, Travaglia (2006) diz que é a interferência de outros recursos que atribui aspecto a esses dois tempos, como perífrases verbais e adjuntos adverbiais, e traz os seguintes exemplos de futuro do pretérito com suas respectivas noções aspectuais: “Eu **teria lido** o livro se eu tivesse encontrado. (perfectivo, acabado)”;

“Mirtes **estaria morando** conosco se vocês não fossem tão incompreensivos. (imperfectivo, não-acabado, cursivo, durativo)” (p. 138). Segundo o autor, nessas frases o futuro do pretérito perde a noção de futuro, ficando somente com a função de inserir a noção modal de possibilidade em uma situação passada hipotética, como no primeiro exemplo, ou em uma situação passada hipotética, conforme o segundo exemplo.

Já no que diz respeito às noções aspectuais do pretérito imperfectivo, Freitag, Oliveira e Coan (2018) explicam que

O aspecto imperfectivo está relacionado à impossibilidade de se determinar os pontos inicial ou final da situação, com foco voltado ao seu desenvolvimento, em contraponto ao perfectivo, que enfatiza os pontos inicial ou final da situação. O imperfectivo também é uma característica de um período de tempo que inclui o ponto de referência como uma situação habitual [...].
(Freitag, Oliveira e Coan, 2018, p.227).

Freitag, Oliveira e Coan (2018, p. 228) também afirmam o domínio aspectual do imperfectivo pode ser classificado em dois traços básicos, *o intervalo da estrutura temporal e a recorrência da situação*. Em virtude desses traços, o domínio do passado imperfectivo possui uma escala de valores de imperfectividade, que vão do mais ao menos específico, ou seja, variam em *progressivo*, como em: “Daí quando ela estava **indo**, ela conheceu uma família legal, né?”; *durativo*: “Meu irmão também na época **fazia** judô, meu irmão mais velho, né?” e *iterativo*: “Ah! Eu quando **ia** pra casa do meu irmão eu tinha dezesseis anos, dezesseis pra dezessete”.

Já Travaglia (2006) diz que este é essencialmente *durativo*, mas também pode apresentar aspecto *imperfectivo*, *cursivo*, *não-acabado* e *habitual*. Porém, quando usado para substituir o futuro do pretérito, não atualiza noção de aspecto, como em: “‘O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto **virava** um fazendeiro’ (Monteiro Lobato)”;

“Se eu fosse ao cinema, **levava** você” (p. 135).

Vargas (2011, p. 21) lembra que no Latim o sistema verbal tornou-se bipartido, pois havia a oposição temporal entre o presente, chamado de *inflectum* (ação inacabada), e o

perfeito, denominado *perfectum* (ação concluída). Essa mudança, de acordo com Vargas (2011), fez com que a categoria de tempo suplantasse a categoria de aspecto, contudo os traços aspectuais não poderiam ser apagados, dessa forma, o *imfectum* expressa marcas do aspecto imperfectivo/durativo, ao passo que o *perfectum* revela o processo acabado. Assim, Vargas (2011, p. 39) defende que a categoria do aspecto não perdeu sua importância no desenvolvimento das chamadas línguas indo-europeias, como alguns estudiosos argumentam. Para a autora, a categoria aspectual se apresenta frequentemente, assim como a de tempo, e é visível a tendência de as situações serem mais durativas do que pontuais, com destaque para o aspecto imperfectivo.

No tocante à categoria de modalidade, Givón (2001) declara que se trata de um atributo dos enunciados que está associado à atitude e à avaliação do falante em relação ao que diz, contudo a atitude avaliativa do falante não se limita às informações da sentença, pois está pautada também no ouvinte e nas informações compartilhadas na situação comunicativa.

Dessa forma, Givón (1995, 2001) propõe uma escala de gradação de modalidade que aponta tanto o viés do falante quanto do analista em quatro graus distintos: *Irrealis 1* – condiz ao *realis*, ou seja, situações fortemente assertadas, factuais e, no nível do analista, a factualidade é observada no contexto linguístico simultâneo à função ou pressuposição. *Irrealis 2* – corresponde ao grau mínimo de *irrealis*, que está ligado a situações prováveis e, no nível do analista, a factualidade é observada no contexto linguístico subsequente; *Irrealis 3* – refere-se a situações impossíveis de acontecerem e, no nível do analista, a não factualidade se verifica no contexto linguístico simultâneo à função. *Irrealis 4* – corresponde ao grau máximo de *irrealis*, no qual é negada a asserção e, no nível do analista, é observada linguisticamente pelo marcador de negação.

Travaglia (2006) diz que as noções modais expressam certeza, prescrição, obrigação, necessidade, volição, intenção, possibilidade e probabilidade. Já Abraçado (2020, p. 72) também argumenta que a modalidade diz respeito “à expressão da atitude do falante em relação ao seu próprio enunciado, explicitando sua atitude psíquica em face da situação a que se refere”.

De acordo com Gonçalves e Cavalcante (2020, p. 272), a modalidade, em sentido amplo, “diz respeito a vários tipos de avaliações subjetivas do falante quanto às sentenças enunciadas. Em um sentido mais restrito, diz respeito a julgamentos de possibilidade e de necessidade do conteúdo das proposições”.

Geralmente, a categoria de modalidade é classificada, de forma mais restrita, como epistêmica ou deôntica. A modalidade epistêmica reúne o conhecimento ou a crença do falante sobre o conteúdo enunciado, então, se refere à verdade, crença, probabilidade, certeza e evidência. A modalidade deôntica, por sua vez, está relacionada ao uso da linguagem com a finalidade de expressar vontade, desejo, intenção e imposição. Na sequência, veremos exemplos para os respectivos tipos de modalidade:

(7) Eu me separei pelo seguinte porque eu acharia⁸ que se eu ficasse dentro de casa **seria** pior para eles, que eles **iam ver** a nossa briga [...]. (PEPP–H2F)

(8) Eu gostava, eu era apaixonado por... por gramática né, português, eu gostava demais. Se eu pudesse, eu **sabia**... (inint) as regras, tá entendendo?. (PEPP–H1M)

No exemplo (7), o falante expõe uma crença por meio do verbo no FP (**seria**) e na sequência usa a forma perifrástica Ia + verbo no infinitivo para projetar uma ideia também no futuro do pretérito, a qual está marcada por uma noção de possibilidade (**iam ver**), portanto, a sentença apresenta uma avaliação do falante na modalidade epistêmica. No exemplo (8), aparece uma forma de PI (**sabia**) em um contexto em que o falante apresenta um desejo, uma intenção de se apropriar de regras da gramática normativa, caso fosse possível, configurando uma situação de modalidade deôntica.

Para Givón (2001, p. 301-302), a interpretação comunicativa da modalidade epistêmica pode corresponder à **pressuposição** (proposição dada como certa); **asserção *realis*** (proposição fortemente afirmada como verdadeira); **asserção *irrealis*** (proposição fracamente afirmada como possível, provável ou incerta – sub-modo epistêmico – ou necessária, desejada ou indesejada – sub-modo avaliativo/deôntico); **asserção negativa** (preposição asseverada fortemente como falsa).

Assim como a modalidade epistêmica, a modalidade deôntica pode ser dividida em submodalidades: volição, rejeição, preferência, medo, aprovação, desaprovação, habilidade, poder, obrigação, manipulação, entre outras. E cada uma dessas submodalidades podem envolver julgamentos específicos feitos pelo falante sobre os estados mentais epistêmicos e deônticos (Givón, 2005).

⁸ Embora tenha o morfema *-ria* de FP, a forma *acharia* não foi considerada porque ocorre uma variação inversa, ou seja, o falante usou essa forma em um contexto que não é de futuro do pretérito, mas sim de pretérito imperfeito (*achava*) ou ainda do presente (*acho*).

As modalidades epistêmica e deôntica também se sobressaem nos verbos auxiliares modais, os quais expressam de maneira ainda mais evidente noções como obrigação, possibilidade, desejo, conforme exemplo a seguir:

- (9) “Essas crianças **deveriam estar** em um local é... estudando, brincando, **tinha que ter** assim aquela noção de criança [...]”. (PEPP-H1)

O auxiliar modal “deveria”, no futuro do pretérito, assim como o auxiliar “tinha que”, no pretérito imperfeito, expressam no contexto uma noção de obrigação, olhando pelo viés de que o falante expõe argumentos sobre o papel da família e Estado no cuidado com as crianças, mas também noção de necessidade, a partir do pensamento acerca do que as crianças precisam para viver, de fato, a infância.

Givón (2005) também afirma que apesar da divisão tradicional entre as modalidades epistêmica e deôntica, elas não são exclusivas entre si, pois interagem de diferentes formas. Assim, raramente a atitude modal se restringe, por exemplo, a uma crença ou a uma intenção, mas sim se refere às duas.

Em virtude dessa proximidade entre as modalidades epistêmica e deôntica, Tesch (2011) elabora uma escala de modalidade a fim de analisar o efeito desse fator na expressão do futuro, escala que também pode ser adaptada à análise do futuro do pretérito:

a) Extremo epistêmico

Foram consideradas, neste fator, as ocorrências em que não havia outras marcas de modalidade além do tempo linguístico e aquelas em que o falante expressava explicitamente certeza sobre a realização da ação.

[...]

b) Possibilidade epistêmica

Este fator se destina às ocorrências que indicam, sobretudo, ideia de possibilidade de ocorrência do evento.

[...]

c) Possibilidade deôntica

Este fator inclui os dados que apresentam apenas as noções deônticas de permissão e capacidade.

[...]

d) Extremo deôntico

Recobre os dados em que as noções de obrigação e necessidades sejam mais evidentes. Ir no presente + verbo no infinitivo.

[...]

(Tesch, 2011, p. 94-96)

Freitag, Araujo e Barreto (2013, p. 109) defendem que as categorias gramaticais precisam ser observadas por meio de um *continuum*, o qual abrange “uma gradualidade, formando um conjunto irregular, relativo e impreciso, dinamicamente organizado, cujos traços constitutivos não são partilhados igualmente por todos os itens que a constituem”, dessa forma, na análise da modalidade, as suas gradações devem ser consideradas. As autoras também argumentam que mesmo existindo uma forte ligação entre o passado condicional e a modalidade *irrealis*, pode-se observar diferentes gradações de assertividade, as quais vão do [- *irrealis*] ao [+ *irrealis*], o que resulta “do conjunto de traços linguísticos contextuais que interferem no grau de certeza da asserção: a presença de advérbios afirmativos e de intensidade e locuções adverbiais (cf. Dias, 2007)” (Freitag; Araujo; Barreto, 2013, p. 113).

Dias (2007), ao pesquisar a variação e a funcionalidade modo-temporal entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito, propôs uma escala de modalidade para avaliar o grau de certeza dos enunciados, que foram distribuídos da seguinte forma:

Certeza 1 (+) “certeza” – caracterizado por conter advérbios de afirmação (sim, certamente, seguramente), locuções adverbiais (com certeza, por certo), advérbios de intensidade (muito, pouco, bastante), repetição de verbo usado, como no exemplo a seguir: “Eu ia ser professor de novo se eu nascesse de novo...” (DID, nº 05).

Certeza 2 (+/-) “índice médio de certeza” – caracterizado por conter palavras de inclusão, como também. Exemplo: “Eu se fosse político grande eu dizia também...” (DID, nº 05).

Certeza 3 (+/-/-) “grau mínimo de certeza” – caracterizado por conter expressões explicativas ou de planejamento de ideias, expressões que denotem opinião (acho que, penso que, na minha opinião), interrogação (frases interrogativas) e advérbios de modo, como no exemplo a seguir: “Se não quisesse trabalhar ele poderia fazer assim...” (EF, nº17).

Certeza 4 (-) “incerteza” – caracterizado por não conter nenhum dos itens acima. Exemplo: “Se a senhora... se tivesse uma pessoa doente a senhora receitaria esse prato?” (DID, nº09). (Dias, 2007, p. 98-99).

Ao se observar essa escala de modalidade proposta por Dias (2007), surge um questionamento cuja resposta se buscará na análise dos dados desta pesquisa: Quando o grau de certeza é maior, há mais probabilidade de o pretérito imperfeito ser empregado em contextos de futuro do pretérito?

Brito (2014, p. 58) discute que só é possível obter uma ampla explicação semântica sobre o emprego variável do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito no discurso se for considerada a categoria modalidade. Para a autora, quando um falante, por exemplo, diz “se eu fosse alto, jogaria basquete” e posteriormente diz “se eu ganhasse na mega sena compraria uma Ferrari”, apesar de as sentenças possuírem a mesma estrutura prototípica das

orações condicionais, não apresentam a mesma função, pois é necessário que elas sejam analisadas sob o viés da modalidade, levando em consideração a possibilidade e a não possibilidade de realização de cada evento das sentenças, então ela explica:

Na primeira, o falante é baixo, nunca será alto, portanto, nunca jogará basquete. Entra em cena [...] a representação linguística do pensamento contrafactual. Já na segunda sentença, existe – mesmo que remota – a possibilidade de ganhar na mega sena e, caso isso ocorra, já se sabe o que informante pretende fazer, pois ele já expressou o seu desejo. (Brito, 2014, p. 58).

A categoria modalidade oferece uma vasta contribuição para a compreensão da variação na expressão do futuro do pretérito. Além da modalidade, a referência temporal, conforme discutido anteriormente, também deve ser considerada. Já no que diz respeito à categoria aspecto, entende-se que as formas de futuro do pretérito por si só não reproduzem essa noção. Assim, a expressão do futuro do pretérito pode ser investigada pelo viés do tempo e da modalidade, com destaque para esta última categoria.

3 VISÃO NORMATIVA VERSUS LÍNGUA EM USO

Nesta seção, investiga-se o tratamento da variação entre FP e PI na tradição gramatical, assim como se o verbo *ir* é identificado como auxiliar na expressão do futuro do pretérito. Serão apresentadas, também, pesquisas linguísticas sobre o fenômeno, que foram desenvolvidas com *corpora* de diferentes lugares do Brasil.

3.1 EMPREGOS DO FUTURO DO PRETÉRITO E DO PRETÉRITO IMPERFEITO SEGUNDO A TRADIÇÃO GRAMATICAL⁹

Cunha e Cintra (2008, p.476-479) apresentam contextos semânticos em que o futuro do pretérito é empregado, evidenciando-os em diferentes exemplos. Começam por mostrar empregos do futuro do pretérito simples, como o uso que indica ações posteriores ao momento em que se fala, ex.: “Depois de instalada, a academia se **transformaria** em sua outra casa” (T. Martins Moreira, *VVT*, 43); para expressar incerteza, probabilidade, dúvida ou suposição sobre fatos passados, ex.: “Quem **seria** aquele sujeitinho que estava de pé, encostado ao balcão, todo importante no terno de casimira?” (M. Palmério, *VC*, 34); como forma de polidez, normalmente para expressar desejo, ex.: “**Desejaríamos** ouvi-lo sobre o crime” (C. Drummond de Andrade, *BV*, 103); exprime surpresa ou indignação em algumas expressões interrogativas ou exclamativas, ex.: “O nosso amor morreu... Quem o **diria**?” (F. Espanca, *S*, 168); denota também condição em referência a fatos não realizados e que possivelmente não se realizarão, ex.: “Se não houvesse diferenças, nós **seríamos** uma pessoa só” (G. Ramos, *SB*, 102).

No que diz respeito à variação entre o futuro do pretérito e pretérito imperfeito, os gramáticos observam que o pretérito imperfeito é usado em lugar do futuro do pretérito para indicar um evento que seria uma decorrência certa de outro, o qual não aconteceu ou não poderia acontecer. Para exemplificar, trazem os seguintes exemplos: “— O patrão é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto **virava** um fazendão” (Monteiro Lobato, *U*, 236) / “—Se eu não fosse mulher, **ia** também!” (M. Torga, *V*, 307).

Quando tratam dos valores semânticos dos verbos, os autores voltam a lembrar que o futuro do pretérito pode ser substituído pelo pretérito imperfeito em declarações condicionais: “Sem a sua interferência, eu **estaria** perdido/ Sem a sua interferência, eu **estava** perdido”.

⁹ A seleção das gramáticas consultadas segue um critério principal: o fato de comporem listas das mais recomendadas do português brasileiro.

Explicam que, na primeira oração, “o fato principal (*estar perdido*) é apresentado como consequência provável da condição que não ocorreu; na segunda, ele aparece como efeito imediato e inelutável dela” (p.478). Os autores comentam, ainda, que o uso do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito é frequente também com os verbos modais: “Que palavras um sujeito *podia usar* para responder ao Vieirinha? (F. Namora, *TJ*, 261)”.

A fim de verificar se os gramáticos tratam do uso do verbo *ir* perifrástico na expressão do futuro do pretérito, foi averiguada também a seção que trata dos verbos auxiliares. Após falarem do uso dos auxiliares mais frequentes (*ter*, *haver*, *ser* e *estar*), indicam outros que “podem funcionar como auxiliares” (p. 411), a exemplo do verbo *ir*. Então, apresentam apenas dois empregos do *ir* como auxiliar:

- a) Com GERÚNDIO do verbo principal, para indicar que a ação se realiza progressivamente ou por etapas sucessivas:

O navio **ia encostando** no cais (pouco a pouco).
Os convidados **iam chegando** de automóvel (sucessivamente)

- b) Com o INFINITIVO do verbo principal, para exprimir o firme propósito de executar a ação, ou a certeza de que será realizada em futuro próximo:

Vou procurar um médico
O navio **vai partir**.

Assim, os gramáticos reconhecem o uso do verbo *ir* como auxiliar do futuro do presente, com o infinitivo do verbo principal, mas não mencionam o uso do auxiliar no futuro do pretérito.

Na *Moderna gramática portuguesa*, Bechara (2009) menciona a variedade de uso do pretérito imperfeito e seu uso no contexto do futuro do pretérito. Dessa forma, amparando-se em Coseriu (1973), afirma que o imperfeito se comporta como um “membro não marcado, extensivo, de uma oposição que encerra três membros, dois dos quais são marcados e intensivos: o mais-que-perfeito e o chamado condicional presente¹⁰, na forma simples” (Bechara, 2009, p. 277). Essa ambivalência do pretérito imperfeito demonstra que “geralmente uma forma verbal não está por outra ou em lugar de outra, mas sim no lugar de *outra significação*” (p. 277).

Posteriormente, o autor afirma que o pretérito imperfeito pode substituir o futuro do pretérito, sobretudo na conversação, quando o falante quer expressar um fato categórico, do qual tem segurança: “Se me despresasses, morreria, *matava-me*” (Charles Bally. *A neta do*

¹⁰ Futuro do pretérito.

Arcediogo, p. 19). Cita também, na sequência, que o mesmo fenômeno acontece para exprimir um fato certo como decorrência de outro que não aconteceu: “Eu, se tivesse crédito na praça, *pedia* outro empréstimo” (p. 278).

Quando trata dos tempos do futuro, Bechara (2009), inicialmente, observa que o futuro do presente e o do pretérito denotam uma ação que ainda se vai realizar: “Sem a crença em uma vida futura, a presente seria inexplicável” (Marques de Maricá). Chama a atenção o fato de ele começar por definir assim as duas formas de futuro, sem distinguir as especificidades do futuro do pretérito.

Mais adiante, contudo, para o futuro do pretérito, o autor apresenta os seguintes empregos: a) denota um fato que acontecerá, dependendo de alguma condição, ex.: “A vida humana *seria* incomportável sem as ilusões e prestígios que a circundam” (Marquês de Maricá); b) indica uma afirmação modesta em relação a um acontecimento passado, admiração por um fato ter ocorrido, ex.: “Nós pretenderíamos saber a verdade”, “Seria isso verdadeiro?” (p. 280); c) e ainda exprime incerteza, ex.: “Haveria na festa umas doze pessoas” (p. 280).

No que se refere aos verbos auxiliares, Bechara (2009) menciona que há várias aplicações deles e cita os verbos *ter*, *haver*, *ser*, *estar*, *ficar*, os auxiliares *acurativos* (*começar a escrever*, *ir escrevendo* etc.) e os *modais* (*dever*, *precisar*, *ter de/que*, entre outros). Não discute, por conseguinte, o uso do verbo *ir* em perífrases que denotam o futuro do pretérito.

Sacconi (2010), por sua vez, identifica três situações nas quais o pretérito imperfeito é usado pelo futuro do pretérito:

I) simplesmente substituindo-se um pelo outro, caracterizando-se, assim, a língua coloquial. Ex.: Não me disseram que você **vinha** hoje.

II) para indicar que o fato seria consequência certa e imediata de outro, que é irreal ou não ocorreu. Ex.: Se eu fosse o prefeito, **desapropriava** toda esta região.

III) para exprimir a nossa vontade, mas de modo cortês. Ex.: Se eu fosse você, não **ia** lá. (Sacconi, 2010, p. 293)

Sobre o futuro do pretérito, Sacconi (2010, p. 294) afirma que esse tempo pode exprimir: um fato posterior a um momento do passado: “Ontem você disse que me **telefonaria**”; um fato futuro certo, mas que depende de determinada condição: “O pai **ficaria** feliz se o filho seguisse a carreira diplomática”; um fato futuro duvidoso: “**Seria** possível um casamento desses?”; incerteza sobre fatos passados: “**Seriam** no máximo oito horas quando o

acidente aconteceu”; polidez ou timidez para um fato no presente: “Vocês **aceitariam** um aperitivo?”; surpresa ou repulsa, em enunciados interrogativos ou exclamativos: “Ela **pensaria** isso de mim?”. O autor apresenta também exemplos de futuro do pretérito composto, mas não traz uma seção específica sobre verbos auxiliares, portanto não registra o uso perifrástico do verbo *ir* na expressão do futuro do pretérito.

Na *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (2019¹¹), notamos uma apresentação mais tradicional dos tempos verbais, sem a menção de variação entre eles. O autor expõe paradigmas das três conjugações regulares, através dos verbos *louvar*, *vender* e *partir*, realiza a conjugação desses verbos em cada tempo do indicativo e não traz nenhuma observação a respeito do uso de PI em contextos de FP. Na seção dos verbos auxiliares, diz que “São numerosos os auxiliares em português: *querer* (quero sair), *estar* (estou escrevendo), *ficar* (fiquei a contemplá-la), *ir* (a tarde ia morrendo), etc.” (p. 182-183), porém, no estudo dos auxiliares em cada modo/tempo, opta por trazer “a conjugação dos auxiliares fundamentais que formam tempos compostos (ter e haver) e a voz passiva (ser)” (p.183).

Optou-se por averiguar, também, se na parte que trata de orações condicionais havia alguma ponderação do autor sobre a variação em estudo. Dentre os exemplos apresentados, cita um que denota o *irrealis*: “a) *Um fato de realização impossível* (hipótese irrealizável): *Se eu tivesse vinte anos,/casar-me-ia com você*” (p. 346). Traz, ainda, outro exemplo em que o futuro do pretérito aparece na oração principal e explica:

Para comunicar à construção maior leveza, pode-se prescindir de conjunção – caso em que a oração condicional costuma anteceder a condicionante e ter o verbo antes do sujeito: Não *estivesse eu* ausente do Rio,/teria comparecido ao seu casamento (p.347).

Nessa seção que trata das condicionais, não há, portanto, nenhuma observação também acerca do uso do pretérito imperfeito em contexto de hipótese/irrealidade. A gramática apresenta, como dissemos anteriormente, um tratamento mais tradicional, não citando usos linguísticos fora do escopo normativo, pelo menos no que se refere ao fenômeno em questão.

Na *Novíssima gramática da língua portuguesa* (Cegalla, 2020¹²), os tempos verbais são apresentados, inicialmente, de forma resumida, informando apenas usos convencionais da norma padrão. O autor elenca, depois, os paradigmas das três conjugações, por meio dos

¹¹ A 1ª edição da *Gramática normativa da língua portuguesa* remonta ao ano de 1957. A edição usada nesta pesquisa é a 55ª, a qual passou por revisão e atualização.

¹² A 1ª edição da *Novíssima gramática da língua portuguesa* remonta ao ano de 1964, porém ao longo dos anos o material passou por atualizações. A edição aqui usada é a 49ª.

verbos *cantar*, *bater* e *partir*, trazendo, após os exemplos dos verbos em cada modo/tempo, observações que se restringem a questões fonológicas e morfológicas dos verbos, deixando de discutir aspectos semânticos.

Os auxiliares são citados a partir de exemplos dos verbos *ser*, *haver*, *estar*, *começar* e *ir*. Para o verbo *ir*, usa o seguinte exemplo no futuro do presente: “O secretário *vai* anunciar os resultados” (p. 197). Após os exemplos, informa que os principais verbos auxiliares são *ter*, *haver*, *ser* e *estar* e observa que outros exemplos de verbos auxiliares poderão ser vistos mais adiante. Assim, na seção posterior que trata dos auxiliares, diz que há outro tipo de conjugação composta, as locuções verbais, “também chamada de *conjugação perifrástica*” (p. 200), e exemplifica com auxiliares modais (*ter de*, *dever*, *poder*), além de outros verbos, dentro os quais *andar*, *entrar a* e *voltar a* + infinitivo ou gerúndio. Nessa seção, Cegalla (2020) também não faz referência ao verbo *ir* em estrutura perifrástica no futuro do pretérito.

Contudo, na parte da gramática destinada à sintaxe, numa seção denominada “Emprego dos modos e tempos”, o autor volta a tratar dos verbos, trazendo uma visão voltada para o uso linguístico, diferente do olhar puramente normativo que apresentou na parte da morfologia dos verbos. Assim, ao tratar dos verbos do modo indicativo, menciona, dentre outros empregos, que o pretérito imperfeito “pode substituir o futuro do pretérito, principalmente na linguagem informal” e cita os seguintes exemplos:

Se cultivasses estas terras, em pouco tempo *estavas* rico. [*estavas* = estarias]
 “A carinha de Neuma *podia* ser de chinesa, fossem os olhos mais enviesados.” (RAQUEL DE QUEIRÓS) [*podia* = poderia]
 “Deixassem-no com ele e haviam de ver o bicho que dali *saía*.” (COELHO NETO) [*saía* = sairia]
 “Se ela me preferisse ao marido, não *fazia* mau negócio.” (GRACILIANO RAMOS) [*fazia* = faria] (Cegalla, 2020, p. 585).

Nos exemplos apresentados por Cegalla (2020) há empregos do pretérito imperfeito com valor de futuro do pretérito em forma sintética (*estavas*, *saía*, *fazia*) bem como um exemplo de verbo modal: *podia* ser. Porém, na sequência, o autor faz uma observação:

Na linguagem culta formal, deve-se respeitar a correspondência temporal, combinando o pretérito imperfeito do subjuntivo com o futuro do pretérito do indicativo:
 Se Pedro *fosse* competente, a empresa o *contrataria*. (certo)
 Se Pedro *fosse* competente, a empresa o *contratava*. (errado) (Cegalla, 2020, p. 586).

Nota-se que, anteriormente, o autor reconhece o uso do pretérito imperfeito em substituição ao futuro do pretérito, sobretudo em contextos informais, mas nesses últimos exemplos é mais incisivo ao afirmar que na linguagem culta formal esse emprego é considerado um erro. Dessa forma, é importante notar que, diferente das demais gramáticas analisadas que apresentam a variação em estudo, a gramática de Cegalla (2020) externa um tom mais purista ao trazer a noção de erro para o uso do pretérito imperfeito com sentido *irrealis*.

Na parte que trata do emprego do futuro do pretérito, Cegalla (2020, p. 587-588) apresenta diferentes usos, como exprimir um acontecimento futuro condicionado a outro: “Eu *iria* à festa, se não chovesse”; expressar um fato futuro situado no passado: “Afirmar, naquela ocasião, que não o *apoiaria*”; empregar pelo presente formas de polidez: “*Poderia* dar-me uma informação, senhorita? (*poderia*=pode); exprimir dúvida, incerteza, probabilidade: “Ele *teria*, quando muito, trinta e cinco anos”. Por fim, Cegalla (2020, p. 588) também afirma que o futuro do pretérito pode ser substituído, principalmente na linguagem informal, por locuções com o verbo *ir* no pretérito imperfeito e o verbo principal no infinitivo: “Informaram que *ia* *faltar* luz. [*ia* *faltar* = *faltaria*] / ‘Uma conquista como a que a bandeira *ia* *realizar* não se faria em branca nuvem.’ (CASSIANO RICARDO) [*ia* *realizar* = *realizaria*]”. Dessa forma, a gramática apresenta a variante considerada mais inovadora da variação investigada nesta pesquisa.

Observa-se que a gramática de Cegalla (2020) apresenta uma estrutura que pode deixar o leitor confuso quanto ao fenômeno em estudo, porque quando trata, na parte morfológica, dos tempos verbais e verbos auxiliares o assunto não é referido, sendo contemplado posteriormente na parte de sintaxe. Caberia, portanto, na parte morfológica, principalmente quando trata dos verbos auxiliares, pelo menos uma menção de que outros empregos da linguagem coloquial seriam mencionados mais adiante. Assim, ficaria mais compreensível para o leitor que a segunda parte vem como um complemento, pois, da maneira como está, a gramática acaba apresentando certa contradição.

Na sequência, será apresentado um quadro que sintetiza quais são as gramáticas que contemplam e as que não contemplam a variação estudada nesta pesquisa:

Quadro 2: Síntese da análise das gramáticas normativas

Gramático(s)	Variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito	Perífrase do verbo <i>ir+infinitivo</i> em contexto do futuro do pretérito	
Cunha e Cintra (2008)	✓	X	✓ Tema contemplado
Bechara (2009)	✓	X	X Tema não contemplado
Sacconi (2010)	✓	X	
Rocha Lima (2019)	X	X	
Cegalla (2020)	✓	✓	

Fonte: Elaboração própria.

As gramáticas de Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009), Sacconi (2010) e Cegalla (2020) reconhecem o uso do pretérito imperfeito em contexto do futuro do pretérito. Observa-se que Cunha e Cintra, Sacconi e Cegalla apresentam mais contextos nos quais pode haver a substituição do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito, enquanto a abordagem de Bechara se restringe a apenas um contexto. Já a gramática de Rocha Lima (2019) não se ocupa dessa discussão.

Investigou-se, também, se as gramáticas tratam do uso da perífrase do verbo *ir+infinitivo* em contexto de futuro do pretérito, tópico que é mencionado apenas na gramática de Cegalla (2020). As gramáticas normativas de Cunha e Cintra (2008), Bechara (2009) e Sacconi (2010) não incluem a forma perifrástica do pretérito imperfeito que compõe essa variação e que é considerada mais inovadora nesse contexto do que o uso da forma sintética do pretérito imperfeito, conforme revelam pesquisas variacionista, a exemplo dos trabalhos de Costa (1997; 2003) e Tesch (2007).

É importante pontuar que o uso da perífrase *Ia+verbo do infinitivo* com valor de futuro do pretérito é apontado em gramáticas descritivas, a exemplo da *Gramática do português brasileiro*, de Perini (2010). O autor afirma que há “uma construção paralela ao futuro composto (*vou sair*), que pode ser considerada um condicional composto (*ia sair*), e que

substitui opcionalmente o condicional” e cita os seguintes exemplos: “A velhinha só ia tocar se o piano fosse um Steinway; Minha irmã ia adorar conhecer seu apartamento” (Perini, 2010, pág. 225). Essas formas perifrásticas em destaque são, conforme o autor menciona, equivalentes a “trocaria e sairia”, respectivamente. Perini (2010) ainda afirma que o futuro do pretérito é substituído em muitas situações pelo imperfeito do indicativo e traz também exemplos da forma sintética: “A Cristina disse que mandava um e-mail; Se eu tivesse tempo fazia uma quiche para você”, frases que são semanticamente equivalentes a: “A Cristina disse que mandaria um e-mail; Se eu tivesse tempo faria uma quiche para você” (Perini, 2010, pág. 225-226).

Conforme visto nesta seção, assim como registrado na gramática descritiva de Perini (2010), a expressão variável do futuro do pretérito na língua falada também é apontada em gramáticas normativas que não se limitam a registrar os paradigmas verbais segundo a norma padrão, mas também tratam de valores semânticos e variações entre os verbos. Por outro lado, percebe-se que o uso da forma perifrástica do pretérito imperfeito (*ia+infinitivo*) em contexto *irrealis*, visto como mais frequente e inovador na fala, é abordado em apenas uma das gramáticas normativas examinadas, revelando que ainda é incipiente a discussão desse fenômeno pela tradição gramatical.

3.2 ESTUDOS VARIACIONISTAS SOBRE O FENÔMENO

Inicialmente, esta seção traz um resumo, em ordem cronológica, de trabalhos desenvolvidos sobre a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito no português brasileiro. Em seguida, os principais resultados das pesquisas serão organizados por região do Brasil com o intuito de se discutir e compreender, a partir das convergências e divergências entre eles, as características desse fenômeno no português brasileiro.

3.2.1 Costa (1997; 2003)

A pesquisa de Costa (1997) analisa a variação entre o futuro do pretérito (FP) e o pretérito imperfeito (IMP), em suas formas simples e perifrásticas, no português informal do Rio de Janeiro, em amostras de língua falada (Amostra Censo do Projeto PEUL¹³) e de língua escrita (cartas pessoais).

¹³ Programa de Estudos sobre os Usos da Língua, que reúne pesquisas sobre a variação e mudança linguística no português falado e escrito no Rio de Janeiro.

Mesmo consideradas como um registro informal da língua, as cartas pessoais usadas na pesquisa indicaram a propensão pelo emprego de FP (65% dos dados). Por outro lado, na amostra de língua falada, os percentuais de uso das variantes se aproximaram mais — com exceção de IRIA+V, que, por se tratar de uma variante menos usada, representou apenas 2% dos dados —: FP, 34%; IMP, 41%; IA+V, 23%. Contudo, ainda que a diferença entre as variantes não seja tão expressiva quanto na língua escrita, o pretérito imperfeito é favorecido na língua falada.

As variáveis *tipo de texto* e *referência temporal* demonstraram relevância na escolha das variantes. A autora notou que o IMP é favorecido em textos narrativos, isto é, quando o falante conta algum fato, enquanto o uso de FP é preferido em textos argumentativos, quando o falante expõe sua opinião sobre algum assunto. O IMP também é mais usado quando o tempo de referência é o passado, e o FP em contextos que se referem a um tempo prospectivo.

A autora observou, também, que as perífrases aparecem preferencialmente em discurso indireto, por isso conduzem um tipo diferente de *irrealis*, “uma espécie de irrealidade sobre a expectativa do que está se anunciando” (Costa, 1997, p. 183). Ainda de acordo com Costa (1997), foi possível notar que o auxiliar *iria* possui um valor modal de incerteza mais intenso do que o auxiliar *ia*. Além disso, as formas perifrásticas são favorecidas quando o verbo é extenso, com mais de três sílabas.

Os resultados dos fatores sociais evidenciaram que o FP é uma forma mais conservadora, porque, na língua falada, essa foi a variante preferida pelos mais velhos e por pessoas com mais tempo de escolarização. Já a forma IA+V é a forma inovadora, que predomina na fala dos mais jovens.

No que diz respeito aos resultados com verbos modais, as variáveis que mostraram correlação com a escolha das variantes foram: *tempo e factuality*, na qual a escolha de FP foi determinada pelo fator futuro não-factual; *semântica do verbo*, que demonstrou a preferência de FP quando o verbo possui valor deôntico; *escolarização*, que revelou o favorecimento de FP (tanto na modalidade escrita quanto na falada) por pessoas com nível universitário; e *ambiente sintático-semântico*, no qual fica evidente a influência do período hipotético em ordem inversa (prótase + apódase) na escolha de FP.

A pesquisa sincrônica, realizada em 1997, suscitou, de acordo com Costa (2003), “algumas constatações interessantes que despertaram a curiosidade para um estudo diacrônico do fenômeno” (p. 9). Ao concluir, na primeira pesquisa, que a variante IA+V era mais usada pelos mais jovens e que havia uma variação equilibrada entre o futuro do pretérito (FP) e o

pretérito imperfeito (IMP) na amostra de língua falada, Costa (2003), em sua tese de doutorado, buscou investigar se havia no português brasileiro uma tendência a se utilizarem as formas simples em detrimento das perifrásticas e se a variação entre FP e IMP permanece estável ao longo das últimas décadas.

A pesquisa foi realizada considerando o tempo real de curta e de longa duração. Na análise do tempo real de curta duração, a autora utilizou amostras de fala do projeto PEUL, através de dois métodos de estudo da variação e mudança: o que investiga a comunidade em dois tempos (tendência) e o que pesquisa a variação no indivíduo em dois tempos (painel). Quanto ao estudo do fenômeno em tempo real de longa duração, Costa (2003) utilizou dados de peças teatrais do século XVIII até o final do século XX.

Costa (2003) observa que acontecem diferentes disputas entre as variantes: “de um lado as perífrases com ‘ir’ e ‘haver de’, de outro, as formas flexionadas de IMP e FP. E, no conjunto, a luta entre formas simples e perifrásticas” (p. 133). A pesquisa em tempo real de longa duração apontou a presença da perífrase com “*havia de* + infinitivo” em contexto *irrealis*, forma que, inicialmente, não era esperada pela autora, pois não fazia parte do grupo de variantes consideradas na sua pesquisa anterior. A análise quantitativa evidenciou que o uso de “*havia de* + infinitivo” desaparece nos textos das peças teatrais a partir da segunda metade do século XX e, nesse mesmo período, a perífrase IA+V começa a se destacar e tem seu percentual dobrado, a cada vinte anos, a partir de 1940. Assim, com o aumento na frequência, IA+V torna-se a variante mais usada nos textos teatrais das últimas duas décadas do século XX.

A variante IA+V aparece na pesquisa como a mais usada pelos jovens, resultado que corroborou o que Costa (1997) já havia constatado na pesquisa em tempo aparente, com a Amostra 80 (C). Segundo a autora, esse resultado confirma a hipótese de que IA+V seria uma forma inovadora.

A análise dos textos teatrais permitiu verificar que as formas FP e IMP encontraram-se em equilíbrio ao longo das décadas, apresentando preponderâncias alternadas; porém constatou também que o uso de FP está ligado à escolaridade e ao contexto social.

A pesquisa de painel também mostrou a relação entre o uso de FP e a escolaridade dos informantes. A análise dos dados da Amostra Censo revelou que os falantes, recontactados cerca de vinte anos depois, “que ingressaram no nível superior, neste intervalo, mudaram seu comportamento linguístico no sentido de sistematicamente apresentarem um acréscimo no uso da variante FP” (Costa, 1997, p. 134). Já o estudo de tendência mostrou que “há uma

distribuição complementar entre IMP e FP através dos níveis de instrução”, ou seja, “quanto mais anos de escolaridade possui o informante, maior o uso de FP e, quanto menos tempo na escola, maior o uso de IMP” (Costa, 1997, p. 135).

A variável *paralelismo formal* comprovou a hipótese de Costa (2003): quando há ocorrências em cadeia, há uma tendência de a escolha da variante ser influenciada pela forma antecedente. Porém a autora verificou que a variável *paralelismo* se mostrou mais influente na amostra de língua falada (Amostra 00 (C)) do que na amostra dos textos teatrais. Esse fato pode sugerir, de acordo com a autora, que o paralelismo tem ligação com “o discurso menos planejado e mais espontâneo”, portanto, seria menos recorrente na amostra de língua escrita, porque as peças teatrais, mesmo contendo conversas, antes de serem encenadas, “passam pela pena do dramaturgo” (p. 136).

A variável *extensão lexical* revelou que o português brasileiro, pelo menos o sistema verbal, aparentemente, evita a construção de polissílabos. Costa (2003, p. 136) verifica que verbos de três sílabas no infinitivo, por exemplo, ganham mais duas ao serem flexionadas no FP (estudar – estudaria). O uso da perífrase no lugar da flexão distribui em dois vocábulos a informação que seria transmitida num vocábulo bastante extenso (*estudaria* vs *ia estudar*).

As variáveis *tempo de referência* e *ambiente sintático-semântico* também foram testadas. O ambiente sintático-semântico mais recorrente no uso de FP é o período hipotético na ordem inversa, já a referência temporal do enunciado no qual o FP mais aparece é o futuro. Por outro lado, a variante IMP é desfavorecida em situações que remetem a um tempo que está por vir. A referência ao tempo futuro é a que possui menos correspondência com o imperfeito.

Os resultados das pesquisas de Costa muito contribuem para a compreensão da expressão variável do futuro do pretérito no português brasileiro, sendo a pesquisa de 1997 umas das pioneiras de que se tem registro no país e que certamente inspirou outros pesquisadores a estudar esse fenômeno em diferentes locais do Brasil.

3.2.2 Silva (1998)

O estudo de Silva (1998) analisa, à luz da sociolinguística e do funcionalismo, a alternância entre as formas de futuro do pretérito e pretérito imperfeito, sintéticas e perifrásticas, na fala de Florianópolis. Os dados foram extraídos do banco de dados do projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul) e foram encontradas 895 ocorrências, 742 de PI (83%) e 153 de FP (17%).

A autora considerou três variáveis que envolvem a variação das formas de FP e PI: variável I - valor temporal de futuro do pretérito; variável II - valor temporal de pretérito imperfeito; e variável III - valor temporal de presente.

Na variável I, a variante que se destacou foi PI (47%). O uso de FP foi inibido, representando 18% dos dados, enquanto IA+V ocupou uma posição intermediária, com 35%. Segundo a autora, essa variável “foi a que apresentou resultados mais significativos do ponto de vista estatístico, mostrando-se sensível apenas a fatores linguísticos” (p. 129), como o paralelismo formal, o ambiente sintático, a modalidade e a referência temporal. O paralelismo demonstrou que PI leva a PI e FP leva a FP; no ambiente sintático, a ordem canônica (prótase + apódase) favorece o emprego de PI, a ordem não canônica (apódase + prótase) favorece o uso de FP e orações encaixadas em discurso indireto atuam no emprego de IA+V. A modalidade deôntica se mostrou relevante para o uso de IA+V. E a referência verbal (relacionada ao momento da fala) foi significativa para o uso de FP.

Quanto à variável II (valor temporal de pretérito imperfeito), notou-se que a alternância entre as variantes (PI, FP e IA+V) é condicionada pela modalidade, pois o fator modalidade epistêmica tem relação principalmente com o uso de PI e de FP; e a modalidade deôntica proporciona o uso da perífrase. De acordo com Silva (1998), os fatores sociais, assim como na variável I, não foram selecionados.

Na variável III (valor temporal de presente), o PI, mais uma vez, foi a variante que mais se destacou, com 70% dos dados contra 30% de FP. Esta variável só selecionou fatores sociais: escolaridade, idade e sexo/gênero. Os resultados demonstraram que escolaridade e a idade condicionam o emprego de PI: os falantes mais escolarizados e os mais jovens usam mais essa variante; já a variável sexo/gênero condiciona o uso da variante FP, que é empregada principalmente na fala dos homens.

Os resultados de Silva (1998), no que diz respeito à escolaridade, são diferentes dos resultados de Costa (1997, 2003): enquanto os de Costa (1997, 2003) revelam que o FP é mais favorecido na fala de pessoas mais escolarizadas, os de Silva (1998) demonstram o contrário, o PI sendo mais usado por falantes com maior grau de instrução. Isso se justifica pela diferença entre os valores temporais analisados nas pesquisas. Costa (1997, 2003) estuda a variação entre PI e FP somente no domínio *irrealis*, ou seja, com valor temporal de futuro do pretérito, já a análise de Silva (1998), que revelou o favorecimento de PI pelos falantes mais escolarizados, considera somente o grupo de dados com valor temporal de presente.

A pesquisadora analisa, ainda, à parte, a variação entre FP e PI nos auxiliares modais. Nesse conjunto de dados, as variáveis selecionadas foram: gênero discursivo, paralelismo formal e modalidade. No gênero discursivo, o fator ‘narração’ favorece o emprego de PI e o fator ‘argumentação’ favorece FP; o paralelismo formal revelou novamente a tendência de “marcas levarem a marcas”; e a variável modalidade evidenciou que o PI é favorecido pela modalidade deôntica, e FP pela epistêmica.

Por fim, é importante observar que, considerando apenas os dados que apresentam valor temporal de futuro do pretérito, os resultados gerais da pesquisa de Silva (1998) revelam como as variantes do pretérito imperfeito, tanto simples como perifrástica, destacam-se na língua falada em Florianópolis, tendo em vista que essas duas variantes somam 83% dos dados, percentual maior do que o encontrado na língua falada no Rio de Janeiro na pesquisa de Costa (1997), cuja soma das duas variantes resultou em 64% dos dados. Assim, em Florianópolis a forma de FP na língua falada é mais preterida do que no Rio de Janeiro.

3.2.3 Tesch (2007)

O estudo de Tesch (2007) investiga, a partir dos pressupostos da Sociolinguística e do Funcionalismo linguístico, a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito na fala de Vitória-ES. O *corpus* da pesquisa pertence ao projeto *O português falado na cidade de Vitória*, constituído de entrevistas com 46 informantes, coletadas entre 2001 e 2002. Considerando verbos não modais e modais, foi encontrado um total de 1080 ocorrências de variantes com a noção de *irrealis*, nas formas sintéticas e perifrásticas do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito.

Na análise, Tesch (2007) amalgamou as formas sintéticas e perifrásticas das variantes e constatou que havia mais ocorrências de PI (58%) do que de futuro do pretérito (42%). Entretanto, ao analisar separadamente as formas simples e perifrásticas, o futuro do pretérito é a variante que predomina: FP representou 41% dos dados; PI, 38%; IA + V, 21%; e IRIA + V não totalizou nem 1% dos dados.

Os verbos não modais foram analisados separados dos modais porque estes apresentam características diferentes e tendem a inibir o uso de formas perifrásticas. Na rodada com verbos não modais, os fatores linguísticos selecionados pelo programa estatístico GoldVarb foram os seguintes: 1) Paralelismo; 2) Tipo de texto; 3) Saliência fônica; 4)

Extensão lexical; e 5) Ambiente sintático-semântico. O programa selecionou também os fatores sociais: 1) Sexo/gênero; 2) Escolaridade; e 3) Faixa etária.

Tesch (2007) atestou a influência da variável ‘paralelismo formal’ na escolha das variantes. Desse modo, “uma forma leva a outra idêntica em contexto imediatamente posterior, tanto em ocorrências adjacentes no discurso do próprio informante quanto em relação ao discurso do entrevistador (formas em gatilho)” (Tesch, 2007, p. 76). O FP não é favorecido quando precedido de gatilho no pretérito imperfeito e em cadeia de IA + V. Quanto ao PI, tem seu uso inibido quando FP aparece em cadeia. Já a forma perifrástica IA + V é desfavorecida pelo FP em cadeia ou em gatilho. Na hipótese da autora, o projeto *O português falado na cidade de Vitória* apresentaria um grau de formalidade que poderia ter favorecido o uso de FP pelos informantes. Essa hipótese foi confirmada através da análise das ocorrências de gatilho, visto que os entrevistadores priorizaram o uso de FP. Por isso, Tesch (2007) fez uma nova rodada excluindo as formas de gatilho. Contudo os resultados dessa nova rodada apontaram mais uma vez a influência do paralelismo na escolha das variantes, visto que em ocorrências em cadeia FP leva a FP, PI favorece PI, e IA + V leva a IA + V, enquanto as formas não paralelas são inibidas, isto é, FP desfavorece o uso de PI e IA + V e estas formas desfavorecem a ocorrência de FP.

Na análise da variável ‘tipo de texto’, Tesch (2007) considera três fatores: sequência argumentativa, sequência narrativa/descritiva e lista de atitudes hipotéticas. Os resultados demonstram que as sequências argumentativas promovem o uso de FP (0,62), assim como o fator lista de atitudes hipotéticas (0,64). Já as sequências narrativas/descritivas inibem o FP e favorecem o uso do pretérito imperfeito, nas formas sintéticas (0,66) e nas perifrásticas (0,63). A pesquisadora ressalta que os dados que expressam a noção de *irrealis* ocorrem com maior frequência em sequências argumentativas, totalizando 49% das 1080 ocorrências. Assim, a noção de *irrealis* está mais associada ao discurso argumentativo.

Para a variável ‘saliência fônica’, Tesch (2007) considerou cinco possibilidades de ocorrências (partindo de verbos mais salientes para menos salientes): verbo *ser*, verbos *ter* e *vir*, verbos com infinitivo na 1ª conjugação (oposição –ria vs. –va), saliência fônica de /r/ vs. /z/ (como no verbo *fazer* – *fazia* vs. *faria*) e verbos com infinitivo na 2ª e 3ª conjugações (oposição –ria vs. –ia). Como o verbo *ser* — forma verbal mais saliente — favoreceu o uso de FP (0,87) e os verbos de 2ª e 3ª conjugações — forma menos saliente — funcionaram como inibidores de FP (0,19), a relevância da saliência fônica foi confirmada. Verbos com oposição /r/ vs. /z/ favoreceram a ocorrência da forma perifrástica IA + V (0,75). De acordo

com Tesch (2007, p. 90), a modificação desses verbos para expressar o futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo acarreta uma pequena mudança do radical — alomorfia (*faria* vs. *fazia*; *diria* vs. *dizia*; *traria* vs. *trazia*) — possibilitando a ocorrência da forma perifrástica (*ia fazer*; *ia dizer*; *ia trazer*). Quanto maior for a saliência fônica do verbo, menor a tendência de ocorrer a perífrase IA + V, pois os verbos mais salientes — *ser* (0,30) e *ter* e *vir* (0,35) — podem ser considerados como desfavorecedores dessa construção. Tesch (2007) também constatou que, quanto menos saliente a forma, maior a possibilidade de ocorrer PI. Por outro lado, a forma mais saliente (verbo *ser*) não favorece a ocorrência de PI (0,05), ratificando que a forma *era* é inibida na expressão do *irrealis*.

Ao investigar a influência da variável ‘Extensão lexical’, Tesch (2007) parte da hipótese de que formas verbais extensas, no infinitivo, aumentam a probabilidade de ocorrer uma construção perifrástica. Os resultados demonstraram que verbos monossilábicos favorecem PI e verbos com duas sílabas desfavorecem essa variante. A variável IA + V não foi selecionada pelo GoldVarb, porém a autora demonstra, por meio da porcentagem, que é possível se observar a preferência pela forma perifrástica em verbos mais longos. A autora concluiu também que verbos no infinitivo com menos sílabas tendem a favorecer o uso de FP: “54% para verbos no infinitivo com 1 sílaba; 47% para verbos com 2 sílabas; e 37% para verbos com 3 ou mais sílabas” (Tesch, 2007, p. 93). Tesch (2007) observa que dentre os verbos monossilábicos há o *ser*, o qual equivale a 44% desses dados, que favorece o uso de FP, devido à saliência fônica.

A respeito da variável ‘ambiente sintático-semântico’, os resultados demonstram que as orações encaixadas em discurso indireto desfavorecem o uso de PI (0,15); o período hipotético propicia o uso dessa variante (0,69), entretanto o maior favorecedor de PI foi a oração encaixada em prótase implícita (0,80). Para Tesch (2007), este último resultado demonstra que a oração encaixada em prótase implícita “apresenta comportamento mais semelhante ao período hipotético” (p. 102). Sobre a variante IA + V, foi constatado que é favorecida em orações encaixadas, principalmente em discurso indireto (0,76). Ainda com relação ao período hipotético, Tesch (2007) afirma que a sua hipótese era de que este tipo de construção sintática propiciaria o uso de PI, devido ao fato de a estrutura do período hipotético já possuir a noção de irrealidade e, portanto, seria redundante o uso de FP. Mas os resultados não demonstram essa influência para a escolha de PI, a maior parte das ocorrências nesse tipo de construção foi de FP.

A variável social ‘faixa etária’ demonstrou relevância na escolha das formas variantes PI e IA + V. Tesch (2007) sugere que o PI pode ser substituído pela forma perifrástica, “uma vez que a tendência maior ao uso de IA + V está nos mais jovens (0,64) e as inovações linguísticas são trazidas por essa faixa etária” (p. 106). Já os mais velhos desfavorecem o uso da perífrase e preferem usar o PI na forma sintética.

A respeito da variável ‘sexo/gênero’, os resultados apontaram que os homens são mais conservadores que as mulheres, utilizando mais a forma FP (0,56). Com relação ao uso de PI, as mulheres favorecem essa variante (0,57). Tesch (2007) ressalta que a variante PI não pode ser classificada como uma forma conservadora ou inovadora, nem como prestigiada ou estigmatizada, pois “é possível encontrar em algumas gramáticas normativas o seu emprego como alternativa coloquial ao futuro do pretérito” (p. 109).

No que diz respeito à variável ‘Escarização’, constatou-se que os informantes com ensino universitário e médio preferem o uso de FP, enquanto as pessoas com ensino fundamental favorecem o uso da variante PI. Tesch (2007) observa que esses resultados “confirmam a hipótese de que a escola possibilita uma maior aproximação do falante em relação às formas recomendadas pela norma” (p. 113-114).

Os resultados com verbos modais apontam que o PI foi a forma favorecida, 69% das ocorrências, e as formas perifrásticas foram inibidas, 1% dos dados encontrados foi de IA + V e não foi encontrada nenhuma ocorrência de IRIA + V. Cinco variáveis foram selecionadas: paralelismo formal, tipo de texto, faixa etária, sexo/gênero e escolarização.

Percebe-se que os resultados gerais encontrados na fala capixaba (Tesch, 2007) se aproximam dos resultados da fala do Rio de Janeiro (Costa, 1997), principalmente o percentual de ocorrências das formas de PI: no Rio de Janeiro houve um percentual de 41% de PI e 23% de IA+V; em Vitória o percentual de ocorrências de PI foi de 38% e 21% de IA+V. Apenas os dados de FP que se distanciam um pouco (34% no Rio de Janeiro e 41% em Vitória).

3.2.4 Dias (2007; 2012)

Dias (2007) investiga na sua pesquisa de mestrado a variação e a funcionalidade das formas de FP e PI em orações subordinadas adverbiais condicionais no português oral culto de Fortaleza-CE. A pesquisadora analisa o fenômeno por meio de dados orais do projeto

PORCUFORT¹⁴ – diálogo entre dois informantes (D2), diálogo entre informante e documentador (DID) e elocução formal (EF). Para tanto, baseia-se nos pressupostos da Sociolinguística variacionista e do Funcionalismo.

Os informantes da pesquisa totalizam 60 adultos, 30 de cada sexo, nascidos em Fortaleza e possuem ensino universitário. As entrevistas foram gravadas durante os anos de 1991 e 1992 e nelas foram encontradas 167 dados de orações adverbiais condicionais, sendo 85 com uso do futuro do pretérito e 82 ocorrências com o pretérito imperfeito.

Na pesquisa, as variáveis testadas foram: ordem (iconicidade), tipo de verbo, grau de certeza (modalidade), tipo de inquérito, estrutura temporal, uso de forma simples/perifrástica e sexo. Porém o programa selecionou como significativas apenas as variáveis tipo de inquérito e ordem (iconicidade).

Na variável ‘tipo de inquérito’, a pesquisadora considerou o diálogo entre dois informantes, elocução formal e entrevista do tipo DID. Os resultados apontaram que o FP é favorecido principalmente na elocução formal (EF), com peso relativo 0,64; no diálogo entre informante e documentador (DID), o FP também foi mais usado (0,54); já no diálogo entre dois informantes, o PI foi a variável preferida, o que se justifica, segundo Dias (2007), pelo tipo de inquérito, que possui discurso informal. Por outro lado, a elocução formal favorece o FP justamente porque o informante usa o registro formal da língua.

No que diz respeito aos resultados da variável ordem (iconicidade), o objetivo de Dias (2007) foi observar se a ordem prótase+apódose ou apódose+prótase influenciam na alternância das duas formas verbais. Dessa forma, considerou os fatores ordem icônica (prótase+apódose) e não-icônica (apódose+prótase). A hipótese da pesquisadora era de que o FP seria favorecido na ordem não-icônica, enquanto o PI seria mais usado na ordem icônica, o que se confirmou. Na ordem não-icônica, o FP teve o relevante peso relativo de 0,72; enquanto na ordem icônica o peso relativo foi 0,46, indicando a preferência pelo PI neste último contexto.

Na sua pesquisa de doutorado, Dias (2012) analisa o uso do futuro do pretérito por meio de documentos escritos nos séculos XVIII, XIX e XX, os quais compõem o acervo do Instituto do Ceará. De acordo com Dias (2012), seu intuito com a pesquisa foi debater sobre o fenômeno linguístico, à luz da perspectiva sociofuncionalista, a fim de contribuir com

¹⁴ Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT) é um banco de dados usado nas pesquisas dos projetos Laboratório de Pesquisas sociolinguísticas do Ceará (LAPESCE) e Grupo de Estudos e Pesquisas sociolinguísticas de Fortaleza (SOCIOFOR), os quais estão sediados na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e são coordenados pela Profa. Dra. Aluiza Alves de Araújo.

pesquisas realizadas no campo da descrição e da análise linguística do português brasileiro. Ela aponta dois pontos que impulsionaram a pesquisa, o primeiro se ampara “na variação entre o *pretérito imperfeito do indicativo* em detrimento à forma verbal *futuro do pretérito* em contextos condicionais [...]; e o segundo refere-se à multifuncionalidade do futuro do pretérito, como vemos em Travaglia (1999)” (Dias, 2012, p. 21).

Justificando os motivos de realizar a pesquisa no período escolhido, a pesquisadora destaca que data do século XVIII a promulgação da língua portuguesa como língua oficial do Brasil. Além disso, os três séculos considerados (XVIII, XIX e XX) se sobressaem no contexto sócio-histórico em virtude da produção literária que fomentou “atitudes e pensamentos, ideologias e crenças a respeito do ser humano e das coisas que o cercam” (Dias, 2012, p. 21).

A pesquisadora ainda aponta, dentre outros fatos ocorridos no século XVIII, o fim da era colonial no Brasil e das atividades jesuíticas com a reforma pombalina. Já no século XIX acontece a independência do Brasil, a libertação dos escravos, a proclamação da República e, na literatura, nascem as produções realmente nacionais. Quanto ao século XX, surgem novos estudos no campo da Linguística a respeito dos regionalismos e das variedades linguística do país. Assim:

A ideia de que há falares *errados*, em virtude do indivíduo habitar em lugares pouco desenvolvidos e, por essa razão, *criar* o seu próprio *estilo* de usar a língua (seja no campo lexical, seja no campo sintático, seja no campo fonológico), não é mais sustentada por aqueles que possuem uma visão ampla do que seja *comunicação e expressão*. As pesquisas relacionadas à língua e seus fenômenos de variação e mudança passam a considerar fatores não somente internos, mas também fatores externos à língua, como aspecto geográfico, faixa etária, sexo, escolaridade, nível social, etc. (Dias, 2012, p.32).

Para a realização do estudo, a autora utilizou 90 textos de três diferentes gêneros textuais: discursos políticos, cartas e documentos oficiais. Foram 30 textos de cada gênero, sendo que foram selecionados 10 textos de cada século em todos os gêneros textuais. No que diz respeito ao grupo de fatores, foram considerados a tipologia verbal (estados, atividades, *achievements* – ocorrências momentâneas – e *accomplishments* – ocorrências que mostram pouca duração); a modalidade (*Irrealis 1* – pressuposição, volição –, *Irrealis 2* – verdade concretizada, polidez –, *Irrealis 3* – verdade possível de ser concretizada, ideia de possibilidade e condição –, *Irrealis 4* – incerteza, possibilidade remota de ser uma verdade

possível); a estrutura temporal (anterioridade, simultaneidade ou posterioridade); o século (XVIII, XIX e XX); e o gênero textual (discursos políticos, cartas e documentos oficiais).

A análise dos dados seguiu uma divisão a partir dos valores multifuncionais do futuro do pretérito. Dessa forma, Dias (2012) levou em conta a função temporal cronológica, a função temporal polifônica, a função nocional de condição, a função nocional de possibilidade, a função nocional de polidez e a função nocional de desejo. Em cada uma dessas funções, foram analisados, portanto, os grupos de fatores. No que concerne ao número de dados encontrados com funções textual-discursivas do futuro do pretérito, foram 336 ocorrências: 126 de temporal cronológica, 67 de temporal polifônica, 78 de nocional de condição, 60 de possibilidade, dois de polidez e dois de desejo.

Na função temporal cronológica, a análise da variável ‘modalidade’ apontou que a noção de *Irrealis 2* (verdade concretizada, polidez) é a que se destaca no uso do futuro do pretérito, com um percentual de 85,7%. Sobre a ‘estrutura temporal’, o futuro do pretérito é mais usado quando há posterioridade em relação ao momento da referência (38%). O ‘tipo de verbo’ que se destaca no futuro do pretérito é o fator aspectual *accomplishment* (66,7%). Já no que diz respeito aos fatores extralinguísticos, a variável ‘século’ mostrou o uso mais recorrente do futuro do pretérito no século XVIII (59,2%) e o ‘gênero textual’ em que aparece mais o futuro do pretérito foi nas cartas (50%), porém a pesquisadora encontrou apenas quatro dados nesse gênero, a maioria dos dados foi encontrada em documentos oficiais (293), mas, surpreendentemente, o futuro do pretérito não foi a variante mais recorrente nesse gênero, com 40,3% dos dados.

A função temporal polifônica refere-se ao “não-comprometimento do falante com o que está sendo dito” (Dias, 2012, p. 144), ou seja, o falante não tem certeza sobre acontecimentos narrados. A investigação da variável ‘modalidade’ nessa função evidenciou o uso do futuro do pretérito de forma mais recorrente no fator modalizador *irrealis 1* (nível baixo de certeza; pressuposição; volição), com 65% dos dados. A ‘estrutura temporal’ não indicou preferência pelo futuro do pretérito em nenhum dos fatores, porém a variante apareceu mais no fator simultaneidade (35,8% dos dados). A atuação do ‘tipo de verbo’ também não apontou prioridade pelo futuro do pretérito em nenhum dos fatores, a variante apareceu mais entre os verbos que indicam estado, porém totalizou apenas 19,1% dos dados. Na variável ‘século’, o futuro do pretérito apareceu um pouco mais no século XIX, apesar de também não ter sido a variante com maior destaque (19,3% dos dados); de acordo com Dias (2012), esses resultados contestam sua hipótese, já que a pesquisadora esperava equilíbrio no

uso do futuro do pretérito na função temporal polifônica por se tratar de documentos formais. O ‘gênero textual’, por sua vez, indicou o discurso político como o mais propício para o uso de futuro do pretérito (23,1%), mesmo não sendo a mais recorrente das variantes novamente. Dias (2012) salienta que o discurso político apresenta “elevado índice de promessas, desejos e vontades a serem realizadas, por isso o uso do futuro do pretérito, para a função polifônica, é mais frequente nesses discursos” (p. 148).

Os resultados da função nocional de condição revelaram que o fator *Irrealis 3* da variável ‘modalidade’ favorece o uso do futuro do pretérito (95,2% dos dados). A variável ‘estrutura temporal’ mostrou que o fator posterioridade foi o que mais se sobressaiu no uso do futuro do pretérito (31,4%), o que indica, de acordo com Dias (2012) que o falante escolhe o futuro do pretérito para expressar fatos que poderiam acontecer em uma situação passada. O ‘tipo de verbo’ apontou o uso do futuro do pretérito com mais recorrência em verbos *achievement* (39,4%). O século em que o futuro do pretérito foi mais recorrente para codificar o valor de condição foi o XIX (25%) e diminui no século XX (18,9%), resultado que corrobora a hipótese da pesquisadora de que o futuro do pretérito vem sendo substituído por outra forma verbal (pretérito imperfeito) em contextos que expressam condição. Quanto ao ‘gênero textual’ que mais influenciou na escolha do futuro do pretérito foi o discurso político (35,9%).

Na função nocional de possibilidade, o futuro do pretérito foi mais usado em relação à ‘modalidade’ em contextos de *Irrealis 4* (incerteza, possibilidade remota de ser uma verdade possível), com 96,2% dos dados. Na variável ‘estrutura verbal’, o fator anterioridade é que levou ao uso mais recorrente do futuro do pretérito (34,2%), resultado que foi de encontro ao que a autora esperava, pois ela acreditava que haveria maior recorrência de FP no fator posterioridade. O ‘tipo de verbo’ nessa função revelou que o futuro do pretérito aparece mais em verbos que indicam estado (24,7%), o que se explica, segundo a pesquisadora, pelo fato de o uso de verbos de estado indicar “um modo do qual o usuário se utiliza para dizer ao seu emissor como se desenvolve a situação” e, para isso, é determinante “a noção de mundo e o conhecimento prévio que o indivíduo traz consigo, para que haja interpretação e aceitação da frase” (p. 155). A variável ‘século’ mostrou o uso de FP com mais frequência no século XX (37,7%). E a variável ‘gênero textual’ evidenciou novamente o uso mais frequente de FP em discursos políticos (28,2%).

A respeito da função nocional de polidez, a modalidade *Irrealis 2* foi o fator que se mostrou relevante para o uso do futuro do pretérito e, de acordo com a pesquisadora, esse

resultado confirma a sua hipótese de que uso do futuro do pretérito seria usado para “expressar polidez, pois as características das funções modais na *posteridade nocional de polidez* são evidenciadas no momento em que se utilizam as marcas de *pedido* por meio de uma condição no futuro do pretérito [...]” (p.157). Os resultados da ‘estrutura verbal’ indicaram a posterioridade como fator mais expressivo, o que não era esperado por Dias (2012), pois a autora acreditava que a função nocional de polidez, por se tratar de um pedido, ocorria de forma simultânea em relação ao momento de referência. Quanto ao ‘tipo de verbo’, os verbos que indicam estado também mostraram maior relevância. Já a variável extralinguística ‘século’ apontou a proeminência do uso do futuro do pretérito com valor de polidez no século XIX e o ‘gênero textual’ em que aparece mais exemplos de polidez é o discurso político.

Na função nocional de desejo, a variável ‘modalidade’ só apresentou dados do fator *Irrealis 1*, dessa forma, Dias (2012) salienta que esse fator se destacou em virtude do caráter volitivo que o futuro do pretérito emprega no enunciado. A atuação da ‘estrutura temporal’ mostrou, por sua vez, que a função nocional de desejo no futuro do pretérito apareceu mais no fator anterioridade, revelando que o falante busca demonstrar a vontade de que algo aconteça, a qual é anterior ao momento da ocorrência narrada por ele, como em: “... não sabia como, mas **gostaria** de ver a Villa Real de Sobral livre daqueles que não a mereciam habitar nessa Comarca. (Registros da Memória na Villa Real de Sobral, 1872)” (Dias, 2012, p. 161). O ‘tipo de verbo’ apontou mais uma vez os verbos de estado influenciando na escolha do futuro do pretérito. O século XIX foi o que apresentou mais dados da função nocional de desejo no futuro do pretérito e o gênero textual documentos oficiais também liderou esse uso, porém a pesquisadora salienta que devido à pequena quantidade dos dados encontrada nesse contexto nos gêneros textuais não foi possível realizar uma análise satisfatória.

Ressalta-se que na primeira pesquisa realizada por Dias, a de 2007, o uso do futuro do pretérito, mesmo na fala de informantes com ensino universitário, apresentou percentual equilibrado com o pretérito imperfeito. Acredita-se que a explicação para esse resultado encontra-se no fato de Dias (2007) ter analisado a variação apenas no contexto de orações adverbiais condicionais, que é um ambiente sintático que propicia o uso do pretérito imperfeito, principalmente o fator icônico (prótase+apódase), o qual foi o mais recorrente no *corpus* estudado. Quanto à pesquisa realizada por Dias em 2012, que amplia o estudo da expressão variável do futuro do pretérito, com dados da língua escrita, destaca-se pela divisão dos valores multifuncionais do FP, que possibilitou uma análise detalhada do fenômeno, além

de confirmar que o uso do PI vem aumentando ao longo dos séculos, tendo em vista que o FP, com diferentes valores semânticos, é mais recorrente nos séculos XVIII e XIX e menos usado no século XX.

3.2.5 Oliveira (2010)

Oliveira (2010) pesquisa a variação entre FP e PI em contextos hipotéticos no português informal falado em Maceió-AL. O *corpus* utilizado na pesquisa é formado por 48 entrevistas, constituídas por informantes do ensino fundamental e universitário; e por três faixas etárias: de 15 a 30 anos; de 31 a 45; e de 46 a 61.

Foi encontrado um total de 589 ocorrências, amalgamadas em suas formas simples e perifrásticas: 354 de FP (61%) e 235 de PI (39%). Quanto às variáveis testadas, foram consideradas estatisticamente significativas, nesta ordem, escolaridade, ordem da sentença, idade e sexo/gênero.

Os resultados da variável ‘escolaridade’ revelaram que os falantes do português de Maceió com ensino fundamental priorizam o uso de PI (0,56), enquanto os com ensino universitário favorecem o uso de FP (0,56).

Por meio da análise da variável ‘ordem da sentença’, constituída pelos fatores ordem canônica (prótase + apódase), ordem não canônica (apódase + prótase) e realização nula (sentenças hipotéticas que não apresentam a conjunção *se*), F. Oliveira (2010) observou que a ordem não canônica favorece FP (0,65), e a ordem inversa e a realização nula favoreceram PI (0,61 e 0,53, respectivamente).

Já os resultados da variável ‘idade’ demonstraram que a faixa etária intermediária (de 31 a 45 anos) favoreceu o uso de FP (0,59), enquanto a faixa 1 (de 15 a 30) e a faixa 3 (de 46 a 61 anos) privilegiaram PI, com pesos relativos 0,56 e 0,53, respectivamente.

A última variável selecionada foi ‘sexo/gênero’. De acordo com os resultados, as mulheres usam mais FP (0,56), enquanto os homens preferem o uso de PI (0,56).

Como podemos observar, F. Oliveira (2010) fez duas rodadas, considerando FP e PI como regra de aplicação, e os pesos relativos dos grupos de fatores revelam resultados próximos do neutro (0,50), com exceção da variável ordem da sentença, na qual a ordem não canônica favorece FP (0,65) e a ordem inversa favorece PI (0,61).

Levando em conta os percentuais gerais das variantes, nota-se que, diferente das demais pesquisas apresentadas até o momento, os resultados encontrados por Oliveira (2010)

em Maceió demonstram que a variante FP, considerada mais formal, é a preferida na fala dos maceioenses. Esse resultado não condiz, portanto, com a hipótese de Oliveira (2010), que partiu do princípio de que PI estaria suplantando FP na fala de Maceió.

3.2.6 Freitag e Araujo (2011)

Freitag e Araujo (2011) analisam, de acordo com os fundamentos teóricos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo, o uso das formas do passado condicional no português falado em Itabaiana-SE, considerando tanto as formas simples quanto as perifrásticas do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito.

A análise foi realizada por meio de 20 entrevistas com informantes de nível universitário, nas quais foram encontradas 93 ocorrências do fenômeno, sendo 65 de FP, 10 de PI, 11 de IA+V e sete de IRIA+V. Em virtude da baixa recorrência do fenômeno na amostra considerada, Freitag e Araujo (2011) optaram por juntar as formas simples de cada variante às perifrásticas, a fim de obter resultados estatisticamente mais relevantes. Os grupos de fatores controlados foram: paralelismo, ambiente sintático-semântico, tipo semântico-cognitivo do verbo e tipo de sequência discursiva.

O efeito do paralelismo na escolha das variantes foi confirmado, ou seja, quando as formas do fenômeno estão em cadeia e são precedidas por FP, PI ou por uma forma perifrástica, a mesma variante tende a se repetir. A fim de obter os resultados com peso relativo, as autoras amalgamaram as formas não canônicas (PI, IA+V e IRIA+V) e fizeram a oposição dessas com a forma canônica (FP). Então, constataram que, em contextos de ocorrência isolada, o FP é favorecido (0,58); quando o FP precede as formas não canônicas, a forma FP também é favorecida (0,72); todavia, quando as formas são precedidas de PI ou perífrases, a forma canônica é desfavorecida (0,11).

Para a análise da variável ‘ambiente sintático-semântico’, as autoras adaptaram a proposta de Costa (2003) e controlaram quatro fatores, a saber: período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase), período hipotético em ordem inversa (apódase + prótase), oração independente (implícita) e oração encaixada com prótase coocorrente.

De acordo com Freitag e Araujo (2011), das 93 ocorrências de passado condicional encontradas na amostra, 49 foram em período hipotético na ordem canônica e destas 63,2% foram de FP. Dessa forma, esse tipo de construção proporciona o uso de FP, mas também foi o que agrupou o maior número de ocorrências de PI e das formas perifrásticas: quatro das 10 ocorrências de PI e 14 das 18 ocorrências das perífrases. Do fator oração independente, houve

29 ocorrências, das quais a maioria foi de FP (82%). Já os contextos de oração encaixada totalizaram 12 ocorrências, sendo 50% delas de FP. Por fim, nos contextos de período hipotético em ordem inversa só houve casos de FP, o que confirmou a hipótese das autoras de que esse ambiente favorece a forma canônica.

A variável ‘tipo semântico-cognitivo do verbo’ também foi testada. Na análise dessa variável, foram considerados quatro fatores: estado, atividade, modalidade e cognição. Conforme os resultados, entre os verbos de atividade, o uso de FP foi mais frequente (65,5%) e as ocorrências de PI e das formas perifrásticas foram mais recorrentes nesse tipo de verbo; nos verbos de estado, o uso de FP também foi produtivo (77,8%), e as autoras observam que nenhuma ocorrência de formas perifrásticas foi encontrada entre os verbos de estado, o que, segundo elas, pode ser explicado pelo fato de o auxiliar *ir* possuir valor de movimento, o que inibe os verbos de estado. Em verbos de cognição e de modalidade, o FP também se destaca, com 75% nos dois casos. Dessa forma, a variante canônica foi mais frequente em todos os tipos de verbos.

Quanto à variável ‘tipo de sequência discursiva’, a qual é constituída das sequências narrativa, opinativa e explicativa, as autoras partiram do princípio de que os textos opinativos e explicativos favoreceriam o uso de FP e das formas perifrásticas. Essas hipóteses foram comprovadas: das 45 ocorrências de sequência opinativa, 75,6% foram de FP e das 39 ocorrências de contexto explicativo, 79,5% também foram de FP; as formas perifrásticas também foram favorecidas nesses dois tipos de sequências. Já o PI teve seu uso mais recorrente nas sequências narrativas (77,8%).

Por meio da pesquisa de Freitag e Araujo (2011), percebe-se que o fato de FP representar 70% do total de dados encontrados em Itabaiana-SE se dá em virtude da tendência de os falantes universitários priorizarem a forma canônica. Por outro lado, observa-se que mesmo em se tratando de um *corpus* com informantes universitários, há contextos linguísticos que operam no favorecimento do uso de PI, a exemplo da sequência narrativa. Contextos sintático-semânticos, como a oração adverbial condicional, também pode favorecer o uso de PI na fala dos mais escolarizados, conforme visto na pesquisa de Dias (2007).

3.2.7 Santos (2014)

O estudo desenvolvido por Santos (2014) buscou compreender as motivações linguísticas e sociais que condicionam o uso do pretérito imperfeito em lugar do futuro do

pretérito no português falado em Feira de Santana-BA. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]), a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas do tipo DID, do banco de dados do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana. Foram analisadas 36 entrevistas, com informantes da zona urbana de Feira de Santana, distribuídas em três amostras, que se diferenciam pela escolaridade dos informantes: nível fundamental incompleto, nível médio e nível universitário.

Foram encontrados 424 dados da variável em estudo, 309 de verbos não modais e 115 de verbos modais, que foram submetidos a duas análises diferentes, pois, entre os não modais, o interesse era estudar as perífrases com o verbo *ir*, separando-as das perífrases modais. O resultado geral apontou que a variação entre FP e PI em contexto *irrealis* é equilibrada, dado que o número de ocorrências das duas variantes se aproximou: 204 de FP, 48% dos dados, e 220 de PI, 52%. As formas perifrásticas foram consideradas junto às formas simples de cada variante¹⁵.

Na análise dos verbos não modais, as variáveis selecionadas como relevantes pelo programa GoldVarb foram as seguintes (nesta ordem): tipo de texto; construção verbal; nível de escolaridade do informante; ambiente sintático-semântico; referência temporal; paralelismo formal; e saliência fônica.

Os resultados do ‘tipo de texto’ mostraram que o fator sequência narrativa favorece o uso de PI (0,76), situação explicada devido ao fato de o falante se policiar menos no momento que narra episódios, que nas entrevistas sociolinguísticas são, em grande parte, sobre fatos da infância. Quanto à sequência argumentativa e à lista de atitudes hipotéticas, ambas tendem a favorecer o uso de FP. Como ‘tipo de texto’ foi a primeira variável selecionada pelo programa, a autora levantou a hipótese de que a variação entre FP e PI pudesse ser motivada pela variação estilística, ou seja, o falante usa uma ou outra variante em estudo a depender da finalidade do discurso.

A ‘construção verbal’, se simples ou perifrástica, também é outro aspecto relevante na variação entre FP e PI. A autora observou que o FP é favorecido em formas simples, enquanto o PI é mais usado em estrutura perifrástica. Nas formas simples, o peso relativo para PI foi 0,37; por outro lado, nas formas perifrásticas, PI foi a variante mais usada, com peso relativo 0,82.

¹⁵ É comum os pesquisadores amalgamarem as formas simples às perifrásticas em virtude do programa estatísticos que geralmente é usado, o GoldVarb X, o qual considera variáveis binárias.

A variável ‘ambiente sintático-semântico’ revelou que dois fatores influenciam o uso de PI em lugar de FP: as orações formadas por período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase), cujo peso relativo para PI foi 0,75, e as orações encaixadas com prótase coocorrente (Ex.: “Porque se tivesse também um pouco mais de cultura nos colégio, tenha certeza que **ia ocupar** mais um pouco da mente dos jovem” - p.94), que possivelmente promove o uso de PI devido à semelhança de estrutura com o período hipotético em ordem canônica. Neste último fator, o peso relativo para o uso de PI foi 0,86.

A ‘referência temporal’ é determinada de acordo com o momento da fala, podendo se referir a uma situação anterior (passado), simultânea (presente) ou posterior (futuro) ao momento da enunciação. Na pesquisa, partindo do pressuposto de que a referência temporal no passado propicia o uso de PI, foram analisados dois fatores: referência temporal do passado, quando o informante relata um acontecimento no passado e se refere a um futuro posterior a esse passado; e a referência situada no presente ou no futuro (não passado), nas quais a referência é simultânea ao momento da fala ou posterior, respectivamente. De acordo com os resultados, quando a referência temporal estiver situada no passado, o emprego de PI é favorecido, com peso relativo 0,80, contudo, se estiver situada no presente ou no futuro (não passado), é o FP que se destaca, pois o peso relativo para PI neste fator foi 0,34.

O ‘paralelismo formal’ mostrou dois fatores que oportunizam o uso de PI em lugar de FP. Um deles e o mais relevante foi a ocorrência diferente da anterior, com peso relativo 0,82; dessa forma, em sequências em que há ocorrência diferente da anterior, é mais provável que uma forma de FP leve a uma de PI do que o contrário. Ainda assim, o fator ocorrência idêntica à anterior também promove o uso de PI, ou seja, os dados da mesma variante, em cadeia, foi mais comum com formas de PI, com peso relativo 0,57.

A última variável linguística selecionada na análise dos verbos não modais foi ‘saliência fônica’. Com base na divisão proposta por Tesch (2007), a autora verificou, na ordem proposta dos verbos mais salientes para os menos salientes, um crescimento do peso relativo para PI quando os verbos são menos salientes, com exceção de *ter* e *vir*, que surpreenderam, pois são considerados mais salientes (*teria/tinha; viria/vinha*), mesmo assim favoreceram PI (peso relativo 0,59). O contexto de uso no qual o PI mais se destacou foi nos dados com *verbos de 2ª e 3ª conjugação*, nos quais a oposição entre as variantes é menor (*-iria vs. -ia*). Então, ao passo que PI é mais favorecido quando as diferenças fônicas e morfológicas entre as variantes são menores, os verbos mais salientes favorecem o uso de FP, a exemplo do verbo *ser* (*seria/era*).

No que diz respeito à variável ‘nível de escolaridade do informante’, Santos (2014) verificou que os falantes com ensino fundamental incompleto são os que mais empregam o PI (0,77), assim como os falantes com nível médio (0,53); contudo, os falantes com nível universitário preferem o uso de FP. Além de discutir o papel da escolaridade na escolha da variante FP, ponderamos também a possibilidade desse uso na fala dos mais escolarizados acontecer em virtude do *status* social e do fato de essas pessoas frequentarem ambientes mais formais, o que sinaliza a hipótese da variação estilística.

As variáveis consideradas significativas nos dados com verbos modais foram apenas três, a variável linguística ‘tipo de texto’ e duas variáveis sociais, ‘nível de escolaridade’ e ‘sexo do informante’, selecionadas nesta ordem. Sobre o ‘tipo de texto’, a sequência narrativa favoreceu o uso de PI, com peso relativo 0,94. Assim também como aconteceu nos verbos não modais, a sequência argumentativa promove o uso de FP, visto que o peso relativo para o uso da variante PI foi 0,21.

Quanto às variáveis sociais, o *nível de escolaridade* seguiu a mesma lógica do que ocorreu com os verbos não modais, mostrando-se decisivo na escolha das variantes: falantes com ensino fundamental incompleto usam mais o PI (0,77), os informantes com ensino médio também empregam mais o PI (0,66) e os falantes com ensino universitário favorecem o uso do FP (0,13 para o uso de PI). A análise da variável sexo do informante, por sua vez, mostrou que o uso de PI não é relevante da fala das mulheres (0,37), mas na fala dos homens é favorecido (0,66), o que ratifica a ideia de que as mulheres, sobretudo da zona urbana, são propensas a ser mais conservadoras que os homens.

O estudo de Santos (2014) apontou que, em vista o número de dados encontrados de cada variante, a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito é equilibrada e estável. Esse equilíbrio foi mantido tanto na análise dos verbos não modais (FP: 48%; PI: 52%) quanto na dos modais (FP: 48%; PI: 52%). É importante destacar também que, na investigação sobre quais fatores linguísticos e sociais promovem o uso de PI em contextos de FP, a autora confirmou a maioria de suas hipóteses e os resultados corroboram os de outras pesquisas realizadas previamente sobre o tema, a exemplo da pesquisa de Costa (1997) e Tesch (2007).

3.2.8 Brito (2014; 2018)

A pesquisa de Brito (2014) concentra-se na análise da variação entre FP e PI em contextos sintático-discursivos da condicionalidade contrafactual, ou seja, em construções com estrutura ‘se p, então q’, as quais indicam possibilidade, mas se afastam da realidade. Os dados da pesquisa são de fala do português brasileiro produzidos em reportagens jornalísticas, mais precisamente em entrevistas e comentários, exibidas em canais de televisão e veiculadas nas cinco regiões do Brasil entre os anos de 2010 e 2013.

O *corpus* foi constituído de 53 reportagens nas quais foram encontradas 93 ocorrências das formas FP (68%) e PI (32%) na posição de apódose contrafactual. A escolha pela investigação das variantes especialmente neste contexto se explica, segundo a pesquisadora, em virtude da “escassez de trabalhos voltados para esse tipo específico de condicional, esperando, assim, poder contribuir para o avanço dos estudos sobre este tema” (Brito, 2014, p. 17).

Além da análise sociolinguística, Brito (2014) também se apoiou no funcionalismo linguístico, sobretudo no que diz respeito à noção de marcação discutida por Givón (2001), que considera as estruturas mais complexas como marcadas e menos frequentes, enquanto as estruturas simples são não marcadas. Mencionando pressupostos de cunho funcionalista, Brito (2014) fala da importância de examinar a estrutura da língua em relação à sua função comunicativa, isto é, considerando que a sintaxe da língua advém do uso.

Os grupos de fatores linguísticos testados foram: tipos de contrafactuais, forma verbal do condicionante x forma verbal do condicionado, ordem das sentenças e paralelismo. Quanto aos fatores sociais foram analisados sexo, escolaridade, idade e localização geográfica.

Apoiando-se em Neves (2000), Brito (2014) considera quatro tipos de construções contrafactuais em sua pesquisa:

1. Contrafactualidade marcada através de uma forma verbal indicadora de passado, seja na prótase ou na apódase, ou em ambas;
2. Contrafactualidade recuperada pelo contexto denotador de passado;
3. Contrafactualidade marcada pelo uso do advérbio de tempo ‘hoje’;
4. Contrafactualidade evidenciada pela presença de fatos absurdos. (Brito, 2014, p.66)

Os resultados da variável ‘tipos de contrafactuais’ indicou o tipo 1 como favorecedor do uso de FP. Das 35 ocorrências encontradas nesse contexto, 25 foram de FP, 71% dos

dados, o que condiz com a hipótese da pesquisadora, a qual esperava que o uso de FP fosse mais recorrente justamente nessa forma canônica de contrafactualidade.

Na análise da variável ‘tempo verbal do condicionante x forma verbal do condicionado’, Brito (2014) verificou se a relação sintática entre o tempo verbal antecedente e o consequente, na estrutura condicional, influenciava na escolha das variantes. Os tempos/modos verbais encontrados na prótase foram o pretérito imperfeito do subjuntivo e o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, conforme estes exemplos, respectivamente: “Solução tem, tem dinheiro, se não tivesse a gente concordava, certo./ Se o metrô em São Paulo tivesse começado no tempo dessa gente, [...] certamente as nossas avenidas seriam menos congestionadas” (Brito, 2014, p.77-78). O FP foi usado mais que o PI independentemente da forma verbal, porém sua frequência se destaca mais quando o verbo da prótase corresponde ao pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, totalizando 78% dos dados; com o verbo da prótase no pretérito imperfeito do subjuntivo, houve 57% de dados de FP. Brito (2014, p.79) também examinou os contextos de elipse da prótase, como, por exemplo: “Repórter: Cláudio era casado desde 79 com a atriz LF. Ele voltaria às telas no canal a cabo GNT na nova temporada da série ‘Sessões de Terapia’”. Nesse tipo de estrutura, o FP teve um percentual de 74%.

Além das formas simples dos verbos, Brito (2014) também considerou formas compostas, constituídas pelos verbos auxiliares *ir* e *poder* + infinitivo. Dessa forma, a análise da variável ‘formas verbais compostas na expressão do condicionado’ apontou que o FP se destaca em sua forma simples, 73% dos dados; o PI, por sua vez, é mais frequente na forma composta, 57%, apesar de também ter se destacado na forma simples, 43%. Para Brito (2014, p. 82), no contexto das reportagens, o FP é mais usado na forma simples “por ser essa a forma canônica na indicação da contrafactualidade, e, assim, possivelmente a forma menos marcada e mais esperada em contextos desse tipo”.

A respeito da variável ‘ordem da sentença’, Brito (2014) lembra que, de acordo com a perspectiva lógico-semântica, a ordem ‘se p, então q’, na qual primeiro vem a oração subordinada e depois a principal, é considerada canônica e mais frequente (Neves, 2000), diferentemente da ordem inversa, ‘se q, então p’. A pesquisadora examinou 66 ocorrências de FP e PI nas duas diferentes ordens a fim de observar se a iconicidade ou a não iconicidade seriam relevantes na expressão contrafactual da condicionalidade. Os resultados mostraram que a maioria dos dados (87%) segue a estrutura icônica ‘se p, então q’, sendo que a maior parte dos dados desse tipo de estrutura foi de FP (63%). Foram encontradas nove ocorrências de

ordem inversa ('se q, então p'), todas elas de FP, assim, a hipótese da autora foi confirmada, pois esperava que o FP se destacasse principalmente nesta última ordem em virtude da necessidade de o falante sinalizar a condicionalidade na primeira sentença por meio de FP diante da ausência da iconicidade.

Na análise da variável 'paralelismo', Brito (2014, p. 87) considerou a seguinte distribuição: "ausência de marca precedente, paralelismo entre as marcas e não paralelismo entre as marcas". Na maioria dos dados encontrados, observou-se a ausência de marca precedente (59 das 93 ocorrências de FP e PI). O fator paralelismo entre as marcas revelou que o FP tende a ser repetido com mais frequência quando a forma que o antecede também é de FP (79% dos dados); já o PI apresentou menor porcentagem na repetição das marcas (21%). Quanto ao não paralelismo, foram contabilizadas apenas 10 ocorrências, cinco de cada variante, evidenciando que FP nem PI são favorecidos nesse contexto.

As variáveis sociais que apresentaram resultados relevantes no estudo de Brito (2014) foram 'escolaridade' e 'sexo'. A escolaridade (alta ou baixa) dos participantes da pesquisa foi inferida por meio da profissão deles, registrada nas reportagens, contudo, 13 das 93 ocorrências não foram consideradas porque a pesquisadora não encontrou indícios suficientes para deduzir qual seria a escolaridade dos falantes. Os participantes com escolaridade alta usaram mais FP (79%); os participantes com baixa escolaridade usaram mais PI (52%), porém como a diferença em relação ao FP (48%) foi pequena, a pesquisadora observou que se trata de uma variação equilibrada nesse fator.

No que tange à variável 'sexo', o FP foi a variante mais usada tanto na fala das mulheres quanto na dos homens. Acredita-se que o fato de se tratar de reportagens televisivas tenha colaborado para os participantes terem se policiado mais a fim de usar a variante mais formal (FP), o que explicaria esse resultado da variável 'sexo' assim como justificaria o equilibrado uso de FP e PI na fala dos participantes de escolaridade baixa, visto que diferentes pesquisas sociolinguísticas sobre o fenômeno, principalmente do tipo DID, vêm demonstrando que falantes pouco escolarizados favorecem o uso de PI, o que reforça a possibilidade de variação estilística.

Com intuito de aprofundar a pesquisa sobre o fenômeno, Brito (2018), em sua tese, controla na nova análise sociofuncionalista níveis mais complexos, a exemplo de fatores semântico-pragmáticos, além de fatores sociais e estruturais já considerados na primeira pesquisa. O gênero textual escolhido para o estudo da tese foi comentários de usuários do

Facebook nas postagens de interação pública e foram encontrados 346 dados de construções condicionais contrafactuais, 255 (74%) de FP e 91 (26%) de PI.

A contrafactualidade é entendida na pesquisa como um

[...] macrodomínio funcional complexo que engloba como um de seus microdomínios a condição contrafactual. Por sua vez, a condicionalidade também pode ser compreendida como um macrodomínio funcional complexo que engloba como um de seus microdomínios a condição contrafactual. (Brito, 2018, p. 15)

Os dados extraídos foram produzidos por brasileiros das diferentes regiões do país, entre 2014 e 2017. Quanto às variáveis, foram testados os fatores sociais ‘sexo’, ‘idade’ e ‘escolaridade’, os estruturais ‘ordem das orações’ e ‘composição da prótase’ e os semântico-pragmáticos ‘postura subjetiva do escrevente’, ‘tipo de contrafactualidade’ e ‘complexidade do tópico/assunto’. Usando como ferramenta estatística o GoldVarb X, foram realizadas duas análises diferentes, ou seja, as formas simples (FPs e PIs), variável 1, foram examinadas separadas das formas compostas (FPc e PIc), variável 2.

O programa selecionou como relevantes as variáveis sociais testadas. A variável ‘idade’ foi considerada relevante na análise das formas simples e demonstrou que a faixa etária de 41 a 70 anos favorece o uso de FPs (peso relativo 0,61), enquanto os mais jovens, de 20 a 40 anos, preferem o uso de PIs (peso relativo 0,63), hipótese confirmada por Brito (2018), que presumiu a possibilidade de os informantes jovens usarem mais essa forma por ser um marcador estilístico.

Para realizar o controle da escolaridade, Brito (2018) se baseou nas informações apresentadas pelos usuários do *Facebook* em suas *timelines*, onde costumam registrar o local onde estudam/estudaram e a profissão. Dois fatores foram analisados: escreventes com ensino fundamental ou médio e escreventes com ensino universitário. Os resultados, relevantes também só na variável 1 (formas simples), mostraram que PIs é favorecido na escrita dos informantes com ensino fundamental e médio (0,53) e FPs é favorecido entre os escreventes com ensino universitário (0,53), confirmando a hipótese inicial da pesquisadora. Contudo ela ressalta que o efeito da escolarização na escolha entre FPs e PIs é leve, devido à proximidade entre os pesos relativos das duas formas.

A variável ‘sexo’ foi selecionada tanto na análise das formas simples quanto na das compostas. Em ambas as análises FP é favorecido na fala dos homens (FPs: 0,56; FPc: 0,53), enquanto as mulheres preferem o uso de PI (PIs: 0,55; PIc: 0,53). Sobre esse resultado, Brito

(2018) destaca que se estiver se desenvolvendo um processo de mudança, conforme aparentemente apontam os resultados da variável ‘idade’, “a liderança aqui é feminina, a exemplo do que acontece na grande maioria dos casos de mudança linguística” (p. 98).

Os fatores estruturais não foram selecionados pelo programa, somente os semântico-pragmáticos. A ‘postura subjetiva do escrevente’, que diz respeito à função afetiva (positiva ou negativa) relacionada ao contexto pragmático da produção da construção contrafactual, foi selecionada pelo GoldVarb X nas duas variáveis. Baseando-se em estudos do campo da Psicologia, a pesquisadora ponderou que “sentimentos de lamento, tristeza e arrependimento provocam com maior frequência a produção de contrafactuais em detrimento de sentimentos como alegria” (p. 106). Assim, a postura subjetiva do informante é considerada positiva quando expressa sentimentos como contentamento, alívio, esperança etc., ao passo que na postura subjetiva negativa há, dentre outras, demonstração de tristeza, arrependimento, raiva, sarcasmo. De acordo com os resultados, há uma tendência de que FPs e FPc sejam usados em contextos de postura negativa (peso relativo 0,69 e 0,58, respectivamente); por outro lado, as formas de PI são favorecidas em contextos de postura positiva: PIs, 0,64 e PIc, 0,62.

A ‘complexidade do tópico/assunto’, que envolve os fatores ‘assunto pessoal’ e ‘assunto complexo ou embaraço’, foi selecionada na variável 2 (formas compostas). Foram classificados como assunto complexo ou embaraçoso as explanações sobre política, economia, pesquisa científica, preconceito, entre outros, e adotou-se a hipótese de que “FP, a forma mais marcada, deve ser condicionada favoravelmente quando o tópico/assunto abordado no comentário é complexo, abstrato”, enquanto a variante “PI, a forma menos marcada, deve ser condicionada favoravelmente quando o tópico/assunto abordado no comentário é pessoal” (Brito, 2018, p. 112). A expectativa da pesquisadora foi confirmada: os resultados apontaram que FPc é mais usado quando os comentários são referentes a assuntos complexos ou embaraçosos (0,54), e PIc é a variante preferida quando o assunto é de caráter pessoal (0,56).

Já a variável ‘tipo de contrafactualidade’ não foi selecionada, inicialmente, em nenhuma das variáveis, porém, após várias rodadas estatísticas, amalgamando e/ou excluindo fatores, houve resultados significativos referentes a dois fatores na variável 1: ‘Situação não válida na atualidade’ e ‘situação com substituição do indivíduo originalmente referido’. Para exemplificar esses dois tipos de contrafactualidade, Brito (2018) traz, respectivamente, os seguintes exemplos:

“MINHA FILHA **se eu tivesse crédito eu estava divando em Paris**” (Brito, 2018, p.114).

“Será que usaram a imagem do senhor (morador de rua) sem permissão? É ilegal, pois ele está dormindo. **Se eu fosse ele processava todos** e saia das ruas. Será que algum advogado pegaria essa causa, ganha?” (Brito, 2018, p.116).

Os resultados mostraram a relevância do uso de FPs no fator ‘Situação não válida na atualidade’ (0,58), diferente do PI, que foi mais usado no fator ‘situação com substituição do indivíduo originalmente referido’ (0,60).

As pesquisas de Brito (2014, 2018) se destacam pela inovação na escolha dos *corpora*, visto que a autora buscou uma maneira de estudar o fenômeno nas diferentes regiões do Brasil por meio de reportagens televisivas e da rede social *Facebook*. Nos resultados de Brito (2014), o uso de FP se sobressaiu com 68% dos dados, revelando que o contexto formal de uma reportagem televisiva possivelmente tenha contribuído para que os informantes monitorassem suas falas, pois esse resultado se distingue das pesquisas de Tesch (2007) e Santos (2014), por exemplo, que também estudaram o fenômeno a partir de diferentes graus de escolaridade, em entrevistas do tipo DID, e notaram uma variação mais equilibrada; além de se distinguir da pesquisa de Costa (1997), que aponta preferência pelas formas de PI. Por outro lado, os resultados de Brito (2014) se aproximam do estudo de F. Oliveira (2010), realizado em Maceió.

Em relação aos resultados de Brito (2018), os quais apontaram uso ainda mais elevado do FP (74%), argumenta-se que mesmo que os comentários na rede social analisada sejam imbuídos de certa informalidade, o fato de ser um contexto escrito e postado para diferentes pessoas terem acesso certamente contribuiu para o maior monitoramento por parte dos informantes, o que justificaria a preferência pelo FP.

3.2.9 Barros (2019)

A pesquisa de Barros (2019) estuda da variação linguística entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito na expressão do *irrealis* no município amazonense de Santa Isabel do Rio Negro. De acordo com a autora, o interesse pela pesquisa nessa comunidade surgiu em virtude da localização do município, o qual está situado numa microrregião distante de Manaus, além de “possuir poucos estudos linguísticos, bem como pelo fato de a população ser composta por pessoas de origens indígenas” (Barros, 2019, p. 3). Ainda conforme Barros

(2019), 90% da população da microrregião onde se localiza a comunidade é constituída por povos indígenas.

O *corpus* da pesquisa é formado por 24 entrevistas com informantes nativos do município de Santa Isabel e/ou residentes na comunidade há mais de um 1/3 de suas vidas. As entrevistas formam gravadas em 2017, em forma de diálogo entre documentador e informante, e são estratificadas de acordo com a idade, o sexo e a escolaridade do informante.

A análise dos dados foi realizada a partir de pressupostos sociofuncionalistas e, na investigação da variação, formam considerados os seguintes fatores linguísticos: Paralelismo, Tipologia Textual, Extensão Lexical, Saliência Fônica, Paradigma Verbal e Transitividade Verbal. Quanto aos fatores sociais, formam analisados o sexo, a escolaridade e a faixa etária.

O número de dados encontrados no *corpus* foi 2229, sendo 631 de futuro do pretérito sintético (FP), 28,3% dos dados, 736 de pretérito imperfeito sintético (PI), 33% dos dados, 25 ocorrências de FP composto (IRIA+V), apenas 1,1 % dos dados, e um total de 837 ocorrências de IA+V, 37,6% dos dados, variante que mais se destacou.

Conforme ressalta a autora, apesar de as ocorrências sintéticas do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito apontar um valor equilibrado no uso dessas formas, quando as formas sintéticas dessas variantes são amalgamadas às formas perifrásticas, observa-se a predominância significativa do uso das formas no pretérito imperfeito do indicativo, com um percentual de 70,6% dos dados.

Os resultados da variável *paralelismo* reforçam a hipótese da autora de que o uso de uma forma verbal em uma posição anterior, na fala do documentador (como gatilho) ou na fala do próprio informante, favorece outra ocorrência idêntica. A análise das formas do pretérito imperfeito em contexto *irrealis* revelou que “PI favorece o uso de PI, com uma frequência significativa 67,9 % (339 ocorrências) dos dados e 0,780 de peso relativo”, da mesma forma que “IA + V desencadeia o aparecimento de outra forma verbal de IA + V, atingindo um percentual de 68,9% dos dados (381 realizações) e 0,820 de peso relativo” (Barros, 2019, p. 136); dessa forma, a forma perifrástica é a que mais se destacou nessa variável. A influência do paralelismo também se confirma nos dados do futuro do pretérito, com percentual de 57,3 % e um peso relativo de 0,761, valor que se aproxima do paralelismo referente ao PI. Outro resultado dessa variável destacado pela autora é o fator *efeito de gatilho*, o qual influencia mais o uso do futuro do pretérito em sua forma sintética e perifrástica, por serem variantes mais formais empregadas pelo documentador.

Sobre a tipologia textual, a pesquisa de Barros (2019) evidencia que as listas de atitudes hipotéticas favorecem o uso do pretérito imperfeito, tanto na forma sintética como na

forma perifrástica. Essas formas equivalem a 78,2% dos dados encontrados nesse tipo de texto, sendo 36,4% de PI (peso relativo de 0,553) e 41,8% de IA+V (peso relativo de 0,532). Já a sequência argumentativa inibe o uso dessas variantes, favorecendo a ocorrência das variantes FP e IRIA + V. Dessa forma, 37,6 % dos dados das variantes em sequência argumentativa foram de FP (peso relativo de 0,615), somado a de 1,4 % de IRIA + V, o que demonstra ao favorecimento do FP, na forma sintética, em contexto argumentativo.

No que tange à variável *saliência fônica*, o uso do futuro do pretérito (FP) é favorecido em verbos que apresentam oposição de /r/ vs. /z/ (0,681), apesar de ser este um contexto de menor saliência. Por outro lado, FP também foi mais usado com o verbo *ser* (0,621) e verbos com infinitivo na 1ª conjugação (0,525), os quais apresentam maior grau de saliência fônica. Quanto ao PI, é favorecido nas formas verbais de *ter e vir* (0,659), verbos que ocupam o segundo lugar na escala de saliência fônica. Além disso, PI (0,580) e IA + V (0,550) são mais usados em verbos da 2ª e 3ª conjugações, os quais possuem menor saliência fônica.

A respeito da variável *extensão lexical*, os resultados confirmaram a hipótese da autora de que as estruturas verbais mais extensas favorecem o uso das formas perifrásticas IA +V e IRIA +V, com peso relativo 0,590 em verbos de duas sílabas, ao passo que os verbos monossilábicos inibem essas ocorrências. Já o PI é favorecido nos verbos monossilábicos, peso relativo 0,505, e inibido em verbos de duas e três sílabas, enquanto os resultados do FP contrariam a hipótese da autora, visto que demonstrou ter o uso mais frequente em verbos trissílabos.

A variável *paradigma verbal* inclui os verbos regulares, que seguem padrões gerais do paradigma da conjugação verbal, e verbos irregulares, que envolvem os verbos de paradigmas especiais. A autora partiu da proposição de que os verbos regulares proporcionaria o uso das formas perifrásticas, enquanto os verbos irregulares não favoreceriam esse uso, e sim das formas sintéticas. De fato, os dados de IA +V apontaram que o uso dessa perífrase é propício em verbos regulares, com um peso relativo de 0,661. Por outro lado, no que diz respeito ao uso de PI e FP, a hipótese foi confirmada de forma parcial, pois os resultados comprovaram que a variante PI é favorecida pelos verbos irregulares, com peso relativo acima de 0,500, mas FP tem seu emprego mais frequente com verbos regulares.

No que concerne à transitividade verbal, a autora verificou que o grupo de fatores é significativo tanto para o uso de FP quanto de PI. Dessa forma, os verbos copulativos (de ligação) propiciam a ocorrência de FP (peso relativo de 0,519). FP também é favorecido junto

a verbos bitransitivos (peso relativo 0,634), já o PI é mais frequente junto a verbos transitivos indiretos (peso relativo 0,616).

Em relação aos fatores sociais, os resultados da variável *sexo* apontaram que os homens favorecem o uso do FP, com peso relativo 0,654; entretanto são os homens que também favorecem o uso da forma perifrástica IA+V (peso relativo 0,534), considerada mais inovadora. Por outro lado, as mulheres preferem o uso de PI, com peso relativo 0,572.

No que diz respeito à escolaridade, verificou-se que os informantes com ensino fundamental I e II dão preferência ao uso de PI na forma sintética e perifrástica: o peso relativo para PI e IA+V na fala de informantes do fundamental I foi, respectivamente, 0,639 e 0,582; já na fala de informantes com ensino fundamental II foi de 0,582 para o PI e 0,527 para IA+V. Quando o informante possui ensino médio ou universitário, a preferência é pelo FP: o peso relativo referente aos informantes de ensino médio foi de 0,568 e com ensino universitário foi de 0,722.

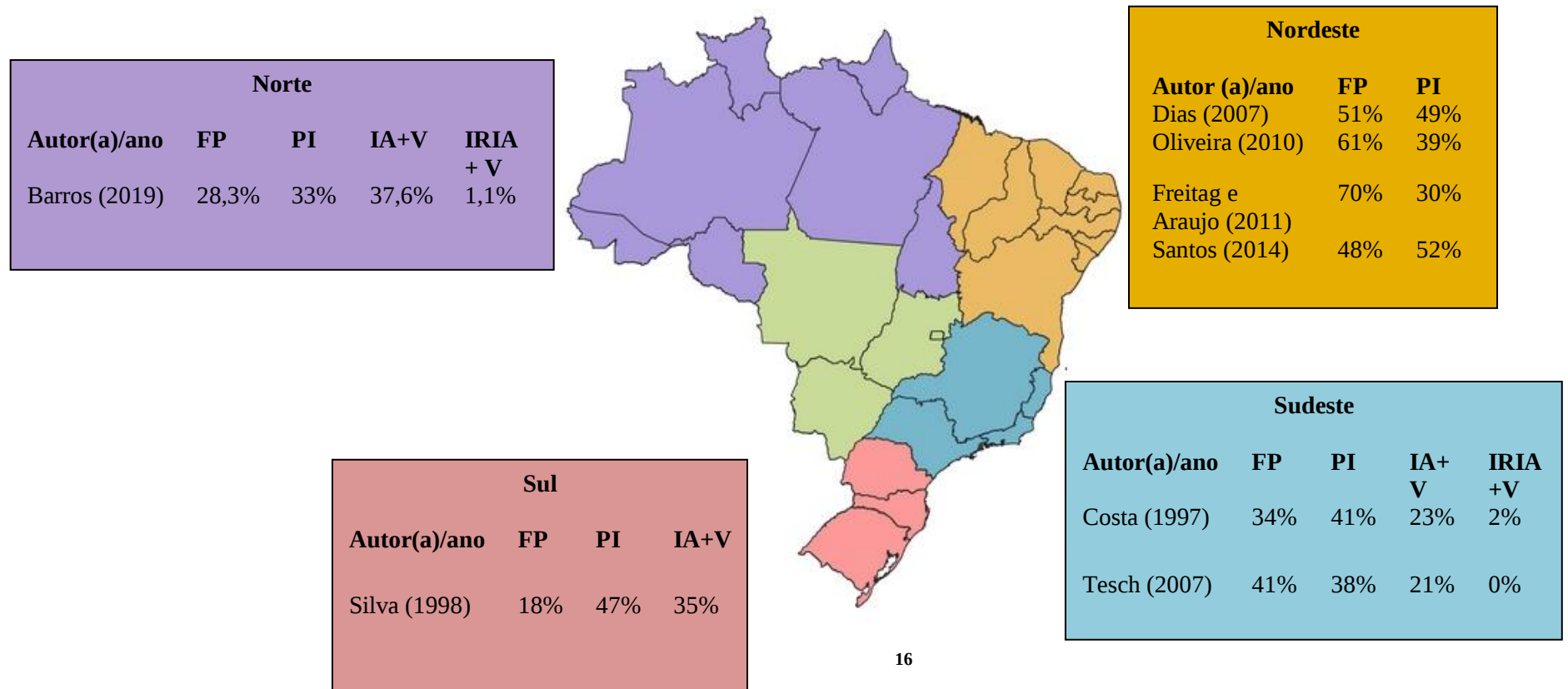
Quanto à faixa etária, percebeu-se que o PI é favorecido pelos informantes de 56 anos em diante, com peso relativo de 0,611, ao passo que os informantes mais jovens, de 18 a 35 anos, dão preferência ao uso de IA+V (peso relativo 0,625). De acordo com Barros (2019), esses resultados revelam “um processo de mudança na língua, em favor da forma perifrástica”.

A pesquisa realizada por Barros (2019) é de grande relevância por estudar o fenômeno numa microrregião de Manaus que apresenta poucos estudos linguísticos, conforme a autora mencionou, além de ser a primeira dissertação sobre a variação entre FP e PI, que se tem registro, numa comunidade em que 90% da população é indígena. No que se refere aos resultados gerais do estudo de Barros (2019), chama a atenção a preferência pelas Formas de PI na fala dos informantes de Santa Isabel do Rio Negro (70,6), resultado que se aproxima apenas do de Silva (1998), que revelou 83% de uso do PI na fala de Florianópolis.

3.2.10 Convergências e divergências entre as pesquisas sobre FP e PI baseadas em dados orais

Entre as pesquisas aqui apresentadas há pontos confluentes e divergentes. Na sequência, apresenta-se um mapa (Figura 1) com os resultados gerais das pesquisas que foram realizadas a partir de dados da oralidade a fim de se comparar, por região do Brasil, as informações registradas sobre o fenômeno.

Figura 1: A variação entre FP e PI em diferentes regiões do Brasil



16

Fonte (mapa): <https://www.preparaenem.com/geografia/mapa-do-brasil.htm> (Adaptado).

¹⁶ Não foram encontrados registros de pesquisas, sobre o tema, desenvolvidas na região Centro-Oeste do Brasil.

A partir da análise do mapa, verifica-se que a forma canônica, FP, é priorizada, na região Nordeste, na fala de Maceió-AL (Oliveira, 2010) e de Itabaiana-SE (Freitag; Araujo, 2011), porém esta última pesquisa considera apenas dados de informantes universitários, enquanto a de Oliveira (2010) leva em conta diferentes níveis de escolaridade.

Quanto à variante PI, é favorecida no Norte, em Santa Isabel do Rio Negro-AM (Barros, 2019); no Sudeste, no Rio de Janeiro-RJ (Costa, 1997); e no Sul, em Florianópolis-SC (Silva, 1998). A preferência pelo PI fica ainda mais em evidência nesses locais quando amalgamado à forma perifrástica IA+V. Esta, por sua vez, é a variante mais usada tanto em Santa Isabel do Rio Negro-AM quanto em Florianópolis-SC.

Em alguns locais, a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito mostra-se mais equilibrada, é o que acontece no Nordeste, em Fortaleza-CE (Dias, 2007) e em Feira de Santana-BA (Santos, 2014), e também no Sudeste, em Vitória-ES (Tesch, 2007). Lembrando que Tesch (2007) considera entre as variantes a forma perifrástica IA+V, sendo que o número de ocorrências de FP só é superado se as formas de PI estiverem amalgamadas.

É pertinente notar que tanto a pesquisa de Dias (2007) quanto a de Freitag e Araujo (2011) foram realizadas somente com informantes universitários e os resultados são divergentes, pois os resultados de Dias (2007) demonstra uma variação equilibrada entre as variantes, ao passo que a os de Freitag e Araujo (2011) apontam preferência pelo FP. Conforme discutido anteriormente, acredita-se que o FP também não tenha sido a variante favorecida em Dias (2007) porque a autora considera apenas o contexto linguístico das orações adverbiais condicionais, o qual favorece o uso de PI, já Freitag e Araujo (2011) levaram em conta diferentes ambientes sintático-semânticos.

Contudo, diferentes forças podem determinar o uso de uma ou de outra variante. Na pesquisa de Brito (2014)¹⁷, por exemplo, que também é realizada a partir das construções condicionais, os resultados apontaram que o FP é a variante preferida, o que, nesse caso, pode ser motivado pelo tipo de texto da pesquisa, a qual foi elaborada a partir de entrevistas e comentários em reportagens televisivas, sendo, portanto, um contexto mais monitorado do que nas entrevistas do tipo DID.

Retomando os resultados das pesquisas apresentadas nesta seção quanto à influência das variáveis linguísticas e sociais, notam-se aspectos convergentes entre elas. Dentre os linguísticos, um resultado que foi confirmado na maioria das pesquisas foi a ação do *ambiente*

¹⁷ A pesquisa de Brito não compôs o mapa apresentado anteriormente porque é realizado a partir de reportagens jornalísticas de diferentes regiões do país, diferente das demais que foram realizadas em locais específicos.

sintático-semântico, com destaque para a ordem da sentença (ordem canônica e não canônica). As pesquisas que consideraram essa variável atestaram que a iconicidade (ordem canônica) favorece o uso de PI em lugar de FP (Costa, 1997; Tesch, 2007; Oliveira, 2010; Santos, 2014).

Outra variável linguística que se destaca entre as pesquisas é o ‘tipo de texto’, a qual demonstra a importância da sequência narrativa no uso de PI, ao passo que FP é favorecido nos contextos de argumentação, resultados confirmados nas pesquisas de Costa (1997), Tesch (2007), Freitag e Araujo (2011) e Santos (2014). Esse tipo de variação que diverge quanto ao tipo de texto se relaciona à variação estilística, pois o falante adequa o uso de uma ou outra variante a depender do contexto linguístico e social.

A forma verbal, se sintética ou perifrástica, é outra variável apontada como significativa nas pesquisas de Santos (2014) e Brito (2014). O FP é mais recorrente na forma sintética, enquanto o PI favorece a forma perifrástica. Percebemos, assim, que o uso da forma perifrástica IA+V vem se destacando, principalmente na fala, para marcar o contexto de irreabilidade tradicionalmente expresso pelo FP.

No que diz respeito às variáveis sociais, a variável ‘idade’ é vista nas pesquisas de Costa (1997) e Tesch (2007) como um dos fatores que poderá levar o fenômeno variável em direção à mudança, visto que o uso de PI, sobretudo a forma perifrástica, é a variante inovadora, a qual se destaca na fala dos jovens. A variável ‘sexo’ também ganha destaque no cenário de uma possível mudança, pois as mulheres também optam pelo uso de PI (Tesch, 2007; Santos, 2014).

Por outro lado, a variável ‘escolaridade’ aponta para uma direção oposta à mudança, pois vimos que quanto mais escolarizado for o falante, mais usará o FP, como revelaram as pesquisas de Costa (1997), Tesch (2007), Santos (2014), e Barros (2019). A pesquisa de painel de Costa (2003), por exemplo, mostrou que falantes, recontactados cerca de vinte anos depois, passaram a usar mais FP após ingressarem no nível universitário.

As análises realizadas por essas pesquisas vêm delineando explicações sobre as motivações da variação entre FP e PI, em suas formas sintéticas e perifrásticas. Com o avançar dos estudos nas diferentes regiões do Brasil, certamente se poderá dispor de um panorama que consiga apresentar mais características sociolinguísticas desse fenômeno, contribuindo para a compreensão do funcionamento do português brasileiro.

Assim, a pesquisa atual se justifica pela ampliação dos dados a fim de obter um quadro mais representativo de como funciona esse fenômeno nas duas maiores cidades do Estado da

Bahia, o que gera também mais informações para compor a discussão de que seja esse um fenômeno suprarregional, ou seja, que acontece nas diferentes regiões do país, com apenas algumas diferenças entre elas.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo desta seção é apresentar a Teoria da Variação e Mudança Linguística, cujos fundamentos são base para estudos de fenômenos linguísticos variáveis. Dessa forma, discorre-se a respeito do surgimento da teoria e seus princípios, aborda-se também o tipo de pesquisa que será realizado (tempo aparente), o estudo de fenômenos morfossintáticos, o papel das variáveis sociais, além de se discutir sobre as normas linguísticas do português brasileiro.

4.1 TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

Na década de 1960, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) rompem com o pensamento estruturalista ao afirmarem que a língua – e não só a fala, como previu Saussure (2012 [1916]) – é heterogênea em razão de fatores linguísticos e sociais. Dessa forma, ao afastar-se da noção de idioleto homogêneo, modelo aceitável para a concepção de língua naquele período, buscavam uma explicação plausível para justificar a variação e a mudança linguísticas.

Labov (2008 [1972]) descreve, na introdução de seu livro *Padrões sociolinguísticos*, os obstáculos enfrentados, de cunho ideológico, para a realização do estudo empírico da língua. O primeiro obstáculo seria a divisão proposta por Saussure (2012 [1916]) de que os sistemas estruturais sincrônicos deveriam ser estudados de forma separada das mudanças históricas. Saussure (2012 [1916]) também defendia a unicidade e a homogeneidade como propriedades inerentes à língua. Em seu estudo, o estruturalista realiza uma oposição entre língua (fr. *langue*) e fala (fr. *parole*), elegendo a primeira como objeto de estudo da linguística e desprezando a fala, a qual seria uma atividade individual. Para o autor, a separação entre língua e fala implica distinguir “ao mesmo tempo: 1º – o que é social do que é individual; 2º – o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental” (Saussure (2012 [1916]), p. 45).

O segundo obstáculo diz respeito ao pensamento de Bloomfield (1933) a respeito da mudança sonora, o qual sustentava que havia regularidade na mudança sonora e que as flutuações observadas seriam apenas episódios de empréstimo dialetal. Já a terceira barreira, referida por Labov (2008 [1972]) como, possivelmente, a mais importante, foi a ideia de que a variação livre não poderia ser condicionada, pois o “postulado básico da linguística

(Bloomfield, 1933, p. 76) declarava que alguns enunciados eram o mesmo”, o que significava dizer que estavam em variação livre e “se considerava linguisticamente insignificante saber se um ou outro ocorria num momento particular” (Labov, (2008 [1972] p.14). Diante dessas barreiras ideológicas, a organização interna da variação ficava de fora dos estudos linguísticos, assim como o estudo da mudança em progresso (Labov, 2008 [1972]).

Contudo Labov (2008 [1972]) relata que desconsiderou essas restrições a fim de realizar suas pesquisas empíricas, mostrando a relação intrínseca entre língua e sociedade, e ele atribui o êxito de seus estudos à contribuição de Weinreich: “tive a sorte de encontrar na Columbia University um professor pouco mais velho do que eu, cuja intuição, imaginação e força criativa há muito tempo já tinham ultrapassado tais restrições” (Labov, 2008 [1972] p.14). Ainda segundo Labov, ele havia se beneficiado “da calma convicção de Weinreich de que estávamos nos movendo no rumo que uma linguística racional e realista inevitavelmente deveria tomar” (p.15).

Assim, a Teoria da Variação e da Mudança Linguística nasce da comunhão dos estudos de Labov, Weinreich e Herzog (2006 [1968]):

Em 1966, Weinreich propôs a Marvin Herzog e a mim que escrevêssemos juntos um ensaio sobre os Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, para uma conferência na Universidade do Texas. Tal como o finalizamos, aquele artigo incorporou os resultados do meu próprio trabalho em Nova York em Martha's Vineyard, as descobertas de Herzog sobre a dialetologia do iídiche no norte da Polônia e a visão Global de Weinreich, que criou o Atlas linguístico e cultural dos judeus asquenazes. (Labov, 2008 [1972], p. 15)

Weinreich, Labov e Herzog (Labov, 2006 [1968], p. 99) afirmam que Bright e Ramanujan (1964) foram os primeiros pesquisadores a levantar uma hipótese a respeito das “direções diferenciais da mudança linguística, baseada num modelo multiestratificado de estrutura sociolinguística”. Depois, teria sido Gumperz (1964) o primeiro a controlar dados numa pesquisa sobre grupos naturais de uma comunidade, demonstrando como o mecanismo de alternância funciona entre os membros da comunidade. Assim, essas pesquisas comprovam que “[...] o modelo de um sistema ordenadamente heterogêneo em que a escolha entre alternativas linguísticas acarreta funções sociais e estilísticas, um sistema que muda acompanhando as mudanças na estrutura social” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1966], p. 99).

Uma das indagações da visão estruturalista acerca da variação e mudança linguística contestava a possibilidade de os falantes continuarem a usar uma língua enquanto ela mudava,

então Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) argumentam que a explicação para chegar a essa compreensão estaria no rompimento da relação entre estruturalidade e homogeneidade, visto que a língua é heterogênea e o entendimento racional da mudança linguística parte do pensamento de que é possível descrever as diferenças ordenadas numa língua. Assim, as diferenças linguísticas não provocam um caos, pois as variações e mudanças – motivadas por pressões sociais e da própria língua – acontecem dentro das possibilidades de funcionamento da língua, ou seja, da competência linguística. Portanto há uma organização na heterogeneidade.

Conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), compreende-se o sistema heterogêneo como um grupo de subsistemas que se alternam em conformidade com um conjunto de regras coocorrentes e dentro de cada um desses subsistemas são encontradas variáveis individuais que co-variam. Então, cada variável será definida de acordo com “funções de variáveis independentes extralinguísticas e linguísticas, mas essas funções não precisam ser independentes umas das outras. Pelo contrário, normalmente se esperaria encontrar íntima co-variação entre as variáveis linguísticas.” (Weinreich; Labov; Herzog (2006 [1968]), p. 108)

Dessa forma, de acordo com os fundamentos da teoria, a variação linguística acontece quando coexistem pelo menos duas maneiras de dizer a mesma coisa, isto é, as formas variantes têm um mesmo sentido. Já a mudança linguística ocorre quando há o “desfavorecimento gradual da forma original em prol da nova, de modo que ela assume o *status* de ‘arcaica’ ou ‘obsoleta’” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1966], p. 93). Essa variação pode resultar em mudança linguística, que pode ser observada a partir dos fundamentos empíricos desenvolvidos por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), princípios organizados em cinco problemas a serem resolvidos:

- a. *O problema dos fatores condicionantes*: consiste na definição do conjunto de mudanças possíveis e as condições para a mudança. As restrições pressupõem uma explicação sobre o que promove a mudança. Assim, pode-se conhecer quais são as mudanças admissíveis e se são de ordem universal.
- b. *O problema da transição*: refere-se à observação e à descrição de como uma mudança linguística atua. Para tanto, é investigado o percurso da variação linguística, do ponto inicial da origem do fenômeno até o estágio da mudança.

- c. *O problema do encaixamento*: diz respeito ao modo como a mudança se encaixa na estrutura linguística e na comunidade. Investiga-se como uma mudança pode provocar outra, dentro do sistema linguístico.
- d. *O problema da avaliação*: reporta-se ao papel do indivíduo frente à mudança e frente à própria língua. Portanto a avaliação social evidencia como os falantes julgam a mudança e qual o resultado desse julgamento sobre a mudança.
- e. *O problema da implementação*: diz respeito à análise da propagação da mudança, uma vez que ela acontece em determinados ambientes estruturais e se difunde a partir de ambientes mais propícios. Então, deve-se estudar o motivo de alguns fatores favorecerem que uma determinada mudança incida em uma língua em uma determinada época, e não em outra.

Os dois mais importantes estudos empíricos de Labov (2008 [1972]) que compõem a sistematização da Teoria da Variação e da Mudança Linguística foram desenvolvidos nos Estados Unidos, na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, e em Nova York. A pesquisa realizada na ilha de Martha's Vineyard, sobre a centralização das variantes fonéticas /ay/ (como nas palavras *white*, *life* etc) e /aw/ (como nas palavras *house*, *out* etc) foi desenvolvida entre agosto de 1961 e janeiro de 1962:

Além da entrevista formal, fizemos observações em muitas situações espontâneas: nas ruas de Vineyard Haven e Edgartown, em lanchonetes, restaurantes, bares, lojas, embarcadouros e em diversos lugares onde o som geral da conversa pública podia ser anotado, quando não gravado. Mas essas anotações serviram apenas como controles suplementares sobre as entrevistas gravadas em fita. (Labov, 2008 [1972], p. 32)

Para reconstituir a história da mudança sonora das variantes /ay/ e /aw/, Labov (2008 [1972]) leva em consideração as diferentes regiões da ilha, faixas etárias, grupos profissionais e étnicos. Dentre os resultados mais significativos, Labov (2008 [1972]) observou que a centralização desses ditongos tinha relação com a resistência às incursões dos veranistas na ilha, ou seja, havia um grupo que lutava para manter sua identidade, buscando conservar traços mais arcaicos, diferentemente do inglês falado pelos veranistas. O autor explica que a centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha teria relação com pressões econômicas e sociais, visto que o repentino aumento da centralização “começou entre os pescadores de Chilmark, o

grupo mais coeso da ilha, o mais independente, aquele que se opõe mais obstinadamente às incursões dos veranistas” (Labov, 2008 [1972], p. 58).

O segundo estudo realizado por Labov, que serviu de base para a organização da Teoria da Variação e Mudança Linguística, foi a respeito da estratificação social do (r) em lojas de departamentos em Nova York, realizado em novembro de 1962. Labov (2008 [1972]) comenta que é tarefa difícil analisar “a distribuição social da língua em Nova York sem se deparar com o padrão de estratificação social que permeia a vida da cidade” e que “os mecanismos sociais da sociedade produziram diferenças sistemáticas entre certas instituições ou pessoas, e que essas formas diferenciadas formam hierarquias em status ou prestígio por acordo geral”. Dessa forma, o autor pesquisou sobre a presença e ausência do [r] em posição pós-vocálica, como em *car*, *card*, *four*, *fourth*, abordando funcionários de três lojas de departamento: Saks Fifth Avenue (loja mais sofisticada), Macy’s (loja de prestígio mediano) e S. Klein (loja mais simples). Assim, considerando variáveis independentes, como a loja, o andar da loja, sexo, idade, cargo, etnia, sotaque estrangeiro ou regional dos informantes, Labov verificou (2008 [1972]), dentre outros resultados, que o uso do [r] pelos funcionários, de forma total ou parcial, era mais frequente quanto mais *status* tivesse a loja: 62% de uso na Saks, 51% na Macy’s e 21% na S. Klein.

Observa-se que para compreender como os fatores sociais influenciam no uso linguístico, Labov concentra seus estudos em comunidades de fala por acreditar que é através do vernáculo que se pode observar como a língua é realmente usada de maneira natural. Para ele, a fala é “a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos” (Labov, 2008 [1972], p. 13). Por isso, pesquisas sociolinguísticas são realizadas principalmente por meio de análises de inquéritos orais; mas muitos sociolinguistas também realizam pesquisas a partir de textos escritos que possuem certa relação com a oralidade, a exemplo de peças.

De acordo com os princípios metodológicos da sociolinguística variacionista, o linguista que opta por fazer uma pesquisa empírica, fazendo sua investigação a partir de registros da fala, precisa levar em conta alguns procedimentos que vão desde a escolha da amostra à maneira estratégica de conduzir as entrevistas. E como instrumento de pesquisa, Labov (2008 [1972]) propõe o uso do método quantitativo (conhecido também como modelo logístico) para verificar, através da frequência numérica, a influência dos fatores linguísticos e sociais no uso de variantes linguísticas.

Para Labov 2008 [1972], a principal motivação para o linguista estudar as estruturas variantes é a convicção de que “elas oferecem comprovação empírica para resolver análises estruturais alternativas no nível funcional, dando soluções empíricas a problemas que, de outro modo, permanecem insolúveis”. Em segundo plano, as estruturas variantes são determinadas por métodos quantitativos que possibilitam estudos detalhados de mudanças linguísticas em progresso. (Labov, 2008 [1972], p. 151-152).

4.2 MUDANÇA LINGUÍSTICA EM TEMPO APARENTE

A Teoria da Variação e Mudança linguística rompe com a clássica dicotomia entre sincronia e diacronia aventada por Saussure (1916 [2012]), para quem a abordagem sincrônica aplica-se apenas a um estado de língua, enquanto os processos de mudança só poderiam ser verificados por meio de estudos diacrônicos. Diferentemente do pensamento estruturalista, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1966]) defendem que um estado de língua pode representar uma etapa da mudança linguística, dessa forma, ao se analisar a língua sincronicamente, é possível observar no sistema linguístico de uma comunidade a coexistência de formas em diferentes estágios de evolução, a partir das faixas etárias. Logo, a mudança linguística pode ser verificada em seu progresso por meio de estudo em tempo aparente (Labov, 1994).

O estudo da mudança em tempo aparente¹⁸ – tipo de pesquisa realizado nesta tese – baseia-se no pressuposto de que as distinções de usos linguísticos entre gerações podem representar desenvolvimentos diacrônicos. Assim, o comportamento linguístico de cada geração representa um estágio da língua, com os grupos etários mais jovens inserindo novas variantes, as quais substituirão, de forma gradativa, outras variantes linguísticas usadas por falantes de faixas etárias mais avançadas (Paiva e Duarte, 2003, p. 14).

Essa concepção está fundamentada na hipótese da fixação do sistema linguístico, a qual prevê que a partir da puberdade a língua do indivíduo se estabiliza ou não sofre modificações significativas. Portanto, a partir dos 15 anos, um indivíduo manteria sua fala, chegando aos 70 anos, por exemplo, com um estado de língua que já teria permanecido por 55

¹⁸ Além do estudo em tempo aparente, Labov (1994) propõe o estudo da mudança linguística em tempo real, que consiste na observação da comunidade de fala através do tempo. No estudo da mudança em tempo real podem-se diferenciar as mudanças que acontecem de forma gradual em toda a comunidade linguística daquelas que podem representar a trajetória de comportamento linguístico do indivíduo. Esse tipo de estudo pode ser realizado de duas maneiras: em tempo real de curta ou de longa duração.

anos. Naro (2012, p. 44) lembra que esse postulado apoia-se na defesa de que a gramática do indivíduo não pode sofrer mudanças expressivas porque “o acesso aos dispositivos cognitivos que possibilitam a sua manipulação (a chamada faculdade da linguagem) fica bloqueado, uma hipótese que se apoia na psicologia desenvolvimentista”.

Na análise da mudança em tempo aparente, espera-se um aumento na recorrência das variantes inovadoras entre os informantes mais jovens, ao passo que na faixa etária com pessoas mais velhas é aguardada a manutenção de formas mais conservadoras.

Paiva e Duarte (2003) argumentam que as diferenças associadas a faixas etárias, mesmo com sua contribuição para a investigação de movimentos no sistema linguístico, não podem ser vista como indicadores incontestáveis e conclusivos para a compreensão da mudança em curso:

Se a mudança se processa no seio de uma comunidade linguística, ela envolve, a par de diferenças entre grupos etários, associações com outros parâmetros de organização social, como classe social, sexo/gênero e, na maioria dos casos, estilo de fala. (Paiva; Duarte, 2003, p. 14).

Bailey (2003), por sua vez, destaca que estudos da mudança em tempo aparente trazem resultados relevantes para a pesquisa linguística, pois contribui para a ampliação do conhecimento a respeito das motivações da mudança linguística.

4.3 O ESTUDO DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA EM FENÔMENOS MORFOSSINTÁTICOS

Os estudos para a sistematização da Teoria da Variação e Mudança Linguística partiram de pesquisas no nível fonético-fonológico, isso justifica a defesa de que as variantes mantêm o mesmo sentido. Porém se discute a aplicação desse princípio na investigação de fenômenos morfofossintáticos, visto que fatores semânticos e pragmáticos costumam ser considerados nas pesquisas de nível morfofossintático, evidenciando alterações de sentido entre as variantes.

Callou, Omena e Paredes da Silva (1991, p. 17) afirmam que, inicialmente, estudos da “linha variacionista se restringiam à análise fonético-fonológicas e morfológicas, onde, à primeira vista, pelo menos, a variação é incontestável”. Contudo houve uma mudança de perspectiva, e estudos que utilizam a metodologia variacionista têm investigado diferentes

formas de expressão para indicar um mesmo processo, a exemplo da indeterminação, modalização, hipótese, entre outras (Callou; Omena; Paredes da Silva, 1991, p. 19).

Gryner e Omena (2012, p. 89) argumentam que a partir do momento em que a teoria da variação passou “a considerar variantes morfossintáticas, pragmáticas e discursivas, além das tradicionais variantes fonéticas e fonológicas, introduziu-se automaticamente uma nova dimensão na análise: a significação”. As autoras também lembram o debate entre Labov e sua discípula Beatriz Lavandera, os quais discutem a aplicação da Teoria da Variação aos estudos sintáticos, e observam:

Tanto Lavandera, para quem as diferenças de significado contrariam os pressupostos básicos do modelo, quanto para Labov, para quem o fato de existirem estas diferenças não interfere nem deve interferir na análise, convergem num aspecto central: para ambos a teoria variacionista não se detém nas questões semânticas. (Gryner; Omena, 2012, p. 89)

Dessa forma, Lavandera (1978) argumenta que seria inexecutável a análise quantitativa entre formas que apresentam significados estilísticos diferentes, contudo Labov (1978), em resposta aos questionamentos de Lavandera, formula uma estratégia para se evitar possíveis problemas de análise e manter o princípio da regra variável em fenômenos que vão além do nível fonológico. O caminho apontado por Labov (1978) flexibiliza a noção de “valor de verdade” e amplia o conceito para “valor básico referencial”. Nesse sentido, é imprescindível a delimitação dos contextos da variação, eliminando-se os dados que não possibilitam a alternância entre as variantes.

No estudo empreendido aqui, apoia-se o pensamento de Gryner (1990, p. 56), a qual declara que não partilha da opinião de Lavandera e defende que, apesar de possuírem “natureza diferente das variações fonológicas, as variações em níveis mais altos podem ser controladas por processos estatísticos, sem que se perca a dimensão semântico-pragmática” (grifos da autora).

Assim, neste estudo, considera-se a possibilidade de grupos de fatores semânticos e discursivos condicionarem a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito e, nesse sentido, são testadas variáveis como ‘modalidade’ e ‘tipo de texto’, cujos resultados serão apresentados na seção 6.

4.4 O PAPEL DE VARIÁVEIS SOCIAIS NA IDENTIFICAÇÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

De acordo com os fundamentos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, testar variáveis sociais é um procedimento crucial para a compreensão de fenômenos sociolinguísticos. Dessa forma, as variáveis *sexo*, *escolaridade* e *faixa etária* são tradicionalmente investigadas a fim de se reconhecer se determinado fenômeno aponta para uma variação ou se há indícios de mudança linguística. Nesta subseção, além dessas três variáveis sociais, abordam-se as variáveis *localidade do informante* e *estilo de fala*.

4.4.1 A variável Sexo

O estudo realizado por Labov (1966), intitulado *The Social Stratification of English in New York City*, apontou que as diferenças entre sexo interferem nos usos linguísticos, pois as mulheres optam pelo uso linguístico da variante de prestígio mais que os homens:

Na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens (Labov 1966a: 288) e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio. [...] as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos. Mesmo quando usam as formas mais extremas de uma variável sociolinguística em avanço em sua fala casual [...], as mulheres se corrigem mais nitidamente do que os homens nos contextos formais” (Labov, 2008 [1972], p. 281-282).

Decorre dessa análise realizada por Labov (1966), portanto, o pensamento de que as mulheres tendem a liderar um processo de mudança linguística quando a variante é de prestígio e mantêm uma postura conservadora em situações que a variante é desprestigiada, ao passo que os homens lideram a mudança linguística justamente nos contextos em que as formas linguísticas têm menor prestígio social.

Labov (2008 [1972]) também acredita que a sensibilidade feminina para o uso de variantes de prestígio desempenha um importante papel no mecanismo da mudança linguística, visto que são elas que mais influenciam no comportamento linguístico das crianças:

[...] as mulheres certamente conversam mais do que os homens com as criancinhas e têm uma influência mais direta durante os anos em que as crianças estão formando regras linguísticas com maior rapidez e eficiência. Parece provável que o ritmo do progresso e a direção da mudança linguística

devem muito à especial sensibilidade das mulheres a todo o processo. (Labov, 2008 [1972], p. 347)

Contudo, como as sociedades são diversas, algumas realidades podem ser distintas do que Labov percebeu na década de 1960, variando conforme as características da comunidade, pois há casos em que os homens usam mais a variante de prestígio do que as mulheres devido ao mercado ocupacional. Lucchesi (2009), por exemplo, constatou em estudo sobre a concordância de gênero no português de Helvécia-BA que os homens podem usar mais a variante de prestígio em virtude do fato de terem mais contato com o mundo exterior à comunidade, enquanto as mulheres ficavam responsáveis por tarefas domésticas.

Labov (2001) observa que o efeito da variável ‘sexo’ apresenta diferenças surpreendentes, pois em mudanças linguísticas com consciência social (*changes from above*), as mulheres tendem a empregar mais as variantes de prestígio do que os homens; por outro lado, em mudanças sem consciência social (*changes from below*), as mulheres também são as que mais empregam as formas inovadoras.

De acordo com Paiva (2012, p. 33), as diferenças mais notórias entre a fala de homens e mulheres se encontram no âmbito do léxico, pois se toma como algo natural a defesa de que “determinadas palavras se situam melhor na boca de um homem do que na boca de uma mulher”. A autora observa, ainda, que nas sociedades ocidentais parece menos acentuadas as distinções entre um vocabulário feminino e de um vocabulário masculino, havendo uma tendência de as diferenças desaparecerem de forma progressiva. Isso não impede, contudo, “que ainda possamos ouvir e utilizar expressões como ‘não fica bem uma garota falar dessa forma’” (PAIVA, 2012, p. 33). Sendo assim,

A análise da dimensão social da variação e da mudança linguística não pode ignorar, no entanto, que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/forma não padrão e o processo de implantação de mudanças estejam associados ao gênero /sexo do falante e à forma de construção social dos papéis feminino e masculino. (Paiva, 2012, p. 33)

No que diz respeito às diferenças entre os papéis feminino e masculino interferirem na variação e mudança linguística, Freitag (2015) argumenta que, como a Sociolinguística se fundamenta na investigação da relação entre língua e sociedade, é necessário ponderar que a sociedade muda. Dessa forma, a autora lembra que nas últimas décadas está se delineando um aumento da responsabilidade feminina gerado por “um cenário de vazio masculino”, assim, as

mulheres têm ocupado diferentes espaços por meio do acesso à escolarização e ao mercado de trabalho, o que as leva a não se dedicarem apenas a tarefas tradicionalmente atribuídas a elas, como cuidar da família e realizar afazeres domésticos (Freitag, 2015, p. 20). Por isso, na análise da variável sexo, mesmo considerando os pressupostos clássicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, é preciso levar em conta também o período em que as amostras foram gravadas e o contexto sociocultural brasileiro.

Freitag (2015) também comenta que há estudos sociolinguísticos desenvolvidos no Brasil que utilizam o termo “sexo”, mas contemplam nessa terminologia o comportamento social, ou seja, o gênero. Há também outros estudos que, possivelmente, assumem “a perspectiva dos estudos de gênero, adotando a terminologia ‘gênero’[...]; há ainda os estudos que abarcam ambos os termos, gênero/sexo [...] ou, a mais produtiva em termos de recorrência, sexo/gênero (Freitag, 2015, p. 27).

Neste trabalho, realizou-se a escolha pela terminologia “sexo”, mas não se considera a definição puramente biológica, e sim o comportamento social a partir dos papéis feminino e masculino. Hora (2006), afirma que o termo “sexo” é definido biologicamente, ao passo que “gênero” é definido sociologicamente, porém, ao adotar o termo “sexo” em suas pesquisas, diz ter consciência de estar analisando o ser humano, “que pode ser avaliado muito mais em termos de gênero do que de sexo propriamente dito”, dessa forma, “o fato é que o falante é o resultado de uma conjugação de características que se acumulam com o tempo e que o moldam a partir dos valores estabelecidos em sua comunidade” (Hora, 2006, p. 37).

4.4.2 A variável escolaridade

No que diz respeito à variável escolaridade, é inegável que a escola tem participação decisiva na modificação do comportamento linguístico, pois funciona como um agente na difusão de variantes de prestígio, e o *status* adquirido com a escolaridade impulsiona o falante mais escolarizado a recorrer ao uso dessas variantes. À vista disso, a escola atua como preservadora de formas de prestígio, sendo associada aos mecanismos de resistência à mudança linguística. (Votre, 2012, p. 51).

De acordo com Votre (2012, p. 53), o ensino da gramática na escola caracteriza-se por ser prescritivo, descritivo ou produtivo. O ensino prescritivo pressupõe a aquisição das formas de prestígio, além de buscar o apagamento de formas sem prestígio, sobretudo as estigmatizadas; o ensino descritivo considera boas as formas de prestígio, descrevendo-as

detalhadamente, e deixa no esquecimento as particularidades estruturais de formas que se recomenda evitar; e o ensino produtivo considera a aquisição de novos hábitos linguísticos, ou seja, a incorporação de novos modos de dizer e escrever, mas põe em destaque os modos prestigiados de comunicação. (Votre, 2012, p. 53). Assim,

Cabe destacar e atribuir à escola um mérito nada desprezível: o de ser responsável por uma parcela relevante da tarefa socializadora que o uso de uma língua nacional, de prestígio, requer. A escola, sozinha, não faz mudança, mas mudança alguma se faz sem o concurso da escola. (Votre, 2012, p. 56).

Consoante Labov (2008 [1972], p. 211), quando o grupo no qual a mudança linguística é originada não representa maior *status* social na comunidade de fala, os membros do grupo de maior *status* tendem a estigmatizar a forma resultante da mudança, assim, “essa estigmatização dá início à mudança vinda de cima, uma correlação esporádica e irregular das formas mudadas, na direção do modelo do grupo de maior *status* [...]”, conseqüentemente, a variável linguística passa a apresentar uma estratificação social, na qual a fala casual compete com o modelo de audiomonitoramento dos estilos mais monitorados (Labov, 2008 [1972], p. 211).

No Brasil, o cenário sociolinguístico de acesso a variantes de prestígio via escolaridade possui uma dinâmica que está associada à realidade socioeconômica. De acordo com Mattos e Silva (2004):

O ideal normativizador – primeiro lusitanizante, depois em função de um padrão culto brasileiro – desencadeado no século XIX não teve vez de se implantar efetiva e generalizadamente no Brasil, restringindo-se apenas a uma minoria economicamente privilegiada e a alguns quantos seres excepcionais, que rompem as limitações impostas pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural perverso do Brasil, desde suas origens coloniais. (Mattos e Silva, 2004, p. 41)

Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 48), “os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico”, fatores que possuem relação estreita com a situação socioeconômica da sociedade brasileira. Dessa forma, a influência da variável escolaridade pode refletir processos de exclusão de indivíduos que não dominam determinadas variantes linguísticas (Paiva; Scherre, 1999, p. 217-218). Nesse caso, costuma-se citar a ausência de concordância nominal e verbal como uma das principais variantes que costuma ser alvo de preconceito

linguístico no Brasil. Por outro lado, há variantes não formais que, de maneira geral, não passam por estigmatização, sobretudo se falantes mais escolarizados também fazem uso delas.

4.4.3 A variável *faixa etária*

Na investigação a respeito da centralização dos ditongos (ay) e (aw), na ilha de Martha's Vineyard, Labov (2008 [1972]) analisou a variação e a mudança a partir de cinco faixas etárias diferentes: de 14-30, de 31-45, de 46-60, de 61-75 e acima de 75 anos. Na ocasião, o autor observou que a centralização era maior nas faixas etárias mais jovens, o que estaria ligado ao fato de que os jovens buscavam afirmação da sua identidade em virtude de pressões econômicas e sociais:

O grupo das antigas famílias de origem inglesa tem sido submetido a pressões vindas de fora: seus membros estão lutando para manter sua posição independente diante de um persistente declínio da economia e diante do assédio ininterrupto dos veranistas. (Labov, 2008 [1972], p. 57)

Labov (2008 [1972]) notou também a influência da faixa etária em um novo padrão de prestígio na cidade de Nova York: a presença do [r] em posição final e pré-consonântica, como em “*beer* (‘cerveja’), *beard* (‘barba’), *car* (‘carro’), *card* (‘cartão’) etc.” (Labov 2008 [1972], p. 174). Os resultados obtidos a partir de testes subjetivos apontaram uma regularidade no uso do [r] em função da faixa etária: “100% dos falantes entre 20 e 39 anos de idade exibiram reações de (r)-positivo ao teste de dupla escolha, mas apenas 62% dos acima de 40 anos apresentaram esse resultado” (Labov 2008 [1972], p. 179). O autor ainda afirma ser esse um resultado surpreendente, pois o estágio de total regularidade é associado a mudanças linguísticas concluídas:

as diferenças de classe praticamente desapareceram, e permaneceram somente as diferenças etárias. Trata-se de um fato particularmente notável [...] descobrimos que essa estratificação uniforme de (r) no desempenho é acompanhada por uma avaliação uniforme da norma de prestígio pelos falantes mais jovens de todas as classes. (Labov, 2008 [1972], p. 180)

Nas pesquisas sociolinguistas, costuma-se levantar a hipótese também de que os jovens tendem a implementar a variante inovadora, enquanto faixas etárias mais avançadas, geralmente, mantêm a variante padrão. Omena (1996), por exemplo, ao pesquisar a variação

nós e a gente no português falado no Brasil, atestou que na fala dos informantes mais jovens havia uma maior frequência de uso da variante *a gente*, sinalizando um processo de mudança em curso.

Sugere-se, ainda, que faixas etárias intermediárias poderão liderar os índices do uso padrão devido ao fato de estarem mais presentes no mercado de trabalho. Oliveira e Silva e Paiva (1996) retomam pesquisas já realizadas a respeito de variedades linguísticas usadas no Rio de Janeiro e mostram que há relação direta entre as formas de prestígio e o mercado ocupacional, observando também que o emprego das formas prestigiadas é mais comum entre falantes economicamente ativos, ou seja, com idade de maior inclusão no mercado de trabalho. Ainda segundo as autoras, “o estudo da correlação entre idade e variação linguística aponta para duas direções básicas: a relação de estabilidade entre variantes linguísticas – um fenômeno varia, mas não muda – ou a existência de mudanças na língua” (Oliveira e Silva; Paiva, 1996, p. 350).

Naro (2012) comenta que falantes adultos costumam preferir as formas antigas, o que pode gerar, ao menos à primeira vista, uma situação estranha: “existem pessoas que, apesar de estarem em interação constante (do tipo pai/filho), costumam falar de maneira distinta”, mas o autor observa também que “isso não chega a comprometer a comunicação, já que ambos os lados são capazes de utilizar e entender todas as formas” (Naro, 2012, p. 44).

4.4.4 A variável *procedência geográfica*

As variações de cunho geográfico são amplamente estudadas pela Dialetoлогия, mas estudos baseados na Teoria da Variação e Mudança Linguística, como é o caso da Sociolinguística, também levam em consideração a procedência geográfica do informante como um fator que influencia nas diferenças linguísticas.

Para se compreender diferenças linguísticas a partir de características diatópicas, costuma-se usar o conceito de isoglossa, que é “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas” (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 12). Entretanto as isoglossas podem apontar as diferenças e as semelhanças de caráter diatópico (isoglossa horizontal) e também diastrático ou diafásico (isoglossa vertical).

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 88-89), “os linguistas histórico esperavam que as isoglossas sustentassem a firme divisão dos territórios linguísticos em conjunto hierarquicamente ordenados de línguas, dialetos e subdialetos”, contudo os

estudos empíricos apontam que “um conjunto aleatório de isoglossas não divide um território em áreas bem delimitadas, mas, sim, num *continuum* de fragmentos sutilmente subdivididos”.

Labov 2008 [1972] relata que, na pesquisa realizada em Martha's Vineyard sobre a centralização dos ditongos (ay) e (aw), levou em conta os aspectos geográficos da ilha, que é dividida, de maneira informal, em duas partes, denominadas de ilha alta e ilha baixa:

A ilha baixa é a região dos vilarejos, onde vivem quase três quartos da população permanente. A ilha alta é estritamente rural, com poucos lugarejos, fazendas, casas de veraneio isoladas, lagoas de água salgada e pântanos, e uma grande área central desabitada, com pinheiros improdutivos. (Labov, 2008 [1972], p. 23)

Assim, ao considerar os informantes a partir da região em que moravam na ilha, Labov 2008 [1972] observou que havia tendências geográficas da centralização, pois os falantes que moravam em áreas da ilha alta, situada na região rural, favoreciam mais a centralização do que os falantes que moravam em áreas dos vilarejos da ilha baixa. Essa característica linguística dos nativos da ilha alta teria relação com a resistência às incursões dos veranistas que estavam “comprando a ilha toda”:

A maior resistência a esses forasteiros se faz sentir nas áreas rurais da ilha alta, especialmente em Chilmark, o único lugar onde a pesca ainda tem papel importante na economia. Os chilmarkenses são os mais diferentes, independentes e teimosos defensores de seu próprio modo de vida. (Labov, 2008 [1972], p. 48-49)

No Brasil, um dos projetos sociolinguísticos que se destaca e é usado na compreensão do português brasileiro, respeitando as diferenças culturais de cada região, é o NURC (Norma Linguística Urbana Culta), visto que dados de cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) foram documentados e têm servido de base para diferentes estudos acerca da variedade culta brasileira. Mattos e Silva (2004) declara que a investigação sistemática que o NURC “pode fornecer em função de uma definição das ditas normas cultas do Brasil será de extrema significação para o conhecimento efetivo de variedades diatópicas dos estratos letrados do Brasil [...]” (Mattos e Silva, 2004, p. 25).

4.4.5 A variável *estilo de fala*

Segundo Labov (2008 [1972], p. 91-92), os linguistas sempre tiveram percepção das questões que envolvem a variação estilística, porém é uma prática comum não se levar em consideração essas particularidades sociais da língua “não porque são consideradas menos importantes, mas porque as técnicas da linguística são tidas como inadequadas e insuficientes para lidar com elas”¹⁹.

Ainda de acordo com Labov (2008 [1972]), há diversos estilos e dimensões estilísticas, mas ele destaca a descoberta de que diferentes estilos podem estar dispostos em uma única dimensão, o que pode ser medido pelo grau de atenção prestada à fala:

O modo mais importante pelo qual se exerce essa atenção é o audiomonitoramento da própria fala, embora outras formas de monitoramento também possam ocorrer. Esse axioma (na verdade, uma hipótese) recebe forte apoio do fato de que os falantes exibem o mesmo nível de atenção para diversas variáveis linguísticas importantes na fala casual – quando estão menos envolvidos – e na fala excitada – quando estão profundamente envolvidos pela emoção. O fator comum para ambos os estilos é que há pouca atenção para a monitoração da própria fala. (Labov, 2008 [1972], p. 243)

O autor também argumenta que o estilo mais simples de ser definido é o da fala monitorada. Nas entrevistas sociolinguísticas, a fala monitorada ocorre quando o informante está respondendo perguntas que compõem a entrevista, dessa forma, a língua do falante pode atingir um grau mais elevado de formalidade do que numa conversa casual entre amigos ou familiares. Por outro lado, não é uma circunstância tão formal como a de um discurso público ou uma entrevista de emprego. (Labov, 2008 [1972], p. 102-103).

Ademais, a fala monitorada pode se distanciar do vernáculo do informante em virtude da presença do documentador, condição denominada por Labov 2008 [1972] de *paradoxo do observador*, pois a figura do documentador é essencial na condução das entrevistas e, ao mesmo tempo, sua presença e a do gravador podem interferir no comportamento do informante de tal maneira que este se polície ao falar. Caso o informante não se comunique de maneira espontânea, não se pode coletar o vernáculo.

¹⁹ Pesquisas sociolinguísticas mais recentes, identificadas como da terceira onda de estudos da variação, defendem uma perspectiva de que a variação se inicia a partir das diferenças do estilo e do significado social, a fim de examinar a variação como prática estilística. Dessa forma, as pesquisas sociolinguísticas da terceira onda buscam compreender a variação levando em consideração os papéis e as atividades que as pessoas desempenham nas suas relações sociais, no domínio das comunidades de práticas.

Para romper, portanto, com os constrangimentos que podem surgir na situação da entrevista, Labov aconselha que o questionário a ser utilizado na entrevista seja constituído de perguntas pessoais, que levem o falante a narrar fatos de sua infância, para que o informante se envolva em outros contextos e não se atenha ao fato de que está tendo sua voz gravada. Sobre esta estratégia, Labov afirma que perguntas que geralmente surtem efeitos positivos são as do tipo que lidam com o “risco de vida”, ou seja, perguntar se o informante já viveu uma situação em que sua vida foi colocada em risco costuma resultar em narrativas produzidas pelo informante que “quase sempre exibem uma mudança de estilo que se distancia da fala monitorada e se aproxima do vernáculo”. (Labov 2008 [1972], p.245).

Especula-se que, ao contrário de perguntas que sugerem uma narrativa pessoal, perguntas que envolvem uma resposta em que o informante precisa exprimir uma opinião tendem a afastá-lo da fala casual e aproximá-lo de um estilo monitorado. Dessa forma, testar a variável *tipo de texto*, isto é, se a fala do informante é narrativa ou argumentativa — conforme fizeram as pesquisadoras Costa (1997), Tesch (2007), Freitag e Araujo (2011) e Santos (2014) — pode ajudar o (a) pesquisador (a) a compreender se determinado uso linguístico tem alguma relação com o estilo de fala.

4.5 NORMAS LINGUÍSTICAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Os estudos sociolinguísticos desenvolvidos no Brasil têm desempenhado um importante papel a fim de que se depreendam com mais precisão as características da heterogeneidade linguística do país, da “sua complexa variação diastrática, que é o resultado de múltiplas formas de interação social e consequentemente linguística do Brasil” (Mattos e Silva, 2004, p. 25-26). Assim, quando se fala em heterogeneidade linguística, é importante lembrar que a língua é usada conforme as normas características de cada grupo social.

Lucchesi (2004) argumenta que o português brasileiro passa por um processo de polarização sociolinguística, fenômeno que é explicado por razões sócio-históricas. O autor considera a distinção entre norma culta e popular, afirmando ser a primeira uma consequência da herança da elite colonial, ou seja, refere-se aos padrões de comportamento linguístico dos brasileiros que têm formação escolar e acesso a todos os espaços da cidadania; e a norma popular define os padrões de comportamento linguístico das pessoas que são privadas dos direitos básicos e mantidas “na exclusão e na bastardia social” (Lucchesi, 2004, p. 87).

Faraco (2008) discute que o conceito de norma, desenvolvido no estruturalismo por Coseriu (1979), não abarcava a variabilidade como fenômeno intrassistêmico, por isso não dispunha de instrumento teórico a contento para considerar a heterogeneidade social que constitui a língua, então, os estudos sociolinguísticos precisou reformular “a perspectiva dicotômica (*langue/parole*, sistema/fala)” para dar lugar “a uma perspectiva tricotômica (sistema/norma/fala)” (Faraco, 2008, p. 34).

Assim, de acordo com Lucchesi (2015), o conceito básico de norma linguística diz respeito à maneira como determinado grupo usa a língua dentro de uma comunidade linguística. Deste modo,

a norma culta designa como as pessoas consideradas ‘cultas’ usam a língua, a norma literária traduz o uso linguístico dos poetas e escritores, assim como a norma popular remete ao uso da língua pelas pessoas do povo, fora do universo do letramento e do saber formal. (Lucchesi, 2015, p. 46)

Segundo Faraco (2008, p. 35), norma linguística é o “conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais, numa dada comunidade de fala”. Contudo, uma vez que a heterogeneidade linguística é complexa e considerando uma sociedade diversificada e estratificada como é a brasileira, cada comunidade de fala não é identificada apenas por uma norma, e sim por um conjunto de normas, que, por sua vez, não deve ser visto somente como um conjunto de formas linguísticas, mais que isso, é um composto de valores socioculturais vinculados às formas linguísticas (Faraco, 2008, p. 37-41). Logo:

Não existe, em suma, uma norma ‘pura’: as normas absorvem características umas das outras — elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso, não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas — haverá sempre sobreposições, desdobramentos, entrecruzamentos. (Faraco, 2008, p. 42)

Diante desses entrelaçamentos, há, portanto, uma tendência de aproximação entre as normas linguísticas no Brasil, mesmo diante da realidade polarizada. De acordo com Lucchesi (2015, p. 201), os processos de variação e mudança que marcam a realidade sociolinguística brasileira podem ser organizados a partir de dois planos: o plano da norma culta, no qual se observa a flexibilização de usos, que aponta para a dinamização da cultura, ocasionada pela industrialização, urbanização e pela propagação dos meios de comunicação de massa; e o

plano da norma popular, caracterizado por uma tendência à incorporação de formas linguísticas mais comuns na norma culta, sobretudo as de maior prestígio social.

Faraco (2008, p. 54) também argumenta que é preciso trabalhar criticamente com o conceito de norma culta, uma vez que a expressão pode sugerir que há outras normas “incultas”. Assim, como não há comunidades sem cultura, a norma culta deve ser entendida como a norma linguística usada em determinadas situações, como as que exigem maior monitoramento, e é praticada por grupos sociais que estão mais ligados à cultura escrita.

Ademais, a linguagem urbana comum apresenta características que estão presentes em “boa parte das manifestações orais mais monitoradas dos falantes que poderiam ser classificados como ‘cultos’” (Faraco, 2008, p. 45-46). Faraco (2008) ainda declara, apoiando-se em Preti (1997), que pesquisadores do NURC (Norma Linguística Urbana Culta) imaginavam que os falantes cultos usavam uma variedade distinta da linguagem comum urbana em situações de fala mais monitoradas, contudo se constatou que a norma culta brasileira se assemelha com a linguagem urbana comum, isto é, identifica-se com a fala dos grupos que não são designados como cultos.

Neste estudo, normas linguísticas distintas são investigadas, considerando-se diferentes níveis de escolaridade. Embora na pesquisa realizada em Feira de Santana tenha se constatado que os falantes com nível universitário favorecem o uso padrão do futuro do pretérito, percebe-se também que as diferentes variantes se apresentam – ora mais, ora menos – na fala dos informantes, independentemente da norma, o que evidencia a aproximação entre as normas, principalmente se o estilo de fala for o mesmo, como pode ser percebido a partir da variável ‘tipo de texto’. Agora, na ampliação da pesquisa, o fenômeno continuará sendo analisado por meio de diferentes normas, observando-se as distinções e convergências entre elas.

5 METODOLOGIA

Nesta seção, que trata da metodologia usada na execução da pesquisa, discorre-se sobre a Sociolinguística Variacionista, sobre o programa estatístico utilizado (GoldVarb X), além de se apresentar as duas comunidades (Feira de Santana e Salvador), a estratificação dos *corpora*, a variável dependente e os grupos de fatores que serão analisados.

5.1 A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA E O TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS

Esta pesquisa utiliza a metodologia da Sociolinguística Variacionista, cujos instrumentos preveem que, na análise de registros de fala, o linguista deve considerar procedimentos que começam na escolha da amostra representativa da comunidade, perpassam pela forma estratégica de conduzir as entrevistas, até chegar à fase do levantamento, digitalização, codificação e tratamento dos dados, que é realizado por meio do método quantitativo, a fim de verificar, por meio da frequência numérica, a influência dos fatores linguísticos e sociais no uso de variantes linguísticas (Labov, 2008 [1972]).

Uma das formas mais comuns de coleta de dados na pesquisa sociolinguística variacionista acontece por meio das entrevistas, principalmente do tipo DID (Diálogo entre documentador e informante), método que fornece relevante contribuição para os estudos da variação e mudança linguística em comunidades de fala. Porém o pesquisador precisa lidar com alguns desafios, a exemplo do *paradoxo do observador*, isto é, com o fato de a figura do documentador ser essencial na condução das entrevistas e, ao mesmo tempo, sua presença e a do gravador inibirem a fala espontânea, uma vez que o informante tende a monitorar mais a sua fala do que em situações casuais. Por isso, Labov (2008 [1972]) aconselha que o questionário a ser utilizado na entrevista seja constituído de perguntas pessoais, que levem o falante a narrar acontecimentos de sua infância, por exemplo, e abstraia o fato de que sua voz está sendo registrada.

Seguindo o percurso metodológico da Sociolinguística Quantitativa, o linguista, de posse dos dados do fenômeno que pretende estudar, transcreve as entrevistas, codifica as ocorrências, ou seja, transforma em código todas as ocorrências que serão quantificadas, e processa esses dados em programas computacionais, como o Varbrul, o GoldVarb e o Rbrul. Os programas emitem a frequência e a relevância das variáveis independentes (fatores

linguísticos e sociais) que foram escolhidas para se compreender a variável dependente, ou seja, o fenômeno em estudo.

Para Guy e Zilles (2007), análises quantitativas oportunizam o estudo da variação linguística, pois permitem que o pesquisador compreenda a sistematicidade da variação, investigue o encaixamento linguístico e social das variantes e observe a possibilidade de mudança linguística. Os autores também afirmam que a variação linguística, em virtude da sua natureza alternante, não pode ser efetivamente analisada de forma categórica ou apenas qualitativamente, portanto a metodologia da Sociolinguística Quantitativa exerce grande importância para a compreensão da variação linguística, que antes da adoção deste método “era considerada secundária, aleatória ou mesmo impossível de ser cientificamente apreendida”, assim, a aplicação de métodos estatísticos tem demonstrado “o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade, solidariedade ao grupo local, comunidade de fala, prestígio e estigma, entre tantas outras” (Guy; Zilles, 2007, p. 73).

Por outro lado, apesar de os programas computacionais oferecerem ferramentas seguras para se quantificar os dados de maneira precisa, é papel do linguista “descobrir quais são os fatores relevantes, de levantar e codificar os dados empíricos corretamente, e, sobretudo, de interpretar os resultados numéricos dentro de uma visão teórica da língua” (Naro, 2012, p. 25).

Na realização desta pesquisa, foi utilizado o programa estatístico GoldVarb X, que foi desenvolvido por Sankoff, Tagliamonte e Smith (2005). No tocante à metodologia, o programa é uma importante ferramenta para a Sociolinguística Variacionista, pois processa grande quantidade de dados linguísticos com a finalidade de identificar uma regra variável que forneça explicações para determinado fenômeno sociolinguístico.

Por meio do uso do GoldVarb X, é possível se fazer análises univariadas, multivariadas, além de tabulações cruzadas. As análises univariadas referem-se aos casos em que é testado o efeito de uma variável independente sobre uma variável dependente, cujos resultados aparecem em forma de frequências absolutas e relativas. As análises multivariadas, por sua vez, possibilitam investigar os diferentes contextos, isto é, as múltiplas variáveis independentes, que influenciam o uso da variável linguística em estudo; dessa forma, esse tipo de análise mede os efeitos e a significância dos efeitos das variáveis independentes sobre as ocorrências da variável dependente, e os resultados se apresentam como pesos relativos. Já a tabulação cruzada aponta as relações, ou a ausência delas, entre as variáveis independentes (Guy; Zilles, 2007).

O Goldvarb X fornece, portanto, o percentual das variáveis em relação ao uso das variantes e apresenta os pesos relativos, que são os desvios da norma ponderada, ou seja, os pesos representam os efeitos de contextos independentes nos níveis gerais de uso de variantes de determinado fenômeno analisado (variável dependente) e são relativos ao ponto neutro (0,50) das análises binárias (Guy; Zilles, 2007, p. 212). O programa também aponta a ordem de significância de cada grupo de fatores em função do fenômeno variável, além de mostrar quais fatores não são relevantes para a análise realizada.

5.2 AS COMUNIDADES: FEIRA DE SANTANA E SALVADOR-BA

Com o propósito de contribuir com a ampliação de informações a respeito da expressão variável do futuro do pretérito na fala de baianos e agregar essas informações ao conhecimento gerado por outras pesquisas sobre o tema, desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, esta pesquisa apresentará dados sociolinguísticos das duas principais cidades do estado da Bahia: Salvador e Feira de Santana.

A distância entre as duas cidades é de 108 km e embora sejam relativamente próximas, possuem perfis sociohistóricos distintos. Contudo, apesar de Salvador ser a capital do estado e de se esperar que grandes centros urbanos reproduzam e difundam as variantes conservadoras (Lucchesi, 2006) mais do que as cidades do interior, especula-se que, em relação ao fenômeno em estudo, as duas cidades podem se aproximar, visto que já se constatou o uso estável das variantes FP e PI em diferentes regiões do Brasil.

A figura a seguir mostra a localização das duas cidades no mapa do Estado da Bahia.

Figura 2: Feira de Santana e Salvador: localização no mapa da Bahia



Fonte: noticias.uol.com.br

5.2.1 Feira de Santana-BA

A cidade de Feira de Santana, a segunda sede metropolitana da Bahia, está localizada no leste do Estado, situada entre a Zona da Mata e o Sertão, área de transição chamada de Agreste Baiano. O município fica a 108 km da capital, Salvador, e suas origens remontam ao século XVIII e à Fazenda Olhos D'Água, na qual foi criada uma feira de gado, onde também havia comercialização de outras mercadorias. A partir daí, formou-se o povoado de Santana da Feira e, em 1873, Feira de Santana, que antes fazia parte do município de Cachoeira, tornou-se cidade (M. L. Oliveira, 2010).

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), Feira de Santana possui uma população de 616.272 habitantes. Em 2010, o censo do IBGE verificou que 20% da população feirense viviam na zona rural, dado que revela a migração do campo para a cidade, visto que até a década de 1960 a cidade era predominantemente rural, com um índice de 70% da população habitando no campo. De acordo com Almeida (2012), um dos principais motivos que fomentou o crescimento urbano do município foi a sua feira, a qual deu origem à própria cidade e se tornou muito conhecida não só na região como também em todo o Nordeste brasileiro.

Feira de Santana é conhecida como a *Princesa do Sertão*, cognome criado em 1919 pelo jurista baiano Rui Barbosa, a fim de referenciar a importância da cidade que se tornou a maior do interior do Estado, destaque ocasionado pelo eminente comércio como também pela sua localização, visto que Feira de Santana encontra-se no maior entroncamento Norte-Nordeste do Brasil. Passam por ela três rodovias federais, BR-101, 116 e 324, por isso a cidade é rota obrigatória para quem vai para o Norte ou para o Sul do país.

O desenvolvimento da cidade também foi impulsionado na década de 1970 após a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS). De acordo com Freitas (1998), no processo de industrialização em Feira de Santana, a condição principal que culminou na instalação do CIS foi a localização da cidade, já que a sua estrutura geográfica – entroncamento – favorece o acesso às indústrias. Ainda segundo Freitas (1998), a industrialização influenciou indiretamente no crescimento urbano de Feira de Santana, pois a expansão da indústria na cidade atraiu migrantes para trabalhar nesse e em outros setores. Contudo é o setor comercial que sobressai no crescimento urbano do município, pois Feira de Santana já demonstrava um expressivo aumento populacional antes mesmo da implantação do CIS.

Ainda nos anos 1970, a partir de uma política que buscava levar o ensino universitário, ainda restrito à capital Salvador, para o interior do Estado, Feira de Santana é contemplada, em virtude de seus índices econômicos e sociais, com a fundação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que também auxilia de forma significativa no desenvolvimento social da cidade.

Se por um lado Feira de Santana conta com crescimento e desenvolvimento contínuo, por outro enfrenta as desigualdades típicas dos médios e grandes centros urbanos, como, por exemplo, os problemas de infraestrutura, ocupação desordenada do território urbano e a presença de aglomerados que vivem em situação precária (M. L. Oliveira, 2010). A ocupação desordenada é revelada nos dados divulgados pelo IBGE (2022), pois, de acordo com o censo, Feira de Santana apresenta 59,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 17,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiro, calçada e pavimentação.

Acredita-se que o crescimento desordenado de Feira de Santana pode ter relação com o elevado número de migrantes que vieram para a cidade, sobretudo da zona rural do município. O fluxo migratório tornou a cidade mais diversificada, tanto social como culturalmente, o que certamente influenciou na formação da variedade linguística local.

Almeida (2012, p. 7) argumenta que, mesmo sendo uma cidade de médio porte, há em Feira de Santana uma grande integração entre campo e cidade, por isso haveria em Feira de Santana muitos traços de variedades linguísticas rurais trazidos pelos migrantes da zona rural do município, como também das pequenas cidades da região que também possuem características rurais. Supõe-se, portanto, que a elevada migração da população rural para a cidade de Feira de Santana gerou uma aproximação entre as normas linguísticas rural e urbana.

5.2.2 Salvador-BA

A capital da Bahia, Salvador, é a quinta mais populosa do Brasil — encontra-se atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza, de acordo com levantamento do IBGE (2022) — e conta com 2.417.678 habitantes. Situada na Zona da Mata da região Nordeste do Brasil, a cidade exerce um relevante papel no cenário nacional, pois foi, até o ano de 1763, sede da administração colonial do Brasil e liderou a luta decisiva que tornou o Brasil independente de Portugal, em 2 de julho de 1823.

Salvador, que foi um dos empórios mais importantes da política portuguesa durante o Brasil Colônia, passou mais de um século de abandono após a transferência da capital colonial para o Rio de Janeiro, aliada à derrocada da lavoura canavieira. O cenário de esquecimento perdurou, segundo Risério (1993), até as primeiras décadas do século XX.

O crescimento econômico de Salvador volta a se destacar a partir dos anos de 1960. A construção da BR 324, a formação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a instalação da Petrobrás e a abertura de indústrias, como o Centro Industrial de Aratu e o Pólo Petroquímico de Camaçari, na região metropolitana da capital, foram fundamentais no processo de reconstituição econômica e modernização da capital baiana.

No que diz respeito às características do meio ambiente da cidade, Salvador possui “92,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 39,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 35% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada” (IBGE, 2022). Dados do IBGE (2010) apontaram Salvador como a cidade com o maior número de moradores vivendo em áreas com risco de desabamento e alagamento no país. De acordo com esse levantamento, cerca de 50% da população soteropolitana vivia em zonas de risco naquela ocasião.

A cidade, que é conhecida pelas suas belezas naturais, pela diversidade cultural da

sua população e pela indústria do entretenimento, como o Carnaval, notabiliza-se no turismo e possui boa infraestrutura no setor de transportes. Por outro lado, Salvador é uma cidade com elevada desigualdade social, sendo, atualmente, a metrópole brasileira que apresenta o segundo maior percentual de população vivendo em pobreza extrema, segundo dados do ano de 2021 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Soares (2016, p. 15) apresenta alguns aspectos que marcam a expansão urbana de Salvador, como “a ocupação desordenada do solo pela intensa migração na década de 1970, a aglomeração urbana, o processo de industrialização concentrada e tardia desfavorecido também pela escassez de mão de obra qualificada na região”. Assim, a Salvador do século XXI seria consequência dos processos sociais deixados pelo “colonialismo, escravismo e patrimonialismo acumulados em períodos anteriores” (Soares, 2016, p. 15).

Soares (2016, p. 60) também defende que não é apenas a exposição da Orla Atlântica que deveria receber incentivo turístico, visto que “Salvador é uma cidade extensa geográfica e historicamente, rica na diversidade de bairros, população, cultura e costumes que se transformaram em novas cidades dentro da Cidade do Salvador”.

Em relação a aspectos da etnia da população de Salvador, indicadores do censo do IBGE (2010) sobre a população negra e parda no Brasil apontaram que a capital baiana é a cidade brasileira que mais possui habitantes negros, característica que permanece atualmente, conforme o censo do IBGE (2022), pois um terço da população se autodeclara preta: Pardos – 49,1%; pretos – 34,1%; brancos – 16,5%.

De acordo com Fernandes (2013), a cultura negra em Salvador se destaca de tal forma que a cidade é chamada de “Roma Negra” ou “Meca da Negritude”. Ainda de acordo com Fernandes (2013), a presença da África é sentida ao se andar pelas ruas dos bairros históricos de Salvador.

Acrescenta-se que, dentre os fatores culturais herdados dos povos de origem africana, o português falado em Salvador também apresenta influências de línguas africanas, resultado do contato multilinguístico promovido no período colonial.

5.3 OS CORPORA

A pesquisa foi realizada a partir de dados orais de 70 entrevistas, do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador), com informantes das cidades de Feira de Santana e de Salvador-BA.

As amostras de Feira de Santana fazem parte do banco de dados do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*, o qual é sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana. O projeto é coordenado pelas professoras Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de O. Novais Carneiro. Esse *corpus* é formado por entrevistas com falantes da área urbana, gravadas entre o ano de 2009 e o início de 2012, que constituem três amostras: informantes com ensino fundamental incompleto, com ensino médio e com ensino universitário. Cada amostra possui, portanto, 12 entrevistas e os informantes estão distribuídos por três faixas etárias: faixa 1, de 25 a 35 anos; faixa 2, de 45 a 55 anos, e faixa 3, a partir de 65 anos. Em cada faixa etária, há informantes dos sexos feminino e masculino, sendo que a divisão foi feita de modo igualitário, isto é, há, em cada faixa de idade, assim como em cada amostra, seis homens e seis mulheres.

As amostras de Salvador que integram informantes com ensino fundamental e ensino médio são constituídas por 24 entrevistas do *Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador* (PEPP), coordenado pela professora Norma da Silva Lopes, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A formação desse *corpus* foi iniciada em 1998 e concluída em 2000. O *corpus* é formado por 48 inquéritos, com duração média de 40 minutos. Os informantes, homens e mulheres em igual número, de dois níveis de escolaridade, são estratificados por quatro faixas etárias: de 15 a 24 anos, 25 a 35, 45 a 55, 65 em diante. A fim de se realizar a comparação com os dados do ensino fundamental e médio de Feira de Santana, a primeira faixa etária do PEPP não foi considerada, visto que os informantes do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano* estão estratificados em três faixas.

Já a amostra de informantes com ensino universitário de Salvador é formada por 10 entrevistas que pertencem ao Projeto *Norma Urbana Culta no Brasil* (NURC), coordenado pela professora Jacyra Andrade Mota. Nesta pesquisa, serão utilizadas entrevistas do NURC-Salvador da segunda sincronia, gravadas entre os anos de 1993 e 2001.

Os informantes do projeto NURC são estratificados em três faixas etárias: faixa I com informantes de 25 a 35 anos; faixa II, 36 a 55; faixa III, 56 anos em diante. Como as entrevistas do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano* e do *Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador* (PEPP) apresentam a faixa etária intermediária com informantes de 45 a 55 anos, foi necessário descartar da análise os dados de duas entrevistas do projeto NURC cujos informantes, um homem e uma mulher, tinham 40 e 36

anos, respectivamente. Quanto à última faixa etária, não houve problemas, pois os participantes dessa amostra mais recente do NURC também têm mais de 65 anos.

Quadro 3: Estratificação do *corpus* de Feira de Santana-BA²⁰

	Informantes com ensino fundamental incompleto ²¹		Informantes com ensino médio		Informantes com ensino universitário	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Faixa 1 (De 25 a 35 anos)	31 anos 33 anos	26 anos 35 anos	33 anos 33 anos	26 anos 35 anos	26 anos 30 anos	25 anos 25 anos
Faixa 2 (De 45 a 56 anos)	54 anos 50 anos	45 anos 50 anos	49 anos 45 anos	49 anos 47 anos	48 anos 49 anos	53 anos 56 anos
Faixa 3 (Acima de 65 anos)	70 anos 76 anos	72 anos 82 anos	73 anos 69 anos	81 anos 68 anos	67 anos 68 anos	69 anos 66 anos

Fonte: Elaboração própria.

²⁰ Amostra do projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*.

²¹ Os anos (séries) estudados pelos informantes variam do 3º ao 6º ano do ensino fundamental.

Quadro 4: Estratificação dos *corpora* de Salvador-BA

	Informantes com ensino fundamental incompleto		Informantes com ensino médio ²²		Informantes com ensino universitário ²³	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Faixa 1 (De 25 a 35 anos)	29 anos	25 anos	27 anos	30 anos	30 anos	25 anos
	30 anos	27 anos	32 anos	34 anos	34 anos	35 anos
Faixa 2 (De 45 a 56 anos)	45 anos	48 anos	46 anos	47 anos	50 anos	45 anos
	54 anos	51 anos	53 anos	51 anos		
Faixa 3 (Acima de 65 anos)	68 anos	66 anos	68 anos	70 anos	73 anos	70 anos
	69 anos	75 anos	85 anos	73 anos	75 anos	75 anos

Fonte: Elaboração própria.

5.4 A VARIÁVEL DEPENDENTE E OS GRUPOS DE FATORES ANALISADOS

Nesta pesquisa, a variável dependente é formada pelas variantes Futuro do Pretérito (FP) e Pretérito Imperfeito (PI), porém, antes do procedimento de amalgamar as formas simples e perifrásticas das variantes para fazer a rodada binária, foi realizada uma rodada com essas formas separadas a fim de verificar a recorrência delas nas amostras e, principalmente, para observar qual das formas de PI (sintética e perifrástica) é mais usada no contexto do futuro do pretérito.

Exemplos das variantes em suas formas simples e perifrásticas:

(10) Se eu fizesse uma casa, eu **procuraria** um Engenheiro. (NURC–H1S)

(11) Oh, que lugar lindo! Se eu pudesse, eu **morava** lá. (LPSB–M2F)

²² As entrevistas com ensino fundamental e médio pertencem ao *Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador* (PEPP).

²³ Amostra do projeto *Norma Urbana Culta no Brasil* (NURC).

(12) Só **iria fazer** uma recomendação: “Não estrague”. (LPSB–H2U)

(13) Eu achei que de repente se eu fizesse a mesma coisa, eu **ia perder** mais a timidez, né, até andei bebendo um pouquinho pra ver se a timidez saía. (PEPP–M1M)

No exemplo (10), há um caso em que a oração condicionante foi usada de acordo com a norma padrão, ou seja, no FP. Já no exemplo (11), cuja estrutura também é de período hipotético, o verbo foi usado no pretérito imperfeito sintético, enquanto nos exemplos (12) e (13) os verbos se encontram na forma perifrástica do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito, respectivamente. Observa-se que o período hipotético ou oração condicional é apenas um dos contextos sintático-semânticos que serão analisados, os dados que aparecem em orações independentes e encaixadas também serão considerados.

A análise dos dados está dividida em duas partes, pois o estudo foi realizado tanto com os verbos não modais²⁴ quanto com verbos modais. Os verbos modais são formados por verbos auxiliares e principais que expressam o *irrealis*. Os verbos *poder*, *dever*, *precisar*, *querer*, *ter de/ter que* + infinitivo são exemplos de modais. A seguir, apresentam-se exemplos:

(14) [...] cada bairro **deveria ter** uma van gratuita pra levar até determinado ponto, né? Os usuários. (LPSB–M1S)

(15) [...] o governo **podia investir**, eu tenho certeza que ia acabar mais esse negócio de crimineração e aquela coisa, né? (LPSB–M1S)

Givón (1995) destaca que os verbos modais expressam, por si só, a noção de irreabilidade; por isso, quando são conjugados no futuro do pretérito, promovem uma redundância. Dessa forma, espera-se que os verbos modais promovam o uso do PI, justamente a fim de evitar essa redundância, enquanto os verbos não modais favoreçam o uso de FP. Observa-se, também, que os verbos modais inibem o uso de variantes perifrástica (Tesch, 2007).

Os grupos de fatores considerados na pesquisa são: ‘ambiente sintático-semântico’, ‘saliência fônica’, ‘tipo de texto’, ‘referência temporal’, ‘valor temporal X modal’ e ‘modalidade’; já os fatores sociais são: ‘sexo’, ‘faixa etária’, ‘nível de escolaridade’ e

²⁴ Embora o conjunto de verbos sintéticos e perifrásticos seja denominado de *não modais* a fim de diferenciá-los dos auxiliares modais, sabe-se que são verbos que também expressam modalidade, pois em alguns contextos, principalmente acompanhados de advérbios, as formas verbais revelam a atitude do falante em relação àquilo que diz.

‘localidade do informante’. Na sequência, apresentam-se essas variáveis e as hipóteses aventadas.

5.4.1 Ambiente sintático-semântico

Na análise da variável ‘ambiente sintático-semântico’, a proposta é observar se os contextos sintáticos associados a aspectos semânticos podem influenciar na escolha das variantes. Espera-se que nas construções com o período hipotético na ordem canônica, ou seja, quando a oração condicional (prótase) encontra-se primeiro na estrutura sintática, o falante favoreça o uso das formas de PI, uma vez que a hipótese já se encontra na primeira oração; ao passo que, se a ordem for inversa – com oração condicionante (apódase) antes da oração dependente que expressa a condição (prótase) –, o falante prefira o emprego de FP para marcar a hipótese na primeira oração.

A oração encaixada com prótase coocorrente também tende ao favorecimento de PI devido à semelhança de estrutura entre esse tipo de oração e o período hipotético em ordem canônica. Por outro lado, orações encaixadas em discurso indireto podem promover o uso de FP, resultado confirmado nas pesquisas de Tesch (2007) e Santos (2014). A seguir, serão apresentados exemplos das variantes nos diferentes contextos sintático-semânticos considerados na pesquisa:

a) Período hipotético em ordem canônica: prótase + apódase

(16) Se eu fizesse uma casa, eu **procuraria** um Engenheiro (NURC–H1U).

(17) *Documentador*: Mas quando a senhora gostava de futebol, torcia pra que time?

Informante: Minha filha eu não vou nem te falar, viu, eu não vou nem te falar, porque eu era sofredora. Hoje em dia, se eu gostasse, já **tinha** mudado [...]. (LPSB–M1U)

b) Período hipotético em ordem inversa: apódase + prótase

(18) Eu... Eu **procuraria** um alfaiate (*inint*), se quisesse um assim, uma coisa bem afrescalhada de novo. (NURC–H1U)

(19) Eu tinha loucura por uma boneca, até aquela boneca de pano eu, eu **ficava** satisfeita se eu ganhasse [...]. (LPSB–M2F)

c) Oração independente ou principal

(20) Eu **viveria** tudo novamente, eu não tenho esse negócio de me arrepender [...]. (PEPP–H3F)

(21) Ela **ia ter** que aprender, porque ela me respondeu, não foi essa educação que eu dei a ela. (PEPP–M2F)

d) Oração encaixada com prótase coocorrente

(22) Se fosse pra sair daqui pra ir morar em outro lugar, eu acho que sentiria. (LPSB–H1M)

(23) Porque se tivesse também um pouco mais de cultura nos colégio tenha certeza que ia ocupar mais um pouco da mente dos jovem. (LPSB–M1U)

e) Outras orações encaixadas²⁵

(24) E aí eu liguei pra ele, ele tava lá em Salvador, eu liguei pra ele... aí ele me falou que, independente de qualquer coisa, que ele estaria do meu lado. (LPSB–M1S)

(25) Ele disse pra minha mãe que eu ia dar, que eu ia dar pra nada, pra que... Pra o que não presta. (PEPP–H1F)

5.4.2 Saliência fônica

No que diz respeito à variável linguística ‘saliência fônica’, Tesch (2007) destaca que, como os “verbos de 1ª conjugação possuem como desinências modo-temporais de futuro do pretérito e pretérito imperfeito, respectivamente, as formas *–ria* e *–va*, enquanto os verbos de 2ª e 3ª conjugação as formas *–ria* e *–ia*” (p. 87-88), é mais provável que as formas do pretérito imperfeito substituam as de futuro do pretérito quando os verbos são da 2ª ou 3ª conjugação, já que as formas são menos salientes.

A diferença fônica dos verbos irregulares também é considerada por Tesch (2007), que utiliza a seguinte lista de verbos, observando uma ordem decrescente quanto à saliência fônica: “1) Verbo ‘ser’; 2) Verbos ‘ter’ e ‘vir’; 3) Verbos com infinitivo na 1ª conjugação (oposição *–ria* vs. *–va*); 4) A saliência fônica de /r/ vs. /z/; e 5) Verbos com infinitivo na 2ª e 3ª conjugações (oposição *–ria* vs. *–ia*)” (Tesch, 2007, p. 88-89). O ponto 4 faz menção à

²⁵ Nesse fator, incluem-se a oração encaixada em discurso indireto, além de outras orações subordinadas substantivas e adjetivas. Optou-se por considerar a encaixada em discurso indireto junto às demais encaixadas, porque Santos (2014) percebeu que todos os tipos de oração encaixada tendem a inibir o uso de PI.

diferença fônica dos verbos *dizer*, *fazer* e *trazer*, ex: *diria* vs. *dizia*, com alternância no terceiro fonema do radical.

Essas mesmas possibilidades de saliência fônica descritas por Tesch (2007) são usadas nesta pesquisa, e parte-se também da hipótese de que quanto mais salientes forem as formas verbais, menor será a chance de as formas de PI serem empregadas em contextos do futuro do pretérito.

Na sequência, são apresentados exemplos retirados dos *corpora* em análise:

1) Verbo ‘ser’

(26) Se todos fizessem isso, **seria** ótimo para os pesquisadores. (LPSB–H3U)

(27) Quando criança eu tive coqueluche e alguém falou pra minha mãe que **era** bom dar o leite, como chama? O leite cru do peito da vaca. (NURC–M3U)

2) Verbos ‘ter’ e ‘vir’

(28) Quando não é ele, só em algumas empresas rurais, que aí **teria** um administrador pra gerenciar, mas isso é em raríssimos casos. (NURC–H1U)

(29) Ou numa clínica de... de animal ou então você **vinha** aqui na Escola de Veterinária com o Hospital Universitário que você pode utilizar dele. (NURC–H1U)

3) Verbos com infinitivo na 1ª conjugação (oposição *-ria* vs. *-va*)

(30) Hoje uma palmadinha eu não sei se eu **dava** não. Eu não sei se eu **daria** uma palmadinha não, porque naquele tempo não era palmadinha, era surra, era pancada mesmo. (PEPP–H3F)

4) A saliência fônica de /r/ vs. /z/

(31) Se, digamos, se ele não tivesse trabalhando, não tivesse o dinheiro pra comprar aquele objeto, eu nada **faria**. (PEPP–H3F)

(32) *Documentador*: É...como é que você ensinaria pra D. a desenhar uma...uma árvore?

Informante: Rapaz, eu **fazia**: “Mamãe, vamo desenhar uma árvore? Pega assim, primeiro faz o tronco, o....”. (LPSB–M1U)

5) Verbos com infinitivo na 2ª e 3ª conjugações (oposição *-ria* vs. *-ia*)

(33) Se eu pudesse, eu **leria** mais... (PEPP–H1M)

(34) Você não **ia entender** nada. (LPSB–H2U)

5.4.3 Tipo de texto

Na análise dessa variável, o objetivo é verificar se sequências narrativas, argumentativas ou lista de atitudes hipotéticas favorecem uma das variantes. Costa (2003) e Santos (2014) observaram que as sequências narrativas favorecem o uso de PI, enquanto as sequências argumentativas, o uso de FP.

As sequências narrativas²⁶, nas entrevistas, dizem respeito aos fatos relatados pelos informantes sobre experiências vividas por eles mesmos ou por outras pessoas; as sequências argumentativas são um tipo de texto em que o falante se posiciona, expressando sua opinião e busca persuadir o interlocutor; já a lista de atitudes hipotéticas se refere aos momentos das entrevistas nos quais o entrevistador faz questionamentos que conduzem os informantes a dizerem o que fariam em determinadas situações hipotéticas.

A nossa hipótese é a de que o texto narrativo proporciona mais o uso de PI, enquanto que, ao expressar sua opinião em sequências argumentativas ou se expressar através de listas de atitudes hipotéticas, o informante favorece o uso de FP. Na sequência, apresentam-se alguns exemplos:

a) Sequência narrativa

(35) Desde os 12 anos eu praticava, dava banca, eu sabia que queria ser professora; minha dúvida é se **seria** de História, Língua Portuguesa ou de Literatura. (LPSB–M2U)

(36) Não, quer dizer primeiro ele, ela ficou doente, se operou e tudo, ficou sete anos operada, né, depois quando **ia fazer** sete anos de operada aí pronto, aí morreu [...]. (PEPP–M1M)

b) Sequência argumentativa

(37) Hoje eu acho que eu não **seria** uma boa advogada com certeza, **seria** melhor, muito melhor, administradora do que advogada, sem sombra de dúvida. (LPSB–M1U).

(38) Não, isso **era** o mínimo, isso **era** o mínimo, as escolas **fariam**, o problema é a falta de segurança nas ruas. (NURC–M3U)

²⁶ Sequências descritivas, que fazem parte das narrações dos informantes, são consideradas nas sequências narrativas.

c) Lista de atitudes hipotéticas

(39) Não sei, alguém lá em ... Que eu conheço no interior **mandaria** fazer um portão pra mim, pin..., sei lá, eu mesmo **assentava**, **pediria** alguém para assentar pra mim. Não sei se **chamaria** um carpinteiro, é isso, um pedreiro. (NURC-H1S)

(40) Eu **procuraria** ver uma maneira que ele mais se interessasse, uma maneira agradável que prendesse ele, é não por chantagem, acho que ele por ele mesmo começasse a gostar, de alguma maneira, de estudar é, ou com os colegas, uma maneira que ele se interessasse mais por alguma matéria, por algum estudo mais específico, por alguma área até né, **ia tentar** de tudo, **dava** a ele um cursinho de informática desde pequeno, **fazia** um pouco de tudo pra ele se achar, já na fase da... Da infância pra adolescência ver, descobrir o que é que ele, né, **ia se dar** mais, **ia gostar** mais, **ia se descobrir**, né? (PEPP-M1M)

5.4.4 Referência temporal

A situação retratada pelo informante pode ser anterior (passada), posterior (futuro) ou simultânea (presente) em relação ao momento da enunciação. Pressupõe-se, conforme verificado nas pesquisas de Costa (1997) e Santos (2014), que, se a referência temporal estiver no passado em relação ao momento da fala, haverá mais possibilidade de o falante empregar as formas de PI; contudo, se o fato estiver no presente ou no futuro (não passado) em relação ao momento da fala, o falante usaria mais FP.

Exemplos:

a) Passado

(41) Fazíamos no final de ano fazia as festinhas cada qual **levaria** um pratinho, fazia logo depois para pegar os resultados de prova, a gente inventava fazia aquela despedida e todo mundo junto em sala de aula fazia... (PEPP-M2F)

(42) Quando era jovem? Sentia muito. Sabe quando... toda mocinha quer sair... descobrir o mundo, passear, namorar e ela não deixava eu sair. Acho que é por isso que eu casei muito jovem, porque não tinha uma opção de lazer, o único lazer que eu tinha era namorar todo dia [risos]. Todo dia eu namorava... todo dia eu namorava você acha que **ia terminar** em quê? (LPSB-M2M)

b) Não passado²⁷

(43) [...] a professora mal remunerada também, muito mal remunerada, que se a pessoa analisasse bem, a professora primária, principalmente, **seria** muito bem remunerada, porque dali é a base de tudo. (PEPP–H3F)

(44) Se eu tivesse condições eu acho que eu **ia igualar** né, pra não perder o ritmo, acho que eu **iria igualar** se eu tivesse, se eu pudesse, e ela também né, lógico, quisesse. (PEPP–H1F)

5.4.5 Valor temporal vs. valor modal

Conforme discutido na seção 2.2 desta tese, os verbos no futuro do pretérito podem expressar tanto noção temporal, isto é, com ideia de posterioridade, quanto valor modal, que pode indicar uma condição, hipótese, incerteza ou ideia provável. Em todos esses contextos, é comum a substituição do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito.

Nos trabalhos já realizados sobre a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito no português brasileiro, não foi encontrada a investigação dessa variável. A ideia de testá-la surgiu a partir da leitura da discussão empreendida por Afonso (2018), que questiona se o futuro do pretérito seria um tempo ou um modo.

As hipóteses levantadas para a variável ‘valor modal vs. valor temporal’ são as seguintes: quando o falante expressa ideia de tempo posterior a um passado, a menção a esse tempo passado pode suscitar o uso mais frequente do PI, que também pode estar ligado à noção de certeza e de aproximação da realidade; por outro lado, quando o falante expressa um valor modal, o uso do FP pode ser favorecido pelas noções de incerteza, ou seja, de afastamento da realidade.

Na sequência, são apresentados exemplos das duas variantes (FP e PI) nesse grupo de fatores:

a) Valor temporal

(45) Eu tinha certeza que **seria** professora, tanto que eu fiz magistério, banca, eu sabia que queria ser professora [...]. (LPSB–M2U)

(46) Não! Não senti que **ia morrer** porque só levaram meus documentos. Tava só com dois vale transporte mesmo e levaram. Fazer o quê? Só agradecer a Deus! (LPSB–H1F)

b) Valor modal

²⁷ Nesse fator, incluem-se as referências temporais no presente e no futuro.

(47) Valeu, eu não... Eu **viveria** tudo novamente, eu não tenho esse negócio de me arrepender, que meu pai foi duro comigo. (PEPP-H3F)

(48) *Documentador*: Você está com um problema na tubulação, quem seria o profissional indicado?

Informante: Entupimento, eu mesmo. **Colocava** soda cáustica e desentupo. Procurar ninguém pra desentupir um cano? (risos). (NURC-H1S)

5.4.6 Modalidade

Como visto na seção 2.4, a modalidade diz respeito à atitude do falante em relação àquilo que ele enuncia. Dias (2007) propõe uma escala de modalidade (conforme apresentada na página 19 desta tese), composta de quatro graus de certeza, para avaliar o comprometimento do falante diante do que é dito. Nesta pesquisa, a escala de modalidade de Dias (2007) foi tomada como base, porém os contextos foram adaptados, incluindo outras possibilidades em cada grau de certeza, conforme pode ser visto a seguir:

1) Certeza: nesse contexto, os informantes fazem uso de advérbios de afirmação e locuções adverbiais (*certamente, com certeza, nunca, jamais, sem dúvida, de jeito nenhum*), advérbios de intensidade (*muito, muitíssimo, bastante*), dupla negação e enunciados que apresentam um tom mais incisivo, como no exemplo (49):

(49) Eu **faria** tudo de novo. (LPSB-M3U)

(50) Aí eu cheguei e falei com ele que eu queria namorar com a filha dele, no dia até troquei o nome, que eu jamais **ia imaginar** que tinha o nome de todas elas era quase idênticos, entendeu? (PEPP-H1F)

2) Índice médio de certeza: apresenta palavras de inclusão, como *também, até, ainda, mesmo*:

(51) Hoje até que eu **teria** condição econômica de montar uma escola, mas com... depois de vinte e nove anos de carreira e vendo a educação totalmente arrasada, eu estou completamente desmotivado. (LPSB-H2U)

(52) Minhas filhas são meus ouro... é tudo que tenho na minha vida, e... e tudo eu só desejo a Deus que dê vida e saúde a elas tudo, porque em matéria de ser unidas quando uma... uma... uma... um dedinho assim e se ela pudesse, todas elas **furava** também que é pra ficar igual (risos).

3) Grau mínimo de certeza: caracteriza-se pelo uso de expressões que denotam opinião (*acho que, penso que, acredito que, na minha opinião*), frases interrogativas, expressões explicativas que indicam planejamento de ideias (*ou melhor, quer dizer*) e hesitações:

(53) Outra cidade que eu **moraria**... A cidade... Eu não tenho vontade de sair daqui pra canto nenhum pra ir morar, só aqui mesmo... (LPSB–M2F)

(54) Se eu continuasse com ele, eu acho que eu **ia morrer**, entendeu? . (LPSB–M2M)

4) Incerteza: apresenta advérbios e locuções adverbiais que indicam dúvida (*talvez, quem sabe*), advérbios de negação acompanhado do verbo *ser* (*não sei, sei lá*), além da ausência dos itens anteriores, que apontam para determinado grau de certeza:

(55) É. Tinha que enfrentar. Talvez se ela tivesse me dado apoio, eu não sei como **seria** hoje. (LPSB–M1M)

(56) Quem sabe que hoje eu não **tinha** o que eu quero, o que eu queria ter pra... Pra oferecer pra ela. (PEPP–H2F)

A hipótese aventada para esse grupo de fatores é a de que os enunciados que expressam certeza promovem o uso de PI, ao passo que o grau mínimo de certeza e a incerteza favorecem o uso de FP, em virtude de suas características modais. Pretende-se realizar na rodada dos dados, uma tabulação cruzada entre os grupos de fatores ‘modalidade’ e ‘valor temporal x valor modal’, pois acredita-se que a expressão do futuro do pretérito, quando possui valor temporal, apresenta relação com os enunciados que indicam certeza; enquanto o valor modal se relaciona com a ideia de incerteza.

5.4.7 Sexo do informante

Pesquisas sociolinguísticas revelam que as diferenças entre os sexos condicionam os usos linguísticos, visto que as mulheres tendem a optar pelo uso de variantes de prestígio mais que os homens; por outro lado, presume-se que as mulheres também podem encabeçar uma mudança quando determinada variante inovadora não é estigmatizada. Entretanto os resultados dependem da vida social dos membros da comunidade, conforme discutido na seção 4.4. Em alguns casos, são os homens que usam mais a variante de prestígio em razão, por exemplo, da atividade ocupacional.

Mesmo não podendo se afirmar com veemência que o fenômeno em estudo não seja estigmatizado, pois para isso seria necessário dispor de estudos de percepção/avaliação dos falantes, supõem-se que a variação entre FP e PI não seja julgada negativamente nas comunidades em questão. Assim, parte-se da hipótese de que os homens usariam mais o FP, ao passo que as mulheres fariam mais uso da variante inovadora PI, visto que, de acordo com Labov (2001), em variáveis sociolinguísticas estáveis, elas tendem a mostrar taxas mais altas quando a variante é de prestígio e iniciam mudanças abaixo da consciência social (*from below*).

5.4.8 Faixa etária do informante

A partir das faixas etárias, pode-se observar a coexistência de formas em diferentes estágios de evolução no sistema linguístico de uma comunidade (Labov, 1994). Dessa forma, a partir do estudo em tempo aparente, espera-se verificar neste estudo indícios de mudança em progresso por meio do uso mais recorrente das formas de PI na fala dos informantes mais jovens (faixa I – 25 a 35 anos); ao passo que nas faixas etárias II (de 45 a 55 anos) e III (acima de 65 anos) espera-se encontrar o uso mais frequente de FP.

Essas hipóteses já foram confirmadas em diferentes pesquisas, como na de Costa (1997), Tesch (2007) e Brito (2018), que levantam a possibilidade de mudança em progresso na expressão do futuro do pretérito, visto que o fator social ‘idade’ revelou que os jovens favorecem o uso de PI.

5.4.9 Escolaridade do informante

Se por um lado diferentes pesquisas – Costa (1997), Tesch (2007) e Brito (2018) – apontam que o fenômeno variável em estudo caminha em direção à mudança, pois o uso de PI e de IA+V são formas inovadoras, usada na fala dos jovens e das mulheres; por outro, a variável ‘escolaridade’ aponta para uma direção oposta ao caminho da mudança, com os mais escolarizados preferindo o uso de FP, que é a variante privilegiada na escola, pelos meios de comunicação de massa – sobretudo programas televisivos e jornais de grande circulação – e nos espaços que supostamente os mais escolarizados convivem.

Nesta pesquisa, três níveis de escolaridade são testados (ensino fundamental incompleto, ensino médio e ensino universitário) e, conforme aventada e verificada em

pesquisa anterior realizada em Feira de Santana (Santos, 2014), a hipótese deste estudo é a de que quanto mais escolarizado for o falante, mais usará a variante FP; ao passo que os falantes menos escolarizados favorecerão o uso das formas de PI.

5.4.10 Procedência geográfica do informante

A variável ‘procedência geográfica do informante’ é considerada com o objetivo de observar se em Salvador o fenômeno em estudo aponta para uma variação estável, como acontece em Feira de Santana (Santos 2014). Embora as duas cidades sejam relativamente próximas, pesquisas sociolinguísticas já apontaram algumas diferenças linguísticas entre elas, como, por exemplo, o uso do pronome de tratamento *tu*, que é mais comum na fala dos feirenses do que na dos soteropolitanos (Nogueira, 2013).

De um lado há uma cidade de médio porte – Feira de Santana –, mas que ainda conserva resquícios de características rurais; de outro, um grande centro urbano – Salvador –, capital do estado da Bahia. Embora sejam duas cidades com perfis diferentes, a hipótese desse trabalho é a de não serão encontrados resultados significativamente distintos em relação ao uso de PI e FP, pois se defende que o fenômeno em estudo seja suprarregional, ou seja, ocorre de maneira semelhante nas diferentes localidades do Brasil.

5.5 DADOS NÃO CONSIDERADOS

Quando o sociolinguista se propõe a realizar análises quantitativas, é preciso definir critérios para a inclusão ou exclusão de determinados dados no *corpus*. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 120), mesmo que o pesquisador tenha uma definição precisa da variável dependente, “ainda existe a possibilidade de certas ocorrências da variável não poderem ser incluídas no *corpus*, por problemas como neutralização, falta de clareza da ocorrência etc.”.

No levantamento dos dados da pesquisa realizada em Feira de Santana, Santos (2014) precisou excluir algumas ocorrências que não permitiam a variação entre PI e FP, por apresentarem características categóricas. Nesta pesquisa, os mesmos critérios serão adotados. A seguir, serão apresentados alguns exemplos de dados que não foram considerados.

a) Verbo *gostar*

(57) Aliás, eu **gostaria** de registrar uma coisa. Eu sou uma pessoa que cresceu assistindo muita televisão e nem por isso me acho que sou alienada, gosto muito de televisão. (LPSB–M2U)

A forma *gostaria* é empregada no português brasileiro quando o falante realiza, de maneira polida, um pedido ou expressa um desejo. Marine e Barbosa (2012) estudam o uso do verbo *gostar*, flexionado nas formas de PI (*gostava*) e FP (*gostaria*), no português brasileiro (PB) e no português europeu (PE). As autoras observam que o uso de *gostava* em contextos formais, expressando desejo/solicitação, é mais frequente no PE do que o uso de *gostaria*, mas no PB não houve registros de *gostava* com esse valor, por isso chegam à conclusão de que esse uso não é característico da variedade brasileira do português.

b) Verbo *ser* e *ter* com valor de polidez

Apoiando-se nos argumentos de Brown e Levinson (2011[1987]), Araujo (2022, p. 88), observa que, no processo de interação, ainda que de forma inconsciente, ocorre o monitoramento por parte dos falantes, atitude que gera estratégias de polidez. Dessa forma, a polidez é compreendida como uma estratégia linguística que é usada com a intenção de evitar conflitos na interação verbal, ou seja, é um meio que o falante encontra para preservar a sua face.

. Em alguns empregos do verbo *ser* e *ter*, percebe-se que a forma de FP denota uma estratégia de polidez e as formas de PI não poderiam ser usadas nesses contextos como variantes de FP. Dessa maneira, esses dados também foram excluídos. Exemplos:

(58) A arte do bom falar... é... **seria** você falar com toda alegria, com todo sentimento que você tem, isso pra mim que é a arte do bom falar”. (LPSB–M2U)

(59) Não sei se **teria** um nome específico. A gente chama de... fazenda, a gente chama de peão, na agricultura você chama de empregado rural ou alguma coisa assim. Não sei se **teria**... Deve ter alguma norma regulando ele. Eu não sei não. (NURC–H1U)

No contexto do exemplo (58), o falante, que certamente escolheu uma maneira mais polida para se expressar, não diria: “A arte do bom falar... é... **era** você falar com toda alegria...”; nem usaria uma das formas perifrásticas: “A arte do bom falar... é... **ia ser/iria ser** você falar com toda alegria...”. Na verdade, como o informante estava definindo “a arte do

bom falar”, uma forma viável para concorrer com *seria* nesse contexto é o verbo *ser* no presente: “A arte do bom falar... é... **é** você falar com toda alegria...”. Já no exemplo (59), o falante também não usaria o verbo no PI (*tinha*) ou IA+V (*ia ter*), portanto neste caso também a variação entre as variantes não é possível. Outras formas que caberiam nesse contexto seriam os verbos *ter* e *haver* no presente: “Não sei se *tem/há* um nome específico”.

c) Verbo *achar* com morfema *-ria*

Foram encontrados alguns dados em que, apesar de conter o morfema *-ria*, o contexto inicial não é de futuro do pretérito, conforme pode ser verificado no exemplo (60) e (61):

(60) Eu **acharia** que a oportunidade ia surgir melhor, eu ia aprender um ofício como eu realmente aprendi, que eu trabalhei em metalúrgica. (PEPP–H2F)

(61) Eu me separei pelo seguinte porque eu **acharia** que se eu ficasse dentro de casa seria pior para eles, que eles iam ver a nossa briga [...]. (PEPP–H2F)²⁸

Percebe-se que, pelo contexto da conversa, no lugar de *acharia* cabe tanto uma forma do pretérito perfeito (achei) quanto de pretérito imperfeito (achava). Assim, como o contexto não expressa futuro do pretérito, esses dados também não foram considerados.

É importante notar que, nos dois exemplos, há dados de pretérito imperfeito em contexto de futuro do pretérito, além de uma ocorrência de futuro do pretérito no exemplo (61), então, possivelmente, o uso da forma *acharia* tenha ligação com esse contexto posterior de futuro do pretérito. São especulações que talvez possam ser aprofundadas em um trabalho futuro.

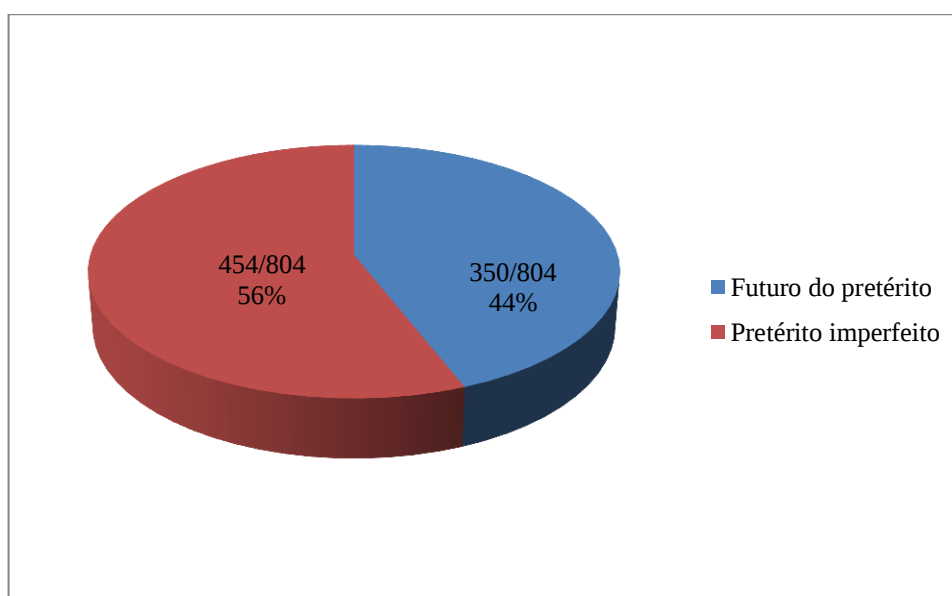
²⁸ Esses dois dados foram encontrados na amostra do PEPP, em falas de informantes diferentes, ambos da faixa 2, com ensino fundamental.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, realizam-se a descrição e a análise dos dados da expressão variável do futuro do pretérito, produzidos em verbos não modais e modais. No tratamento dos dados, optou-se por juntar as ocorrências encontradas no *corpus* de Feira de Santana às encontradas nos *corpora* de Salvador, considerando entre as variáveis sociais a ‘procedência geográfica do informante’, a fim de observar possíveis distinções ou convergências entre as duas cidades no que diz respeito ao fenômeno em estudo.

Juntando as ocorrências de verbos não modais (formas sintéticas e perifrásticas) às de verbos auxiliares modais, foram encontrados 804 dados da expressão variável do futuro do pretérito. O Gráfico 1 mostra a distribuição geral das variantes.

Gráfico 1: Distribuição geral das variantes FP e PI, nas formas sintéticas e perifrásticas dos verbos não modais e em verbos auxiliares modais, nas amostras de Feira de Santana e Salvador



Fonte: Elaboração própria.

O número de ocorrências de FP totaliza 350, que equivale a 44% dos dados. Quanto às ocorrências de PI, foram encontradas 454, que totalizam 56%. Assim, ratifica-se como o uso do pretérito imperfeito tem se destacado em contextos nos quais os valores temporal e modal são de futuro do pretérito. Comparando o resultado geral das variantes em Santos (2014) com o resultado desta pesquisa, nota-se que há um pequeno aumento do uso de PI, visto que os

dados de Feira de Santana apresentaram 48% de FP e 52% de PI, ou seja, uma diferença de quatro pontos percentuais entre os dois resultados.

Mesmo com esse aumento percentual, os resultados gerais desta nova pesquisa continuam apontando que a variação entre FP e PI na oralidade é estatisticamente equilibrada, o que significa que ambas estão em concorrência na língua e cada uma é favorecida por determinados fatores linguísticos e sociais. Esse resultado geral se aproxima dos resultados encontrados em Tesch (2007) e Dias (2007).

A análise dos dados será dividida em duas partes, pois foram realizadas rodadas distintas para se verificar, separadamente, as ocorrências em verbos não modais e em auxiliares modais. Esse procedimento é necessário porque, como afirma Costa (1997), os verbos auxiliares modais possuem características peculiares, como o fato de inibirem o uso de perífrases verbais. Além disso, os verbos auxiliares modais poderiam enviesar os dados da variável ‘saliência fônica’, porque a maioria dos modais encontrados nas amostras foram os verbos *dever* e *poder*, os quais são de segunda conjugação, porém na análise dos verbos não modais foram consideradas cinco categorias de saliência fônica (ver seção 5.4.2).

A Tabela 1 apresenta a distribuição das ocorrências das variantes nos verbos não modais e nos auxiliares modais.

Tabela 1: Distribuição das ocorrências das variantes FP e PI em verbos não modais e em auxiliares modais

	Futuro do pretérito		Pretérito imperfeito		TOTAL
	Nº de ocorrências	Porcentagem	Nº de ocorrências	Porcentagem	
Verbos não modais	256	44%	322	56%	578 = 72%
Verbos auxiliares modais	94	42%	132	58%	226 = 28%
					804 = 100%

Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos dados encontrados é de verbos não modais, os quais representam 72% do total das ocorrências, enquanto os modais totalizam 28%. No conjunto dos verbos não

modais, o número de dados do pretérito imperfeito (322 ocorrências) superou o número de dados do futuro do pretérito (256 ocorrências), assim, coincidindo com o percentual geral apresentado no Gráfico 1, 56% dos dados foram de PI e 46% de FP; já nos verbos auxiliares modais, foram encontradas 94 ocorrências de futuro do pretérito (42%) e 132 de pretérito imperfeito (58%). Já era esperado entre os verbos modais que o número de ocorrências do pretérito imperfeito se destacasse um pouco mais que as de futuro do pretérito, pois, conforme afirma Givón (1995), os auxiliares modais expressam, por si só, uma informação irreal e, quando conjugados no futuro do pretérito, causam uma redundância.

Na sequência, são apresentados os resultados dos dados em verbos não modais e, em seguida, em verbos auxiliares modais, considerando, nas duas análises, as mesmas variáveis independentes, com exceção da variável linguística ‘valor temporal vs. valor modal’, que é analisada apenas nos não modais, já que nos verbos modais é, evidentemente, o valor modal que se destaca, por isso não faria sentido testar essa variável nesse tipo de verbo.

6.1 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVAS EM VERBOS NÃO MODAIS

Nesta primeira parte da análise, são apresentados os resultados dos dados em verbos não modais. Para realização da análise binária dos verbos não modais, houve a necessidade de se amalgamar os dados das formas do pretérito imperfeito (PI e IA+V); assim também como as formas de futuro do pretérito (FP e IRIA+V). Entretanto foi realizada antes uma rodada estatística para se verificar o percentual das formas sintéticas separadas das perifrásticas.

Foram encontrados 578 dados nas 70 entrevistas com informantes de Feira de Santana e Salvador. Na sequência, apresenta-se a distribuição das variantes:

Tabela 2: Distribuição das variantes em verbos não modais nas formas sintéticas e perifrásticas

Variantes	Ocorrências/Total/Percentual
FP sintético	244/578=42%
IRIA+V	12/578=2%
PI sintético	148/578=26%
IA+V	174/578=30%

Fonte: Elaboração própria.

A variante canônica, FP, em sua forma sintética, apresentou o maior número de ocorrências, 244, o que equivale a 42% do total dos dados; os dados da variante perifrástica de futuro do pretérito (IRIA+V) corresponderam a 2%, sendo a variante com uso menor, mantendo um percentual distante das demais variantes; PI, em sua forma sintética, totalizou 26% dos dados, com 148 ocorrências; já a variante perifrástica IA+V apareceu em 30% dos dados, 174 ocorrências. É importante notar que, apesar de FP, em sua forma sintética, ter superado as variantes PI e IA+V, estas, juntas, ultrapassam o número de dados de FP. Outra observação relevante é que IA+V foi um pouco mais usada do que PI, demonstrando uma tendência de uso da forma perifrástica.

Observou-se, também, se havia diferenças relevantes entre as duas cidades na distribuição das variantes e, conforme resultados apresentados na Tabela 3, em Salvador o uso da perífrase IA+V, variante considerada mais inovadora na língua, é mais frequente que em Feira de Santana.

Tabela 3: Distribuição das variantes por localidade em verbos não modais

Localidade	Ocorrências/Total/Percentual			
	FP sintético	IRIA+V	PI sintético	IA+V
Feira de Santana	148/328=44%	8/328=2%	92/328=28%	80/328=24%
Salvador	96/250=38%	4/250=2%	56/250=22%	94/250=38%

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que o uso da forma sintética do FP é mais usada em Feira de Santana (44%) do que em Salvador (38%); a forma IRIA+V não é produtiva em nenhuma das cidades, apresentando o percentual de 2% em ambas; a forma sintética de PI é mais recorrente em Feira de Santana (28%) do que em Salvador (22%); e a variante que apresenta maior diferença percentual entre as duas cidades é IA+V, que totaliza 24% dos dados de Feira de Santana e 38% dos dados de Salvador. Inclusive, em Salvador, o uso de IA+V apresenta o mesmo percentual de uso da forma sintética de FP, o que revela que IA+V é a principal concorrente de FP nessa localidade.

Embora a maioria das gramáticas normativas analisadas nesta pesquisa (seção 3.1) não mencionem o uso de IA+V em contextos do futuro do pretérito (citam apenas a variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito em suas formas sintéticas), este estudo —

além de outras pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil — mostra, a partir dos dados estatísticos, como o uso da forma perifrástica na língua falada tem se tornado frequente.

De acordo com a pesquisa em tempo real de longa duração realizada por Costa (2003), o uso de IA+V em contextos de futuro do pretérito tornou-se mais comum a partir da década de 1960. A pesquisadora também especula a possível relação entre o desfavorecimento do uso *irrealis* de HAVIA DE+V a partir da década de 1920 e o posterior surgimento da perífrase IA+V, advertindo que, mesmo não sendo possível afirmar que uma foi substituída pela outra, devido ao fato de possuírem bases diferentes, é perceptível o decréscimo de HAVIA DE+V ao passo que acontece o aumento no uso de IA+V.

Os usos de PI e IA+V com valor prospectivo ou hipotético são observados também no Português Europeu (PE). Cunha (2019) estuda os sentidos da construção IA+V a partir do gênero discurso político e identifica os usos da perífrase com valor de tempo passado, habitual, mas também em orações condicionais, variando com o FP. Dessa forma, levando em conta que no PE

[...] tanto o Condicional como a construção *ir* no Imperfeito + Infinitivo podem localizar situações num intervalo de tempo posterior a um determinado Ponto de Perspectiva Temporal passado, investigamos em que medida estas formas linguísticas diferem entre si, propondo a ideia de que o Condicional expressa preferencialmente valores de natureza modal, ao passo que *ir* no Imperfeito + Infinitivo reflete obrigatoriamente uma relação temporal de posterioridade, mesmo quando esta estrutura contribui com informação modal relevante. (Cunha, 2019, p. 5)

Por outro lado, Cunha (2019) também afirma que identificou exemplos de IA+V com sentido hipotético, que, nesse caso, expressa as características de um operador modal. Assim, é importante saber que esse fenômeno não acontece somente na variedade do Português Brasileiro (PB).

É importante considerar que, amalgamadas as variantes FP e PI às suas respectivas formas perifrásticas, a partir de agora, quando se mencionar as variantes FP e PI na rodada binária, inclui-se em cada uma delas as formas sintéticas e perifrásticas.

Na sequência, são discutidos os resultados encontrados em verbos não modais a partir da análise das variáveis independentes. As variáveis linguísticas investigadas foram ‘ambiente sintático-semântico’, ‘saliência fônica’, ‘tipo de texto’, ‘referência temporal’, ‘modalidade’ e ‘valor temporal vs valor modal’. Quanto às variáveis sociais, foram

examinadas as influências do ‘sexo’, da ‘faixa etária’, da ‘escolaridade’ e da ‘procedência geográfica do informante’.

Na investigação da influência de variáveis linguísticas e sociais na expressão variável do futuro do pretérito, realizou-se uma rodada binária no programa GoldVarb X a fim de analisar a atuação de PI em contextos que tradicionalmente são de FP, portanto PI foi usado como a regra de aplicação.

Entre as variáveis linguísticas testadas em verbos não modais, apenas ‘modalidade’ não foi estatisticamente significativa, enquanto entre as variáveis sociais foram selecionadas as variáveis ‘escolaridade’ e ‘faixa etária’. O *input* inicial da regra foi 0,557 e o final, 0,651; o *log likelihood* foi -213,960; o nível de significância, 0,019; e as variáveis foram selecionadas na seguinte ordem:

1. Tipo de texto;
2. Escolaridade do informante;
3. Valor temporal vs valor modal;
4. Ambiente sintático-semântico;
5. Saliência fônica;
6. Referência temporal;
7. Faixa etária do informante.

Na análise dessas variáveis, são apresentadas primeiramente as implicações das variáveis linguísticas, na ordem em que foram selecionadas, e, posteriormente, das variáveis sociais.

6.1.1 Tipo de texto

A tipologia textual refere-se ao conjunto de características linguísticas usadas nas produções dos gêneros textuais ou do discurso. O tipo de texto ou de sequência é escolhido a depender do contexto, ou seja, é atrelado à intenção e à necessidade do que se quer comunicar. Bonini (2005) lembra que:

A diferença fundamental da sequência em relação ao gênero é sua menor variabilidade. Os gêneros marcam situações sociais específicas, sendo essencialmente heterogêneos. Já as sequências, como componentes que atravessam todos os gêneros, são relativamente estáveis, logo mais

facilmente delimitáveis em um pequeno conjunto de tipos (uma tipologia). (Bonini, 2005, p. 218)

Marcuschi (2002, p. 18-19) também diferencia a noção de tipo textual da de gênero textual. Para o autor, tipo textual designa “uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}”, dessa maneira, são exemplos de tipo textual: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Gênero textual, por sua vez, refere-se – ainda de acordo com o autor – a “*textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (Marcuschi, 2002, p.19). Dentre outros exemplos de gênero textual, o autor cita *sermão, carta pessoal, romance, bilhete*.

A influência do tipo textual (sequências discursivas) será analisada nesta pesquisa considerando a sequência narrativa e a sequência argumentativa, além de se investigar o papel do fator lista de atitudes hipotéticas. O propósito, então, é verificar se os diferentes tipos de texto aqui considerados podem influenciar na escolha das variantes em questão, visto que as sequências possuem seus traços linguísticos próprios e são usadas pelos falantes com objetivos definidos, isto é, a depender da finalidade do discurso.

a) Sequência narrativa²⁹

As entrevistas realizadas nas pesquisas sociolinguísticas caracterizam-se pelo teor narrativo, pois os participantes são estimulados a relatar acontecimentos e a falar de experiências vividas, como o resgate de memórias da infância. Essa é uma estratégia recomendada por Labov (2008 [1972]) para se evitar o *paradoxo do observador* e, consequentemente, para que o sociolinguista consiga dados do entrevistado com menos monitoramento.

Assim, devido a essa estratégia metodológica, a sequência narrativa é muito frequente nas entrevistas e tende a estimular o uso de variantes inovadoras, já que nas narrativas de cunho pessoal é esperado o aparecimento do vernáculo do informante (Labov, 2008 [1972]). Por isso acredita-se que PI é a variante mais usada nesse contexto linguístico. Nos exemplos a seguir, é perceptível o contexto narrativo, pois os informantes relatam fatos que ocorreram no passado:

²⁹ Entre os dados de sequência narrativa, incluem-se sequências descritivas que aparecem nas narrativas dos informantes.

(62) Meu tio **ia chegar** do Rio e **ia me levar** pra festa da Conceição que eu nunca tinha ido, quando o meu tio escreveu dizendo que vinha pra festa da Conceição e que **ia me levar**, eu *pam*, sentei na máquina numa tarde fiz um vestido. (PEPP–M2M)

(63) Aí ele me pediu pra eu deixar pra contar a meus pais no final de semana que ele **estaria** aqui. (LPSB–M1U)

b) Sequência argumentativa

Na sequência argumentativa, o falante expõe um posicionamento e o justifica a fim de respaldar sua opinião. Desse modo, é um tipo de texto em que o falante tende a monitorar mais o seu discurso para se posicionar sobre determinado assunto e convencer o interlocutor. Para Leal e Moraes (2006),

Na argumentação, usa-se a linguagem para justificar ou refutar um ponto de vista, com o propósito de assegurar concordância de visões. O discurso argumentativo é, nesse modelo de pensamento, sempre dialógico, pois é constante a presença de um interlocutor (p.17).

Melo (2015, p. 73), baseando-se em Adam (2008), afirma que o modelo de uma sequência argumentativa inclui as seguintes etapas: “uma proposição inicial, argumentos, os contra-argumentos e a conclusão, porém essas etapas não ocorrem de forma linear, assim, podem aparecer ou não no texto argumentativo”.

Seguem exemplos de sequências argumentativas encontrados nos *corpora*:

(64) Uma creche **melhoraria** cem por cento a situação do bairro, a gente **tinha** onde deixar os meninos pra ir trabalhar, e isso aí não tem, falaram que iam fazer, só que o tal terreno que iam fazer já venderam. (LPSB–H1F)

(65) Um *campus* com muita área verde, nisso eles foram inteligentes. Com uma pista bem larga, né? Então, não é um bloco concentradozinho, né? Eu acho até que a Universidade podia ter pegado até a lagoa, né? **Ia ter** mais área ainda, né? Porque é um espaço grande, né? (LPSB–H3U)

c) Lista de atitudes hipotéticas

Costa (1997; 2003) sugere a necessidade de acrescentar um novo fator à variável tipo de texto para que abarcasse alguns dados coletados que não se enquadram nos tipos textuais

narrativo, descritivo e argumentativo, dessa forma nesta pesquisa também foi incluído o fator lista de atitudes hipotéticas. Ainda de acordo com Costa (2003),

Tais dados eram produzidos em contextos de entrevistas da amostra Censo em que o informante listava ações que levaria a cabo diante de uma situação imaginária, geralmente sugerida pelo entrevistador: ganhar na loteria, estar no lugar de um determinado técnico de futebol, do prefeito, presidente ou governador, poder falar diretamente a um artista ou político, ou outra situação semelhante. (p. 117)

Nos *corpora* analisados, há, em alguns momentos das entrevistas, casos semelhantes aos descritos por Costa (2003), nos quais o entrevistador realiza questionamentos que levam os informantes a elencar determinadas atitudes que seriam tomadas por eles em situações hipotéticas. Para melhor compreensão, serão apresentados, a seguir, o exemplo (66), no qual o informante comenta como faria para construir uma casa, e o exemplo (67), em que a informante menciona de que forma agiria para incentivar um suposto filho a estudar:

(66) **Desenharia** uma planta, talvez **arrumaria** um mestre de obra e **levantaria**, **faria** o alicerce, **levantaria** as paredes, (risos) **passava** o reboco, **pintava** e (inint). **Casava** primeiro [...]. (NURC–H1U)

(67) [...] **ia tentar** de tudo, **dava** a ele um cursinho de informática desde pequeno, **fazia** um pouco de tudo pra ele se achar, já na fase da... da infância pra adolescência ver, descobrir o que é que ele, né, **ia se dar** mais [...]. (PEPP–M1M)

A seguir, os resultados da variável ‘tipo de texto’ são apresentados e discutidos:

Tabela 4: Efeito da variável *Tipo de texto* na escolha de PI em verbos não modais

Tipo de texto	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Sequência narrativa	203/222	91%	0,70
Sequência argumentativa	63/175	36%	0,36
Lista de atitudes hipotéticas	56/181	30%	0,38

Fonte: Elaboração própria.

Conforme aconteceu na investigação dos dados de Feira de Santana (Santos, 2014), a variável ‘tipo de texto’ foi novamente selecionada em primeiro lugar pelo GoldVarb X,

resultado que reforça a hipótese de que acontece uma variação estilística na escolha das variantes usadas nos contextos de expressão do futuro do pretérito. Labov (2008 [1972], p. 313) compreende a variação estilística como “alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato da fala” e completa:

A variação social e estilística pressupõe a opção de dizer a “mesma coisa” de várias maneiras diferentes, isto é, as variantes são idênticas em valor de verdade ou referencial, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística. (Labov, 2008 [1972], p. 313)

As sequências discursivas apresentam variações estilísticas em virtude das suas especificidades contextuais, isto é, são empregadas em diferentes situações, a depender da finalidade do discurso do falante. Dessa forma, o uso de PI (0,70) é favorecido em sequências narrativas, ao passo que não é a preferida nos fatores sequência argumentativa e em listas de atitudes hipotéticas, pois estes são contextos que favorecem o uso de FP.

Esses resultados corroboram os de Costa (1997), Tesch (2007) e Freitag e Araujo (2001). Em Costa (1997), os resultados da amostra PEUL apontam que PI é a variante mais empregada em sequências narrativas, ao passo que FP é mais usado em textos argumentativos, mas em lista de atitudes hipotéticas o peso relativo para FP ficou um pouco abaixo na neutralidade. Tesch (2007) também constata que as sequências argumentativas e as listas de atitudes hipotéticas favorecem o uso de FP, enquanto as sequências narrativas/descritivas favorecem o uso de PI e de IA+V. Já em Freitag e Araujo (2011), o fator texto opinativo, que é considerado como uma das formas da sequência argumentativa, também favoreceu o uso de FP.

A fim de apresentar mais informações sobre a defesa de que a variação entre FP e PI tem relação estilística, optou-se por realizar uma tabulação cruzada entre as variáveis ‘tipo de texto’ e ‘escolaridade do informante’, partindo da hipótese de que, independentemente da escolaridade, o falante optaria pelo uso de PI em contextos narrativos.

6.1.1.1 Cruzamento das variáveis *Tipo de texto* e *Escolaridade do informante* em verbos não modais

Tabela 5: Cruzamento das variáveis *Tipo de texto* e *Escolaridade do informante* em verbos não modais na escolha de PI

Variável	Tipo de texto					
	Sequência narrativa		Sequência argumentativa		Lista de atitudes hipotéticas	
Escolaridade ³⁰	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Ensino fundamental	72/77	94	26/43	60	20/38	53
Ensino médio	94/99	95	23/42	55	12/19	63
Ensino universitário	37/46	80	14/90	16	53/181	31

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 expõe a atuação e o entrelaçamento das duas variáveis que foram consideradas pelo GoldVarb X as mais significativas para a variação entre FP e PI. Nota-se que a hipótese aventada foi confirmada, os dados estatísticos mostram que em todos os níveis de escolaridade a sequência narrativa é um fator que influencia no uso de PI: os informantes com ensino fundamental usam a variante PI em 94% das ocorrências; os informantes com ensino médio em 95% dos casos; e os informantes com ensino universitário em 80%. Destaca-se, também, que em todas as sequências, PI é mais usado pelos informantes com ensino fundamental e ensino médio, porém o uso é mais elevado em sequência narrativa.

Em sequências argumentativas e em listas de atitudes hipotéticas, a variante PI não é a preferida pelos informantes com ensino universitário, pois estes usam PI em 16% dos casos de sequência argumentativa e em 31% dos casos de lista de atitudes hipotéticas. Dessa forma, o informante com ensino universitário dá preferência ao uso de PI apenas em sequência narrativa.

Esses resultados ratificam, portanto, o pensamento de que a expressão variável do futuro do pretérito é ocasionada, dentre outros fatores, pela variação estilística, já que fica evidente que os falantes optam pela variante inovadora, PI, quando narram fatos, contexto no qual se monitoram menos ao falar; enquanto a variante FP é mais usada, principalmente pelos informantes com ensino universitário, em contextos que ocorre maior monitoração da fala, ou seja, o falante encontra-se numa situação dialógica na qual é estimulado a se posicionar sobre

³⁰ Mais adiante serão analisados, individualmente, os percentuais e pesos relativos da variável *escolaridade*.

determinado assunto (sequência argumentativa) ou a supor determinadas ações (lista de atitudes hipotéticas).

6.1.2 Valor temporal vs. valor modal

Conforme discutido na seção 2.2 desta tese, o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito (em suas formas sintética e perifrástica) veiculam tanto noção de posterioridade quanto valor modal, sendo este último expresso em orações condicionais e em enunciados que exprimem ideia provável ou incerta.

Cunha (2017) analisa sentenças do futuro do pretérito e da perífrase *Ia + Verbo* do infinitivo no Português Europeu e afirma que ambos estabelecem uma relação temporal de posterioridade em face de um Ponto de Perspectiva Temporal, o qual se caracteriza por ser anterior ao momento da enunciação, dessa forma, as variantes exprimem futuridade em relação a um domínio passado. Por outro lado, além desse significado temporal, “tanto o Condicional quanto *ir* no Imperfeito + Infinitivo se encontram associados a um conjunto de leituras modais de índole muito diversa” (Cunha, 2017, p. 80). O autor também argumenta que o futuro do pretérito é uma forma mais flexível, enquanto o *ir* no Imperfeito + Infinitivo está mais ligado à noção de posterioridade:

Nesse sentido, constatámos que o licenciamento da estrutura *ir* no Imperfeito + Infinitivo se encontra fortemente condicionado pela presença de marcas inequívocas de temporalidade na sequência em que ocorre. Em particular, é necessário que se verifique uma relação de posterioridade no passado para que a forma em questão possa surgir sem ocasionar anomalia semântica. (Cunha, 2017, p. 95)³¹

Cunha (2019, p. 5) observa que o futuro do pretérito expressa principalmente “valores de natureza modal, ao passo que *ir* no Imperfeito + Infinitivo reflete obrigatoriamente uma relação temporal de posterioridade, mesmo quando esta estrutura contribui com informação modal relevante”.

Dessa forma, na análise da variável ‘valor temporal vs. valor modal’, a intenção é verificar se o uso de PI é mais recorrente nas estruturas verbais que veiculam noção tempo, ao passo que o uso de FP estaria mais associado a contextos que expressam traços modais. Na sequência, apresentam-se exemplos do grupo de fatores.

³¹ Nesse trabalho, Cunha (2017) realiza análise linguística de discursos políticos, mas não apresenta dados estatísticos.

a) Valor temporal

(68) Fazíamos no final de ano, fazia as festinhas, cada qual **levaria** um pratinho [...]. (PEPP–M2F)

(69) Eu não tinha interesse, nem sabia o que **ia fazer** com os estudos, então deixei levar, então não estudei o suficiente e perdi. (NURC–H2U)

Nesses exemplos, percebe-se que os falantes expressam ideia de tempo posterior a um passado. No exemplo (68), no qual há o uso de FP, a informante faz menção a uma ação que se realizaria após outra, ou seja, ela e os colegas organizavam as festinhas de final de ano na escola e cada um “**levaria** um pratinho”. Já no exemplo (69), o tempo posterior, que se evidencia na perífrase do pretérito imperfeito “**ia fazer**”, faz referência a um passado, sobre o qual o informante comenta a respeito de seu próprio comportamento. É importante observar que, neste último exemplo, é perceptível a presença de informações modais, visto que o falante expressa uma postura de incerteza por meio da construção “nem sabia”, entretanto entende-se que o valor temporal se sobressai.

b) Valor modal

(70) Porque eu acho assim, eu acho **dependeria, precisaria** fazer um trabalho muito grande com, com a parte psicológica interna, dos valores éticos desses homens, porque não adianta muita arma na mão não. (NURC–H3U)

(71) Aí, desculpa eu falar, mas eu culpo o governo. Porque eu achoa assim, se o pessoal tá morando em um lugar que é área de risco, porque não pensou antes? Depois que acontece vai fazer... Eu acho que tem que pensar antes, né? Porque é aquela coisa, se pensasse antes, não **tinha** morrido tanta gente, né? (LPSB–H1F)

No exemplo (70), o informante demonstra valor modal de crença, além de emitir um grau mínimo de certeza ao usar a expressão “eu acho”, que antecede as formas de FP. Quanto ao exemplo (71), a partir de uma construção condicional, o informante usa a variante PI para expressar a possibilidade de se evitar que desastres acontecessem. Assim, ambos os exemplos não destacam o valor temporal expresso pelas variantes FP e PI, mas sim noções modais. A Tabela 6 apresenta os resultados dessa variável.

Tabela 6: Efeito da variável *valor temporal* vs. *valor modal* na escolha de PI em verbos não modais

Valor temporal vs valor modal	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Valor temporal	168/184	91%	0,79
Valor modal	154/394	39%	0,35

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 6 revelam que, com efeito, a variante PI é empregada, preferencialmente, em situações que o verbo expressa valor temporal de posterioridade em relação a um fato anterior ao momento da enunciação. Do total de dados encontrados com noção de tempo, 91% deles (com peso relativo 0,79) são de PI, enquanto os dados com valor modal evidenciam que esse fator colabora para o uso de FP, visto que PI é empregado em 39% (com peso relativo 0,35) dos casos desse contexto.

Cunha (2019, p. 3) explica que a invisibilidade da avaliação do valor de verdade, ocasionada pela localização de uma situação que se encontra em um intervalo posterior ao momento da enunciação, “coloca os tempos que expressam futuridade na fronteira entre a temporalidade e a modalidade”, por isso é válido buscar compreender as consequências temporais às quais estão relacionados como também os valores modais que muitas vezes expõem.

É importante considerar que o uso mais frequente do PI em situações nas quais o valor temporal se destaca pode estar ligado à noção de certeza e de aproximação da realidade evidenciadas nos enunciados; por outro lado, a preferência pelo uso do FP, quando o falante expressa um valor modal, é motivada pela noção de incerteza, ou seja, de afastamento da realidade. Assim, para verificar a relação dos valores temporal e modal com os graus de certeza e incerteza, optou-se por realizar uma tabulação cruzada entre as variáveis ‘valor temporal vs. valor modal’ e ‘modalidade’³².

³² Embora, à primeira vista, pareça redundante cruzar essas duas variáveis, é importante elucidar que as noções modais que abarcam o fator ‘valor modal’ apresentam-se de forma ampla, enquanto na variável ‘modalidade’ essas noções são delimitadas por meio de graus de certeza e incerteza.

6.1.2.1 Cruzamento das variáveis *Valor temporal vs. valor modal e Modalidade*

A modalidade é definida como a categoria verbal que assinala a atitude ou julgamento do falante em relação ao que ele enuncia. Nesta pesquisa, são verificados os valores epistêmicos transmitidos pelas noções de certeza e incerteza, conforme escala a seguir – adaptação da escala proposta por Dias (2007) –, que foi apresentada e exemplificada na seção 5.4.6:

- 1) Certeza: nesse contexto, os informantes fazem uso de advérbios de afirmação e locuções adverbiais (*certamente, com certeza, nunca, jamais, sem dúvida, de jeito nenhum*), advérbios de intensidade (muito, muitíssimo, bastante), dupla negação e enunciados que apresentam um tom mais incisivo;
- 2) Índice médio de certeza: apresenta palavras de inclusão, como *também, até, ainda, mesmo*;
- 3) Grau mínimo de certeza: caracteriza-se pelo uso de expressões que denotam opinião (*acho que, penso que, acredito que, na minha opinião*), frases interrogativas, expressões explicativas que indicam planejamento de ideias (*ou melhor, quer dizer*) e hesitações;
- 4) Incerteza: apresenta advérbios e locuções adverbiais que indicam dúvida (*talvez, quem sabe*), advérbios de negação acompanhado do verbo *ser* (*não sei, sei lá*), além da ausência dos itens anteriores que apontam para determinado grau de certeza.

A variável ‘modalidade’ não foi selecionada pelo GoldVarb X. A fim de informar e discutir sobre o uso de PI nessa variável, primeiro será apresentada uma tabela que traz a frequência de PI e, em seguida, será analisado o cruzamento entre as duas variáveis: ‘Valor temporal vs. valor modal’ e ‘modalidade’.

Tabela 7: Efeito da variável *Modalidade* na escolha de PI em verbos não modais

Modalidade	Ocorrências/Total	Percentual
Certeza	62/90	69%
Índice médio de certeza	197/350	56%
Índice mínimo de certeza	56/103	54%
Incerteza	5/33	15%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados evidenciam que PI é mais usado quando o falante transmite ideia de certeza (69%) em seu enunciado. Nos fatores ‘índice médio de certeza’ (56%) e ‘índice mínimo de certeza’ (54%), o uso de PI também é mais frequente que o uso de FP, mas se o enunciado indica incerteza (15%), é o uso de FP que se destaca. Observa-se, portanto, que o uso de PI apresenta um decréscimo à medida que diminui o grau de certeza e não é a variável mais usada apenas nos enunciados que indicam incerteza.

Na pesquisa de Dias (2007), essa variável também não foi considerada significativa pelo programa estatístico e os resultados foram contrários ao desta pesquisa. A autora afirma que “Em termos percentuais, podemos dizer que o futuro ocorre quando há mais certeza (grau ‘1’), cujo total foi de 60%; o futuro também aparece quando o falante evidencia um grau médio de certeza (grau ‘2’), em que temos 52% dos casos” (Dias, 2007, p. 110).

Tabela 8: Cruzamento das variáveis *Valor temporal vs. valor modal* e *Modalidade* na escolha de PI

Variável	Valor temporal vs. valor modal			
	Valor temporal		Valor modal	
Modalidade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Certeza	32/33	97	30/57	53
Índice médio de certeza	105/115	91	92/235	39
Índice mínimo de certeza	28/31	90	28/72	39
Incerteza	1/3	33	4/30	13

Fonte: Elaboração própria.

A tabulação cruzada entre as duas variáveis aponta que quando o verbo expressa valor temporal, o PI é a variante mais usada se houver a noção de certeza (97%), de índice médio de certeza (91%) e até mesmo de grau mínimo de certeza (90%). Os exemplos (72), (73) e (74) têm valor temporal e expressam, respectivamente, as noções de certeza, índice médio de certeza e grau mínimo de certeza.

(72) Você tenha certeza que se já tivesse entregue não **tava** esse povo todo morto, não **tava** essa violência toda, né? (LPSB–H1F)

(73) Hoje até que eu **teria** condição econômica de montar uma escola, mas com... depois de vinte e nove anos carreira e vendo a educação totalmente arrasada, eu estou completamente desmotivado, então não há sentido fundar uma escola hoje pra uma juventude que na verdade não quer estudar, então foi-se o sonho, mas ficou [inint]. (LPSB–H2U)

(74) É. Além de mais novo, por ele achando que eu **ia defender** ele, que eu não ia (risos), eu **ia correr**, e **ia deixar** ele, então **era** melhor ele não... não andar comigo, não é? (PEPP–H2M)

Destaca-se que junto ao valor temporal é raro o falante apresentar ideias de incerteza, que não se encontram na forma verbal em si, mas sim nos advérbios que denotam dúvida ou em advérbios de negação, acompanhados do verbo *ser*, que fazem parte da sentença, conforme pode ser visto no exemplo a seguir:

(75) Eu não tinha interesse, nem sabia o que **ia fazer** com os estudos, então deixei levar, então não estudei o suficiente e perdi. (NURC–H2U)

Nesse contexto, o informante traz uma informação posterior a um passado (noção temporal) que está presente na perífrase “ia fazer” e, além disso, expressa valor epistêmico de incerteza por meio da estrutura verbal que antecede a perífrase, “nem sabia”. Foi encontrado apenas um dado de PI com noção de tempo e incerteza.

Quanto ao valor modal, PI só é um pouco mais usado do que FP quando o valor modal apresenta valor de certeza, como pode ser visto no exemplo (76).

(76) Doc: Hum.... então como o senhor explicaria a essa criança como desenhar uma árvore e um rosto de um boneco?

Inf: Rapaz, seria ruim de explicar, viu (risos) porque eu sou péssimo em desenho. Tá vendo o desenho que eu fizesse pra você? Você não **ia entender nada**, mas aí eu ia tentar passar pro papel a péssima qualidade de desenho que eu sei! (LPSB–H2U)

O exemplo (76) mostra uma situação hipotética, portanto, com valor modal, na qual o informante expressa noção de certeza por meio do advérbio “nada”. Nesse tipo de cruzamento PI foi usado em 53% dos dados.

Quando o valor modal está ligado a noções de índice médio de certeza, grau mínimo de certeza e incerteza, é a variante FP que se destaca. Exemplos do cruzamento desses fatores com o valor modal podem ser vistos, respectivamente, nos enunciados (77) e (78) e (79) a seguir:

(77) Você primeiro tem que se amar. Se eu tivesse pensado assim anteriormente, as coisas **teriam** tomado outro rumo. (LPSB–M2U)

(78) Então, eu pensava que **ia consertar** o mundo e que poderia até fundar uma escola minha, onde eu pudesse ditar as normas e a maneira de [inint] meu método de ensino, mas infelizmente isso não aconteceu. (LPSB–H2U)

(79) Mas eu não sei se corretor **seria** uma boa ajuda, porque você tem que considerar que ele recebe pra vender aquilo ali, então ele não tá te ajudando, ele tá, ele tá querendo ganhar em cima de você. (NURC–H1U)

Dessa forma, a hipótese levantada no cruzamento dessas variáveis foi confirmada: no conjunto de ocorrências com valor temporal, PI se destaca em todas as sentenças que apresentam certo grau de certeza; já nas ocorrências com valor modal, PI é um pouco mais usado que FP em sentenças que expressam certeza, mas FP é a variante mais frequente nos índices médio e baixo de certeza e na incerteza.

6.1.3 Ambiente sintático-semântico

De acordo com Costa (2003, p. 87), a variável ‘ambiente sintático-semântico’ “pretende dar conta da influência do contexto sintático nas restrições de escolha da variante, ao mesmo tempo em que o associa a aspectos semânticos”. A fim de explicar essa relação entre o âmbito sintático e o semântico, a autora lembra situações nas quais determinado “dado ocorre numa oração encaixada (objetiva ou adjetiva), mas existe uma ‘prótase’ simultaneamente, no discurso, que anuncia uma situação de *irrealis*, isto é, anuncia uma condição” (Costa, 2003, p. 87).

Os contextos analisados neste grupo são os seguintes:

a) Período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase)

A ordem que constitui um período hipotético é associada ao princípio da iconicidade, o qual é definido, de maneira geral, como a correlação gerada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico e seu conteúdo semântico (Givón, 1995).

Brito (2014) observa que, na oração condicional, a ordem classificada como prototípica é a formada por prótase (oração subordinada) + apódase (oração principal). Dessa forma, como essa forma é considerada como icônica, a ordem inversa (apódase+prótase) é vista como não icônica.

Costa (1997) argumenta que a oração condicionante (prótase) seguida da condicionada ou principal (apódase) é a estrutura canônica, que é estabelecida como icônica, visto que nessa estrutura uma condição é levantada para depois se divulgar a consequência a ela vinculada (Costa, 2003, p. 88). Essa ordem é a mais comum em períodos hipotéticos.

Exemplos:

(80) *Documentador*: Que você acha? Mesmo que o casamento não estiver dando certo, você acha que os pais devem ficar juntos por causa dos filhos?

Informante: Jamais! Eu acho que pai nenhum deve fazer esse sacrifício. Porque não vale a pena. Você primeiro tem que se amar. Se eu tivesse pensado assim anteriormente, as coisas **teriam** tomado outro rumo. (LPSB–M2U)

(81) Se eu soubesse que **ia acontecer** essa vida que a gente está agora, eu **estava** lá, um colega meu que ficou lá, hoje em dia está reformado, reformado não, está na reserva. (PEPP–H2M)

b) Período hipotético em ordem inversa (apódase+prótase)

No período hipotético em ordem inversa, a oração principal (apódase) encabeça o período e, na sequência, vem a oração subordinada condicional (prótase). Nesse caso, na inversão do que “é esperado em termos de ordenação dos eventos, traz-se ao início da sentença aquilo que deveria satisfazer a expectativa gerada pela prótase, ou seja, a consequência” (Brito, 2014, p. 67). Nesse contexto, espera-se que o FP seja favorecido.

Exemplos:

(82) Então, e falando sobre o trote... Como ritual, como ritual, como tradição, eu **seria**, eu **estaria** negando minha formação, se eu falasse que eu era contra, no entanto, eu... Eu acho que o tipo que o pessoal de Engenharia, que eu já participei de trote, {sabe}, que eu num... O que eles fazem num é uma questão ritualística no sentido de manter, sabe? Manter um, um... Uma construção de identidade do estudante daquele curso. (LPSB–H1U)

(83) Ele vai só ganhar, ele... Ele é tão falso assim que ele não gosta de Salvador. Teve na fonte nova porque... Porque a... A imprensa imprensou ele, ele foi, mas não **ia acontecer** nada aí, se a imprensa não fosse em cima dele. (LPSB–H2F)

c) Oração independente ou principal

Tesch (2007) comenta que as variantes FP, PI, IA+V e IRIA+V não são empregadas especificamente em construções de períodos hipotéticos, que se ligam a prótases, também são

encontradas em outras estruturas, no escopo do *irrealis*. Logo, incluem-se nesse fator as orações “absolutas, as coordenadas e as principais de subordinadas não-condicionais” (Tesch, 2007, p. 98).

Exemplos:

(84) Uma creche **melhoraria** cem por cento a situação do bairro, a gente **tinha** onde deixar os meninos pra ir trabalhar, e isso aí não tem, falaram que iam fazer, só que o tal terreno que iam fazer já venderam. (LPSB–H1F)

(85) Ninguém fez trote em mim, ninguém, nem na própria Residência Universitária onde eu morei durante um período. Ninguém fez trote em mim, porque eu não **ia deixar**, como não deixei, não admito esse tipo de coisa [...]. (LPSB–H2U)

d) Oração encaixada com prótase coocorrente

Freitag e Araujo (2011) propõem, no âmbito da investigação da variável ‘ambiente sintático-semântico’, a análise do fator ‘oração encaixada com prótase coocorrente’. Nesse caso, as variantes se encontram em uma oração subordinada substantiva, que é antecedida por um período hipotético em ordem canônica, dessa forma, há a presença tanto da condição quanto da oração encaixada.

Exemplos:

(86) Mas é uma cidade boa de se morar, num tenho muito é... Se fosse pra sair daqui pra ir morar em outro lugar, eu acho que **sentiria** saudade, não queria não. (LPSB–H1M)

(87) Se eu hoje, na vida de ontem, se eu tenho a experiência de hoje, eu acho que eu **era** outra pessoa, não **era** nunca o que eu fui. (PEPP–H2F)

e) Outras orações encaixadas

Nesse fator, são consideradas as orações encaixadas em discurso indireto, orações subordinadas substantivas – principalmente completivas nominais e objetivas diretas – e as subordinadas adjetivas.

Segundo Costa (1997), as orações encaixadas em discurso indireto costumam favorecer o uso de PI em virtude de o discurso indireto possuir, geralmente, referência temporal no passado e se apresentarem mais em contextos narrativos, por isso a autora aconselha separar

esse tipo de oração das demais orações encaixadas. Porém, nesta pesquisa, optou-se por juntar as orações encaixadas em discurso indireto a outras encaixadas porque Santos (2014) observou que, mesmo sendo frequente o uso de PI em orações encaixadas em discurso indireto, o programa estatístico não considerou esse fator significativo para o uso da variante.

Os exemplos a seguir são de oração encaixada em discurso indireto (88), subordinada substantiva completiva nominal (89), subordinada substantiva objetiva direta (90) e subordinada adjetiva (91).

(88) Primeiro que quando estávamos namorando ela disse que ia se formar, e foi e se formou, esse é um dos objetivos, e disse que nós íamos construir uma casa juntos, e construímos juntos até hoje. (PEPP–H1F)

(89) Eu tinha certeza que **seria** professora, tanto que eu fiz magistério, banca, eu sabia que queria ser professora [...]. (LPSB–M2U)

(90) Várias pessoas acharam uma loucura, gente que morava na Barra, como é que eu compro um terreno cá, tão longe, eu grávida, porque eu tive cinco filhos, sempre estava grávida, mas foi o local que eu encontrei mais barato, achamos que era melhor e começamos a construir, viemos pra cá e os meninos tiveram uma infância linda, porque pegavam as bicicletas, podiam passear bastante. (NURC–M3U)

(91) Então a gente... Em termos de prejudicar, como dizem algumas pessoas, é... Que reclamam dessas bolsas, não. Não, porque o PRONERA é uma bolsa que mesmo sem pagar [ri], ela... Eu num vejo problema. Concilia numa boa. Ainda digo mais, o PRONERA me ajudou, ajudou na minha formação, é, o {programa} com educação rural, trabalha com a ideia de reforma agrária, coisa que talvez no meu curso eu não iria ver. (LPSB–H1U)

A seguir, a Tabela 9 mostra os resultados da variável ‘ambiente sintático-semântico’.

Tabela 9: Efeito da variável *Ambiente sintático-semântico* na escolha de PI em verbos não modais

Ambiente sintático-semântico	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Período hipotético em ordem canônica: prótase + apódase	84/130	64%	0,69
Período hipotético em ordem inversa: apódase +	2/8	25%	0,11

prótase			
Oração independente ou principal	113/267	42%	0,46
Oração encaixada com prótase coocorrente	15/17	88%	0,90
Outras orações encaixadas	108/156	69%	0,36

Fonte: Elaboração própria.

O resultado dos dados empregados em orações formadas por período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase) condiz com a hipótese considerada: das 130 ocorrências desse tipo de sentença, houve 84 dados de PI (64%), com peso relativo (0,69), resultado que aponta a relevância desse fator para o uso de PI. Esse resultado corrobora com os de Silva (1998), F. Oliveira (2010) e, parcialmente, com o de Costa (2003), porque a autora separa as formas simples e perifrásticas de PI e constata que o período hipotético favorece IA+V.

Já o período hipotético em ordem inversa (apódase + prótase) é pouco frequente nos *corpora*, mas aparentemente essa baixa frequência seja característica do português brasileiro, pois Tesch (2007) também verifica o baixo número de dados desse fator, tanto que a autora optou por amalgamar as construções de período hipotético em sua análise. Mesmo tendo sido encontradas poucas ocorrências de período hipotético em ordem inversa (apenas oito), o GoldVarb X apontou menor frequência de PI (duas ocorrências), e o peso relativo (0,11) também demonstra que a variante não é favorecida.

Costa (2003) argumenta que a causa para a não recorrência do PI na ordem inversa é o fato de que essa variante, além de ser utilizada em contextos que denotam irreabilidade, pode também indicar um passado habitual, por isso o uso de PI “encabeçando a estrutura hipotética poderia causar uma ambiguidade temporária na interpretação do enunciado, desfeita a partir da apresentação da condição (prótase), logo em seguida” (p. 89). Então, devido a essa dificuldade na interpretação, a ordem inversa da sentença “promove a variante mais comprometida com a ideia de *irrealis*” (p. 89), que é o FP.

Em orações independentes ou principais, do total de 267 ocorrências, 113 são de PI, o que equivale a 42% dos casos, com peso relativo que se aproxima da neutralidade, 0,46. Dessa forma, esse é um contexto que, praticamente, equilibra o uso das duas variantes.

Resultados semelhantes foram encontrados por Tesch (2007), que verificou o peso relativo de 0,44 para o uso de PI sintético, e 0,52 para o uso de IA+V.

O fator que mais favorece o uso de PI é a oração encaixada com prótase coocorrente, construção que se assemelha à estrutura do período hipotético em ordem canônica, pois é iniciada também por uma prótase. Das 17 ocorrências desse fator, 15 (88%) são de PI, com o significativo peso relativo de 0,90. A pesquisa de Freitag e Araujo (2011) apontou equilíbrio no uso das variantes FP e PI (50%) em orações encaixadas com prótase coocorrente, porém é importante lembrar que as autoras investigaram o fenômeno apenas na fala de informantes com ensino universitário, e a variável social *escolaridade* contribui para uma maior frequência de FP.

As demais orações encaixadas não favorece o uso de PI, apesar de ter apresentado um percentual elevado: Do total de 156 ocorrências, 108 foram de PI (69%), porém o peso relativo foi de 0,36. Santos (2014), baseando-se em Costa (1997), considerou as orações encaixadas em discurso indireto separadas das demais encaixadas e, nesse resultado, verificou pesos relativos ainda menores: 0,10 e 0,23, respectivamente. Tesch (2007) também revelou em sua pesquisa que o fator oração encaixada em discurso indireto inibe a aplicação da regra de PI, com peso relativo 0,15, enquanto nas demais encaixadas o PI tem maior atuação (0,41), mas também é o FP que mais se destaca. Assim, percebe-se que as orações encaixadas não é um ambiente sintático-semântico que privilegia o uso de PI.

6.1.4 Saliência fônica

Sugerido por Lemle e Naro (1977), o princípio da saliência fônica faz alusão à defesa de que quando há duas formas em concorrência, é esperado que a disputa entre elas seja mantida caso exista entre as variantes uma diferença fônica acentuada; por outro lado, caso a distinção seja menor, a oposição tende a ser neutralizada, ocasionando o uso de apenas uma das formas.

A respeito da concordância verbal, por exemplo, Scherre e Naro (2006) afirmam que “se houver menor diferença fônica na relação singular/plural entre duas formas verbais, o uso da forma plural em contextos plurais é menos favorecida”, como em *vive/vivem*, *consegue/conseguem*; da mesma forma que “se houver maior diferença fônica na relação singular/plural entre duas formas verbais, o uso da forma plural em contextos plurais é mais favorecido” (p.112), a exemplo de *esgotou/esgotaram*, *é/são*.

Neste estudo, a análise da saliência fônica na oposição entre as variantes FP e PI apoia-se nas categorias propostas por Tesch (2007), conforme já exposto na seção 5.4.2, obedecendo à seguinte escala de verbos mais salientes para os menos salientes:

- 1) Verbo ‘ser’;
- 2) Verbos ‘ter’ e ‘vir’;
- 3) Verbos com infinitivo na 1ª conjugação (oposição *-ria* vs. *-va*);
- 4) A saliência fônica de /r/ vs. /z/;
- 5) Verbos com infinitivo na 2ª e 3ª conjugações (oposição *-ria* vs. *-ia*). (Tesch, 2007, p. 88-89)

Assim, quanto mais salientes forem as formas verbais em oposição, menor será a chance de PI ou IA+V serem usados em lugar de PI, enquanto as formas menos salientes podem favorecer o uso das variantes consideradas inovadoras. Na sequência, apresentam-se alguns exemplos retirados dos *corpora* analisados, cujos verbos em destaque seguem a ordem decrescente da saliência fônica:

(92) Se todos fizessem isso, **seria** ótimo para os pesquisadores. (LPSB–H3U)

(93) Quando não é ele, só em algumas empresas rurais, que aí **teria** um administrador pra gerenciar, mas isso é em raríssimos casos. (NURC–H1U)

(94) Hoje uma palmadinha eu não sei se eu **dava** não. Eu não sei se eu **daria** uma palmadinha não, porque naquele tempo não era palmadinha, era surra, era pancada mesmo. (PEPP–H3F)

(95) Se, digamos, se ele não tivesse trabalhando, não tivesse o dinheiro pra comprar aquele objeto, eu nada **faria**. (PEPP–H3F)

(96) Você não **ia entender** nada. (LPSB–H2S)

No exemplo (92), com o verbo *ser*, presume-se que dificilmente acontece a variação entre FP (*seria*) e PI (*era*) por se tratar de formas muito salientes. Com o verbo *ter* – exemplo (93) – ou *vir* a oposição fônica, considerada na posição 2 na escala da saliência fônica, acontece da seguinte forma: *teria/tinha/ia ter* ou *viria/vinha/ia vir*. Na sequência dos verbos mais salientes para os menos salientes, o exemplo (94) com verbo *dar* (1ª conjugação), apresenta entre as variantes a oposição: *daria/dava/ia dar*. Os verbos com a oposição /r/ vs.

/z/, exemplo (95), pode acontecer com verbos como *dizer* e *fazer*: *faria/fazia/ia fazer*. Por fim, os verbos menos salientes, os quais teriam mais chances de favorecer o uso de PI, são os de 3ª conjugação, exemplo (96): *entenderia/entendia/ia entender*.

Observa-se que, diferentemente de PI em sua forma sintética, a oposição entre as formas de FP e de IA+V acontece, na maioria dos verbos apresentados, a partir de uma inversão fônica, visto que a desinência verbal *ia* de futuro do pretérito possui os mesmos caracteres do verbo *ir* no pretérito imperfeito: *Seria/ ia ser*; *Compraria vs. ia comprar*; *Leria vs. ia ler*. É uma exceção a oposição com verbos de oposição /r/ vs. /z/: *diria/ia dizer*.

Tabela 10: Efeito da variável *Saliência fônica* na escolha de PI em verbos não modais

Saliência fônica	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Verbo <i>ser</i>	39/105	37%	0,26
Verbos <i>ter</i> e <i>vir</i>	36/64	56%	0,50
Verbos da 1ª conjugação	140/250	56%	0,53
Verbos com oposição /r/ vs. /z/	33/60	55%	0,55
Verbos de 2ª e 3ª conjugações	74/98	75%	0,67

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 10 mostraram que o verbo *ser*, cujas formas de FP e PI apresentam-se de maneira mais saliente, é um fator que não favorece PI: foram encontrados 39 ocorrências (37%) de PI em um total de 105 dados, com peso relativo 0,26. Dessa forma, o uso do verbo *ser* é um fator que favorece a variante FP, conforme esperávamos.

É importante lembrar outra característica do verbo *ser*, que é a sua frequência na língua. Marques (1996), em pesquisa realizada com dados do Projeto NURC – Rio de Janeiro, atesta que o verbo *ser* é o mais frequente. A respeito da alta frequência de itens lexicais, Bybee (2003) defende a hipótese do efeito de retenção, ou seja, em caso de mudança morfossintática, itens lexicais frequentes e irregulares podem gerar empecilho à mudança linguística, porque essas formas linguísticas “se tornam autônomas e, contrariando o processo de mudança, tornando-se conservadoras” (Oliveira, 2022, p. 105). À vista disso, é possível

também que o uso de FP seja favorecido nas construções com o verbo *ser* em virtude da frequência desse verbo.

Por outro lado, os verbos *ter* e *vir* não demonstram preferência pelo uso de uma das variantes, o peso relativo se apresenta justamente na marca da neutralidade, 0,50. Quanto aos verbos de 1ª conjugação e os com a oposição /ɾ/ vs. /z/ favorecem PI, com peso relativo 0,53 e 0,55, respectivamente, porém se aproximam também do valor neutro. Já os verbos de 2ª e de 3ª conjugação mostraram-se relevantes para o uso de PI (0,67). Assim, olhando para os dois extremos, verifica-se que a hipótese para esse grupo de fatores foi comprovada: de um lado verbo *ser* (mais saliente) favorece FP; de outro, verbos 2ª e de 3ª conjugação (menos salientes) promovem o uso de PI. Ademais, toda a extensão da escala verbal demonstra a linearidade esperada e comprova que PI é mais usado quanto menos salientes forem as diferenças entre as duas variantes.

Os resultados de Tesch (2007, p. 90) também mostram a preferência pelo uso de PI nos contextos menos salientes. A autora constatou, ainda, que quanto menos saliente a forma, maior a possibilidade de ocorrer PI. Por outro lado, a forma mais saliente (verbo *ser*) não favorece a ocorrência de PI, pois a forma *era* é inibida na expressão do *irrealis*. Assim, os resultados da variável ‘saliência fônica’ no português de Vitória (ES) condizem com os encontrados na fala dos informantes de Feira de Santana e de Salvador (BA).

6.1.5 Referência temporal

A referência temporal, também chamada de ponto de referência, associa-se ao momento da fala e pode se referir a uma situação anterior (passado), simultânea (presente) ou posterior (futuro) em relação ao momento da enunciação. O ponto de referência também pode ser apresentado pela própria forma verbal ou por advérbio.

Dias (2007) argumenta que em determinadas situações do discurso não fica explícito o ponto de referência, contudo o contexto no qual se encontra a ocorrência comunicativa aponta a referência temporal. No que se refere às orações adverbiais condicionais, afirma que as formas de FP e de PI “quando posicionadas na oração nuclear, podem assumir uma significação de anterioridade ou de posterioridade ao momento da fala, embora sejam sempre futuras com relação ao seu ponto de referência” e traz o seguinte exemplo: “Bom, se eu tivesse fazendo o histograma... o que *ia* acontecer? (EF, nº 36)” (Dias, 2007, p.63). Então,

observa que nessa situação a forma verbal destacada apresenta valor de futuridade em relação ao momento da fala. A autora também destaca:

Podemos dizer, então, que é possível utilizar a forma verbal do futuro do pretérito e, por vezes, a de imperfeito do indicativo quando desejamos codificar um tempo passado em relação ao momento da fala e um tempo futuro a um momento de referência. O imperfeito do indicativo, destarte, opera tanto com um valor temporal prototípico de passado, como também atua com valor temporal de futuro do pretérito, quando o contexto abranger construções condicionais contrafactuais. (Dias, 2007, p.67)

Silva (1998, p. 61) também declara que o FP é “o tempo verbal que codifica uma situação cujo início é passado ao momento da fala (podendo ou não estar limitada por este momento), porém posterior a outra situação na qual se ancora como ponto de referência”. Seguem alguns exemplos retirados dos *corpora* em análise:

(97) Primeiro que quando estávamos namorando ela disse que **ia se formar**, e foi e se formou, esse é um dos objetivos, e disse que nós **íamos construir** uma casa juntos, e construímos juntos até hoje (PEPP–H1F)

(98) [...] hoje em dia eu não **mudaria** não, é muita burocracia pra chegar no cartório, mudar nome, não! Deixa como tá, deixa L. mesmo. (LPSB– M1F)

(99) São muitos pedidos, mas o que eu **pedia** muito a ele **era** pela segurança pela saúde e pela educação , são um... Uma das coisa que na Feira necessita mais. A saúde... Pelo lado da violência que tá demais e pela educação que tem muita criança que não tão na escola, em vez de tá na escola, tá na vagabundagem. (LPSB– M1F)

(100) Não sei, Letras. Acho que **estudaria** Letras assim aproveitando que vocês estão aqui. Eu acho um curso interessante, não sei porque gosto de Literatura de... sei lá, acho muito interessante [...]. (NURC–H1S)

No exemplo (97), a referência temporal em relação ao momento da fala encontra-se no passado, visto que o informante está relatando uma situação ocorrida no passado, porém podemos perceber que as perífrases destacadas codificam valor de futuro do pretérito ao exibirem a noção de um futuro posterior a um passado, ou seja, quando o informante relata que determinada pessoa havia dito que “ia se formar”, além de dizer que “íamos construir”, menciona fatos situados no futuro em relação ao momento da conversa. Apesar disso, o fato de a ocorrência (conversa) estar localizada no passado, em relação ao momento da fala do informante, influencia o emprego da forma verbal no passado (IA+V).

A referência temporal nos exemplos (98) e (99) é simultânea ao momento da fala. Em (98), o emprego do advérbio “hoje” é decisivo para essa compreensão, pois o informante fala de determinada atitude que não tomaria no presente, isto é, a mudança do seu próprio nome. Dessa forma, acredita-se que a referência temporal no presente, aliada à noção de possibilidade, tenha influenciado na escolha da forma “mudaria”, no FP.

Contudo, nesse contexto, de referência verbal no presente, acontece a variação entre FP e PI, assim também como nas demais referências. No exemplo (99), a informante também se coloca no presente para falar o que hipoteticamente pediria ao Presidente da República e escolhe as formas de PI, “pedia” e “era”, para mencionar fatos localizados no futuro em relação ao momento atual da conversa.

Quanto ao exemplo (100), vê-se que a referência temporal é posterior ao momento da fala. Trata-se de um contexto hipotético no qual o informante cita a possibilidade de realizar outro curso universitário, que seria Letras. Nesse caso, o informante escolheu o uso de FP e a referência temporal está localizada no futuro. A hipótese que se defende é que o emprego de PI é preferido quando a referência temporal estiver no passado, ao passo que o uso de FP é favorecido nos contextos de presente e futuro, os quais foram amalgamados e compõem o fator ‘não passado’.

Para observar a influência da referência temporal na variação entre FP e PI, adota-se neste estudo a proposta de Silva (1998), que considera em sua pesquisa dois fatores na investigação da variável, passado e não passado, e também sugere que, se o dado em análise estiver no passado em relação ao momento da enunciação, o falante opta pelo uso de PI; todavia, se o dado estiver no presente ou no futuro em relação ao momento da enunciação, a escolha se daria pela variante FP. A Tabela 11 traz os resultados dessa variável.

Tabela 11: Efeito da variável *Referência temporal* na escolha de PI em verbos não modais

Referência temporal	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Passado	215/243	88%	0,65
Não passado	107/335	32%	0,39

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apresentados na Tabela 10 revelam que a variante PI é mais recorrente quando a referência temporal está situada no passado: foram encontradas 215 ocorrências

(88%) de um total de 243 casos desse fator, com peso relativo 0,65. Já os contextos de não passado (presente e futuro) não promovem o emprego da variante PI, contexto no qual houve 107 casos da variante (32%), com peso relativo 0,39. Logo, conforme esperado, o uso de FP é mais comum nesse contexto.

Na pesquisa realizada com os dados de Feira de Santana, Santos (2014) também comprovou a preferência pelo emprego de PI quando a referência temporal encontrava-se no passado; e o uso predileto de FP quando a referência estava situada no presente ou no futuro. Os resultados de Costa (1997; 2003) também apresentam essas características.

6.1.6 Escolaridade do informante

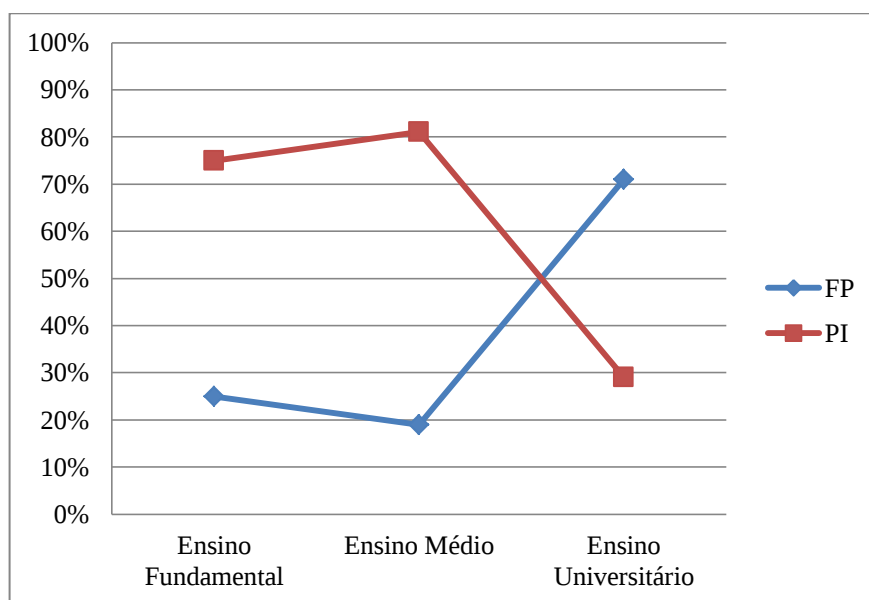
A escola possui, entre suas funções no ensino-aprendizagem da língua, o papel de agente regulador no acesso ao português padrão e à chamada norma culta, por conseguinte, pesquisas sociolinguísticas que consideram a variável ‘escolaridade do informante’ apontam que, a depender do fenômeno em estudo, o uso de variantes inovadoras é mais recorrente na fala de pessoas com poucos anos de escolarização, ao passo que variantes mais conservadoras e socialmente prestigiadas são mais comuns na fala dos mais escolarizados.

Ao discutir a influência da diversidade linguística no processo educacional, Bortoni-Ricardo (2005, p. 21) declara que a sociedade moderna é identificada pela “maior permeabilidade de papéis sociais e, conseqüentemente, menor heterogeneidade no repertório verbal” e isso acontece em virtude do requisito para a mobilidade social: “garante-se um amplo acesso à norma suprarregional, de maior prestígio”. Votre (2012, p. 51) também argumenta que a escola é responsável por gerar mudanças tanto na fala quanto na escrita e costuma encarregar-se da preservação de formas de prestígio, freando, portanto, as tendências de mudança em curso em comunidades linguísticas.

No que se refere à variação na expressão do futuro do pretérito, pressupõe-se que a escola tem atuado no caminho inverso à mudança. O uso do pretérito imperfeito expressando o futuro do pretérito já é previsto em gramáticas normativas, contudo é preciso destacar que a forma perifrástica (IA+V), que inclusive demonstra ser ainda mais frequente na língua do que a forma sintética do pretérito imperfeito (conforme foi visto nesta pesquisa), não é mencionada na grande maioria das gramáticas normativas analisadas, por isso, conseqüentemente, é inibida pelos mais escolarizados, tendo em vista, também, que os textos

formais, aos quais os alunos têm acesso na escola, geralmente optam pelo uso do futuro do pretérito.

Gráfico 2: Distribuição das variantes em verbos modais de acordo com a *escolaridade do informante*



Fonte: Elaboração própria.

Conforme o Gráfico 2, os informantes com ensino fundamental usam mais PI (75% dos dados); os informantes com ensino médio também optam pela escolha de PI (81% dos dados); já os informantes com ensino universitário preferem o uso de FP (71% dos dados). Assim, observando os dados do ensino fundamental e ensino universitário, percebe-se que PI diminui à medida que os informantes são mais escolarizados, porém o percentual um pouco mais elevado de PI no ensino médio em relação ao ensino fundamental é um resultado inesperado. A variante FP, portanto, tem seu uso reduzido na escala entre os informantes com ensino fundamental e os com ensino médio, mas cresce significativamente na fala dos informantes com ensino universitário.

A Tabela 12 apresenta, além dos percentuais, os pesos relativos da variável ‘escolaridade do informante’.

Tabela 12: Efeito da variável *Escolaridade do informante* na escolha de PI em verbos não modais

Nível de escolaridade do informante	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Ensino fundamental incompleto	118/158	75%	0,65
Ensino médio	129/160	81%	0,64
Ensino universitário	75/260	29%	0,32

Fonte: Elaboração própria.

Os pesos relativos confirmam que os informantes com pouca escolaridade, ou seja, com ensino fundamental, propiciam o uso de PI (0,65). Os informantes com ensino médio também promovem o uso de PI (0,64), diferentemente dos falantes que possuem o ensino universitário, os quais não apresentaram relevância no uso de PI (0,32), apontando a preferência pelo uso de FP. Na pesquisa realizada por Santos (2014), com o *corpus* de Feira de Santana, os resultados são estatisticamente semelhantes aos apresentados agora, tanto na fala de informantes com ensino fundamental incompleto quanto na fala de informantes com ensino universitário, mas os informantes com ensino médio evidenciaram, na pesquisa de Santos (2014), uma posição mais neutra (0,53) em relação à variação entre FP e PI:

[...] o emprego do FP tem seu uso mais acentuado na fala dos informantes da chamada norma culta (com nível superior), enquanto o emprego de PI se destaca na fala dos informantes da norma popular (com ensino fundamental incompleto). E os informantes com ensino médio - considerando o *continuum* dos três níveis de escolaridade - estão no intermédio, pois, de acordo com o resultado do peso relativo, na fala deles o uso das duas variantes é equilibrado. (Santos, 2014, p. 107)

Atribui-se, portanto, o aumento do uso de PI na fala dos informantes com ensino médio à frequência maior de uso na fala dos soteropolitanos, conforme já foi citado e ainda será visto mais adiante na discussão dos percentuais encontrados em cada cidade.

Os resultados da variável ‘escolaridade do informante’ corroboram parcialmente com os resultados de outras pesquisas realizadas no PB. Os resultados de Costa (2003), da Amostra Censo, apontaram que, entre os falantes pesquisados, recontactados aproximadamente vinte anos depois, aqueles que, neste intervalo, ingressaram no ensino universitário demonstraram mudança no comportamento linguístico, pois apresentaram um aumento no uso da variante FP.

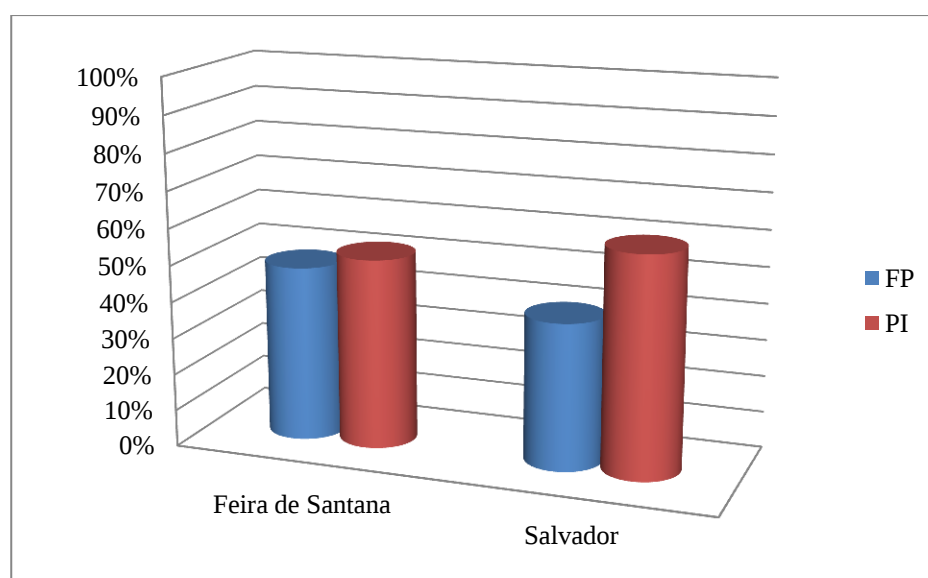
Tesch (2007) também constatou, no que diz respeito à variável *Escolarização*, que os informantes com ensino universitário e médio preferem o uso de FP, enquanto as pessoas com ensino fundamental favorecem o uso da variante PI. Assim, esses resultados “confirmam a hipótese de que a escola possibilita uma maior aproximação do falante em relação às formas recomendadas pela norma” (p. 113-114).

Brito (2014), por sua vez, atesta que os informantes com escolaridade alta usam mais FP; os participantes com baixa escolaridade usaram mais PI, porém, nesse caso, a diferença entre as variantes foi de apenas 4%. É oportuno observar que a pesquisa de Brito (2014) utilizou dados escritos do *Facebook*, dessa forma, o fato de ser uma modalidade escrita da língua certamente influenciou no uso mais elevado de FP, mesmo em se tratando de informantes com pouca escolaridade.

6.1.6.1 Cruzamento das variáveis *Escolaridade* e *Procedência geográfica do informante*

O GoldVarb X não considerou significativa a variável ‘procedência geográfica do informante’. Contudo, optou-se por realizar o cruzamento dessa variável com outras variáveis sociais, inclusive com a variável ‘escolaridade’. Na sequência, os percentuais das variantes encontrados nas duas cidades serão apresentados (Gráfico 3) e, posteriormente, a tabela da tabulação cruzada entre a escolaridade e procedência geográfica do informante.

Gráfico 3: Distribuição das variantes em verbos não modais de acordo com a *procedência geográfica do informante*



Fonte: Elaboração própria.

Os informantes de Feira de Santana revelam uso equilibrado entre as variantes: 48% dos dados são de FP e 52% de PI. Já os informantes de Salvador dão preferência ao uso de PI, 60% dos dados contra 40% de FP.

O resultado encontrado em Salvador-BA se aproxima mais dos resultados encontrados por Costa (1997), no Rio de Janeiro-RJ, por Silva (1998), em Florianópolis-SC e por Barros (2019), em Santa Isabel do Rio Negro-AM; enquanto o resultado de Feira de Santana-BA se aproxima mais dos resultados encontrados em Fortaleza-CE por Dias (2007) e em Vitória-ES por Tesch (2007). O confronto dos resultados dessas pesquisas realizadas em diferentes regiões do país mostra que o fenômeno estudado é suprarregional.

Mesmo com a diferença no percentual entre os dados de Feira de Santana e de Salvador, é importante considerar que não se trata de uma diferença relevante (apenas 4%), justamente por isso que o programa GoldVarb X não considerou significativa a variável ‘procedência geográfica do informante’. Portanto, é possível dizer que em Salvador acontece também uma variação estável entre as variantes FP e PI.

Tabela 13: Cruzamento das variáveis *Escolaridade* e *Procedência geográfica do informante* em verbos não modais na escolha de PI

Variável	Procedência geográfica do informante			
	Feira de Santana		Salvador	
Escolaridade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Ensino fundamental	65/89	73	53/69	92
Ensino médio	63/84	75	66/76	87
Ensino universitário	44/155	28	31/105	30

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apresentados na Tabela 13 mostram que os informantes com ensino fundamental de Salvador usam ainda mais o PI (92%) do que os informantes de Feira de Santana, que apresentaram 73% de uso de PI. Os informantes de Salvador com ensino médio também apresentam resultado mais elevado para o PI do que os informantes de Feira de Santana: 87% e 75%, respectivamente. Por outro lado, é a variante FP que se destaca na fala de informantes com ensino universitário nas duas cidades, e as frequências de PI na fala

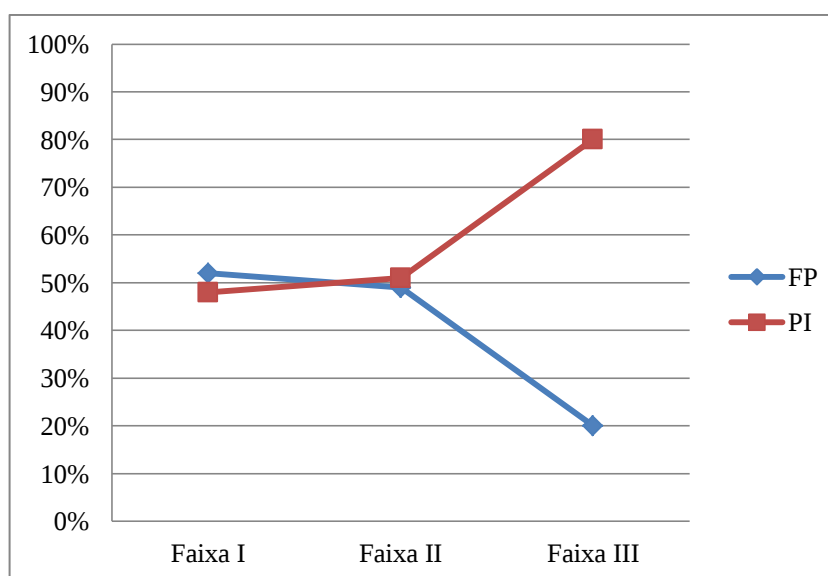
desses informantes aparecem praticamente empatada: 28% em Feira de Santana, e 30% em Salvador.

Percebe-se, portanto, que a diferença no percentual geral das variantes entre as duas localidades acontece em virtude de os informantes com ensino fundamental e ensino médio de Salvador usarem o PI com ainda mais frequência do que os informantes de Feira de Santana.

6.1.7 Faixa etária do informante

Ao levar em conta a variável ‘faixa etária do informante’ neste trabalho, pressupõe-se que os informantes mais jovens, da faixa I (de 25 a 35 anos), promoveriam o uso de PI, ao passo que os informantes da faixa II (de 45 a 55 anos) e os da faixa III (acima de 65 anos) favoreceriam a variante FP, porém os resultados da variável nesta pesquisa surpreendem, principalmente no que diz respeito ao resultado da faixa III. O Gráfico 4 a seguir mostra a distribuição das variantes de acordo com a faixa etária.

Gráfico 4: Distribuição das variantes de acordo com a *faixa etária* em verbos não modais



Fonte: Elaboração própria.

Os informantes da faixa etária I usam um pouco mais a variante FP (52%) do que a PI (48%); os informantes da faixa etária II dão um pouco mais de preferência ao PI (51%), mas apresenta percentual quase empatado com o FP (49%); os informantes da faixa III, por sua vez, apresentam frequência alta de uso de PI (80%). Observando, então, a linha que marca o uso de FP, vê-se que o percentual diminui à medida que aumenta a faixa etária; por outro

lado, na linha que mostra o uso de PI, percebe-se que a frequência dessa variante aumenta conforme avança a faixa etária.

Analisa-se a seguir a Tabela 14 com os pesos relativos dos fatores dessa variável.

Tabela 14: Efeito da variável *Faixa etária* na escolha de PI em verbos não modais

Faixa etária do informante	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Faixa I	133/277	48%	0,45
Faixa II	93/181	51%	0,45
Faixa III	96/120	80%	0,68

Fonte: Elaboração própria.

O valor do peso relativo das faixas etárias I e II para o uso de PI foi exatamente o mesmo (0,45), o qual mostra o discreto favorecimento da variante oposta (FP), ou seja, o peso relativo não se distancia da neutralidade. O resultado da faixa etária III (peso relativo 0,68) aponta que os informantes acima de 65 anos favorecem o uso de PI.

Uma possível explicação para esses resultados é que há uma relação entre o uso de FP e a ocupação profissional, visto que as faixas I e II fazem parte da população em idade ativa no que diz respeito ao mercado de trabalho e por isso demonstrariam uma maior preocupação com o uso de variantes canônicas, ao passo que pessoas acima de 65 anos (faixa III) podem, eventualmente, se monitorar menos, por já não se encontrarem ativamente no mercado de trabalho³³.

Os resultados encontrados nesta pesquisa sobre o uso da variável ‘faixa etária do informante’ apresentam divergências em relação a resultados encontrados em outras pesquisas. Costa (2003), por exemplo, verifica que IA+V, na Amostra (00), aparece como a mais usada pelos jovens, resultado que ratificou o que Costa (1997) já havia constatado na

³³ Referente à ocupação profissional dos informantes, o tipo de profissão também demonstra influenciar na frequência de uso das variantes FP e PI, conforme foi verificado em Santos (2014). De acordo com esses resultados, os profissionais do grupo I (professores e jornalistas), que convivem com textos escritos na execução de sua atividade e trabalham em ambientes que favorecem o uso da língua formal, dão preferência ao uso de FP. Os profissionais do grupo II (profissionais da saúde, trabalhadores de escritório, atendentes e similares), os quais podem, eventualmente, necessitar da língua escrita na execução de seus ofícios, fizeram mais uso de PI do que de FP. E o grupo III (profissionais da segurança, entregadores, operadores de máquinas e similares, trabalhadores da construção civil e trabalhadores domésticos), que é formado por profissionais que não usam, necessariamente, a língua escrita ou formal no momento da realização de suas tarefas, apresentou a maior frequência do uso de PI (Santos, 2014, p.88-89).

pesquisa em tempo aparente, com a Amostra 80 (C). De acordo com a autora, esse resultado pressupõe que IA+V seria uma forma inovadora. Tesch (2007) argumenta, a partir dos resultados de sua pesquisa, que o PI pode ser substituído pela forma IA+V, que é mais recorrente na fala dos jovens. Já os mais velhos desfavorecem o uso da perífrase e dão preferência ao uso de PI.

Oliveira (2010), por sua vez, observa que PI é favorecido pelos falantes mais jovens (15 a 30 anos) e pelos falantes da faixa III (46 a 61 anos); porém, na faixa intermediária, faixa II, com informantes de 31 a 45 anos, o uso favorecido é o da variante FP. Dessa forma, os resultados encontrados nesta pesquisa, no que diz respeito à faixa etária, se assemelham, parcialmente, com os encontrados por F. Oliveira (2010) em Maceió-AL.

6.1.7.1 Cruzamento das variáveis *Faixa etária* e *Escolaridade do informante*

Com a intenção de perceber se há alguma vinculação relevante entre a idade do informante e sua escolaridade no uso das variantes em estudo, foi realizada uma tabulação cruzada entre essas variáveis, conforme mostra a Tabela 15.

Tabela 15: Cruzamento das variáveis *Faixa etária* e *Escolaridade do informante* em verbos não modais na escolha de PI

Variável	Faixa etária					
	Faixa I		Faixa II		Faixa III	
Escolaridade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Ensino fundamental	52/65	80	34/54	63	32/39	82
Ensino médio	47/63	75	20/79	81	43/49	88
Ensino universitário	34/149	23	44/172	25	21/32	66

Fonte: Elaboração própria.

Observando agora a distribuição de uso de PI na relação entre faixa etária e escolaridade, vislumbram-se alguns pontos que ajudam na compreensão dos dados da variável ‘faixa etária’, apresentados anteriormente. Olhando para os dados das faixas etárias I e II, percebe-se que os informantes usam mais PI se tiverem ensino fundamental ou ensino médio. Nessas mesmas faixas etárias, os informantes universitários dão preferência ao uso de FP,

então, entende-se que são apenas os informantes com ensino universitário da faixa etária mais jovem e da faixa etária intermediária que usam o FP com mais frequência.

Por outro lado, os informantes da faixa etária III dão preferência ao uso de PI, independente da escolaridade, mas é importante observar que os informantes com ensino fundamental e médio usam PI com frequência ainda maior do que os informantes universitários da faixa III.

Compreende-se, assim, que há diferentes forças atuando na distribuição dos dados da variável ‘faixa etária’. O ensino universitário atua na preservação da variante canônica, FP, nas faixas etárias I e II, enquanto os não universitários preferem o uso de PI em todas as faixas etárias. Por outra perspectiva, acredita-se que os informantes com ensino universitário que não estão mais em idade ativa (faixa III) dão preferência ao uso de PI devido ao fato de não precisarem atender às “cobranças” sociais, no que diz respeito à formalidade linguística, do mercado de trabalho.

6.1.7.2 Cruzamento das variáveis *Faixa etária* e *Sexo do informante*

Decidiu-se por realizar também uma tabulação cruzada entre ‘faixa etária’ e ‘sexo’ a fim de verificar possíveis relações entre essas variáveis sociais no uso das formas FP e PI. Antes de apresentar a tabela de cruzamento, expõe-se a tabela com a frequência da variável ‘sexo’, cujos resultados não foram selecionados pelo GoldVarb X.

Tabela 16: Efeito da variável Sexo na escolha de PI em verbos não modais

Sexo	Ocorrências/Total	Percentual
Feminino	167/254	66%
Masculino	155/324	48%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os resultados da Tabela 16, as mulheres optam por usar mais a variante PI (66%), enquanto os homens apresentam um percentual de uso de PI (48%) mais equilibrado em relação à variante concorrente (FP). É importante lembrar que Labov (2001) defende que, em mudanças *from below*, isto é, abaixo da consciência social e internas à variedade em uso, as mulheres apresentam frequências mais altas de variantes inovadoras do

que os homens. Dessa forma, a hipótese defendida de que as mulheres optariam mais pelo uso de PI foi confirmada.

Tabela 17: Cruzamento das variáveis *Faixa etária* e *Sexo do informante* em verbos não modais na escolha de PI

Variável	Faixa etária					
	Faixa I		Faixa II		Faixa III	
Sexo	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Feminino	61/101	60	43/82	52	63/71	89
Masculino	72/176	41	50/99	51	33/49	67

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 17 revelam que as mulheres usam mais PI do que FP em todas as faixas etárias, porém, na faixa etária II, a frequência de PI se aproxima da frequência de FP. Já os homens usam menos PI do que FP na faixa etária I, apresenta uma frequência equilibrada entre as variantes na faixa etária II e usam mais PI do que FP na faixa etária III.

É importante notar que entre os mais jovens (faixa I), faixa etária que normalmente promove mudanças linguísticas, as mulheres – que também costumam encabeçar a mudança quando a variante não é estigmatizada – apresentam preferência pelo uso de PI. Entrever-se, portanto, a possibilidade de ocorrer mudança linguística em relação ao fenômeno em estudo a partir da atuação das mulheres da faixa I. Entretanto, nesta pesquisa, não é possível chegar a essa conclusão tendo em vista que a variável ‘sexo do informante’ não foi selecionada.

Além disso, é válido pontuar que o uso de PI é mais frequente na faixa etária III, tanto na fala de homens quanto das mulheres (sendo que estas priorizam ainda mais o uso da variante inovadora). Quanto a esse resultado, entende-se que há relação com o mercado de trabalho, conforme discutido anteriormente.

6.2 AS VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVAS EM VERBOS AUXILIARES MODAIS

Conforme visto na Tabela 1, no início desta seção, foram encontradas 225 ocorrências de verbos auxiliares modais, sendo 94 de FP (42%) e 131 de PI (58%). A diferença estatística

entre FP e PI um pouco maior em verbos modais do que em verbos não modais revela um dos motivos³⁴ que justifica a análise separada dos tipos de verbo. Como visto na seção 5.4, Givón (1995) argumenta que os verbos modais expressam por si só a noção de irrealidade, portanto, ao serem conjugados no futuro do pretérito, promovem uma redundância, então, para se evitar a redundância, usa-se o PI.

A maior parte dos modais encontrados foi com os verbos *dever* e *poder*. Seguem exemplos:

(101) Quer dizer, no caso **deveria pensar** que aquilo ia durar pela manhã e pela tarde, não é? No caso quando nós tínhamos aula, não é? Pela manhã não, mas quando não tinha aula, a gente pensava que ia ser de manhã e de tarde, ficava preso o dia todo. (PEPP–H2M)

(102) [...] a gente descobriu e não contou a ele, é... Esperou que o médico, o próprio médico conversasse, né? Porque minha família todo mundo é da área de saúde. Minha mãe enfermeira, minha irmã também é enfermeira, meu irmão é farmacêutico, então, assim, eles pegaram os exames, viram antes de... Dele levar ao médico. E a gente viu antes, juntamos nós três e tal pra discutir o assunto e aí depois minha mãe achou que quem **devia contar** a ele era o médico dele. (LPSB–M1U)

(103) Era ela que a gente **poderia chamar** sem nenhuma, nenhuma outra conotação, uma velhinha simpática, certo, eh... e aí resolvemos fazer um recital no dia das mãe, bom, mas como convencer? Vamos convencer pelo lado feminino, óbvio, vamos procurar a assessora do Rui, Cecília Mousse, e vamos dizer para ela que vamos fazer um recital do dia das mãe, afinal o dia das mãe é o dia das mães, que pode haver de mal no recital do dia das mães, e fomos procurar a Cecília e falamos com ela, “Cecília vamos fazer um recital para o dia das mãe, e tal...”. (NURC–H1U)

(104) Mas é aquela coisa, desde quando o responsável quer fazer, dá pra fazer, entendeu? Porque deu onze horas da noite, você só vê jovem na porta de bar, né? **Podia tá** em sua casa lendo um bom livro ou escutando uma boa música, né? (LPSB–M1U)

Foram encontradas também ocorrências de *ter que*³⁵ com as duas variantes:

(105) Pra ver isso aí a gente **teria que focar** a economia nacional, mesmo porque naquela época se você enfoca, por exemplo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, aquela zona do Pantanal, ali existia feudalismo mesmo, mas no... No geral as relações capitalistas já predominavam sobre a economia rural [...]. (LPSB–H3U)

³⁴ Além dos motivos já expostos no início deste capítulo.

³⁵ Não foram encontradas ocorrências de *ter de* em nenhum dos *corpora*.

(106) Tem um lugar aqui que eu fui, meu Deus! Perto daqui de Feira mesmo. Os jovem tem hora de chegar em casa e tem hora de ficar na praça. Acho que Feira de Santana **tinha que pegar** essa mesma coisa também e se chegar aqui em Feira, era bom de botar essa lei, né? (LPSB–M1U)

Além disso, foram encontrados alguns exemplos (apenas cinco no total) de verbos auxiliares modais na forma dos verbos *precisar*, *saber* e *querer*:

(107) Nós somos colegas de faculdade, aí fomos pra um bar, é... e uma cigano focou interessado por ela, foi até ela, chamou ela pra ir à mesa onde tava com amigos, só tinha eu de homem no meio de cinco mulheres. Aí ela foi com outra colega, os ciganos ficaram falando e ela inventou de pegar o anel dela e colocar no meu dedo pra dizer que eu era noivo, aí o cigano disse que não, que eu não era noivo, mas que eu ia ficar com ela e ela ficar comigo e ela não **precisava ficar** com medo dele. E foi o que deu, à noite a gente cabou ficando e daí começou. (LPSB–H1U)

(108) Porque eu acho assim, eu acho dependeria, **precisaria fazer** um trabalho muito grande com, com a parte psicológica interna, dos valores éticos desses homens, porque não adianta muita arma na mão não [...] (NURC–M3U)

(109) Doc: E como o senhor explicaria esse calouro que precisa chegar até a Biblioteca Central lá da UEFS, e ele se encontra no módulo 1?

Inf: Cê ta falando de UEFS?

Doc: Isso.

Inf: Eu praticamente não conheço a UEFS, eu não **sabia dar** boa informação, porque eu não conheço a UEFS. (LPSB–H2U)

(110) Eu acho assim, que nem aquela praça de alimentação, se o prefeito, não sei quem é responsável, botasse um pouco mais de cultura, eu acharia que o pessoal de Feira de Santana não **ia querer sair**³⁶ mais dali. Ia ficar sempre ali, mas só negócio de barzinho e arroxa eu acho que Feira de Santana não vai pá frente não!

A Tabela 18 a seguir traz a distribuição das variantes por item lexical, ou seja, de acordo com os tipos de verbos modais encontrados nos *corpora*:

Tabela 18: Distribuição das variantes por item lexical em verbos auxiliares modais

Item lexical	FP	PI	TOTAL
Poder	31 (35%)	58 (65%)	89 (39%)
Dever	55 (70%)	24 (30%)	79 (35%)

³⁶ Embora seja possível, seria improvável encontrar, sobretudo no português popular, a variante FP (*quereria sair*) nesse contexto em que aparece a perífrase do verbo *ir* no pretérito imperfeito.

Ter que	6 (11%)	47 (89%)	53 (24%)
Outros ³⁷	2 (40%)	3 (60%)	5 (2%)

Fonte: Elaboração própria.

O item lexical mais frequente nos verbos modais é *poder*, o qual se encontra mais entre os dados de PI (65%) do que entre os dados de PF (35%). Em segundo lugar, o verbo *dever* é mais frequente na variante FP (70%) do que na variante PI (30%). Em seguida, vem o item lexical *ter que*, o qual se apresenta mais em PI (89%) do que em FP (11%). Outros verbos modais, como *precisar*, *saber* e *querer*, totalizaram apenas cinco ocorrências, duas ocorrências de FP (40%) e três de PI (60%).

Nos verbos modais, o Goldvarb X considerou significativas cinco variáveis, sendo três linguísticas e duas sociais. O *input* inicial da regra foi 0,582 e o final, 0,696; o *log likelihood* foi -102,723 e o nível de significância, 0.009. As variáveis foram selecionadas na seguinte ordem:

1. Tipo de texto;
2. Saliência fônica;
3. Modalidade;
4. Faixa etária;
5. Escolaridade.

Os resultados das variáveis são discutidos na ordem em que cada uma foi selecionada.

6.2.1 Tipo de texto

A variável ‘tipo de texto’ foi mais uma vez selecionada em primeiro lugar pelo GoldVarb X, o que ratifica a sua importância para a expressão variável do futuro do pretérito. A Tabela 19 traz os resultados dessa variável em verbos modais.

³⁷ Saber, precisar, querer.

Tabela 19: Efeito da variável *Tipo de texto* na escolha de PI em verbos auxiliares modais

Tipo de texto	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Sequência narrativa	75/87	86%	0,75
Sequência argumentativa	47/124	38%	0,30
Lista de atitudes hipotéticas	9/14	64%	0,61

Fonte: Elaboração própria.

A sequência narrativa novamente aparece como o principal fator que promove o uso de PI. O número elevado de ocorrências de PI em sequência narrativa (75) em relação ao número de FP (12) e o peso relativo 0,75 confirmam que esse fator favorece a aplicação da regra de uso de PI.

Conforme aconteceu nos resultados com os verbos não modais, a sequência argumentativa promove o uso de FP, e não o de PI, tendo em vista que o peso relativo para o uso desta última variante foi 0,30.

O fator ‘lista de atitudes hipotéticas’, diferentemente do resultado encontrado na análise dos verbos não modais, não favorece o uso da variante FP, apresentando o peso relativo 0,61 para PI. Entretanto, é necessário observar que foram encontradas apenas 14 ocorrências desse fator.

6.2.1.1 Cruzamento das variáveis *Tipo de texto* e *Escolaridade do informante* em verbos auxiliares modais

Novamente, realizou-se uma tabulação cruzada entre as variáveis ‘tipo de texto’ e ‘escolaridade’ para se observar se os fatores entrelaçados se comportam como nos verbos não modais.

Tabela 20: Cruzamento das variáveis *Tipo de texto* e *Escolaridade do informante* em verbos modais na escolha de PI

Variável	Tipo de texto					
	Sequência narrativa		Sequência argumentativa		Lista de atitudes hipotéticas	
Escolaridade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Ensino fundamental	26/29	90	22/44	50	6/6	100
Ensino médio	22/24	92	17/49	35	0/1	0
Ensino universitário	27/34	79	8/31	26	3/7	43

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se mais uma vez que, independente da escolaridade, PI é a variante que predomina em sequência narrativa. Em sequência argumentativa, há um empate entre as duas variantes na fala de informantes do ensino fundamental (50%), mas o uso de PI é reduzido à medida que o falante é mais escolarizado. Em lista de atitudes hipotéticas, houve poucos dados, por isso não é possível realizar uma análise satisfatória.

Contrapondo os resultados da sequência narrativa com os dados da sequência argumentativa e considerando a relação delas com a escolaridade do informante, reitera-se a defesa de que esses resultados apontam para a variação estilística, visto que os informantes adequam o uso de uma e de outra variante a depender da sequência discursiva utilizada em sua fala.

6.2.2 Saliência fônica

Em decorrência da menor variedade de itens lexicais em verbos auxiliares modais, ou seja, devido à existência de um grupo específico de verbos que são classificados como auxiliares modais, na variável ‘saliência fônica’ não foram encontradas ocorrências de todos os fatores considerados na análise dos verbos não modais, foram encontradas ocorrências de apenas dois fatores, a saber, verbo *ter* e verbos de 2ª conjugação.

Tabela 21: Efeito da variável *Saliência fônica* na escolha de PI em verbos auxiliares modais

Saliência fônica	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Verbos <i>ter</i>	46/50	92%	0,84
Verbos de 2ª conjugação	85/175	49%	0,38

Fonte: Elaboração própria.

O resultado da variável ‘saliência fônica’ em auxiliares modais contraria as expectativas da hipótese aventada, pois a diferença fônica entre as formas de FP e PI no verbo *ter* é mais saliente do que a diferença entre essas formas nos verbos de 2ª conjugação, contudo o item *ter que* tem uso mais recorrente em PI (92%), com peso relativo 0,84, e os verbos de 2ª e 3ª conjugações, que são menos salientes, apresentam uso menos frequente em PI (49%), com peso relativo 0,38.

A explicação para esse resultado parece estar no fato de que os auxiliares *poder* e *dever*, que são ambos de 2ª conjugação, aparecerem com mais frequência de forma oposta nas variantes, isto é, *poder* é mais frequente na variante PI (65%) e *dever* é mais frequente em FP (70%), conforme distribuição dos itens lexicais apresentada na Tabela 18. Isso quer dizer que, ao final, há uma distribuição equilibrada das variantes nos verbos de 2ª conjugação.

Por outro lado, a forma de PI *tinha que* (92%) é mais frequente do que a forma de FP *teria que*, a qual possui poucas ocorrências nos *corpora*, apenas quatro. Diante desse resultado, retoma-se a defesa de Bybee (2003) de que itens frequentes na língua desencadeiam mudanças, as quais costumam acontecer na forma e no significado. Nesse caso em específico, a mudança em progresso pode estar acontecendo na preferência pelo uso de *tinha que*, em detrimento de *teria que*.

6.2.3 Modalidade

Diferentemente do que ocorreu na análise dos verbos não modais, na qual a variável ‘modalidade’ não foi selecionada pelo GoldVarb X, na rodada dos verbos auxiliares modais, essa variável foi selecionada em 3º lugar.

Para a análise da variável ‘modalidade’ em verbos auxiliares modais, utilizou-se a mesma escala, com valores epistêmicos transmitidos pelas noções de certeza e incerteza, que foi apresentada na análise dos verbos não modais.

Tabela 22: Efeito da variável *Modalidade* na escolha de PI em verbos auxiliares modais

Modalidade	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Certeza	43/46	93%	0,79
Índice médio de certeza	62/112	55%	0,44
Grau mínimo de certeza	24/63	38%	0,36
Incerteza	2/4	50%	0,38

Fonte: Elaboração própria.

O fator ‘certeza’ é o único que prioriza o uso de PI, com 93% das ocorrências e peso relativo 0,79. Os fatores ‘índice médio de certeza’ e ‘grau mínimo de certeza’ favorecem o uso de FP. Quanto ao fator ‘incerteza’, foram encontrados apenas quatro ocorrências, duas de cada variante (50%).

Assim, partindo do fator ‘certeza’ até o ‘grau mínimo de certeza’, percebe-se que o PI é desfavorecido à medida que o grau de certeza diminui. No fator ‘incerteza’, o número de dados encontrados foi pequeno, por isso não é possível realizar uma análise satisfatória considerando esses dados.

6.2.3.1 Cruzamento das variáveis *Modalidade* e *Referência temporal* em verbos auxiliares modais

A fim de relacionar as categorias de tempo e modalidade, decidiu-se por compreender as relações entre as variáveis ‘modalidade’ e ‘referência temporal’, pois busca-se entender possíveis associações entre a noção de certeza e a referência temporal de passado e entre os índices médio e mínimo de certeza com a referência temporal de futuro e presente (não passado). A variável ‘referência temporal’ não foi selecionada pelo GoldVarb X na análise dos verbos auxiliares modais, mas antes de se apresentar a tabela com a tabulação cruzada, exibe-se a Tabela 23 com os percentuais da variável ‘referência temporal’.

Tabela 23: Efeito da variável *Referência temporal* na escolha de PI em verbos auxiliares modais

Referência temporal	Ocorrências/Total	Percentual
Passado	75/91	82%
Não passado	56/134	42%

Fonte: Elaboração própria.

Semelhantemente aos resultados dos verbos não modais, na referência temporal ‘passado’, isto é, quando situação retratada pelo informante está no passado em relação ao momento da fala e ele usa um verbo para indicar uma situação posterior a esse passado, o uso de PI é mais frequente (82%), mas se a situação retratada estiver no presente ou no futuro (não passado) em relação ao momento da fala, o informante opta mais pelo uso de FP.

No entanto se observa que, nos dados dos auxiliares modais, houve mais dados de PI no fator ‘não passado’ do que neste mesmo fator nos verbos não modais, certamente devido ao fato de PI ser um pouco mais usado nos auxiliares modais, por isso, com a aproximação do número de dados das duas variantes nesse fator, o programa GoldVarb X não considerou a variável significativa.

Mostra-se a seguir a Tabela 24 com a tabulação cruzada entre as variáveis ‘modalidade’ e ‘referência temporal’.

Tabela 24: Cruzamento das variáveis *Modalidade e Referência temporal* em verbos auxiliares modais na escolha de PI

Variável	Referência temporal			
	Passado		Não passado	
Modalidade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Certeza	36/38	95	7/8	88
Índice médio de certeza	34/43	79	28/69	41
Grau mínimo de certeza	5/10	50	19/53	36
Incerteza	0/0	0%	2/4	50

Fonte: Elaboração própria.

Em conformidade com o que se esperava, vê-se que a noção de certeza se encontra mais presente quando a referência temporal está situada no passado, ou seja, o falante faz menção a um momento no passado, usa um verbo que indica possibilidade em relação a esse fato passado e junto a esse verbo aparecem informações que marcam o valor de certeza, como pode ser visto no exemplo (111), e nesse contexto a variante PI (95%) é mais frequente.

(111) Reclamávamos da comida, mas a comida era boa. Cheguei a comer lagosta, camarões por semana, leite à vontade, doce à vontade, comia o tanto que quisesse, **podia repetir** quantas vezes fosse e tínhamos sempre à noite leite disponível, quando chegava duas horas da manhã, às vezes tava estudando o grupo. Leite, comida, pão, carne, disponível. (LPSB–H2U)

Observa-se, no exemplo (111), que o informante usa uma referência no passado para fazer um relato anterior ao momento da fala e a forma verbal “podia repetir” (que é substituível por “poderia repetir”) é empregada para marcar possibilidade ao mesmo tempo em que está acompanhada da expressão adverbial “quantas vezes fosse”, que marca a noção epistêmica de certeza.

Ainda no contexto do fator ‘certeza’, vê-se na Tabela 24 que o número de PI também é maior que o de FP quando a referência temporal se encontra no presente ou futuro (não passado), o que marca a relevância do fator ‘certeza’ para o uso de PI, porém foram poucos dados encontrados no cruzamento entre esses fatores, apenas oito.

Em situações em que há índice médio de certeza – exemplo (112) a seguir –, PI é mais usado (79%) na referência temporal de passado, enquanto FP é um pouco mais empregado na referência temporal de não passado, exemplo (113).

(112) É foi agora o que aconteceu com os auxiliares e termina com os técnicos eles tiveram as mesmas responsabilidade nossa os mesmos direitos também, mas as enfermeiras **podia mandar** neles. (LPSB–M1M)

(113) Não, a gente vai se consertano a cada dia, apesar de que não **deveria ser só**³⁸ no evangélico, como a católica ensina também, mas acontece que são poucos... (LPSB–M1M)

Quando há grau mínimo de certeza no enunciado, o informante costuma usar uma referência temporal de presente ou futuro e emprega mais a variante FP, conforme exemplo (114):

³⁸ Lembrando que, conforme Dias (2007), as palavras que denotam inclusão contribuem para a inserção de índice médio de certeza no enunciado.

(114) Inf: Tem uns passarinhos que nem é eu que crio... É meu irmão, mas eu não gosto não. Não vou mentir pra você, por mim, eu já tinha soltado tudo.

Doc: Deixar eles livres, né?

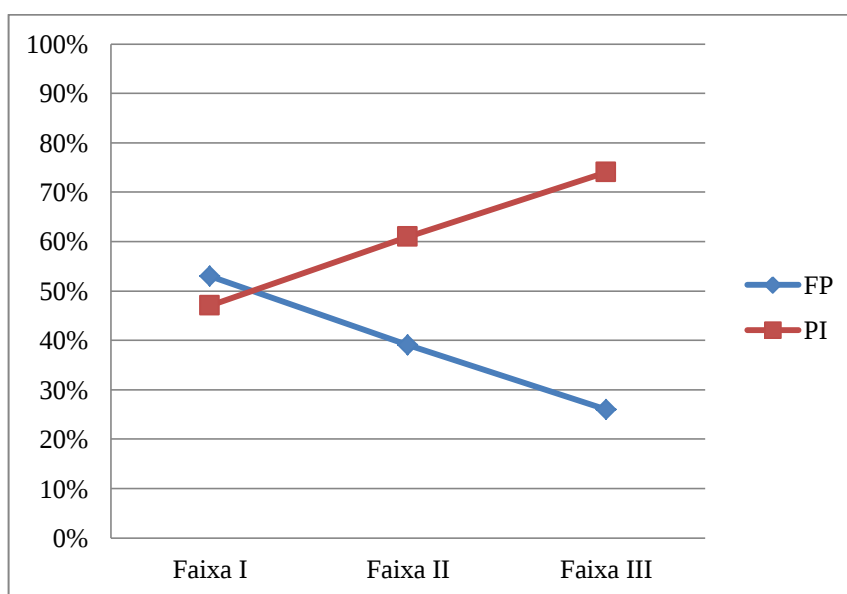
Inf: É, e... Sabe? Acho que **deveria tá** solto mesmo, num gosto muito não, principalmente são zoadento. (LPSB–H1M)

Os dados do fator ‘incerteza’ – cujo valor é marcado principalmente por advérbios de dúvida – são apenas quatro, por esse motivo não é possível se realizar uma análise satisfatória. Observa-se, contudo, que as quatro ocorrências foram encontradas com referência temporal de não passado, o que leva ao pensamento de que a referência temporal no passado inibe a modalidade que expressa incerteza, já que os valores epistêmicos de certeza são mais comuns quando o informante localiza a referência temporal no passado.

6.2.4 Faixa etária do informante

A variável ‘faixa etária’ foi a quarta selecionada pelo programa GoldVarb e a primeira entre as variáveis sociais. O Gráfico 5 mostra a distribuição das variantes nessa variável.

Gráfico 5: Distribuição das variantes de acordo com a *faixa etária* em verbos auxiliares modais



Fonte: Elaboração própria.

Na faixa etária I, os informantes optam um pouco mais pelo uso de FP (52%), mas, como se vê, a diferença entre as variantes é pequena, semelhante aos resultados dos verbos não modais. Na faixa etária II, a variante mais usada é PI (61%) dos dados, assim também como na faixa III, na qual PI o uso de PI se destaca ainda (74%). Logo, quanto mais avança a faixa etária, PI é mais usado, enquanto FP sofre decréscimo.

Tabela 25: Efeito da variável *Faixa etária* na escolha de PI em verbos auxiliares modais

Faixa etária do informante	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Faixa I	47/99	47%	0,33
Faixa II	46/75	61%	0,60
Faixa III	38/51	74%	0,68

Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise da Tabela 25, é possível inferir que os resultados da variável ‘faixa etária’ em verbos auxiliares modais apresentam distinções em relação aos resultados da variável em verbos não modais (Tabela 14), pois nos auxiliares modais PI é ainda menos usado na faixa I (peso relativo 0,33), é mais usado na faixa II (0,60), mas se mantém elevado na faixa III (0,68). Conforme já mencionado na seção de análise dos verbos não modais, acredita-se que o uso menor de PI na faixa I e maior na faixa III pode estar ligado ao mercado de trabalho.

Porém, como a faixa etária II também destaca o uso de PI e é uma faixa de idade que também se encontra ativa no mercado de trabalho, é importante observar se, nesse fator em específico, há outra variável intervindo nesse resultado, como a escolaridade. Por isso, foi realizada uma tabulação cruzadas entre a faixa etária e escolaridade.

Os resultados de Tesch (2007, p. 124) também apontam que “informantes mais velhos tendem a preferir o PI e os mais jovens tendem a usar menos essa forma em verbos modais”. A autora argumenta, ainda, que esse resultado não corresponde ao que defende a literatura da Sociolinguística Variacionista, pois é esperado que “informantes de faixa etária mais jovem prefiram usos da forma não-padrão, mas não se pode classificar o PI como tal, pois é possível encontrá-lo como substituto de FP, em situações coloquiais” (Tesch, 2007, p. 124).

6.2.4.1 Cruzamento das variáveis *Faixa etária e Escolaridade do informante* em verbos auxiliares modais

A Tabela 26 traz os resultados do cruzamento entre a faixa etária e a escolaridade do informante.

Tabela 26: Cruzamento das variáveis *Faixa etária e Escolaridade do informante* em verbos auxiliares modais na escolha de PI

Variável	Faixa etária					
	Faixa I		Faixa II		Faixa III	
Escolaridade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Ensino fundamental	20/38	53	27/32	84	7/9	78
Ensino médio	14/36	39	9/18	50	16/20	80
Ensino universitário	13/25	52	10/25	40	15/22	68

Fonte: Elaboração própria.

Os informantes com ensino fundamental usam mais PI em todas as faixas etárias, mas chama a atenção o percentual mais elevado na faixa II (84%). Portanto, na distribuição geral dos dados por faixa etária, é a escolaridade ‘ensino fundamental’ dos informantes da faixa II que influencia na frequência maior da variante PI.

Entre os informantes com ensino médio, o uso de PI aumenta quanto mais idade tiver o informante, com destaque para o uso mais elevado na faixa III (80%), ou seja, pelos informantes que possivelmente estão fora do mercado de trabalho. Destaca-se que na faixa III os informantes priorizam PI em todos os graus de escolaridade.

Já os informantes com ensino universitário surpreendem ao usar um pouco mais PI (52%) do que FP na faixa etária I, resultado que se distingue do encontrado entre os verbos não modais, cujos informantes universitários da faixa I só apresentaram 23% de uso de PI. Provavelmente, o que motiva essa diferença é o fato de PI ser usado nos auxiliares modais com a intenção de evitar redundância.

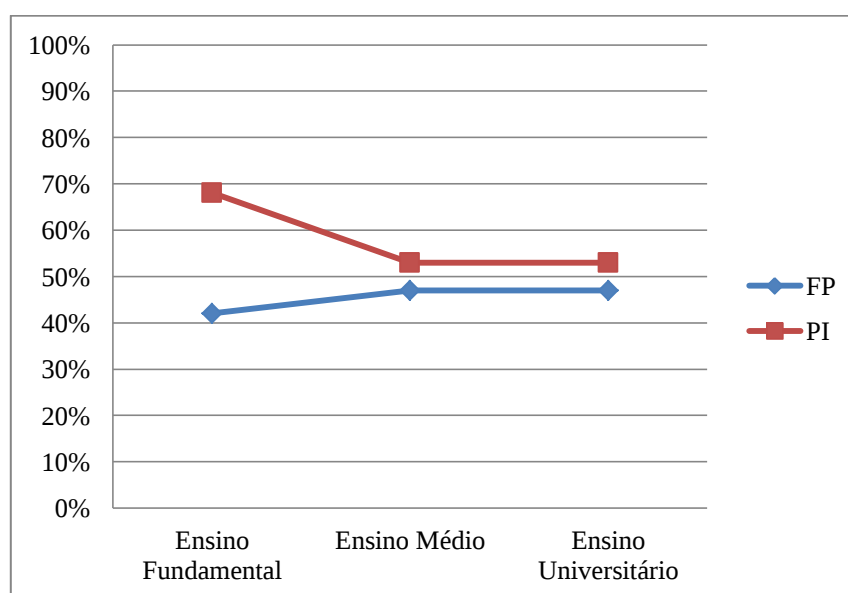
6.2.5 Escolaridade do informante

Na análise da variável ‘escolaridade do informante’ em verbos auxiliares modais, parte-se da mesma hipótese levantada na investigação das variantes FP e PI em verbos não modais: é esperado que a variante FP seja a predominante entre os estudantes com mais anos de escolaridade (informantes com ensino médio e universitário), e que a variante PI se destaque na fala dos informantes com ensino fundamental.

Pondera-se que, nos dados de verbos não modais, a variável ‘escolaridade do informante’ foi a segunda a ser selecionada pelo programa GoldVarb X; já nos dados de verbos auxiliares modais, a variável foi a quinta e última selecionada. O que demonstra que nos verbos não modais a escolaridade é ainda mais relevante para a compreensão do fenômeno do que nos verbos auxiliares modais.

Na sequência, apresenta-se o Gráfico 6 com a distribuição das variantes nessa variável.

Gráfico 6: Distribuição das variantes de acordo com a *Escolaridade do informante* em verbos auxiliares modais



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da variável ‘escolaridade do informante’ mostram que os informantes com ensino fundamental optam mais pelo uso de PI (68%), ao passo que os informantes do ensino médio e ensino universitário usam um pouco mais PI (53%) do que FP, portanto,

nesses níveis de ensino acontece um empate no número de dados das variantes. A Tabela 27, com os pesos relativos, ajuda na compreensão dos resultados dessa variável.

Tabela 27: Efeito da variável *Escolaridade do informante* na escolha de PI em verbos auxiliares modais

Nível de escolaridade do informante	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Ensino fundamental incompleto	54/79	68%	0,67
Ensino médio	39/74	53%	0,48
Ensino universitário	38/72	53%	0,34

Fonte: Elaboração própria.

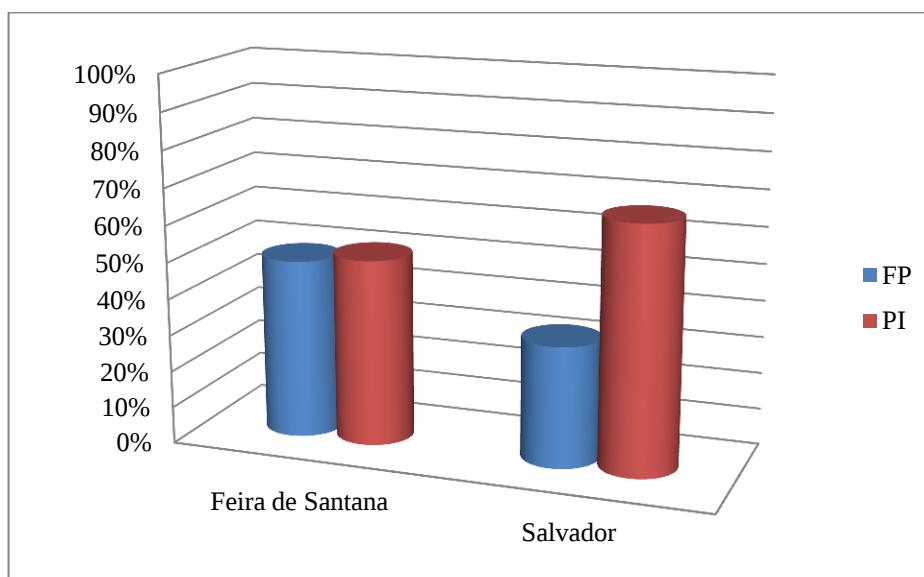
O peso relativo do ensino fundamental incompleto para o uso de PI (0,67) confirma a relevância desse fator para a variante inovadora. Já o uso de PI pelos informantes com ensino médio encontra-se numa posição quase neutra (0,48), revelando que esses informantes parecem usar as duas variantes de forma equilibrada. Quanto aos informantes com ensino universitário, apesar de o percentual das variantes nesse fator ter sido o mesmo encontrado entre os informantes com ensino médio, o peso relativo demonstra que os mais escolarizados optam pelo uso da variante FP.

Os resultados de Tesch (2007) se distinguem parcialmente dos encontrados nesta pesquisa, pois a autora observa em sua pesquisa que os informantes de ensino médio favorecem mais PI (0,62) do que os informantes de ensino fundamental (0,51), mas os informantes de ensino universitário favorecem a variante FP, com peso relativo 0,39 para o uso de PI.

6.2.6 A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito em Feira de Santana e Salvador-BA em verbos auxiliares modais

A variável ‘Procedência geográfica do informante’ também não foi selecionada pelo GoldVarb X em verbos auxiliares modais. Porém, as diferenças dos percentuais entre o resultado de Feira Santana e Salvador desperta a atenção, visto que em Salvador o uso de PI em verbos auxiliares modais é mais frequente do que em Feira de Santana e essa diferença foi maior do que nos verbos não modais.

Gráfico 7: Distribuição das variantes de acordo com a *procedência geográfica do informante* em verbos auxiliares modais



Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 7 é possível perceber que a variação entre as variantes FP (49%) e PI (51%) apresenta equilíbrio estatístico. Mas em Salvador a variante PI (67%) possui frequência mais elevada do que a variante FP (33%).

Para entrever possíveis explicações para essa diferença, foram realizadas tabulações cruzadas da variável ‘procedência geográfica do informante’ com a variável ‘faixa etária’, ‘escolaridade’, ‘referência temporal’ e ‘saliência fônica’.

Tabela 28: Cruzamento das variáveis *Procedência geográfica* e *Faixa etária do informante* em verbos auxiliares modais na escolha de PI

Variável	Procedência geográfica do informante			
	Feira de Santana		Salvador	
Faixa etária	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Faixa I	23/50	46	18/36	50
Faixa II	22/46	48	18/23	78
Faixa III	13/21	62	19/23	83

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 28 mostra que tanto em Feira de Santana quanto em Salvador o uso de PI aumenta quanto mais idade tiver o informante. Entretanto, em Feira de Santana, as faixas etárias I (46%) e II (48%) se aproximam e demonstram equilíbrio entre as variantes, apenas a faixa III (62%) revela maior frequência no uso de PI; já os dados de Salvador evidenciam que PI é mais frequente nas faixas etárias II (78%) e III (83%), enquanto a faixa I (50%) mostra uso equilibrado entre as variantes. Dessa forma, a frequência de PI nas faixas II e III resulta no uso maior de PI em Salvador.

É importante lembrar que, conforme visto na Tabela 26, há uma relação também entre a faixa etária II e o ensino fundamental, pois na distribuição geral dos dados por faixa etária, é a escolaridade ‘ensino fundamental’ dos informantes da faixa II que influencia na frequência maior da variante PI. Para se obter mais informações a esse respeito, apresenta-se a tabulação cruzada entre a variável ‘Procedência geográfica’ e a ‘Escolaridade do informante’.

Tabela 29: Cruzamento das variáveis *Procedência geográfica* e *Escolaridade do informante* em verbos auxiliares modais na escolha de PI

Variável	Procedência geográfica do informante			
	Feira de Santana		Salvador	
Escolaridade	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Ensino fundamental	23/40	58	31/39	79
Ensino médio	22/40	55	17/34	50
Ensino universitário	17/42	40	21/30	70

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 29 mostra que em Feira de Santana o uso de PI em verbos auxiliares modais diminui ao passo que os falantes são mais escolarizados, pois os informantes do ensino universitário preferem o uso de FP. Nos dados de Salvador essa mesma linearidade não acontece, pois tanto os informantes do ensino fundamental (79%) quanto do ensino universitário (70%) optam mais pelo uso de PI, enquanto os informantes do ensino médio apresentam equilíbrio entre as variantes (50%).

É possível que haja alguma motivação linguística que esteja, de certa forma, enviesando os dados dos informantes de Salvador. Por isso decidiu-se realizar a tabulação cruzada entre a variável ‘Procedência geográfica’ e a variável ‘Referência temporal’, observando se o fator passado, que prioriza o uso de PI, teria alguma relação com as diferenças que se configuram entre Feira de Santana e Salvador.

Tabela 30: Cruzamento das variáveis *Procedência geográfica do informante* e *Referência temporal* em verbos auxiliares modais na escolha de PI

Variável	Procedência geográfica do informante			
	Feira de Santana		Salvador	
Referência temporal	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Passado	27/35	77	36/42	86
Não passado	31/82	48	19/40	48

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que a frequência referência temporal ‘passado’ aparece mais nos dados de Salvador e como esse é um contexto que favorece PI, vê-se indício de que o uso mais frequente de PI em Salvador possa ter sido influenciado por esse motivo.

A opção por realizar tabulação cruzada também entre a variável ‘Procedência geográfica do informante’ e ‘Saliência fônica’ surgiu porque foi observado o número mais frequente do item lexical *tinha que*, em detrimento de *teria que*, por isso decidiu-se por observar se há mais frequência desse item em uma ou outra cidade.

Tabela 31: Cruzamento das variáveis *Procedência geográfica do informante* e *Saliência fônica* em verbos auxiliares modais na escolha de PI

Variável	Procedência geográfica do informante			
	Feira de Santana		Salvador	
Saliência fônica	Ocor./Total	%	Ocor./Total	%
Verbo <i>ter</i>	16/20	80	21/21	100
Verbos de 2ª conjugação	42/97	43	34/61	56

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 31 mostra que enquanto os verbos de segunda conjugação estão bem distribuídos entre as duas variantes nas duas cidades. O verbo *ter* aparece principalmente na forma de PI (*tinha que*) e em Salvador o uso de PI é categórico nesse fator, o que representa mais um indício de que a frequência mais elevada em Salvador do que em Feira de Santana tem motivações linguísticas.

É importante observar também que as primeiras variáveis selecionadas pelo GoldVarb X são linguísticas, e isso evidencia que as principais motivações para a variação entre FP e PI em verbos auxiliares modais encontram-se no âmbito linguístico.

6.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS

Realiza-se nesta seção uma síntese dos resultados das variáveis linguísticas e sociais testadas e selecionadas pelo programa GoldVarb X, com o intuito de apresentar as hipóteses que foram confirmadas e os resultados inesperados. Ademais, faz-se uma exposição de alguns problemas da mudança linguística aos quais esta pesquisa busca responder.

Foram confirmadas as seguintes hipóteses:

- A variante PI é favorecida em sequência narrativa, enquanto o FP é promovido em sequências argumentativas e em listas de atitudes hipotéticas;
- A sequência narrativa favorece PI independentemente da escolaridade do informante, resultado que ratifica o pensamento de que a expressão variável do futuro do pretérito é motivada por variação estilística;
- Verbos com valor temporal favorece o uso de PI, enquanto verbos com valor modal promove o uso de FP;
- PI é favorecido em período hipotético na ordem canônica (prótase + apódase), ao passo que na ordem inversa o FP (apódase + prótase) é favorecido;
- PI é mais usado quanto menos salientes forem as diferenças entre as duas variantes;
- Em referência temporal passada, o falante usa mais o PI, mas em referência não passada (presente ou futura) o falante opta pelo emprego de FP;

- O valor epistêmico de ‘certeza’ favorece o uso da variante PI em verbos auxiliares modais;
- Quanto menos escolarizado for o falante, mais usa a variante PI; já os mais escolarizados dão preferência ao uso de FP.

Resultados não esperados:

- A saliência fônica entre as formas de FP e PI no verbo *ter* é maior do que a diferença entre essas formas nos verbos de 2ª conjugação, contudo PI tem o uso mais recorrente em *ter que*;
- O fator lista de atitudes hipotéticas favorece PI em verbos modais;
- A faixa etária III favorece o uso de PI, enquanto as faixas I e II apresentam equilíbrio entre as variantes.

O resultado geral revela que a variação entre FP e PI consiste numa variação equilibrada e estável, pois uma e outra variante são mais usadas em determinados contextos linguísticos e sociais. Ainda assim, esta pesquisa responde a dois dos problemas da mudança linguística, sistematizados por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), como:

1. *O problema dos fatores condicionantes* - Os fatores linguísticos que promovem o uso de PI na expressão variável do futuro do pretérito são: sequência narrativa, valor temporal, período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase), oração encaixada com prótase coocorrente, referência temporal passada, formas menos salientes (verbos de 2ª e 3ª conjugações), o item lexical *ter que* (em verbos auxiliares modais). E os fatores sociais são: falantes com ensino fundamental incompleto e com idade acima de 65 anos.
2. *O problema da avaliação*: Ainda que não tenha sido aplicado um questionário para conferir como os falantes julgam o uso da variante PI na expressão variável do futuro do pretérito, percebe-se que o uso dessa variante não é estigmatizado, dado que inclusive os informantes de ensino universitário favorecem o uso dessa variante em contextos específicos, como em sequência narrativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados gerais dos dados da expressão variável do futuro do pretérito mostraram que as variantes FP (44%) e PI (56%) são empregadas de maneira equilibrada, o que aponta para uma variação estável. Quando analisados os verbos não modais separados dos auxiliares modais, a estabilidade se mantém: nos verbos não modais, o futuro do pretérito foi usado também em 44% dos dados e o pretérito imperfeito, 56%; nos auxiliares modais, houve 42% de futuro do pretérito e 58% de pretérito imperfeito. A análise das variáveis linguísticas e sociais revela que o uso do pretérito imperfeito para expressar futuro do pretérito é favorecido em contextos específicos, confirmando a maioria das hipóteses aventadas.

No tocante aos dados de verbos não modais, das 10 variáveis testadas, sete foram selecionadas, cinco linguísticas ('tipo de texto', 'valor temporal vs. valor modal', 'ambiente sintático-semântico', 'saliência fônica' e 'referência temporal') e duas sociais ('escolaridade do informante' e 'faixa etária do informante'). No que diz respeito aos dados de verbos auxiliares modais, foram cinco as variáveis selecionadas, três linguísticas: 'tipo de texto', 'saliência fônica' e 'modalidade'; e duas sociais: 'faixa etária do informante' e 'escolaridade do informante'. As variáveis que não foram selecionadas em nenhuma das análises são: 'procedência geográfica do informante' e 'sexo do informante'.

A variável 'tipo de texto' foi selecionada tanto em verbos não modais quanto em modais e se mostrou a mais significativa em ambas as análises. Em verbos não modais, quando a sequência é narrativa, a tendência é de que a variante PI (peso relativo de 0,70) seja usada em detrimento da variante FP. Já a sequência argumentativa e as listas de atitudes hipotéticas não são contextos que promovem o uso de PI. Em verbos auxiliares modais, a sequência narrativa novamente aparece como um fator que favorece PI (0,75), assim também como o fator 'lista de atitudes hipotéticas' (0,61); enquanto o fator 'sequência argumentativa' mostra, mais uma vez, que a variante FP é a que se destaca nesse contexto.

O cruzamento da variável 'tipo de texto' com 'escolaridade do informante' apontou que, independentemente da escolaridade, PI é favorecido em sequência narrativa e inibido em sequência argumentativa. Dessa forma, defende-se que ocorre variação estilística no contexto das sequências discursivas, pois os falantes se monitoram menos quando estão contando fatos do passado (sequência narrativa), principalmente acontecimentos de cunho pessoal (Labov, 2008 [1972]), surgindo, conseqüentemente, o emprego das formas de PI; ao passo que em sentenças nas quais emitem opinião (sequência argumentativa), o falante se preocupa mais

com a presença e julgamento do interlocutor, por isso o maior monitoramento favorece o uso da variante canônica (FP).

A variável ‘valor temporal vs. valor modal’ foi testada nos dados de verbos não modais e mostrou-se relevante, sendo a segunda variável linguística selecionada pelo GoldVarb X. Confirmou-se a hipótese de que as formas de PI (com peso relativo 0,79) são empregadas, preferencialmente, em situações que o verbo expressa valor temporal de posterioridade em relação a outro fato. Quanto a variante FP, é favorecida nos dados com valor modal, contexto no qual PI (com peso relativo 0,35) é inibido.

O cruzamento das variáveis ‘valor temporal vs. valor modal’ e ‘modalidade’ evidenciou que nas ocorrências com valor temporal, PI se destaca em todos os enunciados que apresentam algum grau de certeza; já nas ocorrências com valor modal, PI é pouco mais usado que FP em enunciados que expressam certeza, enquanto FP é a variante mais frequente nos índices médio e baixo de certeza e na incerteza. Assim, o falante tende a usar mais o pretérito imperfeito na expressão variável do futuro do pretérito quando o verbo possui valor temporal de posterioridade aliado à noção epistêmica de certeza.

A análise da variável ‘ambiente sintático-semântico’, selecionada em verbos não modais, mostrou que PI se destaca em orações formadas por período hipotético em ordem canônica (prótase + apódase), com peso relativo 0,69; em contrapartida, FP se sobressai no período hipotético em ordem inversa (apódase + prótase). Em orações encaixadas com prótase coocorrente, PI é a variante que predomina, com peso relativo ainda mais elevado (0,90). Dessa forma, os resultados evidenciam a importância da iconicidade (relação entre forma e função) para o uso da variante PI em contextos de futuro do pretérito.

A variável ‘saliência fônica’ foi selecionada tanto em verbos não modais como nos auxiliares modais. Nos dados de verbos não modais, a hipótese levantada foi confirmada: o verbo *ser* (mais saliente) favorece a variante FP; e verbos 2ª e de 3ª conjugação (menos salientes) promovem o uso de PI (0,67). Além disso, verificou-se que toda extensão da escala dos verbos – na qual se partiu de verbos mais salientes para os menos salientes – demonstra a linearidade esperada, ou seja, a variante PI é mais usada quanto menos salientes forem as diferenças fônicas entre os verbos das duas variantes. O resultado da variável ‘saliência fônica’ em auxiliares modais contrariou as expectativas da hipótese proposta: apesar de a diferença fônica entre as formas de FP e PI no verbo *ter* ser mais saliente do que a diferença fônica entre essas formas nos verbos de 2ª conjugação, PI tem uso mais recorrente em *ter que* (peso relativo 0,84), enquanto nos verbos de 2ª e 3ª conjugações, que são menos salientes, PI

não se destaca, com peso relativo 0,38. Entende-se que isso ocorre devido à distribuição equilibrada das variantes nos verbos de 2ª conjugação (*dever* e *poder*), ao passo que a forma *tinha que* é mais frequente que *teria que*.

Sobre a variável ‘referência temporal’, a qual foi selecionada apenas nos verbos não modais, confirmou-se que a variante PI é favorecida (peso relativo 0,65) quando a referência temporal estiver situada no passado em relação ao momento da enunciação, ao passo que se a referência temporal estiver no presente ou no futuro, é o uso da variante FP que se sobressai.

A investigação da variável ‘modalidade’, selecionada apenas em verbos auxiliares modais, demonstrou que o fator ‘certeza’ é o único que favorece o uso da variante PI (peso relativo 0,79), ou seja, essa variante é recorrente quando o falante apresenta noção de certeza atrelada, por exemplo, à determinada possibilidade ou necessidade. Por outro lado, os fatores ‘índice médio de certeza’ e ‘grau mínimo de certeza’ favorecem o uso da variante FP. É importante destacar que o fato de a variável ‘modalidade’ ter sido selecionada apenas nos auxiliares modais certamente tem relação com a característica desse tipo de verbo de apresentar com mais rigor a maneira como a ação verbal se realiza.

Os resultados da variável ‘escolaridade do informante’, selecionada em verbos não modais e nos auxiliares modais, apontam-na como uma variável social de grande relevância para a compreensão da expressão variável do futuro do pretérito. Em verbos não modais, os informantes de ensino fundamental favorecem o uso de PI (0,65), os de ensino médio também (0,64), enquanto os falantes que possuem o ensino universitário não apresentaram preferência pelo uso de PI (0,32). Em verbos auxiliares modais, os informantes de ensino fundamental novamente demonstraram o favorecimento da variante PI (0,67), os informantes de ensino médio apresentou peso relativo quase neutro para o uso de PI (0,48), revelando que esses informantes usam as duas variantes de forma equilibrada, e os informantes de ensino universitário optam pelo uso da variante FP, pois o peso relativo para PI neste fator foi 0,34.

Em face dos resultados da variável ‘escolaridade do informante’ e considerando também que gramáticas normativas não mencionam, em sua maioria, o uso da forma perifrástica (IA+V), cuja frequência se destaca nos *corpora* analisados, pressupõe-se que a escola é responsável pela manutenção da variante FP na língua, caminhando na contramão da mudança. Além disso, presume-se que o *status* que é gerado pelos espaços que os mais escolarizados ocupam e frequentam, que podem ser ambientes mais formais, contribuem para o uso da variante canônica, o que sinaliza também para a hipótese da variação estilística.

Olhando para os resultados do português popular (informantes com ensino fundamental) e do chamado português culto (informantes com ensino universitário), percebe-se que a diferença entre as normas acontece também em virtude do maior contato dos informantes de ensino universitário com a língua escrita, proporcionado pela escolarização. Por outro lado, vê-se que as duas normas se aproximam por influência do contexto discursivo.

A análise da variável ‘faixa etária do informante’, em verbos não modais, apresentou índices de que as faixas etárias I e II não favorece PI, mas indica que o uso dessa variante se aproxima da neutralidade nas duas faixas etárias (0,45), já faixa etária III (peso relativo 0,68) aponta que os informantes acima de 65 anos favorecem o uso de PI. Nos verbos auxiliares modais, os resultados se distinguem na faixa I, que apresenta peso relativo menor para PI modais PI (0,33); a variante PI é favorecida (0,60) na faixa II, e se mantém elevada na faixa III (0,68).

Inferese-se que, em verbos não modais, a preferência pela variante PI apenas na faixa III tenha relação com o mercado de trabalho, ou seja, pessoas acima de 65 anos (faixa III) podem, eventualmente, se monitorar menos, por já não se encontrarem ativamente no mercado de trabalho; enquanto os informantes das faixas I e II, que fazem parte da população em idade ativa no mercado de trabalho, demonstrariam uma maior preocupação com o uso de variantes canônicas. Já o fato de a faixa II ter dado preferência ao uso de PI em verbos modais, percebeu-se através do cruzamento das variáveis ‘faixa etária do informante’ e ‘escolaridade do informante’ que os informantes dessa faixa são boa parte de ensino fundamental, motivo que elevou a frequência de PI nesse fator.

A variável ‘sexo do informante’ não foi selecionada pelo GoldVarb X, mas foi realizada uma tabulação cruzada entre essa variável e a ‘faixa etária do informante’ em verbos não modais. Os resultados revelaram que as mulheres usam mais PI do que FP em todas as faixas etárias, mas na faixa etária II, a frequência de PI se aproxima da frequência de FP. Quanto aos homens, usam menos PI do que FP na faixa etária I, apresenta uma frequência estável entre as variantes na faixa etária II e usam mais PI na faixa etária III. Notou-se, também, que entre os mais jovens (faixa I), faixa etária na qual as mudanças linguísticas tendem a se iniciar, as mulheres demonstraram preferência pelo uso de PI, ocorrendo, portanto, uma correlação entre variáveis que propícias a iniciar mudanças linguísticas, porém não é possível chegar a essa conclusão nesta pesquisa em virtude de a variável ‘sexo do informante’ não ter sido selecionada.

A variável ‘procedência geográfica do informante’ também não foi considerada relevante para a expressão variável do futuro do pretérito nos *corpora* analisados, o que leva à conclusão de que em ambas as cidades a variação do fenômeno encontra-se estável, ou seja, coocorrem no português falado em Feira de Santana e Salvador, e uma e outra variante se destacam na língua por influência de variáveis específicas, conforme visto na análise dos dados desta tese. Considerando que Feira de Santana e Salvador apresentam contextos social e histórico distintos, o fato de haver semelhanças nos resultados das duas cidades ratifica o argumento de que a expressão variável do futuro do pretérito acontece, no português do Brasil, independentemente da procedência geográfica do falante.

Assim, esta pesquisa fornece, junto a outras que já foram desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil, mais informações que ajudam a delinear as particularidades desse fenômeno, rico em possibilidades de análise, sobre o qual ainda há muito que se investigar. Ademais, este estudo pode colaborar para a compreensão do português falado em Feira de Santana e Salvador-BA e contribuir com a discussão de que a expressão variável do futuro do pretérito é um fenômeno suprarregional, promovendo, conseqüentemente, explicações para a descrição do português brasileiro.

Pretende-se, futuramente, continuar investigando o tema para entender outras questões sobre a expressão variável do futuro do pretérito, como, por exemplo, estudar o papel específico da perífrase IA+V em contextos do futuro do pretérito, observando o comportamento de variáveis testadas nesta análise para se fazer possíveis contrapontos, além de analisar outras variáveis que não foram consideradas nesta pesquisa, a exemplo do paralelismo formal. Espera-se, também, realizar estudo com viés sociofuncionalista acerca da gramaticalização do verbo *ir* na perífrase IA+V, buscando ampliar as discussões sobre este fenômeno linguístico.

REFERÊNCIAS

ABRAÇADO, Jussara. *O tempo, o tempo linguístico e o tempo verbal*. São Paulo: Contexto, 2020.

ADAM, Jean Michel. *A linguística textual: iniciação à análise textual dos discursos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

AFONSO, Ana Cristina Gonçalves. *O Condicional / Futuro do Pretérito: entre tempo e modalidade*. 2018. 60 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana-Bahia (século XX). *Tabuleiro de letras*, Salvador, nº 4, junho de 2012, p. 1-21. Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo012.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

ARAÚJO, Andréia Silva. *O uso variável dos pronomes tu, você e cô na função de sujeito: um estudo do padrão de comportamento referencial*. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2022.

ARAÚJO, Rerisson Cavalcante de. O ciclo do futuro nas línguas ibero-românicas. *Cadernos Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno04-10.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BAILEY, George. Real and apparent time. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SHILLING-ESTES, Natalie. (Ed.). *The handbook of language variation and change*. Cambridge: Blackwell, 2003. p.312-331

BARROS, Nathalie Anne Conceição de. *Variação no âmbito do irrealis entre o futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo no português falado em Santa Isabel do Rio Negro – Amazonas*. 2019. 221 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONINI, Adair. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean- Michel Adam. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.208-236

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós cheguemos na escola, e a agora?: Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRIGHT, William; RAMANUJAN, A. K. Socio-linguistic Variation and Language Change. In: LUNT, Horacy Gray (org.). *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguistics*. Haia: Mouton, 1964. p.1107-1113

BRITO, Nara Jaqueline Avelar. *A expressão do condicionado contrafactual em construções 'Se P, então Q' no português brasileiro*. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BRITO, Nara Jaqueline Avelar. *Alternância entre o futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo no domínio funcional da condição contrafactual em comentários do facebook*. 2018. 133 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BROCARD, Maria Teresa. O futuro do passado /condicional – elementos para um estudo diacrônico. In: BARROS, Alvanira; BROCARD, Maria Teresa (org.). *Estudos sobre o verbo em português: valores, marcas e construções*. João Pessoa: Ideia, 2016. p.1-14

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen Curtis. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011[1987].

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (org.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 603-623.

CALLOU, Dinah; OMENA, Nelize; PAREDES DA SILVA, Vera. Teoria da variação e suas relações com a semântica, pragmática e análise do discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (20), p. 17-21, jan/jun, 1991.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington: Georgetown University Press, 1967.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Introdução ao aspecto verbal na língua portuguesa*. 1968. 153 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, Marília, 1968.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

COMRIE, B. *Aspect: na introduction to the study of verbal aspect and related problems*. London: Cambridge University Press, 1976.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COSERIU, Eugênio. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro-São Paulo: Presença-EDUSP, 1979. p. 13-85.

COSERIU, Eugênio. *Estudos de Linguística Românica*. Madrid: Gredos, 1977.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. 1997. 202 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico*. 2033. 132 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, Luís Filipe Alvão Serra Leite da. Condicional e ir no Imperfeito + Infinitivo: questões de temporalidade e de modalidade. *Revista Associação Portuguesa de Linguística*. Porto, nº 3 – 2017, p. 75-98. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321749258_Condicional_e_ir_no_Imperfeito_Infinitivo_questoes_de_temporalidade_e_de_modalidade. Acesso em: 10 set. 2024.

CUNHA, Luís Filipe Alvão Serra Leite da. *Semântica dos tempos do futuro em Português Europeu*. Relatório de atividades de pós-doutoramento relativo ao período de 2014 a 2019. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.

DENDALE, Patrick. Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel?. In: HILTY, G. (Ed.). *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Université de Zurich (6-11 avril 1992), Tübingen, Francke Verlag, v.1, p.165-176, 1993.

DENDALE, Patrick. Il serait à Paris en ce moment. Serait-il à Paris? A propos de deux emplois épistémiques du conditionnel. Grammaire, syntaxe, sémantique. In: CASTRO, C. A., BANGO DE LA CAMPA, Fl. e DONAIRE, M.L. *Liens linguistiques*. Etudes sur la combinatoire et la hiérarchie des composants, Bern, Peter Lang, p. 291-317, 2010.

DIAS, Flávia Maurícia Pereira de Carvalho. *Variação e funcionalidade modo-temporal no português oral de Fortaleza/CE: futuro do pretérito versus pretérito imperfeito na codificação da eventualidade em construções condicionais*. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

DIAS, Flávia Maurícia Pereira de Carvalho. *A multifuncionalidade do futuro do pretérito nos séculos XVIII, XIX e XX: uma análise (socio)funcionalista em revistas históricas do Instituto do Ceará*. 2012. 188 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ESCRITÓRIO DE REDE DE RESTAURANTES É ALVO DE FURTO DURANTE A MADRUGADA EM JAGUARIÚNA. G1. Campinas, 11 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/06/11/escritorio-de-rede-de-restaurantes-e-alvo-de-furto-durante-a-madrugada-em-jaguariuna.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERNANDES, Carla. *Um passeio africano pela cidade mais negra do Brasil*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/um-passeio-africano-pela-cidade-mais-negra-do-brasil/a-16457009>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1994.

FLEISCHMAN, Suzanne. *The Future in Thought and Language*. New York: Cambridge University Press, 1982.

FREITAG, Raquel Meister Ko; ARAÚJO, Andréia Silva. Passado condicional no português: formas e contextos de uso. *Caligrama* – Revista de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da UFMG, 2011.

FREITAG, Raquel Meister Ko; ARAUJO, Andréia Silva; BARRETO, Eccia Alécia. Emergência e regularização de usos em categorias verbais do português: gradações de modalidade nos valores condicional, iminencial e habitual no domínio do passado imperfeito. *Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE)*, Natal, v.15, n.1/2, p. 99- 122, 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko. (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística. In: FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Gorski (org.). *Mulheres, Linguagem e Poder* - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015. p. 17-74.

FREITAG, Raquel Meister Ko; OLIVEIRA, Josane Moreira; COAN, Márluce. Formas simples e perifrásticas do verbo em relação ao domínio tempo-aspecto-modalidade. In: CASTILHO, Ataliba; LOPES, Célia Regina (org.). *Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista* (Coleção história do Português Brasileiro, Vol. IV). 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 186-239.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970 – 1996*. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2001.

GIVÓN, Talmy. *Context as other minds: the pragmatics of sociality, cognition and communication*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2005.

GONÇALVES, Maciele de Jesus; CAVALCANTE, Rerisson. Verbos modais na comunidade de Sapé (BA). *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, nº 67, jul-dez/2020, p. 271-296. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/39172>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GRYNER, Helena. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português*. 1990.558 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

GRYNER, Helena; OMENA, Nelize Pires. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 89-100.

GUMPERZ, John J. On the ethnology of linguistic change. *UCLA Conference on Sociolinguistics*, May 1964.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana Maria. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HORA, Dermeval da. Vocalização da lateral/l: correlação entre restrições sociais e estruturais. *Scripta*, v. 9, p. 29-44, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: Feira de Santana. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acesso em: 20 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: Salvador. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 20 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: Feira de Santana. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: Feira de Santana. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change* (Internal Factors). V.1. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change – Social Factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LAVANDERA, Beatriz R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, 7. Londres, 1978, p.171-182.

LEAL, Telma Ferraz; MORAIS, Artur Gomes de. *A argumentação em textos escritos: a criança e a escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1977.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da Abralin*, v.5, n.1 e 2, p. 83-112, 2006.

LUCCHESI, Dante. A realização do sujeito pronominal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAPA DO BRASIL. Prepara Enem. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/geografia/mapa-do-brasil.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARINE, Talita de Cássia; BARBOSA, Juliana Bertucci. O emprego do verbo “gostar” em situações de menor e maior formalidade no português brasileiro e português de Portugal. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41 (2), maio/ago. 2012, p. 885-897.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *O vocabulário da fala carioca*, v.1. Léxico 1: ordem de frequência decrescente. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MARTON, Fábio. *E Se... a Ditadura não tivesse acontecido?* Super Interessante. São Paulo, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/e-se-a-ditadura-nao-tivesse-acontecido>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Sobre o status morfofonológico e prosódico das formas verbais de Futuro em Português Arcaico. *Estudos da Língua(gem). Questões de Fonética e Fonologia: uma Homenagem a Luiz Carlos Cagliari*. Vitória da Conquista, n.3, p. 91-104, jun. 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MECER, José Luiz da Veiga. O futuro nas línguas românicas. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 385-394, 1ª parte, 2011.

MELO, Bárbara Olímpia Ramos de. Gêneros textuais e argumentação: propostas de ensino do artigo de opinião em livros didáticos. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 28, n. 2, p. 67-84, dez. 2015.

MURRAY, Rosana. *Rios da alegria*. São Paulo: Moderna, 2005.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15-25.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

NOGUEIRA, Francieli Motta da Silva Barbosa. *Como os falantes de Feira de Santana e Salvador tratam o seu interlocutor?*. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Fernando Augusto de Lima. *A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos na fala de Alagoas*. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Alagoas, Maceió, 2010.

OLIVEIRA, Josane Moreira. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. *Espaço urbano e o modo de vida na favela: a voz dos moradores da Rocinha em Feira de Santana-Ba*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Maria Teresa Fernandes de. *Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância*. 2013. 195 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

OLIVEIRA, Marilza de. *Amare aveva or amare iva? A new look at the grammaticalization of Portuguese Conditional*. *Linguística*, 15/16. São Paulo: ALFAL/USP, p. 175-184, 2003/2004.

OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; PAIVA, Maria da Conceição. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.337-378

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa no plural. In: SILVA, Giselle Machline de O.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 311-323.

PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *DELTA*. Volume Especial, 15, p. 201-232, 1999.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 33-42.

PERRONE, Daniel. *Corinthians: conselheiro vê falta de providências após relatar ato racista*. UOL. São Paulo, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/perrone/2023/11/22/corinthians-conselheiro-ve-falta-de-providencias-apos-relatar-ato-racista.htm>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PRETI, Dino. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 1997.

REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The MacMillan Company, 1948.

RISÉRIO, Antônio. *Caymmi: Uma utopia de lugar*. Salvador: COMPENE, 1993.

RODRIGUES, Helena Isabel da Rocha Alzamora. *Valores e marcadores de posterioridade na Língua Portuguesa*. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística Comparada) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 20ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *GoldVarb X – a multivariate analysis application*. 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, Aline da Silva. *A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito no português falado em Feira de Santana-BA*. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 34ª ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, nº 18, p. 107-129, 1º sem. 2006.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A representação do tempo futuro em textos escritos: análises em tempo real de curta e de longa duração*. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em Letras) – Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010.

SILVA, Tereza Santos. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. 1998. 137 f. (Dissertação em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOARES, Priscila Oliveira. *A expansão urbana da cidade do Salvador: transformações em uma metrópole da pobreza*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador - UNIFACS, Salvador, 2016.

TESCH, Leila Maria. *A variação no âmbito do irrealis entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba*. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TESCH, Leila Maria. *A expressão do tempo futuro no uso capixaba: variação e gramaticalização*. 2011. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 4ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O discursivo no uso do pretérito imperfeito do indicativo no português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 12, p. 61-98, 1987.

TRINDADE, Andréa. [Sem título]. 2010. Disponível em: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/69245/banners.php?id=383>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VARGAS, Maria Valéria. *Verbos e práticas discursivas*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

VOTRE, Sebastião José. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza Braga (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno; rev. téc. Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial. 2006 [1968].

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.